



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

FORTALEZA-CEARÁ, 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 161/2017, da DN TCU nº 163/2017 e da Portaria TCU nº 65/2018.

Unidade Prestadora de Contas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

FORTALEZA-CEARÁ, 2018

## **AUTORIDADES**

Presidente da República  
**Michel Miguel Elias Temer Lulia**

Ministro da Educação  
**José Mendonça Bezerra Filho**

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica  
**Eline Neves Braga Nascimento**

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará  
**Virgílio Augusto Sales Araripe**

## **CONSELHO SUPERIOR - CONSUP (MANDATO: 2016 A 2018)**

**Presidente – Virgílio Augusto Sales Araripe - Reitor**

### **• Representação Docente:**

Macrorregião 1  
Titular: Paulo Sérgio Brito (Fortaleza)  
Suplente: Carlo Henrique Lima Moura (Caucaia)

Macrorregião 2  
Titular: David Aurelio Lima Silveira (Tauá)  
Suplente: Roberto Jose de Araujo (Baturité)

Macrorregião 3  
Titular: Adriana da Rocha Carvalho (Aracati)  
Suplente: Fernando Michael Pereira Nobre (Tabuleiro do Norte)

Macrorregião 4  
Titular: André Chaves de Brito (Sobral)  
Suplente: Eugênio Eduardo Pimentel Moreira (Tianguá)

Macrorregião 5  
Titular: Raimundo Leandro Neto (Cedro)  
Suplente: Paulo Sérgio Silvino do Nascimento (Juazeiro do Norte)

• **Representação Discente:**

Macrorregião 1

Titular: Ramom Carolino Salles (Maracanaú)

Suplente: Gabriela Bevenuto Dantas (Fortaleza)

Macrorregião 2

Titular: João Gabriel Bezerra Leite (Baturité)

Suplente: Caio Eduardo de Sousa Bezerra (Tauá)

Macrorregião 3

Titular: Gelica de Melo Evangelista (Quixadá)

Suplente: Ivomar de Arruda Santos (Aracati)

Macrorregião 4

Titular: Sabrina dos Santos Ribeiro (Acará)

Suplente: Andréa Lima Maciel (Camocim)

Macrorregião 5

Titular: Karen Rhavena Andrade de Holanda (Iguatu)

Suplente: Cicero Iran Bezerra da Silva (Cedro)

• **Representação Técnico-administrativa:**

Macrorregião 1

Titular: Francisco Renato Alves Sousa (Caucaia)

Suplente: Patricia Fernandes de Freitas (Reitoria)

Macrorregião 2

Titular: Não foi eleito

Suplente: Não foi eleito

Macrorregião 3

Titular: Tobias Sousa Caetano (Tabuleiro do Norte)

Suplente: Paula Renata Amorim Lessa Soares (Aracati)

Macrorregião 4

Titular: Francisco Herli Barros (Tianguá)

Suplente: Emanuel Kant da Silveira e Alves (Sobral)

Macrorregião 5

Titular: Francisco José Zogob (Crato)

Suplente: Francisco Raimundo Alves (Iguatu)

• **Representação dos Egressos:**

Titular: Maria Luíza Lima Ferreira Peixoto

Titular: Antônio Castro de Souza

Suplente: Marta Aníbal de Lima

Suplente: João Bráulio de Melo Oliveira

• **Representação das Entidades Patronais:**

Titular: Luiz Gastão Bittencourt da Silva  
Titular: José Sampaio de Souza Filho  
Suplente: Cláudia Maria Menezes Brilhante Maia  
Suplente: Marcos Antônio Ferreira Soares

• **Representação de Entidades de Trabalhadores:**

Titular: Thereza Neumann Santos de Freitas  
Titular: Luiz Vicente Sobrinho  
Suplente: Gerardo Santos Filho  
Suplente: Antônio Inácio Neto

• **Representação do Setor Público:**

Titular: Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda  
Suplente: Sandra Maria Nunes Monteiro

• **Representação do Ministério da Educação:**

Titular: Gilson Ricardo Daniel  
Suplente: Geraldo Andrade de Oliveira

• **Representação dos Diretores Gerais dos campi:**

Macrorregião 1  
Titular: Rodrigo Freitas Guimarães  
Suplente: Anderson Ibsen Lopes de Souza

Macrorregião 2  
Titular: Raimundo Eudes de Souza Bandeira  
Suplente: José Alves de Oliveira Neto

Macrorregião 3  
Titular: Francisco Helder Caldas Albuquerque  
Suplente: Maíra Nobre de Castro

Macrorregião 4  
Titular: Jackson Nunes e Vasconcelos  
Suplente: Eliano Vieira Pessoa

Macrorregião 5  
Titular: Dijauma Honório Nogueira  
Suplente: Francisco Eugênio Lopes de Melo

## EQUIPE DE DIREÇÃO

Reitor

**Virgílio Augusto Sales Araripe**

Pró-Reitoria de Ensino

**Reuber Saraiva de Santiago**

Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

**Tássio Francisco Lofti Matos**

Pró-Reitoria de Extensão

**Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq**

Pró-Reitoria Gestão de Pessoas

**Ivam Holanda de Souza**

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

**Jose Wally Mendonca Menezes**

Diretor Geral do *campus* Acaraú

**Márcio Alves Bezerra**

Diretor Geral do *campus* Aracati

**Francisca Raquel de Vasconcelos Silveira**

Diretor Geral do *campus* Baturité

**Raimundo Eudes de Souza Bandeira**

Diretor Geral do *campus* Boa Viagem

**João Paulo Arcelino Rego**

Diretor Geral do *campus* Camocim

**Gilson Soares Cordeiro**

Diretor Geral do *campus* Canindé

**Francisco Antonio Barbosa Vidal**

Diretor Geral do *campus* Caucaia

**Rodrigo Freitas Guimarães**

Diretor Geral do *campus* Cedro

**Fernando Eugenio Lopes de Melo**

Diretora Geral do *campus* Crateús

**Paula Cristina Soares Beserra**

Diretor Geral do *campus* Crato

**Joaquim Rufino Neto**

Diretor Geral do *campus* Fortaleza  
**José Eduardo Souza Bastos**

Diretor do *campus* de Guaramiranga  
**Francisca Ione Chaves**

Diretor Geral do *campus* Horizonte  
**Antônio Moisés Filho de Oliveira**

Diretor Geral do *campus* Iguatu  
**Dijauma Honório Nogueira**

Diretor Geral do *campus* Itapipoca  
**Francisco Regis Abreu Gomes**

Diretor Geral do *campus* Jaguaribe  
**Izamaro de Araújo**

Diretor do *campus* de Jaguaruana  
**Francisco Evandro de Melo**

Diretor Geral do *campus* Juazeiro do Norte  
**Guilherme Brito de Lacerda**

Diretor Geral do *campus* Limoeiro do Norte  
**Jania Maria Augusta da Silva**

Diretor Geral do *campus* Maracanaú  
**Júlio César da Costa Silva**

Diretor Geral do *campus* Morada Nova  
**Maria Beatriz Claudina Brandão**

Diretor Geral do *campus* Paracuru  
**Toivi Masih Neto**

Diretor do *campus* Pecém  
**Marcel Ribeiro Mendonça**

Diretor Geral do *campus* Quixadá  
**Francisco Helder Caldas Albuquerque**

Diretor Geral do *campus* Sobral  
**Eliano Vieira Pessoa**

Diretor Geral do *campus* Tabuleiro do Norte  
**Francisco Sildemberny Souza dos Santos**

Diretor Geral do *campus* Tauá  
**José Alves de Oliveira Neto**

Diretor Geral do *campus* Tianguá  
**Jackson Nunes e Vasconcelos**

Diretor Geral do *campus* Ubajara  
**Agamenon Carneiro da Silva**

Diretor Geral do *campus* Umirim  
**Anderson Ibsen Lopes de Souza**

## **SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO**

### **Supervisão**

Tássio Francisco Lofti Matos

### **Coordenação**

Nathaniel Carneiro Neto

### **Equipe Técnica**

Beatriz Rodrigues Garcia

Carlos Maurício Jaborandy de Mattos Dourado Junior

Flávio Oliveira Vieira

Francisco Hilário da Silva Neto

Heloisa Helena Medeiros da Fonseca

Ivam Holanda de Souza

Jeângela Ramos Silva

José Cláudio Karam de Oliveira

Marcos André Damasceno Cavalcante

Marfisa Carla de Abreu Maciel Castro

Mariângela do Amaral Saboya

Sirlane Furtado Leite Siqueira

Antonio Helyson Fernandes Clementino

Stenio Wagner Pereira de Queiroz

### **Diagramação**

Glauter dos Santos Guimarães

Marllen Hellen Bragado Mesquita de Mendonça

## **LISTA DE SIGLAS**

CCA – Coordenação de Controle Acadêmico  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
COLDIR – Colégio de Dirigentes  
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica  
CONSUP – Conselho Superior  
CPGF – Cartão de Crédito Corporativo  
DN – Decisão Normativa  
EPT – Educação Profissional e Tecnológica  
E-TEC – Escola Técnica Aberta do Brasil  
FIC – Formação Inicial e Continuada  
FORPLAN – Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração  
FORPOG – Fórum de Pró-reitores de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação  
IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará  
IFET – Instituição Federal de Educação Tecnológica  
IN – Instrução Normativa  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MEC – Ministério da Educação  
OCI – Órgão de Controle Interno  
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PPA – Plano Plurianual  
PROEJA – Educação de Jovens e Adultos  
SETEC – Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica  
SF – Suprimento de Fundos  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SISAC – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões  
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica  
SISU – Sistema de Seleção Unificada  
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
UAB – Universidade Aberta do Brasil  
UGO – Unidade Gestora Orçamentária  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária  
UPC - Unidade Prestadora de Contas

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>1. VISÃO GERAL</b>	<b>13</b>
1.1. Finalidade e competências	13
1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	14
1.3. Ambiente de atuação	15
1.4. Organograma	19
1.5. Macroprocessos finalísticos	21
<b>2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS</b>	<b>25</b>
2.1. Planejamento Organizacional	25
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	27
2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	31
2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	31
2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	33
2.3. Desempenho orçamentário	35
2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	35
2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	46
2.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	46
2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores	47
2.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos	48
2.3.5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	50
2.3.6. Informações sobre a realização das receitas.	52
2.3.7. Informações sobre a execução das despesas	54
2.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	58
2.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	61
2.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	63
2.5. Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	108
<b>3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b>	<b>108</b>
3.1. Descrição das estruturas de governança	108
3.2. Atuação da unidade de auditoria interna	110
3.2.1. Sobreposição de carga horária - Pronatec	111
3.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	112
3.4. Gestão de riscos e controles internos	114
<b>4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</b>	<b>118</b>
4.1. Gestão de pessoas	118
4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	120
4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	124
4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	125
4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	126
4.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	142

<b>4.2.</b>	<b>Gestão do patrimônio e infraestrutura</b>	<b>142</b>
4.2.1.	Gestão da frota de veículos	143
4.2.2.	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	144
4.2.3.	Gestão do patrimônio imobiliário da União	145
4.2.4.	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	149
4.2.5.	Informações sobre imóveis locados de terceiros	150
4.2.6.	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	151
<b>4.3.</b>	<b>Gestão da tecnologia da informação</b>	<b>153</b>
4.3.1.	Principais sistemas de informações	159
<b>4.4.</b>	<b>Gestão ambiental e sustentabilidade</b>	<b>161</b>
4.4.1.	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	162
<b>5.</b>	<b><i>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</i></b>	<b>162</b>
5.1.	Canais de acesso do cidadão	162
5.2.	Carta de Serviços ao Cidadão	167
5.3.	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	167
5.4.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	167
5.5.	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	168
<b>6.</b>	<b><i>DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</i></b>	<b>172</b>
6.1.	Desempenho financeiro no exercício	172
6.2.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	172
6.3.	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	175
6.4.	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	175
<b>7.</b>	<b><i>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</i></b>	<b>177</b>
7.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	177
7.2.	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	185
7.3.	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	192
7.4.	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	192
7.5.	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	193
7.6.	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	195
7.7.	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	199
<b>8.</b>	<b><i>ANEXOS E APÊNDICES</i></b>	<b>203</b>

## APRESENTAÇÃO

Encerra-se mais um ciclo correspondente ao exercício administrativo do Instituto Federal do Ceará - IFCE em 2017. Assim, em cumprimento às determinações contidas na Decisão Normativa do TCU 161/2017 e nº163/2017, combinadas com a Instrução Normativa do TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, Resoluções do TCU nº 234/2010 e nº 244/2011, e a Portaria do TCU nº65/2018, apresentamos o presente Relatório Anual de Gestão, por meio do qual apontamos, sucintamente, o que foi realizado nos limites do programa, tendo em vista, naturalmente, a consecução dos objetivos e metas traçados para o ano em avaliação e voltados para o cumprimento da missão institucional de *“produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética”*.

Como poderá ser observado no desenvolvimento deste relatório, foram muitas as realizações da gestão do IFCE no exercício de 2017. Algumas merecem destaque, dentre as quais podem ser citadas: início das atividades das unidades de Acopiara e Maranguape que passaram a funcionar como Centros de Referência, finalização das obras dos *campi* de Boa Viagem e Paracuru, avanço das obras dos *campi* de Acopiara e Horizonte, realização da licitação para conclusão da obra do campus de Maranguape, abertura de novos cursos nos diferentes níveis de ensino e em vários *campi* do interior do Estado, realização de novas parcerias e convênios, principalmente com prefeituras, governos estaduais e instituições de ensino brasileiras e internacionais; ampliação do quadro de pessoal e; muitas outras conquistas citadas no decorrer desse documento.

Por outro lado, não podemos deixar de salientar que muitas foram às dificuldades encontradas para a realização dos nossos objetivos, sendo a mais desafiadora a limitação orçamentária que reduziu significativamente a capacidade dos *campi* de realizar novos investimentos.

No entanto, mesmo com as limitações encontradas, o IFCE findou mais um ano fiscal, alcançando de forma satisfatória, grande parte dos objetivos e metas definidos para o período.

Dessa forma, o presente relatório, além dessa breve apresentação, está dividido nos seguintes itens: 1. Visão geral; 2. Planejamento organizacional e resultados; 3. Governança, gestão de riscos e controles internos; 4. Áreas especiais da gestão; 5. Relacionamento com a sociedade; 6. Desempenho financeiro e informações contábeis; 7. Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle; e 8. Anexos e apêndice.

Fortaleza, 31 de março de 2018.

VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE  
**Reitor**

# 1. VISÃO GERAL

## 1.1.Finalidade e competências

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma autarquia pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O IFCE é uma instituição pluricurricular e multicampi que oferece educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas.

O IFCE desenvolve suas ações em consonância com as políticas emanadas do Ministério da Educação, vinculando-se ao Plano Plurianual do Governo Federal - PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e à Lei Orçamentária Anual - LOA, sendo ainda resguardado pelo estabelecido na Constituição Federal - Título VIII, Cap. III, Seção I.

Em termos infraconstitucionais, sua ação institucional está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9.394/96, Capítulo III, artigos 39, 40, 41 e 42, que tratam da Educação Profissional. No art. 39 desta lei, lê-se que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

De acordo com a Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o IFCE tem por finalidades e características:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;

Alinhadamente as suas finalidades e características, o Instituto Federal do Ceará, busca a realização dos seguintes objetivos institucionais:

- I. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

- II. Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidade da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e produção de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. Ministrar em nível de educação superior:
  - a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
  - b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação especial;
  - c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e área do conhecimento;
  - d) Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
  - e) Cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

## 1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Instituto Federal do Ceará foi criado por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Os instrumentos normativos que regem o funcionamento interno do IFCE são:

- I. **Estatuto** - aprovado pela Resolução Consup nº 22 de agosto/2009 e alterado pela Resolução Consup nº 40 de setembro/2015; e
- II. **Regimento Geral** - aprovado pela Resolução Consup nº 30 de agosto/2010 e alterado pela Resolução Consup nº 07 de março/2016.

Os atos autorizativos de funcionamento das unidades do Instituto Federal do Ceará são:

UNIDADE	ATO AUTORIZATIVO
Acaraú	Portaria MEC nº 373 de 29 de março de 2010
Aracati	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Baturité	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Boa viagem	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Camocim	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Canindé	Portaria MEC nº 374 de 29 de março de 2010
Caucaia	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Cedro	Portaria MEC nº 523 de 23 de setembro de 1995
Crateús	Portaria MEC nº 375 de 29 de março de 2010
Crato	Decreto Federal nº 22.470 de 20 de janeiro de 1947
Fortaleza	Decreto Federal nº 7.556 de 23 de julho de 1909
Guaramiranga	Portaria MEC nº 505 de 10 de junho de 2014

<b>UNIDADE</b>	<b>ATO AUTORIZATIVO</b>
Horizonte	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Iguatu	Dou 23/03/1955 e EAT - Iguatu em 1979
Itapipoca	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Jaguaribe	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Jaguaruana	Portaria MEC nº 505 de 10 de junho de 2014
Juazeiro do Norte	Portaria MEC nº 523 de 10 de maio de 1995
Limoeiro do Norte	Portaria MEC nº 687 de 09 de junho de 2008
Maracanaú	Portaria MEC nº 2027 de 28 de dezembro de 2006
Morada Nova	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Paracuru	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Pecém	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Polo de Inovação	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Quixadá	Portaria MEC nº 688 de 09 de junho de 2008
Sobral	Portaria MEC nº 689 de 09 de junho de 2008
Tabuleiro do Norte	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Tauá	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Tianguá	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Ubajara	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Umirim	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013

### **1.3.Ambiente de atuação**

O Instituto Federal do Ceará, unidade jurisdicionada com atuação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com sede na cidade de Fortaleza, com 34 unidades em funcionamento no ano de 2017, está inserido em todas as regiões do Estado do Ceará.

#### **1.3.1. Produtos e serviços ofertados**

O IFCE caracteriza-se como uma instituição de educação profissional, científica e tecnológica, com a finalidade precípua de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento de produtos e serviços com potencial de favorecer o desenvolvimento local e regional.

Dessa forma, na área do ensino, o IFCE, nos termos da Lei nº 11.741/2008, possui a prerrogativa de atuar na educação básica e superior, em diferentes níveis e modalidades do ensino, atuando em diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimentos. Além disso, desenvolve programas de pesquisa e extensão voltados para a produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, desenvolvimento e transferência de tecnologias com ênfase na preservação do meio ambiente (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, 2014).

A seguir são apresentadas as principais atuações acadêmicas nas áreas de ensino, extensão e pesquisa, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional vigente:

#### **Ensino**

##### *Cursos Técnicos*

Os cursos técnicos são voltados para alunos que desejam profissionalizar-se em um curto intervalo de tempo, a fim de conquistar uma vaga no mercado de trabalho. São ofertados em cinco modalidades:

- Subsequentes: esta modalidade de curso destina-se a estudantes que concluíram o ensino médio.
- Concomitantes: esta modalidade de curso destina-se a estudantes que cursam o ensino médio em outras instituições e concluíram, pelo menos, o 1º ano no ato da matrícula em curso técnico do IFCE.
- Integrados: a modalidade de ensino integrado é aquela em que o aluno cursa o ensino médio e o técnico ao mesmo tempo no IFCE.
- EJA: para ser aluno da educação de jovens e adultos (EJA), o candidato deve ser maior de 18 anos e possuir o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto.
- e-Tec: a Rede e-Tec Brasil visa a oferta de educação profissional e tecnológica à distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos.
- Pró-funcionário: a rede e-Tec também oferece o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público, que oferta, por meio do ensino a distância, formação técnica, em nível médio, aos funcionários das redes públicas de educação básica dos sistemas de ensino.

### Cursos Superiores

Os cursos superiores são ofertados para proporcionar uma graduação aos estudantes, a fim de desenvolver conhecimentos nas áreas específicas. São ofertados em quatro modalidades:

- Bacharelado: destinado a jovens que tenham concluído o ensino médio e desejam formação profissional de graduação como bacharel.
- Licenciatura: são cursos de graduação específicos para a formação de docentes.
- Tecnologia: os cursos tecnológicos formam profissionais para atender a campos específicos do mercado de trabalho, possuem uma duração média menor que a dos cursos de graduação tradicionais.
- UAB: a Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do Ministério da Educação (MEC) em parceria com o IFCE que disponibiliza cursos de ensino superior à distância aos docentes e profissionais de ensino da rede pública de municípios do interior.

### Pós-graduação

Os cursos de pós-graduação são destinados a todos que possuem diploma de Ensino Superior. São ofertados nas modalidades lato sensu e stricto sensu.

- Especialização: cursos de pós-graduação lato sensu destinados a todos que concluíram o ensino superior e desejam obter atualização acadêmica ou profissional e o consequente progresso das competências obtidas na graduação.
- Mestrado: cursos de pós-graduação stricto sensu ofertados nas modalidades de mestrado acadêmico e profissional.
- O mestrado acadêmico é destinado a todos que tenham concluído o ensino superior e desejam obter titulação com grau de mestre, por meio de estudos voltados para o ensino e pesquisa direcionados para a carreira acadêmica.

## **Extensão**

- Cursos de Extensão em diversas áreas desenvolvidos nos Centros de Inclusão Digital;
- Jornadas e Seminários de Empreendedorismo;
- Participação em Feiras e Seminários (Empreender, Infobrasil, Feira do Empreendedor);
- Realização de Seminários de divulgação do IFCE;
- Visitas as Empresas para apresentação do potencial do IFCE ampliando as vagas de estágio para os nossos alunos;
- Apoio as apresentações artísticas dos grupos do IFCE;
- Celebração de Convênios com instituições públicas, empresas privadas e Ong's para a execução de Projetos Sociais e Cursos de Extensão;
- Execução de Projetos Empreendedores em parceria com instituições de fomento: BNB, SEBRAE, FUNCAP, FINEP, PROEXT;
- Incubadoras de Empresas: elaboração de editais para ingresso das empresas, acompanhamento e avaliação das empresas incubadas; e
- Acompanhamento de egressos;

## **Pesquisa e Inovação**

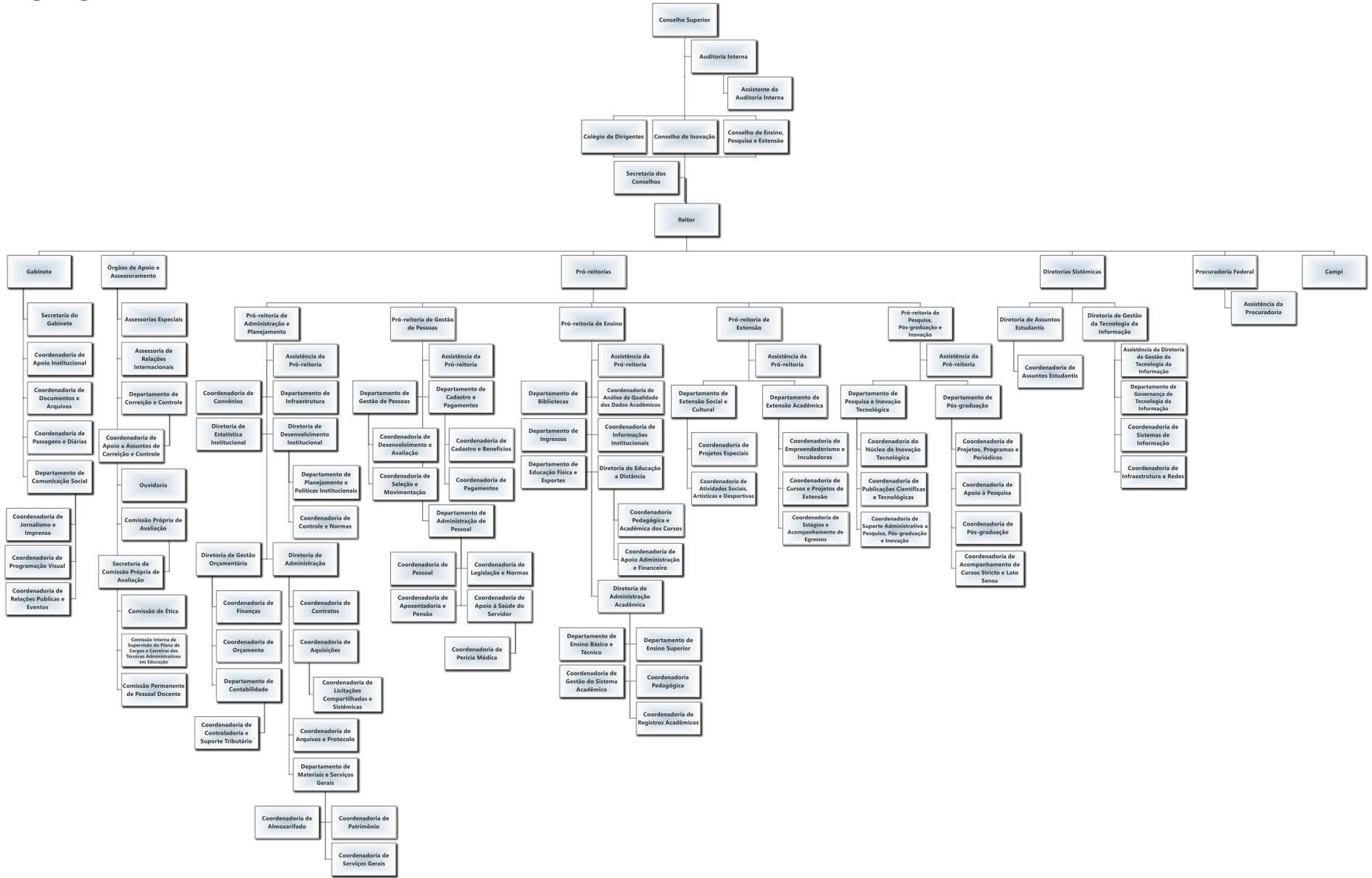
- Editoração e Publicação de Livros Científicos;
- Formação de Grupos de Pesquisa em Diversas Áreas;
- Programa Ciências sem Fronteiras;
- Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC Júnior/IFCE);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-EM/CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBICT/Funcap);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBICT/IFCE);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBITI/CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBITI/IFCE);
- Publicação da Revista Conexões; e
- Realização de Eventos Científicos.

### **1.3.2. Principais Ameaças e Oportunidades**

A falta de oportunidades de formação técnica e tecnológica, principalmente para os jovens residentes em grande parte dos municípios cearenses, somado a carência de profissionais com capacitação técnica e a considerável demanda do setor produtivo por esses profissionais são fatores considerados como as principais fontes de oportunidades para a expansão das atividades do Instituto Federal do Ceará.

No entanto, muitos são os desafios que a instituição precisa superar para aproveitar adequadamente as oportunidades identificadas. Entre esses desafios, destacamos aqueles que estão fora da gerência do IFCE, ou seja, correspondem as ameaças impostas pelas mudanças ocorridas nos ambientes político, econômico, social, tecnológico e ambiental. Nesse sentido, destaca-se: redução e contingenciamento orçamentário; carência do quadro efetivo de servidores, pois mesmo com os concursos realizados em 2017 o quantitativo de vagas não supri a necessidade de algumas unidades; *turnover* dos servidores, principalmente devidos aos baixos; expansão da oferta do ensino técnico pelo Governo do Estado; alta taxa de evasão dos alunos devido as condições sócio-econômica dos mesmos, entre outras.

# 1.4. Organograma



**Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação em 2017</b>
Chefia de Gabinete	Organizar a agenda do Reitor e realizar a articulação política e administrativa da Reitoria.	Rejane Tavares Magalhães da Cunha	Assistente em Administração	Mai/17 a Dez/17
Assessoria de Relações Internacionais	Assessorar a Reitoria no estabelecimento de parcerias internacionais com vistas a proporcionar oportunidades de intercâmbios para alunos e servidores e viabilizar a execução de projetos estratégicos em conjunto com instituições internacionais.	Francisco Gutenberg Albuquerque Filho	Professor	Jan/17 a Dez/17
Pró-reitoria de Ensino	Gerenciar a oferta de cursos nas modalidades presencial e a distância com vistas a assegurar a qualidade e conformidade do ensino ofertado pela instituição aos padrões do MEC.	Reuber Saraiva de Santiago	Professor	Jan/17 a Dez/17
Pró-reitoria de Extensão	Promover a interface do IFCE com a comunidade, considerando suas respectivas potencialidades e demandas, para o desenvolvimento de políticas de extensão e inclusão social, por meio de atividades educativas, culturais, desportivas, artísticas e sociais.	Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq	Assistente Social	Jan/17 a Dez/17
Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Fomentar a pesquisa e as novas tecnologias na busca da atualização sistemática de dados da Pesquisa e da Inovação Tecnológica, divulgando-as por meio de periódicos e incentivando a ética na pesquisa do Instituto Gerenciar os programas e projetos de pós-graduação, de modo a proporcionar aos servidores formação continuada para seu crescimento intelectual e profissional e à comunidade	José Wally Mendonça Menezes	Professor	Mar/17 a Dez/17

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2017
	externa a oportunidade de continuidade de estudos.			
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas	Coordenar e gerenciar as políticas de gestão de pessoas: seleção, movimentação, avaliação e capacitação dos servidores	Ivam Holanda de Sousa	Professor	Jan/17 a Dez/17
Pró-reitoria de Administração e Planejamento	Coordenar os processos que envolvam a administração de materiais, serviços e infraestrutura, contratos e convênios celebrados pela Reitoria. Gerenciar a captação orçamentária e a execução orçamentária e financeira da instituição	Tássio Francisco Lofti Matos	Professor	Jan/17 a Dez/17
Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação	Atender a necessidade das demais áreas da instituição por meio da aplicação de soluções tecnológicas capazes de aperfeiçoar os processos.	Carlos Mauricio J. de Mattos Dourado Jr.	Professor	Jan/17 a Dez/17
Diretoria de Assuntos Estudantis	Estabelecer as diretrizes e promover programas e projetos com vistas a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e desenvolvimento integral do estudante	Ana Caroline Cabral Cristino	Psicóloga	Set/17 a Dez/17

### 1.5. Macroprocessos finalísticos

Considerou-se como macroprocessos finalísticos as atividades exercidas pelas Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão, por serem as unidades responsáveis pela execução das atividades estritamente relacionadas com o negócio da instituição, que é a promoção do ensino, extensão e pesquisa.

#### PRÓ-REITORIA DE ENSINO

<b>Macroprocessos</b>	Realizar o planejamento, implantação e avaliação das ações e políticas de ensino
	Auxiliar na elaboração e avaliação do Projeto Pedagógico da Instituição (PPI)
	Acompanhar a avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos
	Coordenar e acompanhar os trabalhos relativos a reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos

	Promover o acesso ao ensino técnico e superior, mediante programas de Educação a Distância (EaD)
	Proporcionar apoio técnico-pedagógico aos planos e programas de uso de tecnologias digitais e EaD
	Orientação às bibliotecas no funcionamento de acordo com as diretrizes institucionais
<b>Descrição</b>	Articulação das atividades de ensino do IFCE juntamente com os Departamentos de Ensino Básico, Técnico e Superior, com as Coordenações de Sistema Acadêmico, Pedagógica e de Registro de Diplomas; Implementação, acompanhamento e avaliação das políticas da EAD, apoiado por tecnologias digitais, promovendo o acesso e a democratização do conhecimento de forma ética e humana, contribuindo para a qualidade de ensino, pesquisa e extensão; e Coordenação e supervisão das atividades das Bibliotecas do IFCE
<b>Produtos e Serviços</b>	Qualidade e conformidade do ensino ofertado pelo IFCE, aos padrões estabelecidos pelas legislações vigentes
<b>Principais Clientes</b>	Gestores do ensino; Docentes; Alunos
	Ministério da Educação
	Aluno de todos os níveis e modalidades de ensino ofertado pelo IFCE
<b>Principais Insumos e Fornecedores</b>	Regulamentos e normas relativas ao ensino
	Projeto Pedagógicos de cursos superiores e técnicos
	Diretrizes da SETEC/MEC
	Legislação relativa ao ensino superior e ensino técnico
	Legislação pertinente à elaboração de projeto pedagógico institucional
	Projeto Pedagógicos de cursos superiores e técnicos
	Instrumental de Avaliação de Novos Cursos
<b>Principais Parceiros</b>	Não se aplica

### PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

<b>Macroprocessos</b>	Realizar atividades de extensão junto à comunidade em geral
	Formular políticas de relações entre o Instituto e os meios empresariais e comunitários
	Captar recursos próprios por meio da oferta de cursos para a comunidade
	Articular as relações com o setor produtivo

	Promover atividades sociais, educativas e culturais
<b>Descrição</b>	Estabelecimento de parcerias e participação em editais nacionais de extensão
	Aproximação com as empresas e instituições públicas e privadas
	Participação em fóruns, seminários e eventos nacionais para divulgação institucional
	Consolidação das parcerias institucionais já estabelecidas
	Contato sistemático com os órgãos e as entidades parceiras no desenvolvimento de projetos de arte, cultura e desportivas
<b>Produtos e Serviços</b>	Ações, projetos e programas de extensão nos diversos <i>campi</i>
	Vagas para estágios
	Fortalecimento da imagem institucional perante a sociedade
	Programas e projetos de extensão nas áreas de arte, cultura e desporto
<b>Principais Clientes</b>	Comunidade acadêmica, formada por gestores institucionais, docentes, técnico-administrativos e alunos, e comunidade externa, formada por representantes do setor produtivo, ONG's e população em geral
<b>Principais Insumos e Fornecedores</b>	INSUMOS: Regulamento de estágio; Resoluções sobre atividade de extensão; Regimento das incubadoras de empresas; Sistema de gerenciamento das ações de extensão do IFCE
	FORNECEDORES: a PROEXT não atua diretamente com fornecedores, os insumos são elaborados pela própria PROEXT em participação conjunta com os <i>campi</i>
<b>Principais Parceiros</b>	Gestores dos <i>campi</i> , Chefes de Departamento de Extensão, Coordenadores de Extensão, Diretorias Sistêmicas da Reitoria e parceiros externos

#### PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

<b>Macroprocessos</b>	Coletar os dados de natureza quantitativa e qualitativa sobre a Inovação Tecnológica
	Captar recursos externos para a pesquisa básica e aplica junto a órgãos fomentadores e empresas inovadoras
	Promover ações visando à articulação com empresas locais, nacionais e internacionais
	Fornecer assessoria técnica, comercial e jurídica a pesquisadores do IFCE
	Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição
	Promover anualmente o Encontro de Pós-Graduação
	Acompanhar o desempenho dos programas e alunos de pós-graduação

<b>Descrição</b>	Estabelecimento de parcerias no âmbito público e privado
	Incentivo a participação em editais, internos e externos, de PD&I
	Aproximação com as empresas e instituições públicas e privadas
	Estabelecimento de bases e de práticas de gestão do conhecimento e inovação, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica no IFCE
	Definir, conjuntamente com as Pró-reitorias e a Direção dos <i>campi</i> , a política de Pós-Graduação do IFCE
	Planejar, acompanhar e avaliar as atividades da Pós-Graduação
<b>Produtos e Serviços</b>	Ações, projetos e programas de pesquisa nos diversos <i>campi</i>
	Inserção de alunos discentes em empresas que trabalham com inovação tecnológica
	Fortalecimento da imagem institucional perante a sociedade
	Interiorização das ações do NIT
	Programas e projetos de inovação nas áreas de atuação do IFCE
	Desenvolvimento da política e gestão da oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> de aperfeiçoamento e especialização
<b>Principais Clientes</b>	Comunidade acadêmica, formada por gestores institucionais, docentes, técnico-administrativos e alunos, e comunidade externa, formada por representantes de setores ligados a Ciência, Tecnologia e Inovação (CTIs), e empresas que trabalham com inovação em geral
<b>Principais Insumos e Fornecedores</b>	INSUMOS: matérias de escritórios, informática e descartáveis.
	FORNECEDORES: a PRPI não atua diretamente com fornecedores, ficando a cargo da PROAP realizar as aquisições dos insumos de necessidade das unidades estratégicas da Reitoria
<b>Principais Parceiros</b>	Demais pró-reitorias do IFCE, Gestores dos <i>campi</i> , Diretorias Sistêmicas da Reitoria e parceiros externos

## **2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS**

### **2.1. Planejamento Organizacional**

O Instituto Federal do Ceará tem aprovado, através da Resolução nº 14 de 02 de março de 2012 do seu Conselho Superior, a seguinte missão, visão e valores:

#### **Missão**

Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

#### **Visão**

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

#### **Valores**

Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

As finalidades e objetivos dos Institutos Federais estão estabelecidos, respectivamente, nos artigos 6º e 7º da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

*Art. 6o Os Institutos Federais têm por finalidades e características:*

*I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;*

*II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;*

*III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;*

*IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;*

*V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;*

*VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;*

*VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*

*VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;*

*IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.*

*Art. 7o Observadas as finalidades e características definidas no art. 6o desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:*

*I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;*

*II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;*

*III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;*

*IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;*

*V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e*

*VI - ministrar em nível de educação superior:*

*a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;*

*b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;*

*c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;*

*d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e*

*e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.*

Em consonância com a lei de criação da Rede Federal da Educação citada acima e com a identidade organizacional estabelecidas na missão, visão e valores, o Instituto Federal do Ceará firma seu Planejamento Estratégico por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional. A partir das perspectivas Aluno, Processos Internos, Aprendizagem e Crescimento e Responsabilidade Orçamentária e Financeira estão estabelecidos os objetivos estratégicos e metas para o período de 2014-2018.

Segue abaixo a lista de objetivos estratégicos por perspectiva:

#### Perspectiva do Aluno:

- Fortalecer os cursos ofertados no IFCE
- Ampliar a oferta de vagas em cursos presenciais com base na lei de criação dos Institutos em todas as modalidades e níveis no IFCE
- Reduzir as taxas de evasão e retenção de alunos
- Intensificar atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes
- Favorecer o percurso formativo do aluno por meio da oferta e bom funcionamento dos Restaurantes Acadêmicos
- Promover o intercâmbio discente em nível internacional
- Dotar os campi de infraestrutura e condições pedagógicas voltadas para as pessoas com deficiências de modo a garantir o êxito acadêmico
- Aumentar a oferta de cursos de extensão e prestação de serviços à comunidade
- Formar integralmente o cidadão com conhecimentos científicos, tecnológicos, políticos, culturais e éticos
- Expandir e fortalecer os programas de Pós-graduação
- Fomentar ações de inclusão social, tecnológica e produtiva no IFCE
- Incentivar uma política cultural com a comunidade, baseada na integração, troca e valorização das atividades sociais, artísticas e desportivas
- Fortalecer a cultura empreendedora nas regiões de atuação do IFCE

- Estimular a organização interna das entidades de mobilização estudantil

#### Perspectiva dos Processos Internos

- Promover a implantação das Ouvidorias
- Promover a cultura da transparência no âmbito da Lei de Acesso a Informação
- Promover as relações interinstitucionais em nível internacional
- Fomentar as relações e parcerias com o setor produtivo e órgãos de fomento
- Intensificar o uso de tecnologias educacionais e sociais
- Padronizar os processos internos e alinhá-los com os produtos e serviços oferecidos
- Estabelecer os instrumentos normativos e regulatórios do Ensino do IFCE
- Realizar eventos e ações voltados para a melhoria da gestão das atividades acadêmico administrativa
- Expandir e consolidar a pesquisa científica e tecnológica
- Expandir e consolidar a inovação
- Intensificar as atividades da Comunicação Social
- Desenvolver e divulgar, no âmbito interno e externo, os produtos da área de Comunicação Social
- Promover a expansão e modernização da infraestrutura
- Implantação de novas unidades
- Capacitar à comunidade acadêmica em idiomas estrangeiros

#### Perspectiva da Aprendizagem e Crescimento

- Promover o intercâmbio de servidores em nível internacional
- Promover a qualificação e capacitação do quadro de servidores
- Promover a saúde, o bem estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho
- Capacitar os servidores em cursos de pós-graduação
- Ampliar o quadro efetivo de servidores

#### Perspectiva da Responsabilidade Orçamentária e Financeira

- Aperfeiçoar a captação e gestão de recursos orçamentários
- Otimizar a alocação dos recursos orçamentários disponíveis

Os objetivos citados acima foram definidos após análise dos ambientes internos e externos à instituição com vistas à adequação do cenário político, econômico, social e tecnológico do país e da região de atuação da própria instituição.

Ressalta-se que as metas estabelecidas em cada objetivo são anualmente revisadas para se alinhar as mudanças ambientais ocorridas durante a vigência do plano estratégico.

### **2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício**

Segue abaixo a lista dos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, com respectivas descrições.

<b>Objetivo</b>	<b>Descrição</b>
Fortalecer os cursos ofertados no IFCE.	Promover a melhoria da qualidade dos cursos ofertados em todos os <i>campi</i> com processos inovadores de ensino-aprendizagem.

<b>Objetivo</b>	<b>Descrição</b>
Ampliar a oferta de vagas em cursos presenciais com base na lei de criação dos Institutos em todas as modalidades e níveis no IFCE.	Ampliar os cursos, as turmas e as vagas, respeitando a oferta de 50% de vagas para ensino técnico, prioritariamente na forma integrada, 20% para as licenciaturas e 30% para cursos de bacharelados e tecnológicos, respeitando as particularidades de cada região.
Reduzir as taxas de evasão e retenção de alunos.	Aumentar o índice de permanência e êxito dos alunos através de fortalecimento e reestruturação do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.
Intensificar atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes.	Fortalecer a integração entre as ações do ensino, pesquisa e extensão que contribuem para a transformação e o desenvolvimento social, bem como promover a realização de campanhas educativas junto ao corpo discente.
Favorecer o percurso formativo do aluno por meio da oferta e bom funcionamento dos Restaurantes Acadêmicos.	Construir e/ou ampliar a infraestrutura física adequada, assim como definir o modelo de gestão destes restaurantes, equipar e contratar profissionais da área nutricional e gastronômica.
Promover o intercâmbio discente em nível internacional.	Articular oportunidades de mobilidade acadêmica discente entre o IFCE e instituições parceiras.
Dotar os <i>campi</i> de infraestrutura e condições pedagógicas voltadas para as pessoas com deficiências de modo a garantir o êxito acadêmico.	Adequar os espaços físicos, conforme a NBR 9050/2004, assim como adquirir e/ou elaborar material didático.
Aumentar a oferta de cursos de extensão e prestação de serviços à comunidade.	Ampliar o atendimento a comunidade por meio da realização de cursos de extensão e prestação de serviços.
Formar integralmente o cidadão com conhecimentos científicos, tecnológicos, políticos, culturais e éticos.	Produzir e transferir conhecimentos, técnicas e habilidades embasadas em preceitos éticos e científicos focados na formação de cidadãos com capacidade crítica e autônoma para a promoção do desenvolvimento regional e sustentável.
Expandir e fortalecer os programas de Pós-graduação.	Consiste em expandir a quantidade e qualidade dos cursos <i>Lato Sensu</i> e <i>Stricto Sensu</i> com vistas ao atendimento das demandas das comunidades internas e externas do IFCE.
Incentivar uma política cultural com a comunidade, baseada na integração, troca e valorização das atividades sociais, artísticas e desportivas.	Estabelecer intercâmbio com outros espaços de Arte e Cultura, Museus, e instituições afins, objetivando a ampliação de atividades culturais.
Fortalecer a cultura empreendedora nas regiões de atuação do IFCE.	Proporcionar a ampliação da política empreendedora no IFCE por meio da implantação de Incubadoras.
Estimular a organização interna das entidades de mobilização estudantil.	Apoiar a criação dos Centros Acadêmicos e Grêmios em todos os <i>campi</i> .

<b>Objetivo</b>	<b>Descrição</b>
Promover a implantação das Ouvidorias.	Estruturar as unidades de Ouvidorias, por meio da promoção de infraestrutura física, de recursos humanos e tecnológicos e elaborar os seus instrumentos regulamentares.
Promover as relações interinstitucionais em nível internacional.	Articular parcerias com instituições estrangeiras visando o fortalecimento do processo de internacionalização do IFCE.
Fomentar as relações e parcerias com o setor produtivo e órgãos de fomento.	Proporcionar a expansão das atividades de extensão através de convênios, programas e projetos.
Intensificar o uso de tecnologias educacionais e sociais	Promover o uso integrado e interativo de diversas mídias no processo de construção do conhecimento, democratizando o acesso à informação.
Padronizar os processos internos e alinhá-los com os produtos e serviços oferecidos.	Identificar os principais processos desenvolvidos por área com vistas à definição do melhor fluxo a adotar e dos mecanismos de controle a implementar, documentando em manuais os procedimentos a serem seguidos.
Estabelecer os instrumentos normativos e regulatórios do Ensino do IFCE.	Promover discussão com a comunidade para estabelecer os instrumentos normativos e regulatórios do IFCE.
Realizar eventos e ações voltados para a melhoria da gestão das atividades acadêmico-administrativa.	Elaborar e discutir estratégias de ampliação do relacionamento entre a Reitoria, suas unidades administrativas internas e organizações externas.
Expandir e consolidar a pesquisa científica e tecnológica.	Ampliar as ações de captação de recursos e aumentar em termos quantitativos e qualitativos, a produção científica e tecnológica.
Expandir e consolidar a inovação.	Expandir, integrar, modernizar e consolidar ações de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Intensificar as atividades da Comunicação Social.	Fortalecer as atividades da Comunicação Social mediante a estruturação das equipes de comunicação.
Desenvolver e divulgar, no âmbito interno e externo, os produtos da área de Comunicação Social.	Incrementar os produtos de comunicação que promovam a marca do IFCE na sociedade, de maneira a fortalecer a imagem da instituição.
Promover a expansão e modernização da infraestrutura.	Promover a modernização e ampliação da infraestrutura, mediante aquisição de equipamentos, serviços e realização de obras civis.
Implantação de novas unidades.	Consiste na implantação de novos <i>campi</i> atendendo ao programa de expansão da Educação Profissional do Governo Federal, visando a interiorização do ensino tecnológico.
Disseminar a cultura do planejamento, mediante ações de gestão da estratégia do IFCE.	Elaborar instrumentos capazes de promover um acompanhamento e controle da execução do planejamento de modo a assegurar o cumprimento da estratégia do IFCE.

<b>Objetivo</b>	<b>Descrição</b>
Capacitar à comunidade acadêmica em idiomas estrangeiros.	Ofertar cursos de idiomas para a comunidade acadêmica.
Promover o intercâmbio de servidores em nível internacional.	Articular oportunidades de mobilidade de servidores entre o IFCE e instituições parceiras.
Promover a qualificação e capacitação do quadro de servidores.	Prover as condições necessárias para a o aperfeiçoamento do quadro de servidores na sua área de atuação.
Promover a saúde, o bem estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.	Promover atividades que proporcione qualidade de vida e lazer ao servidor.
Capacitar os servidores em cursos de pós-graduação.	Criar oportunidades de pós-graduação para possibilitar maior valorização dos servidores na instituição.
Ampliar o quadro efetivo de servidores.	Proporcionar a expansão e/ou reposição do quadro de pessoal do IFCE.
Aperfeiçoar a captação e gestão de recursos orçamentários.	Elaborar, por meio de instrumentos específicos, um modelo de captação das demandas de recursos de custeio e capital dos <i>campi</i> e Reitoria para cada exercício financeiro.
Otimizar a alocação dos recursos orçamentários disponíveis.	Elaborar critérios de distribuição do orçamento do IFCE conforme Decreto nº 7.313 e especificidades da Rede IFCE, assim como Possibilitar aos novos <i>campi</i> a execução e controle do orçamento.

A partir dos objetivos estratégicos, as Unidades Estratégicas (Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas) e os *campi* estabelecem os indicadores e metas para o período de 2014-2018. Dessa forma, para o ano de 2017 foram estabelecidas as seguintes metas:

<b>Indicadores</b>	<b>Meta realizada 2017</b>
Alunos Enviados ao Exterior	08
Alunos Recebidos do Exterior	02
Artigos publicados em periódicos Qualis A ou B	189
Atividades desportivas e educativas	59
Captação de recursos externos para Pesquisa e Inovação	R\$ 1.799.300
Centro de idiomas	0
Convênios, Programas e Projetos de Extensão	170
Criação de Grêmios	0
Cursos de Lato Sensu	03
Cursos de licenciaturas presenciais	04
Cursos de Tecnologia, Bacharelados e Pós-Graduação	06
Cursos e Serviços Prestados pela Extensão	203
Cursos técnicos presenciais	06
Docentes e/ou pesquisadores enviados ao exterior	14
Docentes e/ou pesquisadores recebidos do exterior	04
Empresas incubadas	10
Exames realizados	0
Incubadoras implantadas	0
Núcleo de Inovação Tecnológica	0

<b>Indicadores</b>	<b>Meta realizada 2017</b>
Obras civis	
Participação de servidores em congressos e seminários de sua área de atuação	262
Patentes depositadas	07
Programa Qualidade de Vida	10
Programas e/ou Projetos Realizados pela Extensão	228
Projetos de pesquisa e inovação em execução	665
Quantidade de Professores com Pós-Doutorado	04
Quantidade de Qualificações para Professores em nível de Doutorado	03
Quantidade de qualificações para professores em nível de Mestrado	50
Quantidade de qualificações para Técnicos Administrativos em nível de Especialização	49
Quantidade de qualificações para Técnicos Administrativos em nível de Mestrado/Doutorado	56
Realização de eventos institucionais	177
Recursos externos para os programas de pós-graduação	R\$ 156.000,00
Servidores admitidos	273
Servidores capacitados e/ou aperfeiçoados	449
Servidores qualificados em curso de nível superior	46
Técnicos administrativos enviados ao exterior	02
Técnicos administrativos recebidos do exterior	0
Total de alunos formados em Cursos de Nível Técnicos, Superior e de Pós-Graduação	2621
Total de campanhas educativas realizadas	172

### **2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico**

O planejamento estratégico do Instituto Federal do Ceará foi elaborado no ano de 2013 com vigência para o período de 2014-2018. O processo de elaboração envolveu todos os *campi* da instituição e proporcionou a representação das categorias discente, docente e técnicos administrativos na definição das metas institucionais.

Dessa forma, o plano estratégico do IFCE teve a sua aprovação por meio da Resolução nº 04 de 31 de janeiro de 2014 do Conselho Superior da instituição. Atualmente, o referido plano está em fase de execução, sendo o ano de 2017 o quarto ano do período de vigência de cinco anos.

### **2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

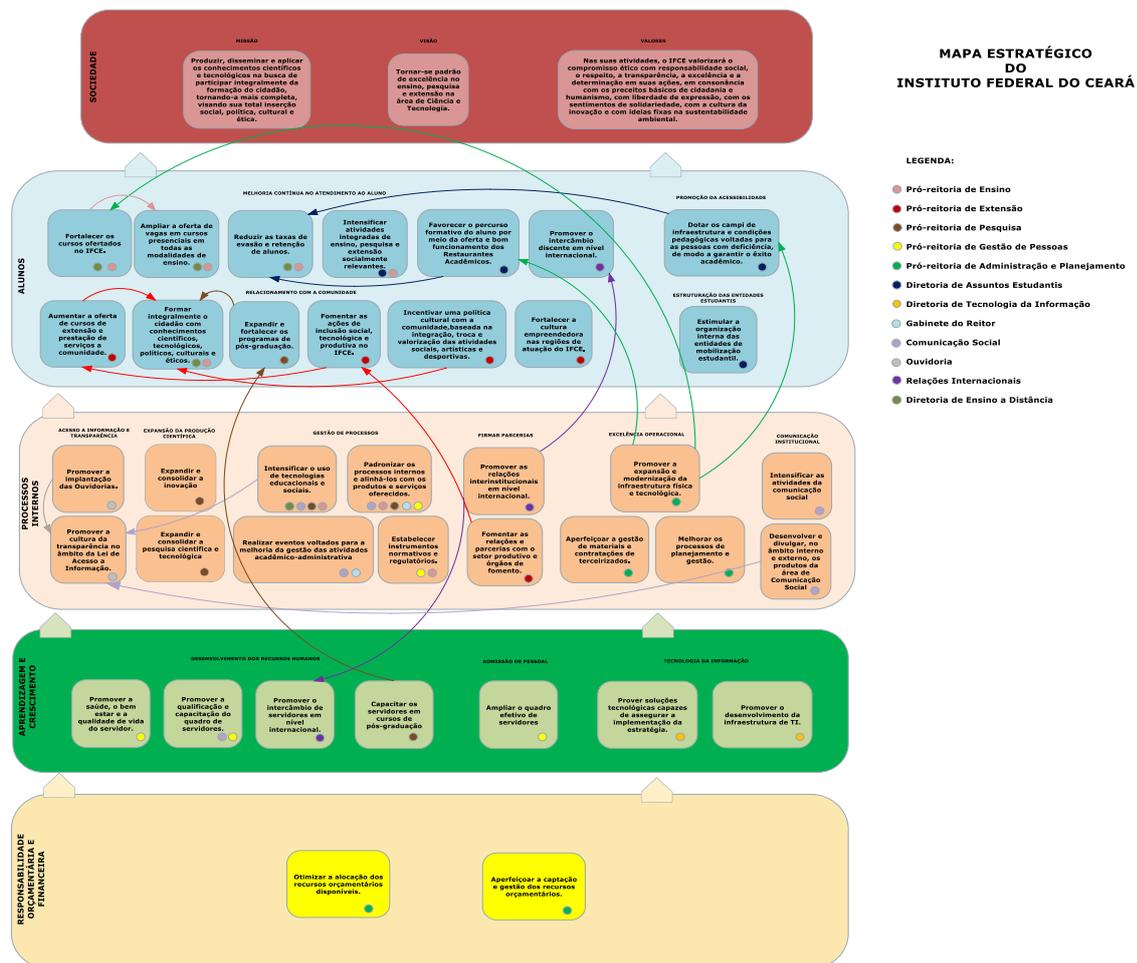
O plano estratégico do IFCE corresponde ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual constam os objetivos e metas planejados para um período de cinco anos. Os objetivos e metas foram definidos com vistas a contemplar as responsabilidades e finalidades de cada unidade de negócio da instituição, doravante denominadas de Unidades Estratégicas, são elas: Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, Pró-reitoria de Administração e Planejamento, Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Assuntos Estudantis, Diretoria de Tecnologia da Informação e Gabinete do Reitor.

O processo de elaboração dos objetivos e metas pelas Unidades Estratégicas teve como principais elementos norteadores a missão, visão e valores da instituição, ou seja, os objetivos e metas

foram definidos em consonância com a missão e voltados para a realização da visão da instituição de modo a orientar a prestação de serviços que agreguem valor a sociedade.

Como é possível perceber pelo mapa estratégico do IFCE, os objetivos estão associados em quatro perspectivas: aluno, processos internos, aprendizagem e crescimento e responsabilidade orçamentária e financeira, sendo que os resultados esperados em cada um deles contribuem para o sucesso da missão e alcance da visão institucional.

Em relação ao alinhamento dos planos tático e operacional com a missão, esse é realizado por meio do desdobramento das metas dos objetivos estratégicos entre os *campi* da instituição. Dessa forma, cada *campus* define as suas ações anuais com vistas ao alcance das metas definidas para o ano.



Disponível em:

<http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018-pdf/view>

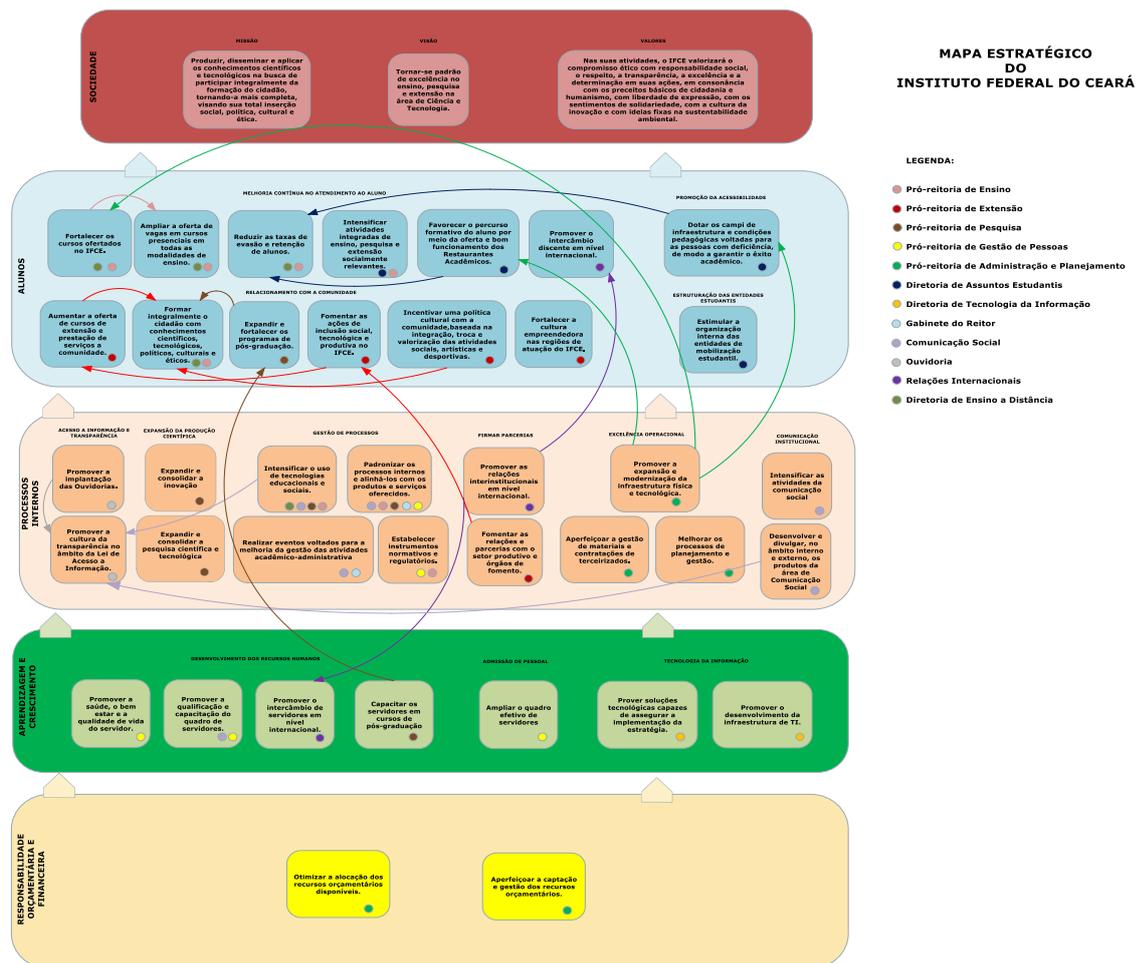
O plano estratégico do IFCE corresponde ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual constam os objetivos e metas planejados para um período de cinco anos. Os objetivos e metas foram definidos com vistas a contemplar as responsabilidades e finalidades de cada unidade de negócio da instituição, doravante denominadas de Unidades Estratégicas, são elas: Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, Pró-reitoria de Administração e Planejamento, Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Assuntos Estudantis, Diretoria de Tecnologia da Informação e Gabinete do Reitor.

O processo de elaboração dos objetivos e metas pelas Unidades Estratégicas teve como principais elementos norteadores a missão, visão e valores da instituição, ou seja, os objetivos e metas

foram definidos em consonância com a missão e voltados para a realização da visão da instituição de modo a orientar a prestação de serviços que agreguem valor a sociedade.

Como é possível perceber pelo mapa estratégico do IFCE, os objetivos estão associados em quatro perspectivas: aluno, processos internos, aprendizagem e crescimento e responsabilidade orçamentária e financeira, sendo que os resultados esperados em cada um deles contribuem para o sucesso da missão e alcance da visão institucional.

Em relação ao alinhamento dos planos tático e operacional com a missão, esse é realizado por meio do desdobramento das metas dos objetivos estratégicos entre os *campi* da instituição. Dessa forma, cada *campus* define as suas ações anuais com vistas ao alcance da metas definidas para o ano.



Disponível em:

<http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018-pdf/view>

## 2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O processo de planejamento estratégico do IFCE segue o ciclo PDCA (Planejar, Executar, Controlar e Avaliar). Nesse sentido, a etapa de controle é realizada trimestralmente sobre o planejamento tático e operacional, pois nesses planos estão definidas as ações dos *campi* necessárias ao alcance dos objetivos e metas definidos no plano estratégico.

Ao final de cada trimestre de execução do planejamento, os *campi* e Unidades Estratégicas informam no Módulo Desenvolvimento Institucional do SUAP os resultados das ações realizadas no trimestre e o percentual de realização das metas.

De posse dessas informações, elaboram-se um relatório descrevendo os resultados parciais das metas anuais e em seguida encaminha-se o referido relatório para as Unidades Estratégicas. O relatório parcial das metas é um instrumento que subsidia as Unidades Estratégicas a identificar os *campi* que estão com os resultados abaixo do esperado e, conjuntamente, buscar soluções com vistas a assegurar os resultados planejados.

### 2.3. Desempenho orçamentário

#### 2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

**Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) INTEGRAL			( ) PARCIAL		
Código:	10.26405.12.363.2080.20RG			Tipo:		Atividade
Título:	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				Código:1009	
Programa	Educação de Qualidade para Todos		Código:2080		Tipo:Temático	
Unidade Orçamentária	26405-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará.					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.176.829,00	4.176.829,00	3.939.734,65	610.037,04	604.154,19	5.882,85	3.329.697,61
Execução Física da Ação - Metas						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto viabilizado		Unidade	5		4	
Identificação da Ação						

<b>Responsabilidade da UPC na execução da ação</b>	<b>(X) INTEGRAL</b>		<b>( ) PARCIAL</b>		
<b>Código:</b>	<b>10.26405.12.363.2080.20RG</b>		<b>Tipo: Atividade</b>		
<b>Título:</b>	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.				
<b>Iniciativa</b>	02A0- Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.				
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.			<b>Código:0582</b>	
<b>Programa</b>	Educação Profissional Tecnológica <b>Código:2031</b>		<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.236.376,43	1.023.657,00	-	Projeto viabilizado	Unidade	<b>5</b>

**FONTE: TESOIRO GERENCIAL , dados extraídos em 01/02/2018**

Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS						
Identificação da Ação						
<b>Responsabilidade da UPC na execução da ação</b>	( ) INTEGRAL			(X) PARCIAL		
<b>Código:</b>	<b>10.26405.12.363.2080.20RL</b>			<b>Tipo:</b>	<b>Atividade</b>	
<b>Título:</b>	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional Tecnológica					
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				<b>Código:1009</b>	
<b>Programa</b>	Educação de Qualidade para Todos	<b>Código:2080</b>		<b>Tipo:Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26405-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
81.382.680,00	81.514.630,00	79.047.125,35	59.446.570,25	58.674.653,50	771.916,75	19.600.555,10
Execução Física da Ação - Metas						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
Estudante Matriculado		<b>Unidade</b>	Prevista	<b>Reprogramada</b>	<b>Realizada</b>	
			34.530		<b>37.822</b>	
<b>Responsabilidade da UPC na execução da ação</b>	( ) INTEGRAL			(X) PARCIAL		

<b>Código:</b>	<b>10.26405.12.363.2080.20RL</b>		<b>Tipo:</b>	<b>Atividade</b>	
<b>Título:</b>	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional Tecnológica.				
<b>Iniciativa</b>	02A0- Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.				
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.			<b>Código:0582</b>	
<b>Programa</b>	Educação Profissional Tecnológica	<b>Código:2031</b>		<b>Tipo:Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	<b>Realizada</b>
16.390.509,30	13.104.804,43	1.262.573,03	Estudante Matriculado	Unidade	<b>29.900</b>
<b>FONTE: TESOIRO GERENCIAL , dados extraídos em 01/02/2018</b>					

**Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS**

<b>Responsabilidade da UPC na execução da ação</b>	( ) INTEGRAL	( X ) PARCIAL
<b>Código:</b>	<b>10.26405.12.363.2080.2994 -</b>	<b>Tipo: Atividade</b>
<b>Título:</b>	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	

<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				<b>Código: 1009</b>	
<b>Programa</b>	Educação Profissional Tecnológica		<b>Código: 2080</b>		<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26405-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária Anual do exercício</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar do Exercício</b>	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.086.505,00	19.086.505,00	19.033.703,79	15.895.157,38	15.886.843,99	8.313,39	3.138.546,41
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	<b>Reprogramada</b>	<b>Realizada</b>	
Benefício concedido		Unidade	59.897		1.826.087	
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Responsabilidade da UPC na execução da ação</b>	( ) INTEGRAL			( X ) PARCIAL		
<b>Código:</b>	<b>10.26405.12.363.2031.2994 -</b>			<b>Tipo:</b>	<b>Atividade</b>	
<b>Título:</b>	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.					

<b>Iniciativa</b>	02A5-Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.				
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.			<b>Código: 0582</b>	
<b>Programa</b>	Educação Profissional Tecnológica		<b>Código: 2031</b>	<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26405-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	<b>Realizada</b>
3.140.352,45	2.632.647,20	195.301,16	Benefício concedido	<b>Unidade</b>	<b>9.795</b>

**FONTE: TESOIRO GERENCIAL, dados extraídos em 01/02/2018**

**Quadro – Ações Não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>			
<b>Código</b>	<b>10.26405.12.363.1062.1H10</b>		<b>Tipo: Projeto</b>
<b>Título</b>	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.		
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	<b>Código</b>	<b>1062</b>

<b>Unidade Orçamentária</b>	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
9.736,44	-	6.075,70	Unidade de ensino implantada	Unidade	-

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	10.26405.12.363.1062.6301 -		<b>Tipo:Atividade</b>		
<b>Título</b>	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	<b>Código</b>	<b>1062</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	<b>Realizada</b>
53.307,32	-	41.783,06	Volume disponibilizado	Unidade	-

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	10.26405.12.363.1062.2992		<b>Tipo:Atividade</b>		
<b>Título</b>	Funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica				
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	<b>Código</b>	<b>1062</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará.				

<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	<b>Realizada</b>
103.050,71	-	37.648,50	Aluno matriculado	Unidade	-

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	10.26405.12.363.1062.8650		<b>Tipo:Atividade</b>		
<b>Título</b>	Reestruturação da ede de Educação Profissional e Tecnológica				
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	<b>Código</b>	<b>1062</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	<b>Realizada</b>
34.172,47	-	9.412,92	Unidade reestruturada	Unidade	-

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	10.26405.12.363.2031.6358		<b>Tipo:Atividade</b>		
<b>Descrição</b>	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional Tecnológica				
<b>Iniciativa</b>	02B3 - Ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional, possibilitando inclusive recorte étnico-racial e de gênero e o atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.				

<b>Objetivo</b>	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.			<b>Código: 0588</b>		
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		<b>Código:2031</b>	<b>Tipo:Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
	Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	<b>Realizada</b>
0023-Ceará	36.731,26	803,20	2.730,00	<b>Pessoa capacitada</b>	<b>Unidade</b>	-

**FONTE: TESOIRO GERENCIAL , dados extraídos em 01/02/2018**

No exercício de 2017 foram alocados créditos na Lei Orçamentária Anual (LOA) do IFCE em 03 (Três) ações orçamentárias consideradas como relevantes para desempenho da missão institucional, a saber: Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional Tecnológica, Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica e Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica.

Para **ação de Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** foi previsto o valor de R\$ 2.926.829,00 mais as emendas impositivas, no valor de R\$1.250.000,00, destinadas aos campi de Aracati, Acaraú e Quixadá. Do total prevista para a ação na LOA do IFCE, houve o contingenciamento inicial de 50% (cinquenta por cento) da cota de movimentação de empenho. Em relação aos recursos oriundos de Emendas de Individuais foi liberado o valor de R\$1.050.000,00 que atendeu a execução da obra de construção da Quadra Esportiva do campus de Quixadá e construção dos tanques de piscicultura e adequação dos laboratórios de química do campus Aracati. As principais ações executadas com os recursos alocados na LOA foram: a continuidade das obras dos campi de Acopiara e Horizonte, aquisição de equipamentos, mobiliários e condicionadores de ar dos campi da Expansão Fase III (Acopiara, Horizonte e Paracuru).

A obra do campus Paracuru foi concluída, porém ainda falta o recebimento de equipamentos e mobiliário. A obra do campus Horizonte se encontra em execução com previsão de conclusão para abril/2018. Foram adquiridos equipamentos e mobiliário para o funcionamento do campus com o recebimento da obra. A obra do campus Acopiara se encontra em andamento, com previsão de conclusão em abril/2018. A insuficiência orçamentária para empenho do valor atualizado contratado dificultou a execução da obra em ritmo adequado. Aguarda-se também, para o campus Acopiara, o recebimento de equipamentos e mobiliário, já empenhados, para o funcionamento da unidade. No que se refere às emendas informamos que foi contratada a obra de construção da quadra poliesportiva do campus Quixadá, com entrega prevista em 180 dias, e a obra de construção dos tanques de piscicultura e o laboratório de química do campus Aracati, com entrega prevista para 60 dias. Ambas as obras se iniciarão em janeiro de 2018.

A **ação de Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional Tecnológica** teve uma execução de 96,97% do total dos créditos alocados (R\$ 81.514.630,00). Esta ação foi destinada exclusivamente à manutenção do funcionamento das unidades do IFCE situadas no estado do Ceará, custeando despesas essenciais como limpeza e conservação, vigilância, telefonia, fornecimento de energia elétrica, água e insumos para o desenvolvimento das aulas didáticas e práticas dos cursos e desenvolvimento das atividades administrativas. Além disso, a ação contemplou investimentos na execução de obras de pequeno vulto como: Refeitório e pavimentação de áreas externas da Reitoria, obras e adequação de salas de aulas para os campi de Baturité, Camocim, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Umirim e Tianguá, adequação do fosso do elevador do campus de Fortaleza, urbanização do campus de Umirim, além da aquisição de acervo bibliográfico, equipamentos e mobiliários para a área de ensino e administrativa.

O físico executado desta ação (Estudante Matriculado) superou a Meta Física do exercício em aproximadamente 9,53%. Destaca-se, entretanto, que a superação poderia ter sido maior, considerando a liberação dos recursos contingenciados se efetivou a partir do quarto trimestre, comprometendo o crescimento de oferta de vagas ainda no exercício.

No que diz respeito à **ação de Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica**, o percentual de execução atingiu 99,72% do total dos créditos alocados, que perfizeram R\$ 19.086.505,00. Esta ação tem duas vertentes de assistência aos discentes: uma destina-se à concessão de auxílios aos alunos na forma de pecúnia, (auxílio formação, alimentação, transporte, iniciação científica, acadêmico, pais e mães), conforme Resolução CONSUP nº 08/2014, e outra se destina ao fornecimento de alimentação, na forma de merenda escolar, ou através dos restaurantes acadêmicos da rede IFCE.

O físico executado desta ação (Benefício Concedido) superou a Meta Física do exercício em aproximadamente 204%. Destaca-se que a superação foi motivada pela eficiência da equipe de gestão

em decorrência da agilidade nas análise e concessão de benefícios, assim como na liberação dos recursos contingenciados no exercício.

### **2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário**

Os principais eventos que interferiram no desempenho orçamentário do IFCE foram:

- 1 – Limitação da cota de movimentação de empenho;
- 2 – Contingenciamento de créditos orçamentários;
- 3- Limitação das despesas a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens;

Com a publicação dos Decretos nº 8.961, de 16/01/2017, alterado pelo Decreto nº 9.018, de 30/03/2017, que dispunham sobre a Programação Orçamentária e Financeira do governo federal, houve uma limitação na conta (82320.01.00) de Limite Orçamentário a Utilizar, sendo a liberação da cota de movimentação de empenho realizada de forma fracionando, acarretando incertezas na execução orçamentaria no transcorrer do exercício.

Além da liberação parcial de Limite Orçamentário a Utilizar, ocorreu o contingenciamento dos créditos autorizado na Lei Orçamentaria Anual LOA-2017 sendo de 10% (dez por cento) dos créditos de custeio e de 30% (trinta por cento) dos créditos de capital, comprometendo a continuidade da implantação dos campi da Expansão Fase III (Itapipoca, Paracuru, Horizonte, Acopiara e Maranguape), no tocante a finalização e continuidade das obras de construção dos campi e na aquisição dos equipamentos.

Conjugado a este cenário, as limitações impostas pela política de racionalização das despesas públicas que foram estabelecidas pelas Portarias nº 28, de 16 de fevereiro 2017 e Portaria nº 234, de 19 de julho de 2017, ambas do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (MPDG), definiu que as despesas a serem empenhadas no exercício de 2017 para o Instituto Federal do Ceará (IFCE) não poderia exceder a 80% (oitenta por cento) das despesas empenhas em 2016. Como a definição deste limite, a Instituição adotou medidas para priorizar a execução orçamentária com despesas essenciais para funcionamento das Unidades e não atendendo a contratação de serviços e aquisições de suprimentos para o melhor desenvolvimentos do ensino.

Tais fatores levaram a instituição a redimensionar as despesas essenciais ao funcionamento das unidades, com a redução de gastos com serviços terceirizados, reprogramação de aulas práticas e também com a impossibilidade de atender, integralmente, a atualização planejada para o acervo bibliográfico, assim como a aquisição de equipamentos para laboratório.

### **2.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento**

O reconhecimento de passivos oriundos de despesas sem dotação orçamentária não fere a vedação constituição-legal de realização de despesa ou assunção de obrigações que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, vez que não é o registro contábil que está vedado e sim o ato que o origina.

O Princípio Contábil da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Este Princípio reconhece as transações e os eventos na ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente do seu pagamento, recebimento e autorização orçamentária.

E é em atendimento a este Princípio, constante na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n 750/93, à Lei Complementar n 101/2000 no inciso II, do art. 50, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP, Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais), às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.4 Transações no Setor Público) e outros atos normativos que dispõem sobre a contabilidade geral e pública, que ocorrendo o fato gerador de uma despesa, mesmo nos casos sem dotação no orçamento, a contabilidade deverá registrá-la.

Porém, em consulta ao relatório criado no Tesouro Gerencial pela Setorial Contábil do MEC, não encontramos nesta UJ, nenhum reconhecimento de passivos sem a devida contrapartida orçamentária. Isto se deve ao fato de já iniciamos o exercício de 2017 com o orçamento aprovado e,

com isso, não houve necessidade de registro de passivo sem o respectivo crédito autorizado no orçamento.

#### 2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

##### Quadro – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

<b>Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante em 1º de Janeiro de 2017</b>	<b>Pagos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2017</b>
<b>2016</b>	2.948.864,27	2.904.043,52	14.703,01	30.117,74
2015	122.507,32	102.542,58	11.576,13	8.388,61
2014	30.738,03	67,80	10.278,75	20.391,48
2013	28.415,54		16.847,87	11.567,67
2012	128.263,56		2.656,00	125.607,56
2011	36.102,85			36.102,85
2010	30.938,28		30.802,28	136,00
2009	4.689,29		3.368,22	1.321,07
2008	2.385,62			2.385,62
2007	27.684,49		3.974,23	23.710,26
2006	3.250,55		3.250,55	0,00
2005	7.307,86		5.002,25	2.305,61

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante em 1º de Janeiro de 2017</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2017</b>
2016	35.580.606,64	25.045.003,15	1.604.246,62	8.931.356,87
2015	4.006.341,40	1.332.737,82	1.171.360,37	1.502.243,21
2014	1.510.946,58	631.280,47	191.572,83	688.093,28
2013	2.832.495,74	136.307,00	2.267.106,54	429.082,20
2012	886.594,83	103.517,27	473.189,48	309.888,08
2011	178.539,79		77.390,93	101.148,86
2010	26.072,15	0,00	21.874,25	4.197,90

FONTE: TESOURO GERENCIAL, dados extraídos em 01/02/2018

Não houve impactos significativos na gestão financeira em decorrência de pagamentos de Restos a pagar (RAP) de exercícios anteriores, pois os limites financeiros estabelecidos, atenderam as necessidades de pagamento dos Restos a pagar (RAP), bem como das despesas do exercício financeiro.

Nos casos de convênios, justifica-se a permanência de restos a pagar há mais de um exercício, tendo em vista a prorrogação de vigências decorrentes da demora na liberação das parcelas, por atraso da UJ na análise das prestações de contas, bem como as mesmas apresentaram-se incompletas.

No que se refere a prestação de serviço e/ou aquisição de bens, pela demora na apresentação das notas fiscais pelos fornecedores, bem como as certidões exigidas no ato do pagamento, apresentarem-se vencidas, irregularidade fiscal, trabalhista e previdenciária dos fornecedores, além da execução de obras de construção que normalmente ultrapassam mais de um exercício financeiro.

Como estratégia de pagamento dos Restos a Pagar, informamos que foi emitida e enviada a todos os campi, uma nota técnica estabelecendo rotinas de análise e acompanhamento dos RP, com o objetivo de evitar a permanência de saldos indevidos nesta conta.

Os empenhos que permaneceram inscritos em RP obedeceram às ressalvas do disposto no §3º, do art. 68 do Decreto 93.872/1986, abaixo transcrito:

*Art. 68. A inscrição de despesas como restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho depende da observância das condições estabelecidas neste Decreto para empenho e liquidação da despesa. (Redação dada pelo Decreto nº 7.654, de 2011)*

*§ 2º Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º. (Incluído pelo Decreto nº 7.654, de 2011)*

*§ 3º Permanecem válidos, após a data estabelecida no § 2º, os restos a pagar não processados que:*

*II - sejam relativos às despesas: (Incluído pelo Decreto nº 7.654, de 2011)*

*c) do Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.*

### 2.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos

#### Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

Entre 2015 a 2017 o IFCE não celebrou Convênio ou Contrato de Repasse com transferência de recursos. No período de 2015 a 2017 foram firmados três Termos de Execução Descentralizadas-TED, sendo dois Termos que tem por objeto a Capacitação de Servidores em cursos de Pós-Graduação em Stricto Sensu, em nível de Mestrado, coma a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ e UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. O outro TED tem por objeto a Participação nos Jogos dos Institutos Federais- JIFs 2016 (Regional) para os Alunos do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ e foi firmado com o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.

#### Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

UASG 158133						
Nome:	<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ</b>					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017

Termo de Execução Descentralizada	01	03	02	R\$ 114.400,00	R\$ 159.762,00	R\$ 325.387,00
Totais	01	03	02	R\$ 114.400,00	R\$ 159.762,00	R\$ 325.387,00

Fonte: Tesouro Gerencial

### Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Unidade Concedente UASG 158133					
Nome: <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ</b>					
Exercício da Prestação Contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Termo de Execução Descentralizada			...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	01		
		Montante Repassado	-		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		

Fonte: Tesouro Gerencial

### Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome:				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos			
	Termo de Execução Descentralizada			...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-		
	Quantidade reprovada	-		

	Quantidade de TCE instauradas	-		
	Montante repassado (R\$)	-		
Contas analisadas	Quantidade	-		
	Montante repassado (R\$)	-		
Fonte:				

### Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-

#### Análise crítica

A Coordenadoria de Convênio do IFCE fica diretamente subordinada a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento e conta com 02 servidores para o desenvolvimento de todos os trabalhos e atribuições pertencentes a essa coordenação.

Com a criação da Coordenadoria, houve melhora no acompanhamento e controle dos processos e, com isso, uma maior segurança na gestão, especialmente em conferir a prestação de contas dos recursos executados pelo IFCE, antes de encaminhar ao órgão concedente, o qual cabe Coordenadoria de Convênios decidir pela sua regularidade.

A estrutura de pessoal ainda não é a ideal com deficiência de servidores e ainda falta um sistema de gestão dos processos, entretanto, tem-se empregado esforços para que seja melhor estruturada a Coordenadoria de Convênios em 2018.

A fiscalização em in loco fica a cargo dos coordenadores e fiscais dos projetos. Nesse aspecto ficam na responsabilidade de produzir os relatórios de cumprimento de objeto e relatórios do andamento dos projetos, além de registrar as ocorrências que venha a existir no decorrer da vigência dos Termos de Execução Descentralizadas.

#### 2.3.5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Em busca de sistematizar os controles internos, atualmente foi solicitado a criação de um sistema interno de controle de convênios e instrumentos congêneres, para o acompanhamento da execução, vigência, geração de relatórios e prestação de contas.

Um outro ponto que está em processo de desenvolvimento é um manual de convênios, que com a implantação do SEI, tornou necessário e urgente, haja visto as mudanças significativas nas rotinas processuais no IFCE. Assim, o manual dos Convênios e Instrumentos Congêneres tem previsão de conclusão até o final do ano de 2018.

Muito embora a Coordenadoria de Convênios ainda não tenha uma estrutura de pessoal suficiente, vem se esforçando para gerir os procedimentos de prestações de contas de forma satisfatória. Para isso o IFCE instituiu uma comissão incumbida de proceder à análise das Prestações de Contas de fundações de apoio e emitir a devida certificação de regularidade.

### 2.3.6. Informações sobre a realização das receitas.

Unidade Orçamentária: IFCE									Cod:26405	
Receitas por Natureza de Despesa e fonte de Recurso	2017		2016		2015		2014		2013	
	LOA	Realizada	LOA	Realizada	LOA	Realizada	LOA	Realizada	LOA	Realizada
<b>1. Receitas próprias - Fonte 250</b>	<b>699.683</b>	<b>1.369.580</b>	<b>1.409.874</b>	<b>7.739.696</b>	<b>1.343.962</b>	<b>781.822</b>	<b>834.525</b>	<b>3.449.976</b>	<b>2.038.223</b>	<b>1.122.690</b>
Alugueis	90.637,00	216.084,11	125.617,00	120.061,00	137.202	74.929	83.363	119.860	56.948	95.750
Arrendamentos									2.062	-
Taxa de Ocupação de Outros Imóveis					10.934	7.597	5.282	12.417	9.418	8.400
Outras Receitas Patrimoniais							-		1.367	-
Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	8.194,00	14.444,30	7.797,00	8.504,00	2.715	6.795	2.166	3.949	-	2.696
Receita da Produção Vegetal/Animal e Derivados	278.287,00	151.712,72	260.601,00	199.525,00	216.884	226.540	18.254	357.916	196.674	38.458
Receita Industrial		26.406,00		39.222,00						
Serviços Tecnológicos	25.936,00	40.852,50	70.568,00	38.705,00	63.690	47.489	47.913	62.722	73.725	49.802
Serviços Administrativos	120.997,00	80.628,12	49.319,00	76.619,00	7.427	29.926	1.892	6.169	4.136	4.065
Serviços Educacionais						40.568	7.555	389	141.681	1.056
Serviços de Hospedagem e Alimentação		192.293,65		30.600,00	14.317	37.229	14.107	18.878	21.694	20.247
Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	160.481,00	517.429,99	869.000,00	7.004.784,00	885.000	288.360	653.292	2.856.796	1.489.255	756.720
Multas e Juros Previstos em Contratos e alugueis	15.151,00	4.544,91	26.972,00	14.966,00	5.793	22.390	434	10.693	38.698	4.151
Alienação de veiculos					-	-	-	-	-	41.600
Outras Restituições		125.183,80		206.710,00			267	186	2.565	99.746

<b>2. Receitas de Convênios - Fonte 281</b>						<b>60.000</b>	<b>64.059</b>	<b>18.376</b>	<b>30.396</b>	<b>53.879</b>
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades						60.000	64.059	18.376	30.396	53.879
<b>2. Recursos Ordinários - Fonte 100 + 112</b>		<b>885.860,08</b>		<b>1.466.852,00</b>		<b>539.005</b>	<b>-</b>	<b>795.704</b>	<b>-</b>	<b>625.363</b>
Recuperação de Despesas		885.860,08		1.466.852,00		539.005		795.704		625.363
<b>TOTAIS</b>	<b>699.683</b>	<b>2.255.440</b>	<b>1.409.874</b>	<b>9.206.548</b>	<b>1.343.962</b>	<b>1.380.827</b>	<b>898.584</b>	<b>4.264.057</b>	<b>2.068.619</b>	<b>1.801.931</b>

**FONTE: SIAFI, DADOS EXTRAÍDOS EM 16/01/2018.**

As principais fontes próprias de receitas do IFCE foram decorrentes de Aluguéis, Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública, Receita da Produção Vegetal/ Animal e Derivados, Receita Industrial, Serviços Tecnológicos, Serviços Administrativos, Serviços de Hospedagem e Alimentação, Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos, Multas e Juros Previstos em Contratos e alugueis e Outras Restituições. Todas estas naturezas foram alocadas na fonte 0250. A arrecadação referente à recuperação de despesas (Recursos ordinários – Fonte 0100 e Fonte 0112) trata-se de devolução de despesas não realizadas, com fontes do Tesouro, não constituindo arrecadação, de fato, sendo uma mera devolução de recursos ao erário.

A previsão de arrecadação do IFCE, alocada na LOA 2017, na fonte 0250, foi de R\$ 699.683,00. Entretanto, com a realização de Processos Seletivos para professor substituto e para ingresso de discentes para os cursos técnicos ultrapassou a previsão, em R\$ 160.481,00 para R\$ 517.429,99. Os demais tipos de receitas, em geral, ficaram pouco abaixo do previsto.

Verifica-se que nos últimos três exercício (2015, 2016 e 2017) a receita realizada vem ultrapassando os créditos alocados na LOA em decorrência da realização de concursos públicos e processos seletivos, gerando um superávit financeiro na fonte 0250.

### 2.3.7. Informações sobre a execução das despesas

**Quadro – Despesas totais por modalidade de contratação**

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>85.474.272,90</b>	<b>13,58</b>	<b>86.234.031,65</b>	<b>15,58</b>	<b>51.299.010,06</b>	<b>8,70</b>	<b>58.822.043,21</b>	<b>11,42</b>
a) Convite								
b) Tomada de Preços	2.890.973,71	0,46	2.958.660,14	0,53	598.701,50	0,10	1.112.944,47	0,22
c) Concorrência	9.733.748,70	1,55	14.568.150,78	2,63	4.493.987,72	0,76	11.482.254,36	2,23
d) Pregão	72.849.550,49	11,58	68.707.220,73	12,41	46.206.320,84	7,83	46.226.844,38	8,97
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>14.069.283,44</b>	<b>2,24</b>	<b>19.323.691,75</b>	<b>3,49</b>	<b>11.789.177,93</b>	<b>2,00</b>	<b>11.736.942,82</b>	
h) Dispensa	10.068.532,97	1,60	16.063.031,68	2,90	8.732.149,82	1,48	9.065.785,12	1,76
i) Inexigibilidade	4.000.750,47	0,64	3.260.660,07	0,59	3.057.028,11	0,52	2.671.157,70	0,52
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>15.581,46</b>	<b>-</b>	<b>281.125,49</b>	<b>0,05</b>	<b>15.581,46</b>	<b>-</b>	<b>276.559,96</b>	<b>0,05</b>
j) Suprimento de Fundos	15.581,46	0,00	281.125,49	0,05	15.581,46	0,00	276.559,96	0,05
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>483.929.233,30</b>	<b>76,90</b>	<b>399.261.585,15</b>	<b>72,11</b>	<b>483.924.526,92</b>	<b>82,05</b>	<b>399.260.186,15</b>	<b>77,51</b>
k) Pagamento em Folha	482.324.563,63	76,64	397.168.927,23	71,73	482.324.563,63	81,78	397.168.927,23	77,10
l) Diárias	1.604.669,67	0,25	2.092.657,92	0,38	1.599.963,29	0,27	2.091.258,92	0,41
<b>5.Total das Despesas acima (1+2+3+4)</b>	<b>583.488.371,10</b>	<b>92,71</b>	<b>505.100.434,04</b>	<b>91,23</b>	<b>547.028.296,37</b>	<b>92,75</b>	<b>470.095.732,14</b>	<b>91,26</b>
<b>6. Total das Despesas da UPC</b>	<b>629.336.526,99</b>	<b>100</b>	<b>553.669.015,49</b>	<b>100</b>	<b>589.759.133,89</b>	<b>100,00</b>	<b>515.139.544,58</b>	<b>100</b>

**FONTE: TESOIRO GERENCIAL , dados extraídos em 01/02/2018**

**Quadro – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil(2017/2016)	351.904.411,98	289.602.901,29	351.904.411,98	289.602.901,29	-	-	351.904.411,98	289.602.901,29
Obrigações Patronais(2017/2016)	33.955.238,92	28.132.240,49	33.955.238,92	28.132.240,49	-	-	33.955.238,92	28.132.240,49
Demais elementos do grupo	96.464.912,73	79.433.785,45	96.464.912,73	79.433.785,45	-	-	96.464.912,73	79.433.785,45
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
Locação de Mão de obra (2017/2016)	39.783.402,13	38.501.905,12	36.555.384,51	35.770.360,06	3.228.017,62	2.731.545,06	36.134.396,59	35.148.575,04
Outros Serviços de Terceiros/ PJ(2017/2016)	24.250.729,43	30.677.649,10	15.065.690,12	17.128.339,31	9.185.039,31	13.549.309,79	14.942.733,25	16.868.332,28
Aux.Alimenta	16.384.000,93	15.288.717,16	16.384.000,93	15.288.717,16	-	-	16.384.000,93	15.288.717,16

ção(2017/2016)								
<i>Auxílio Financeiro a estudantes(2016/2015);</i>	12.991.359,20	13.709.684,47	12.167.869,58	13.115.136,43	823.489,62	594.548,04	12.152.236,29	12.883.120,07
<i>Material de Consumo(2017/2016)</i>	5.546.158,47	3.523.615,64	1.156.214,75	1.733.983,59	4.330.865,35	1.789.632,05	1.180.914,93	1.458.599,04
<i>Demais elementos do grupo</i>	24.738.912,54	25.425.392,87	20.332.289,97	20.759.134,14	4.465.700,94	4.666.258,73	20.194.820,50	20.411.835,90

**DESPESAS DE CAPITAL**

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>4. Investimentos</b>								
<i>Obras e Instalações (2017/2016)</i>	12.838.628,86	19.375.976,36	6.408.170,22	13.699.048,74	3.736.667,78	2.991.562,75	5.156.374,22	12.729.150,29
<i>Equip.Mat.Perm.(2017/2016)</i>	5.815.291,67	4.122.522,76	-	-	8.509.082,53	6.807.887,63	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	4.663.480,13	5.874.624,78	1.602.042,55	3.424.762,19	3.061.437,58	2.449.862,59	1.289.093,55	3.182.287,57

**FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL , dados extraídos em 01/02/2018**

A Lei Orçamentária Anual nº 13.414 de 10 de janeiro de 2017 teve sua execução inicial regida pelo Decreto nº 8.961 de 16/01/2017, sendo alterado pelo Decreto nº 9.018 de 30/03/2017, contendo as disposições sobre a programação orçamentária e o cronograma de desembolso financeiro anual. Além destes instrumentos normativos a execução orçamentária teve limitações estabelecidas pela Portaria nº 28, de 16 de fevereiro de 2017, do Ministério do Planejamento, que fixou limites para a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e das unidades orçamentárias do Poder Executivo. Por sua vez o Ministério da Educação - MEC estabeleceu o limite de despesa para o exercício de 2017, do Instituto Federal do Ceará no valor de 80% (oitenta por cento) sobre as a despesas empenhadas no exercício de 2016, exigindo a adoção de medidas no âmbito da Rede com vistas a não ultrapassar os limites do órgão.

Ao longo do exercício/2017 a execução orçamentária teve suas cotas de limite de empenho e movimentação fracionadas, repercutindo diretamente nas ações planejadas, principalmente na realização de investimentos, cuja cota autorizada foi de até 50 % das dotações consignadas na LOA, contudo os esforços da Instituição para concluir as obras de construção em andamento dos campi de Acopiara, Horizonte e Maranguape resultou na execução integral das dotações de capital constantes na LOA/2017 no valor de R\$ 8.339.883 além de suplementação orçamentaria por créditos adicionais.

Além das limitações orçamentárias impostas no curso da execução orçamentária, o governo federal contingenciou 10% das dotações de custeio no valor de R\$ 9.681.132 e 30% das dotações de capital no valor de R\$ 2.578.930. Tal contingenciamento dificultou sobremaneira a manutenção e funcionamento dos campi, no âmbito das áreas fim e meio gerando desequilíbrios na Rede/IFCE. Durante o encerramento do exercício o governo descontingenciou integralmente as dotações de custeio, retendo parcialmente dotações de capital no valor de R\$ 1.101.965,00.

Ante as limitações acima em comento, a gestão orçamentária adequou as cotas autorizativas de limite de empenho e movimentação para atender as suas necessidades institucionais, realizando internamente remanejamento entre ações e grupos de despesas além das seguintes medidas:

1 – Houve a suplementação de créditos para o atendimento de despesas de pessoal ativo, inativos e de benefícios, em decorrência da insuficiência de dotações orçamentárias para cobertura destas despesas ao longo do exercício;

2 – Por indisponibilidade orçamentária, houve a suplementação de dotações de Investimentos pelo cancelamento de dotações de custeio no valor de R\$1.600.000,00 visando:

a) implantar o Sistema Eletrônico de Informações-SEI com adesão feita desde em abril/2014;

b) atender finalidades diversas no âmbito da Rede/IFCE, tais como: equipar os laboratórios de informática, Engenharia de Controle e Automação e de Engenharia Mecânica do campus Maracanaú, adquirir catracas de acesso do campus de Crato, mobiliários em geral e material permanente ( compressores, central de ar condicionado, placas fotovoltaicas, moto bombas) , além do registro de patentes da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

3 – Houve a solicitação de créditos adicionais por ausência de previsão orçamentária para atender despesas com auxílios moradia para os diretores Gerais dos campi de Baturité e Camocim, no montante de R\$ 19.050,00;

Destacamos os efeitos impeditivos da Emenda Constitucional 95/2016 e a política de redução de gastos do governo que inviabilizou suplementar os créditos decorrentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial/2016 no valor de R\$ 5.891.000, cujo propósito foi não exceder os limites autorizados na LOA.

Durante o exercício/2017 houve a Descentralização de Créditos na ordem de R\$ 17.769.206,79 para custear ações e projetos desenvolvidos no âmbito da Rede/IFCE, concedidos por órgãos vinculados ao Ministério da Educação tais como *SETEC, Capes e FNDE, bem como* de outros órgãos como a Agencia Nacional de Águas e Ministério da Saúde.

No que diz respeito às alterações significativas ocorridas no exercício, em relação aos montantes realizados, verificou-se um crescimento das Despesas de Pessoal, de cerca de 21%, o que fez a participação destas despesas nas Despesas totais passar de 72,11% para 76,90%, em razão do funcionamento dos novos campi (Paracuru, Horizonte, Boa Viagem, Acopiara e Maranguape), que ensejaram a nomeação de novos servidores.

Quanto às Outras Despesas de Custeio e Capital-OCC, verificou-se uma redução de cerca de 26,5% em gastos com serviços de pessoa jurídica e uma estabilização dos gastos com locação de mão-de-obra, ambas resultado das limitações fixadas pela Portaria nº 28, acima mencionada. Destaque-se, que o comum é que tais despesas apresentem um acréscimo anual em decorrência dos reajustes nos contratos e em razão de expansão na infraestrutura, que é o cenário em que o IFCE se encontra.

Por modalidade de licitação, houve uma redução significativa no montante das despesas oriundas de dispensas de licitação, de cerca de 37,31%, o que pode sinalizar um aperfeiçoamento na gestão dos processos de aquisições e contratações do órgão.

### **2.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal**

Esta instituição no decorrer do ano de 2017 diminuiu bastante a utilização da modalidade de suprimento de fundos para despesas de pequeno vulto e/ou emergencial em relação ao ano anterior.

Isso aconteceu pela decisão de fazer compras de material/serviço com maior planejamento através da modalidade pregão eletrônico e utilizar a execução descentralizada do Ministério do Planejamento para compras de passagens aéreas.

O Campus de Fortaleza emitiu dois empenhos em 2017 com essa modalidade de suprimento de fundos para compras de pequeno vulto/emergencial e apenas um para compra de passagens aéreas.

Também foi realizado empenhos com a modalidade suprimento de fundos para compra de passagens aéreas, nos campi Tauá e Baturité.

Os demais campi não utilizaram a modalidade 09 – Suprimento de Fundos em 2017.

### Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	
2017	158313	IFCE FORTALEZA	-	-	03	14.379,00	6.251,16
	158951	IFCE BATURITÉ	-	-	01	1.202,46	1.202,46
	<b>TOTAL</b>					<b>15.581,46</b>	
2016	158313	IFCE FORTALEZA	-	-	07	50.902,95	26.206,95
	158321	IFCE CRATO	-	-	-	0,00	-
	158133	IFCE REITORIA	-	-	10	221.465,07	129.305,31
	158952	IFCE TAUÁ	-	-	01	3.000,00	3.000,00
	158951	IFCE BATURITÉ	-	-	01	1.586,86	1.586,86
	158315	IFCE QUIXADÁ	-	-	01	2.609,67	2.609,67
	158956	IFCE TIANGUÁ	-	-	01	1.560,94	1.560,94
	<b>TOTAL</b>					<b>281.125,49</b>	

Fonte: SIAFI

### Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a + b)
					Quant.	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158313	IFCE FORTALEZA	-	-		-	14.379,00	14.379,00
	158951	IFCE BATURITÉ	-	-		-	1.202,46	1.202,46
	<b>TOTAL</b>		-	-		-	<b>15.581,46</b>	<b>15.581,46</b>
2016	158313	IFCE FORTALEZA	-	-		-	49.337,42	49.337,42
	158321	IFCE CRATO	-	-		-	0,00	0,00
	158133	IFCE REITORIA	-	-		-	221.465,07	221.465,07
	158952	IFCE TAUÁ	-	-		-	0,00	0,00
	158951	IFCE BATURITÉ	-	-		-	1.586,86	1.586,86
	158315	IFCE QUIXADÁ	-	-		-	2.609,67	2.609,67
	158956	IFCE TIANGUÁ	-	-		-	1.560,94	1.560,94
	<b>TOTAL</b>		-	-		-	<b>276.559,96</b>	<b>276.559,96</b>

Fonte: SIAFI

## Classificação dos gastos com suprimento de fundos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto - 2017		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158313	IFCE FORTALEZA	339030 - MATERIAL DE CONSUMO	22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	1.161,20
			24 - MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	3.916,45
			25 - MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	1.191,31
			26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	1.724,78
			42 - FERRAMENTAS	134,10
158951	IFCE BATURITÉ	339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	01 - PASSAGENS PARA O PAIS	6.251,16
			96 - PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO-PAGTO ANTECIPADO	1.202,46
			<b>SOMA</b>	<b>15.581,46</b>

### 2.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Instituto Federal do Ceará, em seu planejamento, visa não só alcançar um bom resultado para os indicadores de desempenho, definidos pelo Tribunal de Contas da União para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como também obter um desempenho satisfatório nos indicadores estabelecidos pela própria gestão da instituição.

Em outras palavras, significa dizer que, além dos 12 (doze) indicadores definidos pelo TCU, o IFCE possui ainda um conjunto de indicadores próprios, de diversas classificações, destinados a acompanhar o desempenho das áreas de ensino, pesquisa, extensão, gestão e relações internacionais.

A seguir serão apresentados os resultados alcançados, até o ano de 2017, referentes a alguns dos principais indicadores próprios da gestão do IFCE, para cada área mencionada acima:

#### Ensino

Denominação	Periodicidade	Fórmula	Índice Previsto para 2018	Índice Alcançado até 2017
Cursos de Licenciatura implantados	Anual	Soma simples	19	7
Cursos Técnicos implantados	Anual	Soma simples	53	18
Cursos de Tecnologia, Bacharelado e Pós-graduação implantados	Anual	Soma simples	37	14
Alunos formados	Semestral	Soma simples	15.882	7.824

## **Pesquisa**

Denominação	Periodicidade	Fórmula	Índice Previsto para 2018	Índice Alcançado até 2017
Artigos publicados em periódicos qualis A ou B	Trimestral	Soma simples	598	446
Projetos de pesquisa e inovação em execução	Trimestral	Soma simples	2.937	1.411
Captação de recursos para pesquisa e inovação	Trimestral	Soma simples	14.065.000	5.278.296

## **Extensão**

Denominação	Periodicidade	Fórmula	Índice Previsto para 2018	Índice Alcançado até 2017
% de alunos que participam de projetos de ensino, pesquisa e extensão.	Trimestral	(Total de alunos / Somatório de alunos que participam de projetos de ensino, pesquisa e extensão) x 100	17%	13%
Cursos e Serviços Prestados pela Extensão	Trimestral	Soma simples	471	366
Programas e/ou Projetos Realizados pela Extensão	Trimestral	Soma simples	246	396

## **Gestão**

Denominação	Periodicidade	Fórmula	Índice Previsto para 2018	Índice Alcançado até 2017
Participação de servidores em congressos e seminários de sua área de atuação	Trimestral	Soma simples	1.325	909
Servidores capacitados e/ou aperfeiçoados	Trimestral	Soma simples	1.874	1.284
Servidores qualificados em curso de nível superior	Trimestral	Soma simples	290	186

## **Relações Internacionais**

Denominação	Periodicidade	Fórmula	Índice Previsto para 2018	Índice Alcançado até 2017
Alunos Enviados ao Exterior	Trimestral	Soma simples	49	27
Docentes e/ou pesquisadores enviados ao exterior	Trimestral	Soma simples	64	83
Técnicos administrativos enviados ao exterior	Trimestral	Soma simples	31	4

É importante ressaltar que o resultado alcançado em cada indicador corresponde ao acumulado no período de 2014-2017, ou seja, são resultados alcançados durante a vigência do atual plano estratégico da instituição. Cabe ressaltar que, o ano de 2018 corresponde ao último ano desse plano estratégico, nesse sentido, é possível constatar que muito dos indicadores apresentados acima têm grandes possibilidades de atingir as metas planejadas para esse ano.

Por outro lado, alguns indicadores provavelmente não terão as suas metas atingidas, como é o caso dos indicadores da área de ensino que mensuram a implantação de cursos e a formação de

alunos. Particularmente para esses indicadores, a redução significativa de recursos destinados aos investimentos nos *campi* contribuiu fortemente para o insucesso das suas metas.

#### **2.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União**

### **APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – IFET, COM BASE EM UM CONJUNTO DE INDICADORES ACADÊMICOS, ADMINISTRATIVOS, SOCIOECONÔMICO E DE GESTÃO DE PESSOAS.**

#### **Indicadores de Gestão das IFETs nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005**

Atendendo a Decisão Normativa – TCU Nº 161 de 01 de novembro de 2017, a Portaria – TCU Nº 65, de 28 de fevereiro de 2018, e, em conformidade com o que definiu o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 2.267/2005, de 12/12/2005, quanto aos indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT, para aferição anual das Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFETs), apresentam-se, depois das considerações sobre o processo de geração dos índices e da contextualização 2016/2017, o Quadro de Resultados dos Indicadores de Gestão de Desempenho (Acórdão 2.267/2005), com as respectivas fórmulas de cálculo, bem como os resultados obtidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE nos (4) exercícios imediatamente anteriores e, os do exercício de 2017 – Série Histórica.

Vale destacar que até o ano de 2016 a extração dos dados para cálculo dos indicadores foi feita no âmbito do MEC, por meio da extração de forma padronizada e automatizada, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e disponibilizado em planilha excel a esta instituição para a validação dos dados. Todos os indicadores são calculados com base apenas nos cursos regulares, que não possuem fomento específico por meio de programas. Dessa forma, não foram consideradas as matrículas da Bolsa-Formação e da Rede e-TEC.

Para o ano de 2017, o MEC/SETEC implantou uma ferramenta, em ambiente virtual, destinado ao processo de validação de dados da instituição extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal (SIAPE) para aferição dos indicadores de desempenho. Uma vez os dados validados e ou corrigidos pela instituição ele estariam disponibilizados numa plataforma que se intitula Plataforma Nilo Peçanha. Apenas um indicador tem os seus dados colhidos pela instituição através de um questionário disponível no sistema de controle acadêmico do Instituto Federal do Ceará (IFCE), é o indicador socioeconômico que mede a renda *per capita* dos alunos.

Em novembro de 2017, a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica envia ao IFCE Ofício-Circular Nº 36/2017GAB/SETEC/MEC, convidando aos pesquisadores institucionais e servidores que trabalham com os dados do SISTEC para a 1ª Capacitação de Atuação na Plataforma Nilo Peçanha que consistia em apresentar a concepção da plataforma, e, em treinar os servidores da Rede Tecnológica para criação de uma Rede de Coleta, Validação e Disseminação de Dados Estatísticos.

Em 14 de novembro de 2017 o Ofício-Circular Nº 8/2017/DDR/SETEC/SETEC-MEC, solicita aos dirigentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a indicação de servidor para participar da 2ª Capacitação da Rede de Coleta e Validação dos Dados Estatísticos da RFEPCT – Revalide Rede Federal que aconteceria em 15/12 de 2017 em Brasília.

Em 8 de janeiro de 2018 as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica receberam o Ofício-Circular N° 4/2018/GAB/SETEC/MEC, que dá conhecimento aos gestores da RFEPT da publicação no Diário Oficial da União da Portaria SETEC nº 01/2018, de 03 de janeiro de 2018, que:

1. Institui: a Plataforma Nilo Peçanha – PNP e a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE.
2. Comunica: Consoante previsão legal, a Plataforma Nilo Peçanha será um importante instrumento de gestão, fundamental para o acompanhamento, monitoramento, avaliação e divulgação dos dados acadêmicos, técnico-administrativos e financeiros das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de servir como a base de dados para o cálculo dos indicadores de gestão monitorados por esta Secretaria.
3. Solicita: Nesse contexto, solicita os bons préstimos em orientar as equipes responsáveis pelas estatísticas e/ou registros acadêmicos nas instituições sob governança de V. Sas. em sua instituição, para que adote os procedimentos para os registros competentes junto à Plataforma, observando-se conforme previsto no artigo 16 da referida Portaria, para o exercício de 2018, o cronograma com as datas estabelecidas no quadro a seguir:

DATA	EVENTO
26/01/2018	Extração dos dados do SISTEC
01/02/2018	Disponibilização dos dados extraídos do SISTEC na Plataforma Nilo Peçanha, para qualificação (data limite)
25/02/2018	Data-limite para envio dos dados via PNP
15/03/2018	Publicação dos Resultados (data limite)

4. Informa: Por fim, importante destacar que a partir da edição da referida Portaria a utilização da Plataforma Nilo Peçanha substituirá o uso das planilhas com os indicadores de gestão que era utilizado até o exercício de 2017.

A Portaria SETEC nº 01/2018, de 03 de janeiro de 2018 além de instituir a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), normatiza a atuação dos participantes, suas competências, regulamenta o período de atuação e construção da plataforma, o calendário anual de coleta, institui a rede de coleta e a validação dos dados e informa que juntamente com a publicação dos resultados anuais, será divulgado um Guia de Referência Metodológica que apresentará, com detalhes, os aspectos envolvidos para a composição das informações publicadas, incluindo a definição dos verbetes, a modelagem dos indicadores, as estratégias de coleta e tratamento e as regras de consistência aplicadas aos dados. No entanto, a PNP calcula dois indicadores (Índice de Retenção do Fluxo Escolar e o Custo Aluno) de forma diferente do que se vinha praticando e decidiu-se que o IFCE adotaria para cálculos dos indicadores a metodologia determinada no Manual para Cálculo dos Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0 (Indicadores, definições, fórmulas de cálculo e critérios de agregação) – versão de abril de 2016 para a apuração dos dados e atende as determinações do Ministério de Educação (MEC), dessa forma para os dois indicadores citados acima o IFCE apresentará os dois cálculos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO 2016 – 2017

O Instituto Federal do Ceará (IFCE) vem desenvolvendo desde de 2013 um conjunto de ações para conscientização dos gestores dos *campi* da importância de manter os dados acadêmicos atualizados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Estas ações, no sentido de atualização dos dados têm como objetivo transparência nas informações e, que o registro de dados retrate com fidelidade a realidade desta instituição, quando do cálculo dos

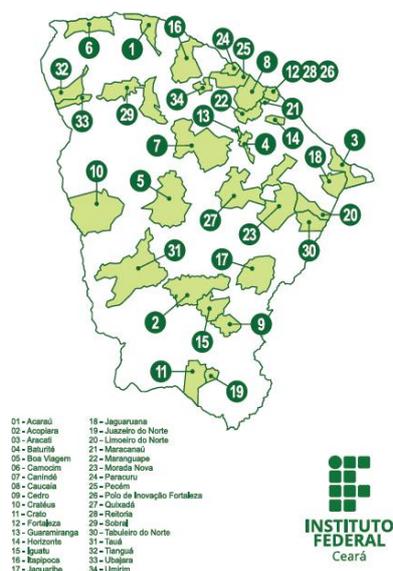
doze indicadores obrigatórios. Há também uma atenção especial em estabelecer uma cultura de acompanhamento dos Indicadores de Desempenho (Acórdão nº 2.267/2005), assim como, dos demais indicadores estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e executados no Plano de Ação Anual (PAA).

O Instituto Federal de Educação encerrou o ano de 2017 com 32 *campi* em funcionamento, sendo 23 (vinte e três) consolidados, com mais de cinco anos de existência: Acaraú, Aracati, Baturité, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim. Com 6 em fase de consolidação, com menos de cinco anos de funcionamento: Boa Viagem, Itapipoca, Paracuru, Jaguaruana, Pecém e Guaramiranga (com o Hotel Escola) e três *campi* implantados 2016/2017: Acopiara, Horizonte e Maranguape. Além disso o Instituto oferece a sociedade do estado do Ceará 22 (vinte dois) Polos de Educação a Distância e o Polo de Inovação de Fortaleza. Os *campi* consolidados ofereceram 21.562 (vinte e um mil quinhentos e sessenta e duas) vagas em seus cursos com uma procura de 129.756 (cento e vinte e nove mil e setecentos e cinquenta e seis) inscritos nos seus 594 (quinhentos e noventa e quatro) cursos.

O Instituto Federal trabalha em seu Plano Anual de Ação (PAA) com indicadores que permitem por meio de seus resultados e informações, retroalimentar a gestão na direção em que deseja seguir. É importante ressaltar ainda que os doze (12) indicadores do Acórdão nº 2.267/2005, de 12/12/2005 estão vinculados ao contexto organizacional do IFCE desde sua criação, com a promulgação da lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, e têm sido o condutor da organização interna da instituição, do fortalecimento da identidade, do atendimento ao plano de expansão com a criação de novos *campi* e a ampliação do número de alunos e servidores.

A instituição entende que os indicadores como instrumento de gestão, possibilitam o monitoramento das atividades, a avaliação de suas ações, assim como, acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias, correção e necessidade de mudança, desta forma, considera os indicadores os norteadores de suas ações e instrumento essencial para melhoria da eficiência, eficácia e efetividade do IFCE, subsidiando aos gestores e dirigentes respostas seguras no processo de decisão e proposição de políticas, programas, projetos e ações.

O Instituto oferece além dos *campi*, 50 Centros de Inclusão Digital e 17 polos de educação a distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB) distribuídos nas cidades do interior e na capital do Ceará. O panorama da expansão da Instituição, em 2017, no que se refere aos *campi*, reitoria e Polo de inovação de Fortaleza se encontra representado na figura abaixo:



Fonte: [www.ifce.edu.br](http://www.ifce.edu.br)

**INFORMAÇÕES:** Manual para Cálculo dos Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Lista de Componentes dos Indicadores:

SISTEC	SIAPE	SIAFI
Vagas	Docentes 20H	Gastos Totais
Inscritos	Docentes 40H	Total de Gastos com Pessoal
Ingressantes	Docentes DE	Total de Gastos com Inativos e Pensionistas
Matrículas Atendidas	Docentes Graduados	Total de Gastos com Investimentos
Concluídos	Docentes Aperfeiçoados	Total de Gastos com Inversões Financeiras
Integralizados Fase Escolar	Docentes Especialistas	Total de Gastos com Benefícios
Evadidos	Docentes Mestres	Total de Gastos com PIS/PASEP
Desligados	Docentes Doutores	Total de Gastos Correntes
Transferidos Externos	TAE Classe A	Total de Gastos com Outros Custeios
Reprovados	TAE Classe B	Gastos com o Bolsa Formação
Retidos	TAE Classe C	Gastos com o e-Tec
Previstos	TAE Classe D	
Matrículas Continuadas Regulares	TAE Classe E	
Matrículas Continuadas Retidas		
Concluídos no Prazo		
Aluno Matriculado		
Alunos-Equivalentes		
Alunos-Equivalentes RAP		
Alunos-Equivalentes Presenciais		
Ingressantes- Equivalentes		
Ingressantes Acumulados Equivalentes		
Ingressantes Acumulados Equivalentes Técnicos		
Ingressantes Acumulados Equivalentes Formação Docente		
Ingressantes Acumulados Equivalentes Proeja		
Concluídos- Equivalentes		
Integralizados- Equivalentes		
Evadidos-Equivalentes		
Desligados-Equivalentes		
Transferidos Externos Equivalentes		
Reprovados-Equivalentes		
Retidos-Equivalentes		

**Fonte:** SETEC

**INFORMAÇÕES:** A Plataforma Nilo Peçanha, acesso em [www.nilopecanha.org](http://www.nilopecanha.org) utiliza como fonte de dados os mesmos sistemas utilizados pelo Manual ( SISTEC, SIAPE e SIAFI) apresenta nota metodológica e traz um glossário para esclarecer no cálculo dos indicadores com os conceitos abaixo:

A Portaria nº25/2015/SETEC/MEC – Define conceitos e estabelece fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Abaixo, os conceitos determinados por Portaria:

**Matrícula:** Corresponde ao aluno com sua matrícula ativa em pelo menos um dia no ano de referência. Um aluno pode ter mais de uma matrícula neste período, caso tenha se matriculado em mais de um curso.

**Matrícula Equivalente:** Corresponde a matrícula ponderada pelo Fator de Ponderação de Carga Horária, pelo Fator de Esforço de Curso e Fator de Nível de Curso.

**Fator de Equiparação de Carga Horária:** Permite a equiparação de curso com durações distintas, sendo calculado pela divisão de carga horária anual do curso por oitocentas horas. A carga horária anual do curso deve considerar a carga horária mínima regulamentada e a duração do ciclo do curso em anos, definido no projeto pedagógico.

**Fator de Esforço de Curso:** Ajusta a carga horária do curso em função da quantidade de aulas práticas que tecnicamente demandem menor Relação Matrícula por Professor.

**Fator de Equiparação de Nível de Curso:** Permite a equiparação de cursos de níveis diferentes quando as respectivas metas para a Relação Matrícula por Professor são díspares.

**Aluno Ingressantes:** Corresponde aos alunos que ingressaram em um curso no ano de referência.

**Integralizados em Fase Escolar:** Corresponde aos alunos que concluíram a carga horária das unidades curriculares de um curso no ano de referência, mas não concluíram todos os componentes curriculares ( Estágio, TCC, Extensão e o ENADE).

**Formados:** Corresponde aos alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares de um curso no ano de referência, fazendo jus ao diploma ou certificado.

**Concluintes:** É o somatório dos alunos Formados com os Integralizados em Fase Escolar no ano de referência.

**Evadidos:** Corresponde aos alunos que perderam o vínculo com a instituição antes da conclusão de um curso.

**Retidos:** Corresponde aos alunos que permaneceram matriculados por período superior ao tempo previsto para a integralização de um curso.

**Vagas:** Corresponde à disponibilidade para a fase inicial de um curso, por meio de um processo seletivo, vestibular, sorteio, SISU, ou outras formas de ingresso no ano de referência.

**Inscritos:** Corresponde aos candidatos que concorreram às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, em suas diversas formas de ingresso.

A Plataforma traz nota metodológica para o entendimento dos indicadores de Relação Concluinte/Aluno por Ciclo (Cciclo), Evasão Ciclo (Eciclo), Retenção do Fluxo Escolar por Ciclo (Rciclo) e Índice de Eficiência Acadêmica por Ciclo (IEA). A nota esclarece que:

Os Indicadores de Ciclo são os únicos da PNE que não trabalham com os dados estatísticos de 2017. Isso porque eles procuram analisar a eficiência dos Ciclos de Matrículas desde o seu início até o seu fim. Assim, após o término previsto do curso, um estudante pode se encontrar em três situações típicas: a) concluinte; b) evadido e c) retido. Se estabelecermos uma taxa percentual para cada uma dessas situações, teremos:  $ConclusãoCiclo + EvasãoCiclo + RetençãoCiclo = 100\%$ .

Se quisermos entender qual foi a eficiência desse ciclo, teremos, ao menos, duas opções: 1) considerar, apenas a ConclusãoCiclo; 2) considerar a ConclusãoCiclo acrescida de uma “provável conclusão” dos alunos que ainda estão retidos, estabelecida por uma proporcionalidade entre os atuais índices de conclusão e evasão. Na PNP optamos por esta segunda opção.

Com estas considerações chegamos aos seguintes indicadores:

### **ConclusãoCiclo**

$$\mathbf{Cciclo} = \frac{\textit{Concluintes Ciclo}}{\textit{Matrículas Ciclo}} [\%]$$

### **EvasãoCiclo**

$$\mathbf{Eciclo} = \frac{\textit{Evadidos Ciclo}}{\textit{Matrículas Ciclo}} [\%]$$

### **RetençãoCiclo**

$$\mathbf{Rciclo} = \frac{\textit{RetidosCiclo}}{\textit{Matrículas Ciclo}} [\%]$$

### **Índice de Eficiência Acadêmica (IEA)**

$$\mathbf{IEA} = \mathbf{Cciclo} + \frac{\mathbf{Cciclo}}{\mathbf{Cciclo} + \mathbf{Eciclo}} \times \mathbf{Rciclo} [\%]$$

A seguir apresenta-se o quadro de Indicadores do Instituto Federal do Ceará:

**INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU 2.267/2005**

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2017	2016	2015	2014	2013
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	<b>RCV</b> = Inscrições / Vagas Ofertadas	<b>7,80</b>	14,43	11,99	19,32	9,50
	Relação Ingressos/Aluno	<b>RIM</b> = Número de Ingressos/ Alunos Matriculados X 100	<b>40,02%</b>	37,14%	23,08%	30,39%	40,75%
	Relação Concluinte /Alunos	<b>RCM</b> = Número de Concluintes /Alunos Matriculados X 100	<b>17,79</b>	9,73%	6,61%	8,70%	8,84%
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	<b>EAC</b> = (∑ n° de Concluintes / ∑ n° de todas as situações finais) X100	<b>49,90%</b>	41,65%	43,17%	44,24%	36,64%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	<b>RFE</b> = Número de Alunos Retidos x 100 / Alunos Matriculados	<b>10,08%</b>	35,75%	38,22%	32,14%	29,21%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	<b>RAD</b> = Número de Alunos Matriculados / Número de Docentes	<b>22,25</b>	29,97	26,05	25,57	27,34
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	<b>GCA</b> = Total de Gastos / Alunos Matriculados	<b>11.513,00<sup>1</sup></b>	11.340,15	12.116,01	10.011,99	8.217,44
	Percentual de Gastos com Pessoal	<b>GCP</b> = Total de Gastos com Pessoal x 100 / Gastos Totais	<b>79,67</b>	71,43%	69,35%	62,06%	60,53%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	<b>GOC</b> = Total de Gastos com outros Custeios /Gastos Totais x 100	<b>14,67</b>	19,55%	15,39%	17,97%	18,84%
	Percentual de Gastos com Investimentos	<b>CGI</b> = Total de Gastos Despesas de Investimentos / Gastos Totais x 100	<b>1,45</b>	7,61%	11,99%	16,59%	16,86%
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda <i>per Capita</i> Familiar <b>MRF</b> 22.993 alunos	0<Renda <=0,5	<b>5.183</b>	4.230	1.637	2.222	2.443
		0,5<Renda <=1,0	<b>6.962</b>	5.808	2.562	3.691	4.189
		1,0<Renda <=1,5	<b>5.172</b>	4.809	2.303	3.418	4.488
		1,5<Renda <=2,5	<b>2.838</b>	2.391	1.370	1.928	2.812
		2,5<Renda <=3,0	<b>1.366</b>	1.145	826	1.108	1.426
		Renda >3,0	<b>1.472</b>	<b>1.418</b>	797	1.064	1.597
		Não Informado	-	-	-	7	39

<sup>1</sup> A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) calcula o indicador dos dados correntes por aluno por total de gastos por matrícula equivalentes, o que apresenta como gasto/aluno o valor de 14.407,28.

<b>Gestão de Pessoas</b>	Índice de Titulação do Corpo Docente	$TCD = (G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5) / G+A+E+M+D$	<b>3,91</b>	<b>3,86</b>	3,81	3,60	3,40
--------------------------	--------------------------------------	--	-------------	-------------	------	------	------

Fonte: SISTEC, SIAFI, SIAPE, Q'Acadêmico

## Análise dos Resultados dos Indicadores Acadêmicos

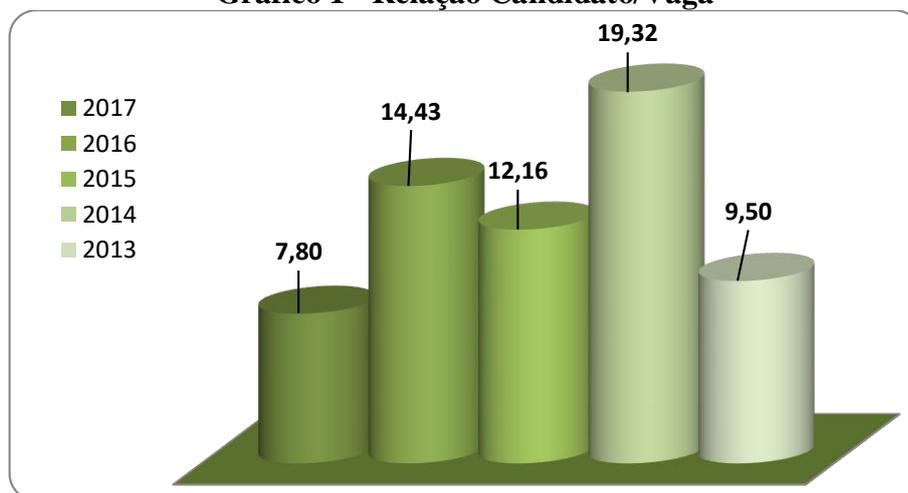
### Relação Candidato/Vaga

#### Série Histórica

Relação Candidato/Vaga – RCV - 2017	2017	2016	2015	2014	2013
Total de Inscritos	168.179	250.172	98.362	211.507	143.003
Total de Vagas	21.562	17.340	8.090	10.946	15.058
Índice	7,80	14,43	12,16	19,32	9,50

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Gráfico 1 - Relação Candidato/Vaga**



Fonte: SISTEC/SISU/ Plataforma Nilo Peçanha

**RCV – Relação Candidato/Vaga:** Segundo os dados da PNP, o Indicador Relação Candidato/Vaga em 2017, foi 6,00 o que representa uma queda de 8,43 na procura por vagas na instituição. Segundo a plataforma, o IFCE ofereceu 21.562 vagas para 129.756 inscritos. Para entender esse resultado (o menor da série histórica), extraiu-se o número de candidatos a vaga no SISU. O resultado encontrado pelo SISU em 2017.1 foi de 58.206, e em 2017.2 foi de 80.346, num total de 138.552 candidatos a vaga no Instituto Federal de Educação do Ceará, nos cursos de graduação. Em seguida, extraiu-se do SISTEC os candidatos por *campus* e por cursos que têm entrada por meio de seleção própria, o que resultou num total de 29.887 que adicionado ao 138.552 do SISU tem como resultado 168.179. Nesse sentido o indicador da instituição alcança o índice de 7,80, um número bem maior que o da PNP e que consideramos como o indicador do IFCE.

Abaixo o indicador informado pela PNP.

Relação Candidato/Vaga – RCV - 2017	2017
Total de Inscritos	129.756
Total de Vagas	21.562
Índice	6,00

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

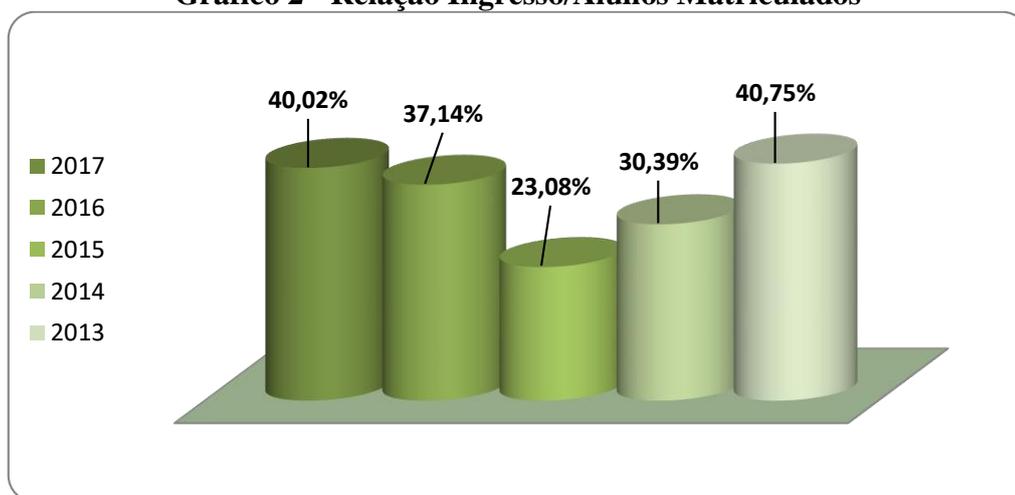
## Relação Ingresso/Alunos Matriculados

### Série Histórica

Relação Ingresso/Alunos Matriculados – RIM - 2016	2017	2016	2015	2014	2013
Número de Ingressos	18.806	15.419	7.707	9.717	13.297
Alunos Matriculados	46.992	41.519	33.387	31.977	32.633
Índice	40,02%	37,14%	23,08%	30,39%	40,75%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Gráfico 2 - Relação Ingresso/Alunos Matriculados**



Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**RIM - Relação Ingresso/Alunos Matriculados** Conforme o Acórdão 2.267/2005, este indicador tem como objetivo quantificar a taxa de ingressos em relação ao total de alunos matriculados. No exercício de 2013, essa relação alcançou a marca de 40,75% para em 2014 cair para 30,39%, em 2015 caiu para 23,08%, em 2016 o indicador retomou o crescimento, apresentando o índice de 37,14% e se manteve em crescimento em 2017 com a taxa de 40,02%.

O número de ingressantes e de matrículas atendidas, em 2017, apresenta considerável aumento, devido a abertura de novos *campi* e de novos cursos.

## Relação Concluintes/Alunos Matriculados

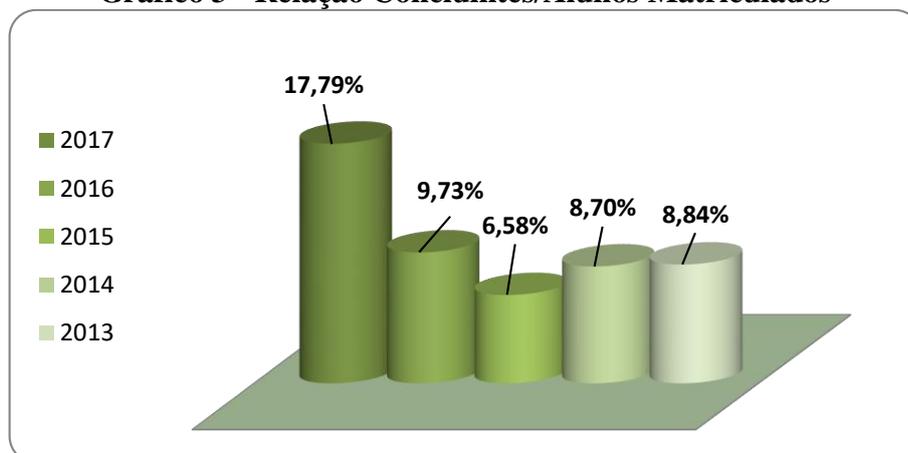
Os dados abaixo, embora extraídos da PNP atendem ao cálculo dos indicadores do Acórdão 2.267/2005.

### Série Histórica

Relação Concluintes/Alunos Matriculados	2017	2016	2015	2014	2013
Número de Concluintes	8.361	4.041	2.190	2.781	2.886
Alunos Matriculados	46.992	41.519	33.292	31.977	32.633
Índice	17,79%	9,73%	6,58%	8,70%	8,84%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Gráfico 3 - Relação Concluintes/Alunos Matriculados**



Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**RCM - Relação Concluinte/Alunos Matriculados:** Este indicador tem como objetivo quantificar a taxa de concluintes e integralizados em relação ao total de alunos matriculados. O total de concluintes e integralizados cresceu em mais de 50%, em 2016 o número era de 4.041 e em 2017 passou para 8.361. Embora esse número tenha crescido a matrícula também cresceu o indicador passou de 9.73% em 2016 para 17,79% em 2017.

Vale comentar que 84,3% são concluinte de cursos técnicos (Formação Inicial ou Continuada e técnico regular), 15,7% são cursos de graduação e pós-graduação ( tecnologia, licenciatura e bacharelado) é possível que cursos com ciclos/tempos de maior carga horária tenha terminado em 2017. Os cursos de graduação apresentam um percentual mais baixo pois têm um ciclo/tempo ou carga horária bem maior que os técnicos.

Em 2017 o IFCE enviou ao mundo do trabalho, 8.361 (oito mil trezentos e sessenta e um) profissionais que podem atuar e suprir as demandas locais e regionais.

Apresenta-se em seguida a Relação Concluintes/Alunos Matriculados por Ciclo (PNP), que trata do percentual de concluintes, até 31/12/2017, em ciclos com término previsto para 2016 (carência de um ano).

#### **ConclusãoCiclo (PNP)**

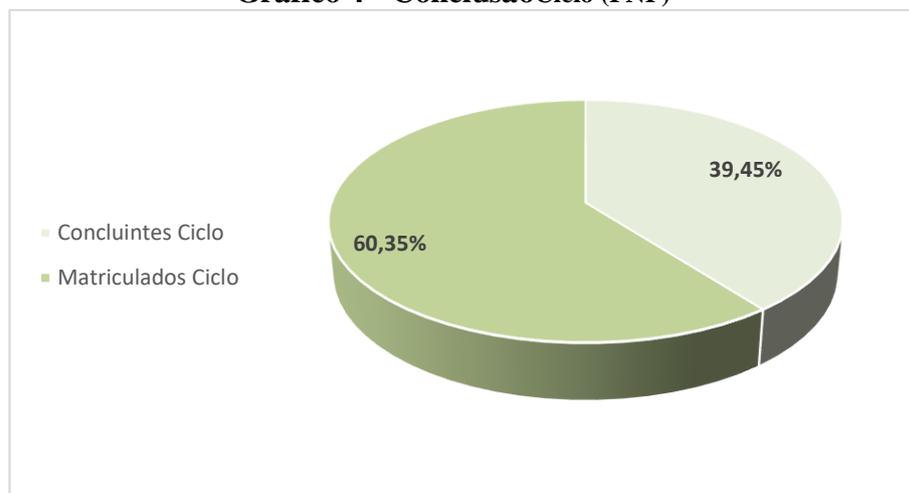
$$C_{ciclo} = \frac{Concluintes\ Ciclo}{Matrículas\ Ciclo} [\%]$$

Onde,

$$C_{ciclo} = \frac{5.303}{13.444} [\%] = 39,45\%$$

Esse indicador da PNP aponta que dos 13.444 alunos matriculados em curso num ciclo com término previsto para 2016 em 31/12/2017, 5.303 concluíram, isto é, 39,45%, enquanto 1.026 ainda se encontram retidos e 7.115 se encontram em estado de evadidos. Os evadidos têm possibilidade de retomarem os estudos.

**Gráfico 4 - ConclusãoCiclo (PNP)**



Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

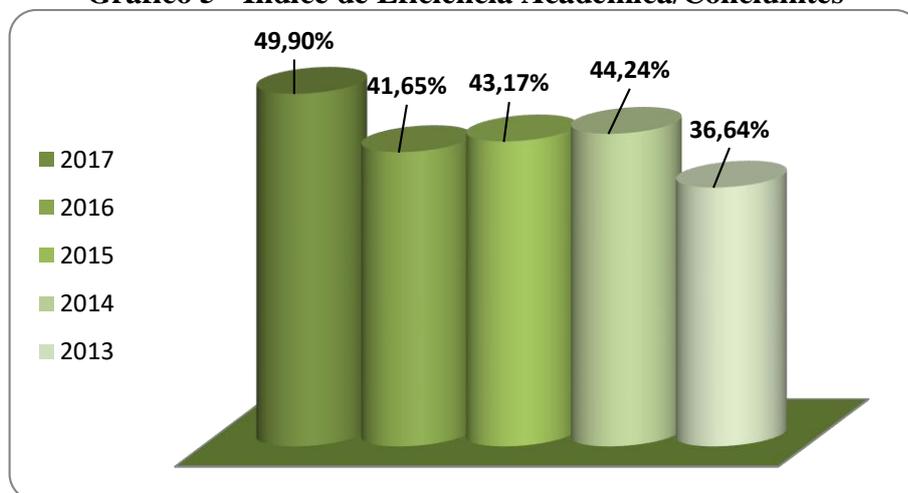
**Eficiência Acadêmica/Concluintes**

**Série Histórica**

Índice de Eficiência Acadêmica/Concluintes	2017	2016	2015	2014	2013
Σ nº de Concluintes	8.361	4.041	2.508	2.781	2.886
Σ nº de todas as situações finais	16.756	9.703	5.810	6.286	7.876
Índice	49,90%	41,65%	43,17%	44,24%	36,64%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Gráfico 5 - Índice de Eficiência Acadêmica/Concluintes**



Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**ECA - Eficiência Acadêmica/Concluintes:** Quanto ao indicador da Eficiência Acadêmica de Concluintes, que é a relação entre os alunos que concluíram seus cursos com êxito com a somatória de todos os finalizados (evadido, desligado, transferido externo e concluído) no período, o desempenho do Instituto Federal do Ceará ano de 2017 aponta para o percentual de 49,90%, muito acima dos valores dos quatro anos anteriores, o maior da série histórica. Este indicador tem como

objetivo quantificar a eficiência acadêmica de concluintes, ou seja, o percentual de conclusão dos alunos (matrículas), nos cursos com previsão de término compreendido no período de análise. Com ele observa-se a trajetória acadêmica de cada aluno, de cada ciclo de matrícula, por curso e *campus*.

O proposto no acórdão previa calcular esse indicador pela relação entre todos os alunos que concluíram seu curso no período, independentemente da época de seu ingresso; e, todos os que “deveriam concluir” neste período. Para adequar à metodologia do SISTEC – baseada no conceito de ciclo de matrícula – esse indicador passa a ser a relação entre todos os alunos que concluíram exitosamente seu curso no período, independentemente da época de seu ingresso; e, todos os que, de alguma forma, finalizaram seu curso, independentemente do êxito ou não.

Apresenta-se em seguida o Índice de Eficiência Acadêmica/Concluintes Relação por Ciclo (PNP), que trata do percentual de concluintes, até 31/12/2017, em ciclos com término previsto para 2016 (carência de um ano).

$$IEA = C_{ciclo} + \frac{CC_{ciclo}}{C_{ciclo} + E_{ciclo}} \times R_{ciclo} [\%]$$

Onde,

$$IEA = 40.9 + \frac{40.9}{40.9 + 51.7} \times 7.4 [\%] = 44,2\%$$

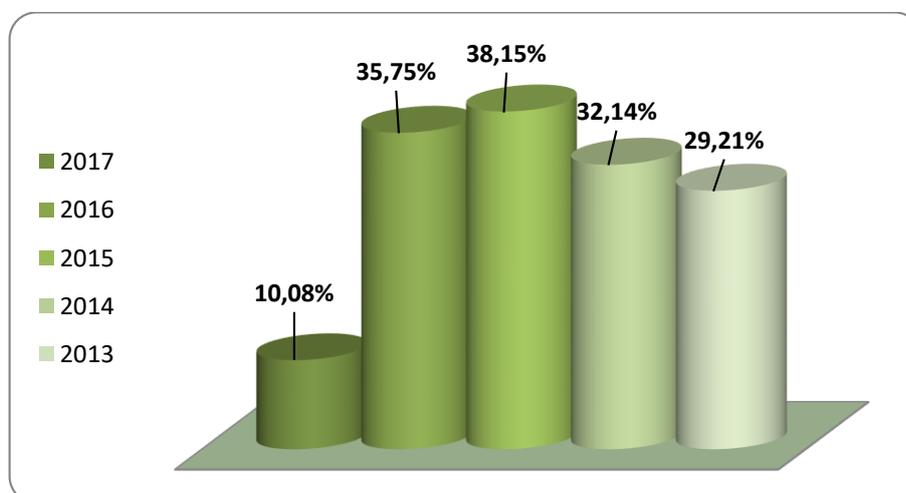
### Índice de Retenção do Fluxo Escolar

#### Série Histórica

Índice de Retenção do Fluxo Escolar	2017	2016	2015	2014	2013
Nº de Alunos Retidos	4.735	14.841	12.701	10.278	9.533
Alunos Matriculados	46.992	41.519	33.292	31.977	32.633
Índice	10,08%	35,75%	38,15%	32,14%	29,21%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Gráfico 6 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar**



Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**RFE - Retenção do Fluxo Escolar:** O indicador é obtido pela relação do total de alunos retidos pelo total de alunos matriculados. Ele tem a finalidade de auferir, no exercício de referência, o montante de matrículas que permanecem ativas no sistema após o prazo previsto dentro do ciclo escolar.

O índice de retenção do IFCE em 2017 foi de 10,08% indicando uma queda de 25,67% em relação a 2016. Em 2013, a instituição junto aos *campi* diagnosticou as causas da retenção e pensou ações para combater estas causas (Relatório de Gestão 2013, p. 272-273). Com este diagnóstico, desde 2014 os *campi* vêm implementando ações que possibilitam minimizar as causas da retenção. No entanto, o ano de 2015 apresentou o mais alto índice de retenção não somente no IFCE mas, também na média do indicador de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e também foi o ano que o SETEC/MEC instruiu a Nota Técnica Nº 282/2015 e, em seguida, por meio da Portaria Nº 23 de 10 de julho de 2015, institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o êxito dos Estudantes da Rede Federal e dá outras providências. Em atendimento a Nota Técnica Nº 282/2015, a SETEC despacha a Nota Informativa Nº138/2015 que informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Neste contexto, no âmbito do IFCE se trabalhou desde 2015 no referido Plano que foi construído com a comunidade acadêmica e foi aprovado em 2017. No entanto, considerando que algumas ações foram efetuadas em 2016, é possível que o efeito delas já esteja produzindo bons resultados. Ações como diagnosticar no ingresso do aluno na instituição o que ele necessita para permanecer e terminar o curso de forma exitosa, quais as suas dificuldades tanto econômicas quanto de déficit na aprendizagem, são ações que minimizam a retenção.

Apresenta-se em seguida o Índice de Retenção por Ciclo (PNP), que trata do percentual de alunos retidos até 31/12/2017, em ciclos com término previsto para 2016 (carência de um ano). A PNP retoma com o índice relacionado de 7,4%, embora o cálculo feito pelo Instituto Federal do Ceará tenha encontrado o índice de 7,6%.

### RetençãoCiclo

$$R_{\text{ciclo}} = \frac{\text{RetidosCiclo}}{\text{Matrículas Ciclo}} [\%]$$

Onde,

$$1.026 = \frac{10.026}{13.444}$$

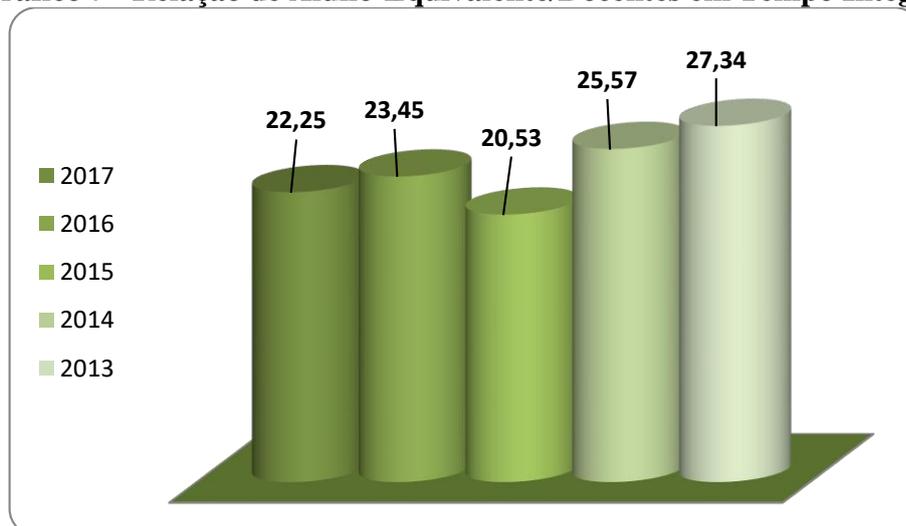
### Relação de Aluno -Equivalente/Docentes em Tempo Integral

#### Série Histórica

Relação de Alunos -Equivalente/Docente em Tempo Integral	2017	2016	2015	2014	2013
∑ Aluno Equivalente X FENC	37.552	32.489,16	26.314	31.977	32.633
∑ Professor Tempo Integral	1.688	1.385,50	1.281,50	1265	1.197,85
Índice	22,25	23,45	20,53	25,57	27,34

Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Gráfico 7 - Relação de Aluno-Equivalente/Docentes em Tempo Integral**



Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

### **RAD - Relação de Alunos/Docentes em Tempo Integral**

Esse indicador quantifica o total de alunos por docente equivalente da instituição, através do total de alunos equivalente pelo denominador Docente em tempo integral (obtido através da média ponderada do número de docente de 20 (vinte) horas, docente 40 (quarenta) horas e docente em tempo integral).

A fórmula do indicador sofreu alteração em 2016: **Aluno-Equivalente** – é calculado a partir do produto do Aluno Matriculado pelo Fator de Equiparação de Carga Horária de Curso e pelo Fator de Esforço de Curso. Observa-se que a relação diminuiu em 2017, por conta da contratação de professores para os novos campi. O processo de contratação é anterior a criação de curso. Para a criação de um novo curso é necessário uma consulta pública na cidade em que se localiza o *campi*, verificar a viabilidade do curso na cidade, se é o que a cidade necessita. Feito a escolha é preciso abrir concurso para a área específica, os professores tomam posse e trabalham no projeto pedagógico do curso é aberto o processo seletivo para o curso e em seguida se dá as matrículas.

### **Indicador Socioeconômico**

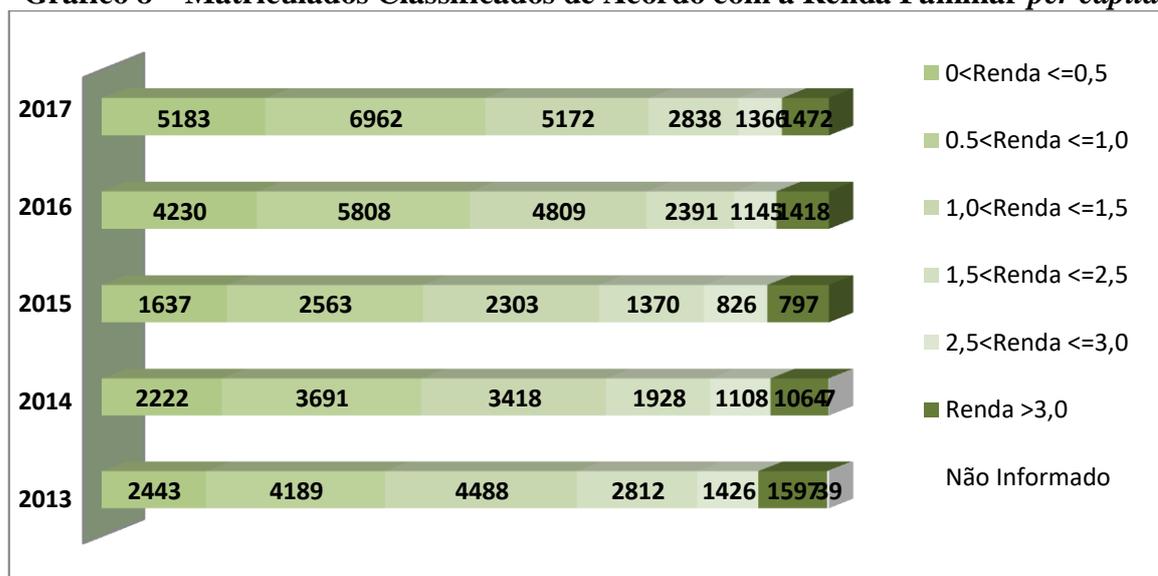
#### **Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per capita**

##### **Série Histórica**

Faixas de Renda /Ano	0<Renda <=0,5	0,5<Renda <=1,0	1,0<Renda <=1,5	1,5<Renda <=2,5	2,5<Renda <=3,0	Renda >3,0	Não Informado	Total
2017	5183	6962	5172	2838	1366	1472	0	22.993
2016	4230	5808	4809	2391	1145	1418	0	19.801
2015	1637	2563	2303	1370	826	797	0	9.496
2014	2222	3691	3418	1928	1108	1064	7	13.438
2013	2443	4189	4488	2812	1426	1597	39	16.994

Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 8 – Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar *per capita***



Fonte: Q'acadêmico

**MRF – Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar *per capita*** Esse indicador tem como objetivo aferir o impacto da política governamental de inclusão social por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Na série histórica (2013 – 2017), observa-se que em 2017 a participação dos alunos quanto ao preenchimento do questionário socioeconômico foi a maior dos últimos cinco anos. O questionário foi aplicado em dezembro de 2017 e ficou disponível no sistema até o dia 02 de fevereiro de 2018, durante este período foi solicitado aos diretores gerais dos *campi* que incentivassem a participação dos alunos. Devido ao período de diferentes datas de matrícula utilizada pelos *campi* a instituição tentou atingir nestes dois meses em que o questionário ficou à disposição o maior número de alunos possível. O questionário é aplicado no final do ano, quando as matrículas são renovadas, utilizando o Q'Acadêmico<sup>2</sup>. Vale ressaltar que a participação se refere alunos com matrícula ativa e que os alunos dos cursos de Formação Continuada (FIC) não participaram da pesquisa pois suas matrículas são feitas de forma presencial. Abaixo, quadro e gráfico com os percentuais: **22,54%** localiza-se na faixa de renda de **0 < Renda <= 0,5**; **30,28%** na faixa **0,5 < Renda <= 1,0**; **22,49%** na faixa de **1,0 < Renda <= 1,5**; **12,34%** na faixa de **1,5 < Renda <= 2,5**; **5,94%** na faixa de **2,5 < Renda <= 3,0** e **6,40%** na faixa de **Renda > 3,0** salários mínimos. O que significa dizer que 52,82% dos entrevistados tem renda menor ou igual a um salário mínimo. A amostra da pesquisa é consistente para se chegar a conclusão que 93,59% dos alunos do IFCE tem renda per capita de até três salários mínimos.

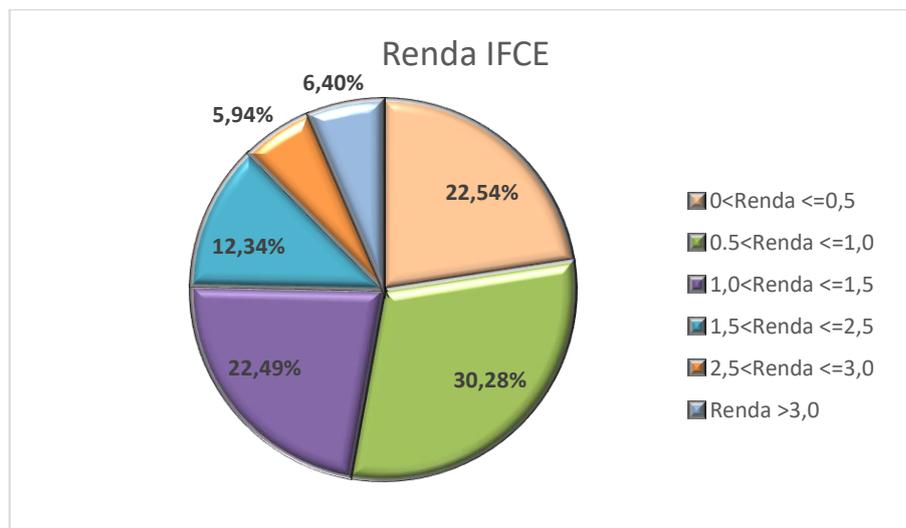
**Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar *per capita* – Percentual**

Faixas de Renda /Ano	0 < Renda <= 0,5	0,5 < Renda <= 1,0	1,0 < Renda <= 1,5	1,5 < Renda <= 2,5	2,5 < Renda <= 3,0	Renda > 3,0	Não Informado	Total
Alunos que participaram em 2017	5183	6962	5172	2838	1366	1472	0	22.993
%	22,54%	30,28%	22,49%	12,34%	5,94%	6,40%	0,00%	100,00%

Fonte: Q'Acadêmico

<sup>2</sup> Sistema de Registros Acadêmicos do Instituto Federal do Ceará.

**Gráfico 9 – Percentual de Matriculados Classificados de acordo com a Renda Familiar *per capita* - 2017**



Fonte: Q'Acadêmico

## Indicadores Administrativos

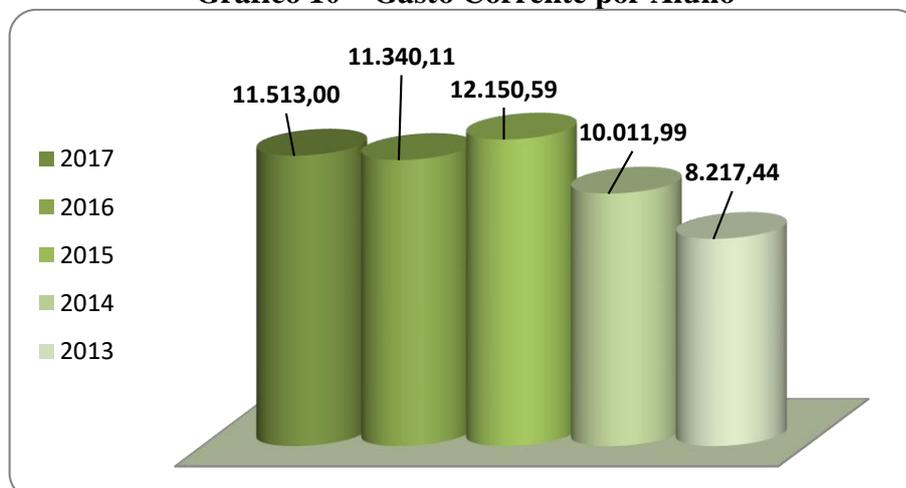
### Gasto Corrente por Aluno

#### Série Histórica

Gasto Corrente por Aluno	2017	2016	2015	2014	2013
Total de Gastos	541.018.808,00	470.831.614,64	404.517.342,99	320.153.425,56	268.159.575,00
Nº de Alunos Matriculados	46.992	41.519	33.292	31.977	32.633
Índice	11.513,00	11.340,15	12.150,59	10.011,99	8.217,44

Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Gráfico 10 – Gasto Corrente por Aluno**



Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**GCA – Gasto Corrente por Aluno:** Este indicador além de possibilitar a quantificação do total de gastos da instituição, em relação a cada aluno matriculado, evidencia que o crescimento da estrutura e do volume de força de trabalho na instituição foi acompanhado pelo aumento da população atendida. Considera-se para fins desse cálculo os gastos correntes descontando deste valor as despesas com investimentos, inversões financeiras, inativos e pensionistas e bolsa formação.

Com a composição do indicador, verificou-se que a despesa média para cada aluno matriculado no IFCE em 2017 alcançou a importância de R\$11.513,00 (onze mil, quinhentos e treze mil mil ) mantendo-se um pouco abaixo de 2016.

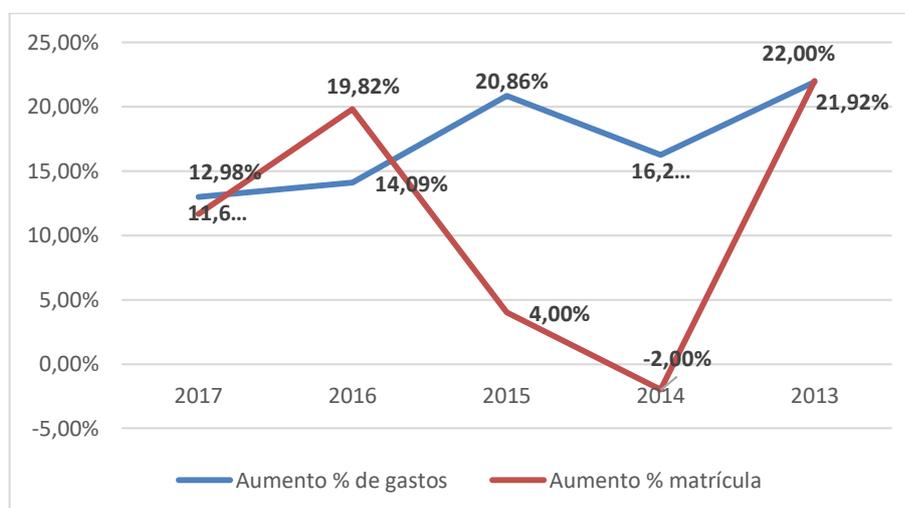
Abaixo demonstramos o aumento percentual de gastos totais e o aumento percentual de matrículas 2017 a 2013 em tabela e gráfico:

### **Gasto Corrente por Aluno – Progressão - Série Histórica**

<b>Gasto Corrente por Aluno</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Aumento % de gastos	12,98%	14,09%	20,86%	16,25%	21,92%
Aumento % matrícula	11,65%	19,82%	4,00%	-2,00%	22,00%

Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Gráfico 11 – Gasto Corrente por Aluno – Progressão**



Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Apresenta-se em seguida o indicador Gastos Correntes/Matrícula Equivalente (PNP), que considera matrícula equivalente e não o total de alunos matriculados.

### **Gasto Corrente por Matrícula Equivalente**

<b>Gasto Corrente Matrícula Equivalente</b>	<b>2017</b>
Total de Gastos	541.018.808,00
Matrículas Equivalentes	37.552
Índice	14.407,28

Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

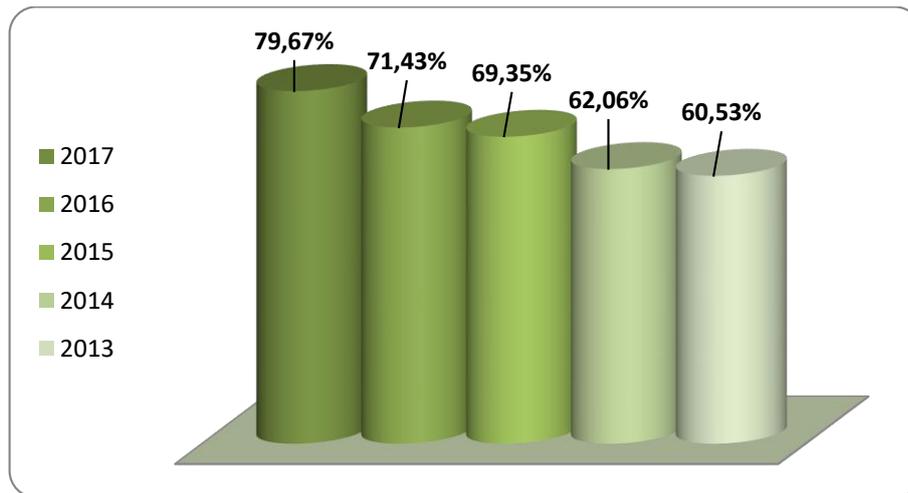
### **Gastos Com Pessoal**

### Série Histórica

<b>Gastos Com Pessoal</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Total de Gastos com Pessoal	482.159.694	397.960.043,06	350548111,93	265.526.784,09	219.267.524,00
Gastos Totais	605.225.489	557.102.833,29	505.445.202,71	427.869.307,14	362.269.421,00
Índice	79,67%	71,43%	69,35%	62,06%	60,53%

**Fonte:** SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

**Gráfico 12– Gastos Com Pessoal**



Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

**GCP – Gastos Com Pessoal:** Este indicador tem como objetivo quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais da instituição. Considera-se gastos com pessoal, os efetuados com servidores ativos, sentenças judiciais e precatórios cujas despesas foram liquidadas em 2017, acrescidas dos restos a pagar não processados pagos. O total de gastos com pessoal no ano de 2017 foi de R\$482.159.694 (Quatrocentos e oitenta e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil e seiscentos e noventa e quatro reais) o que significa 79,67% sobre os gastos totais, enquanto que no ano de 2016 foi de R\$397.960.043,06 (Trezentos e noventa e sete milhões, novecento e sessenta mil, quarenta e três reais e seis centavos), que significa 71,43% sobre os gastos totais, representando um acréscimo de 8,24% em 2017. Vale ressaltar que final de 2016 foram contratados professores e técnicos administrativos para os novos *campi* de Acopiara, Horizonte e Maranguape, além de suprir a carência dos campi por docentes para os novos cursos e técnicos para a estrutura administrativa.

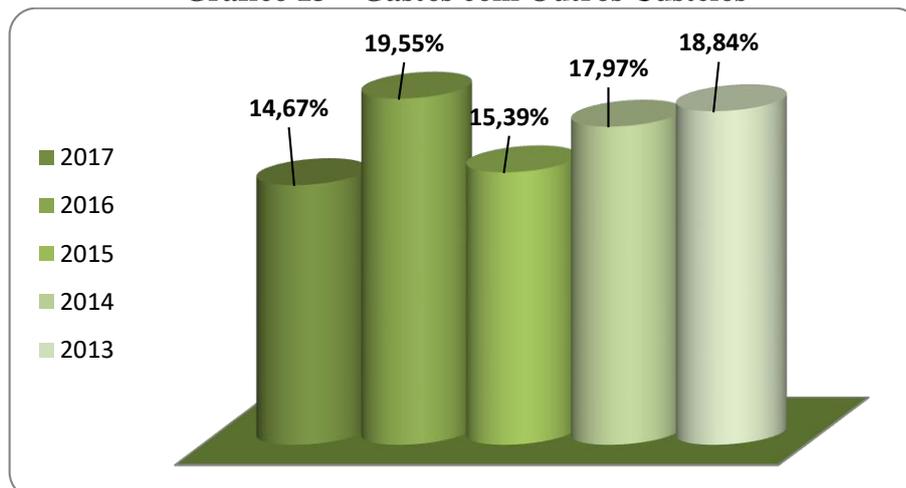
### Gastos com Outros Custeios

#### Série Histórica

Gastos com Outros Custeios	2017	2016	2015	2014	2013
Gastos com Outros Custeios	88.794.816,00	108.840.820,36	77.760.216,71	76.915.042,46	68.249.095,00
Gastos Totais	605.225.489,00	557.102.833,29	505.445.202,71	427.869.307,14	362.269.421,00
Índice	14,67%	19,55%	15,39%	17,97%	18,84%

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

**Gráfico 13 – Gastos com Outros Custeios**



Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

**GOC – Gastos com Outros Custeios:** Este indicador quantifica o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais. Em 2017 os gastos com outros custeios caíram de R\$108.840.820,36 (cento e oito milhões, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte reais e trinta e seis centavos) para R\$ 88.794.816,00 ( oitenta e oito milhões, setecentos e noventa e quatro mil e oitocentos e dezesseis reais) que foram calculados levando em consideração os gastos totais (despesas liquidadas e restos a pagar não processados pagos de todos os grupos de despesas, exceto a ação 20RW - bolsa formação PRONATEC).

Neste sentido, o indicador é obtido pela relação de gastos com outros custeios divididos pelos gastos totais do IFCE. O índice demonstra que **14,67%** da despesa institucional total está relacionada aos gastos com outros custeios.

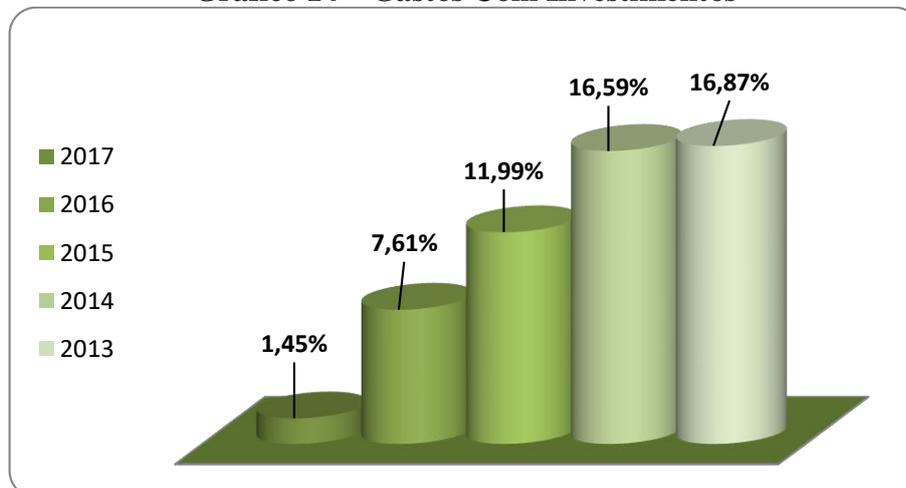
**Gastos Com Investimentos**

**Série Histórica**

<b>Gastos Com Investimentos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Gastos Com Investimentos	8.785.229,00	42.409.545,35	60.606.973,72	70.987.987,60	61.115.250,00
Gastos Totais	605.225.489,00	557.102.833,29	505.445.202,71	427.869.307,14	362.269.421,00
Índice	1,45%	7,61%	11,99%	16,59%	16,87%

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

**Gráfico 14 – Gastos Com Investimentos**



Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

**GCI – Gastos Com Investimentos** Este indicador quantifica o percentual dos gastos com investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais no exercício de 2017. No exercício de referência, o indicador apresentou o menor índice de gastos com investimento, a relação entre os componentes atingiu a marca de **1,45%**. No que se refere aos gastos com investimentos, percebe-se uma redução nos elementos, obras, instalações, equipamentos e material permanente.

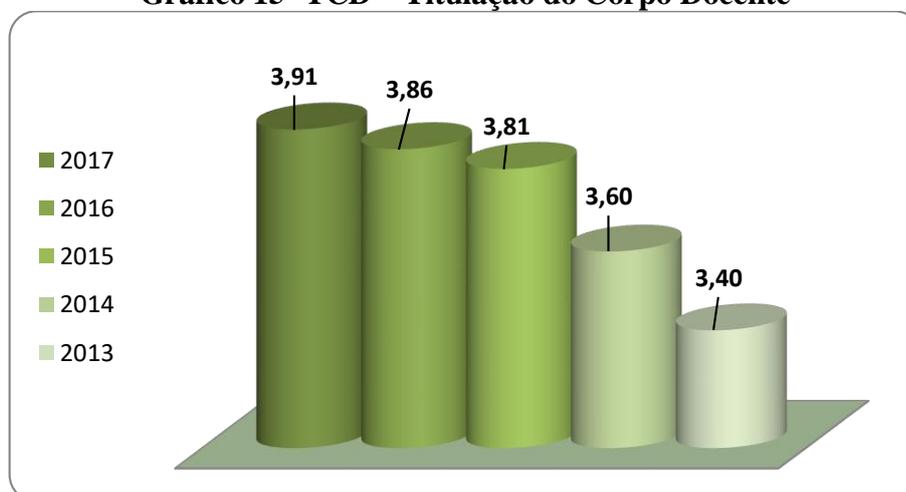
## Indicador Gestão de Pessoas

### Titulação do Corpo Docente - Série Histórica

Titulação do Corpo Docente	2017	2016	2015	2014	2013
Graduação	104	95	110	172	223
Aperfeiçoamento	5	2	3	6	8
Especialização	246	236	208	231	240
Mestrado	925	741	676	607	533
Doutorado	418	324	297	249	204
Índice	3,91	3,86	3,81	3,60	3,40

Fonte: SIAPE

**Gráfico 15 -TCD – Titulação do Corpo Docente**



Fonte: SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

**TCD – Titulação do Corpo Docente:** O indicador demonstra o nível de qualificação dos servidores docentes do IFCE. Verifica-se que esse indicador caminha em ascendência. Na série histórica e no gráfico acima se verifica que o corpo docente do Instituto no cômputo geral já se aproxima do índice quatro em que temos uma maioria em mestres. O IFCE em 2017 teve 1.809 (mil oitocentos e nove docentes), onde, 925 (novecentos e vinte e cinco) são mestres e 418 (quatrocentos e dezoito) doutores.

Desta forma, já atingimos a meta 13 do Plano Nacional de Educação (PNE 2011 – 2020):

**Meta 13:** elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

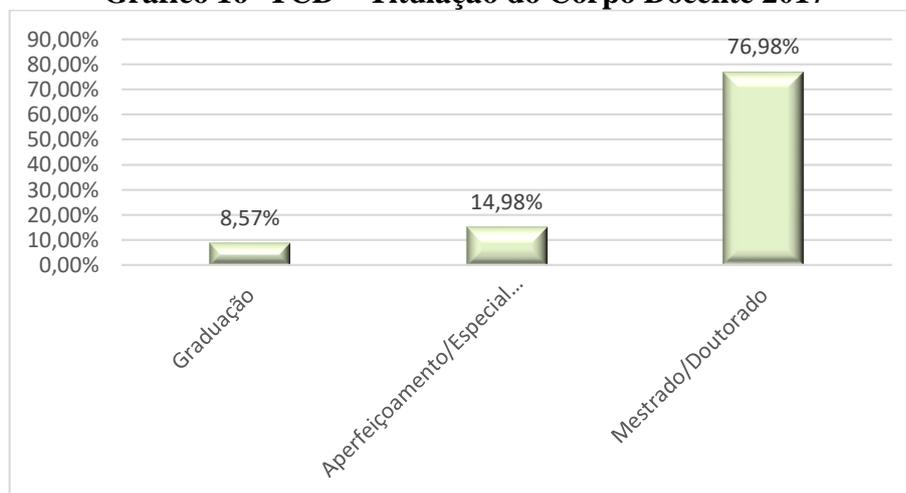
Conforme tabela e gráfico abaixo o Instituto Federal do Ceará já possui 76,45% no conjunto de seu corpo docente mestres e doutores, 14,98% aperfeiçoados ou especializados e apenas 6,80% graduados.

### Percentual de Titulação Docente

Titulação do Corpo Docente	2017	%
Graduação	155	6,80%
Aperfeiçoamento/Especialização	271	14,98%
Mestrado/Doutorado	1.383	76,45%
Total	1.809	100,00%

Fonte: SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 16 -TCD – Titulação do Corpo Docente 2017



Fonte: SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

Considera-se para obter a valoração, todas as esferas de titulação propostas no Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT/SETEC – 2016. O índice cria uma fórmula de cálculo cujo objetivo é gerar um valor numérico que tem uma relação direta com a titulação do corpo docente. O índice pode variar de um (onde todos os docentes seriam graduados) a cinco (onde todos seriam doutores).

Para o cálculo do índice deve se usar a seguinte fórmula:  $(G*1+A*2+E*3+M*4+D*5) / (G+A+E+M+D)$ .

Para esclarecer: “G” é a quantidade de docentes Graduados, “A” é a quantidade de docentes Aperfeiçoados, “E” é a quantidade de docentes Especialistas, “M” é a quantidade de docentes Mestres e “D” é a quantidade de docentes Doutores.

Em 2014, o IFCE criou uma comissão tendo em vista a elaboração de documento estabelecendo a Política de Capacitação de Servidores estimulando o aprimoramento profissional do docente o que se observa o efeito no aumento de capacitados nos anos de 2015 e 2016. Vale salientar que o Instituto investe na capacitação de docentes e que uma qualificação leva no mínimo dois anos e os resultados serão para o futuro. Há também os ingressos por concurso público, onde o nível de formação já é de pós-graduado. O índice vem crescendo ano a ano. A política de capacitação se encontra no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018):

(PDI, p.84)<sup>3</sup> entre as atividades a serem desenvolvidas com vistas a operacionalizar a capacitação de servidores docentes destacam-se: cursos presenciais ou à distância, treinamentos específicos ou em serviço, intercâmbios ou visitas técnicas, seminários e congressos voltados à atualização profissional e cursos de pós-graduação. Essas atividades deverão estar orientadas para os resultados que a instituição deseja alcançar e serão avaliadas após a conclusão de cada uma, sendo

<sup>3</sup> Disponível em [HTTPS://ifce.edu.br](https://ifce.edu.br)

permanentemente acompanhadas pelas chefias imediatas. E, para garantir a disseminação do aprendizado, conforme o caso, os conhecimentos adquiridos deverão ser repassados aos demais servidores. Os programas de capacitação e qualificação deverão ser pensados com ênfase no planejamento participativo, incluindo as entidades representativas da categoria (CPPD - Comissão Própria do Pessoal Docente).

### Métodos de Cálculos para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT determinados no Acórdão 2.267/2005 – TCU

Abaixo os indicadores acadêmicos serão tratados pela aplicação do cálculo e também por desempenho dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

#### Indicadores Acadêmicos

#### Relação Candidato/Vaga

Relação Candidato/Vaga – RCV – 2017	
<b>Objetivo:</b>	Identificar a relação candidato/vaga
<b>Tipo:</b>	Efetividade
<b>Método de Cálculo:</b>	$RCV = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}} = \frac{168.179}{21.562} \rightarrow 7,80$

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

#### Relação candidato/vaga por *campus* – Série Histórica

<i>Campi</i>	2017	2016	2015	2014	2013
Acaraú	3,58	1,41	7,92	7,05	5,43
Acopiara	1,23	-	-	-	-
Aracati	3,64	4,16	8,55	8,65	11,63
Baturité	14,38	8,15	4,16	14,78	25,85
Boa Viagem	0,93	0,91	-	-	-
Camocim	5,21	7,07	2,79	1,62	1,48
Canindé	12,58	17,01	16,72	16,00	14,14
Caucaia	6,01	2,11	2,86	4,43	3,35
Cedro	5,67	6,80	<b>0,78</b>	5,77	9,11
Crateús	9,79	5,89	4,30	7,43	11,79
Crato	9,90	12,54	15,41	11,24	18,51
Fortaleza	20,44	45,21	20,18	26,06	11,24
Guaramiranga	0,89	1,59	1,36	1,00	-
Horizonte	0,84	9,41	12,63	9,07	13,01
Iguatu	7,22	1,11	1,32	-	-
Itapipoca	1,81	4,50	10,59	9,23	11,82
Jaguaribe	3,37	2,01	1,76	-	-
Jaguaruana	1,06	38,66	27,31	14,63	12,36
Juazeiro do Norte	13,16	11,32	11,03	12,40	12,37
Limoeiro do Norte	8,34	19,37	12,32	11,83	3,90
Maracanau	13,33	3,78	3,99	3,14	1,78
Maranguape	1,25	-	-	-	-
Morada Nova	2,36	2,57	-	-	-

<i>Campi</i>	2017	2016	2015	2014	2013
Paracuru	1,73	-	-	-	-
Pecém	2,68	7,11	11,73	20,71	7,21
Quixadá	4,82	19,43	35,83	13,74	11,63
Sobral	13,11	1,57	1,01	3,15	3,12
Tabuleiro do Norte	3,25	6,33	8,44	9,08	9,96
Tauá	3,03	6,13	0,78	3,72	3,97
Tianguá	6,02	1,58	0,68	4,98	3,70
Ubajara	8,35	1,15	1,15	1,82	1,48
Umirim	0,93	-	-	-	-

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Análise Crítica:** Observando os dados oficiais, conclui-se que dos 32 (trinta e dois) *campi*, dez apresentaram crescimento significativo na procura por vaga (Acará, Baturité, Caucaia, Crateús, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Tianguá e Ubajara).

### Relação Ingresso/Alunos Matriculados

#### Relação Ingresso/Alunos Matriculados – RIM - 2017

**Objetivo:** Quantificar para um determinado período, a relação entre as matrículas ingressantes e o total de matrículas ativas no mesmo período.

**Tipo:** Efetividade

**Método de Cálculo:**  $RIM = \frac{\text{Número de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 \rightarrow 40,02$

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

### Relação Ingresso Aluno/Alunos Matriculados por *campus* – Série Histórica

<i>Campi</i>	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Acará	34,20%	52,59%	32,36%	29,03%	31,10%	10,08%	94,70%
Acopiara	100,00%	-	-	-	-	-	-
Aracati	54,50%	45,67%	45,71%	42,72%	40,18%	45,20%	71,82%
Baturité	37,24%	42,57%	43,99%	51,90%	41,71%	-	98,45%
Boa Viagem	69,33%	100,00%	-	-	-	-	-
Camocim	51,01%	47,61%	62,63%	66,56%	42,64%	-	-
Canindé	28,90%	40,37%	20,60%	31,78%	48,97%	30,80%	93,02%
Caucaia	34,22%	26,34%	25,96%	36,43%	51,72%	100,00%	-
Cedro	27,08%	28,91%	10,03%	33,57%	30,92%	29,30%	56,10%
Crateús	31,68%	48,50%	20,03%	33,29%	56,64%	39,78%	79,43%
Crato	26,09%	20,02%	19,51%	21,76%	30,98%	34,40%	87,72%
Fortaleza	29,02%	28,40%	13,81%	27,03%	28,22%	14,42%	54,71%
Guaramiranga	68,10%	76,85%	55,56%	100,00%	-	-	-
Horizonte	100,00%	-	-	-	-	-	-
Iguatu	34,84%	30,29%	41,26%	29,85%	34,01%	66,60%	53,20%
Itapipoca	83,01%	99,71%	100,00%	-	-	-	-
Jaguaribe	53,37%	51,82%	28,44%	53,30%	58,91%	30,90%	78,20%
Jaguaruana	66,00%	100,00%	100,00%	-	-	-	-
Juazeiro do Norte	39,57%	20,60%	19,44%	13,28%	49,05%	18,20%	48,58%

Limoeiro do Norte	40,96%	34,38%	20,48%	26,63%	48,99%	21,80%	49,79%
Maracanaú	24,73%	35,11%	15,47%	31,36%	0,32%	25,00%	57,46%
Maranguape	100,00%	-	-	-	-	-	-
Morada Nova	60,45%	22,61%	48,02%	27,91%	55,91%	100,00%	-
Paracuru	79,21%	100,00%	-	-	-	-	-
Pecém	88,77%	-	-	-	-	-	-
Quixadá	16,51%	45,13%	16,27%	32,86%	65,91%	48,40%	88,57%
Sobral	32,03%	38,59%	16,67%	26,66%	37,55%	25,70%	74,91%
Tabuleiro do Norte	73,22%	53,59%	41,03%	41,35%	72,69%	100,00%	-
Tauá	65,62%	27,78%	41,33%	42,16%	32,96%	31,00%	86,42%
Tianguá	43,09%	39,61%	23,30%	60,48%	52,28%	-	84,18%
Ubajara	41,28%	59,21%	24,42%	23,83%	83,19%	100,00%	-
Umirim	45,95%	58,37%	29,57%	41,14%	100%	-	-

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Análise Crítica:** Os *campi* que obtiveram o indicador de 100% são *campi* com início de funcionamento recente, que não tinham matrículas anteriores e/ou que ofereceram cursos FIC que iniciaram e terminaram num mesmo ano. Este indicador ingresso/alunos matriculados sofre influência do número de vagas oferecidas ao longo do tempo treze *campi* se destacam pelo aumento deste indicador: Aracati, Camocim, Caucaia, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá e Tianguá.

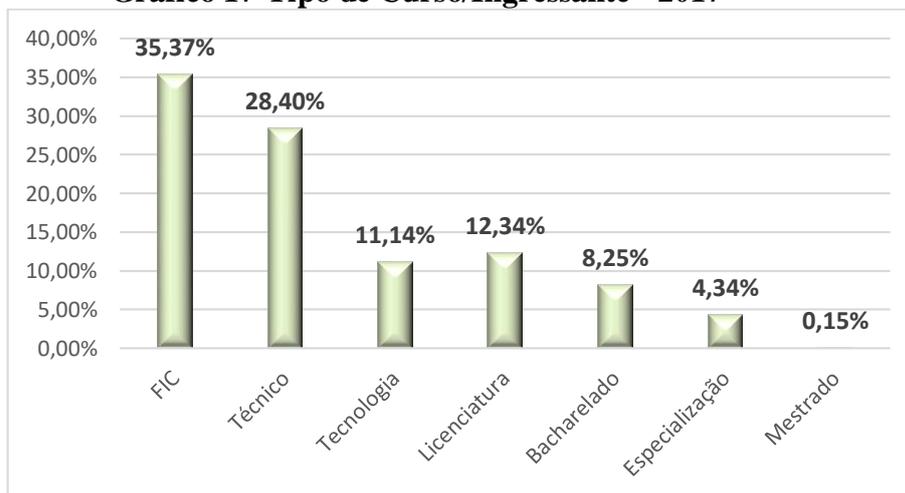
O número total de ingressantes foram distribuídos da seguinte forma: 5.340 nos cursos técnicos na forma subsequente e integrada, 2.321 ingressantes para os cursos de licenciatura, 2.095 para tecnologia, 1.553 para bacharelado, 6.651 para os cursos FIC, 817 para especialização e 29 para o mestrado.

#### Tipo de Curso/Ingressante

Cursos	Ingressante
FIC	6.651
Técnico	5.340
Tecnologia	2.095
Licenciatura	2.321
Bacharelado	1.553
Especialização	817
Mestrado	29

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 17-Tipo de Curso/Ingressante - 2017



Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

## Relação Concluintes/alunos matriculados

### Nº de Concluintes/Alunos Matriculados – RCM - 2017

**Objetivo:** Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

**Tipo:** Efetividade

**Método de Cálculo:**  $RCM = \frac{\text{Número de Concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 \rightarrow 17,79\%$

**Fonte:** SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

### Relação Concluintes/alunos matriculados por campus – Série Histórica

Campi	2017	2016	2015	2014	2013
Acaraú	12,49%	13,18%	14,26%	13,91%	5,50%
Acopiara	15,34%	-	-	-	-
Aracati	25,57%	5,45%	6,87%	27,14%	12,90%
Baturité	14,50%	0,59%	17,80%	12,80%	-
Boa Viagem	56,86%	-	-	-	-
Camocim	12,25%	20,10%	0,00%	25,89%	-
Canindé	4,66%	6,78%	9,98%	20,11%	2,60%
Caucaia	20,15%	11,55%	13,57%	0,22%	-
Cedro	11,31%	3,03%	6,52%	7,60%	29,30%
Crateús	5,83%	5,99%	7,02%	10,17%	9,80%
Crato	10,59%	6,90%	8,27%	14,80%	6,80%
Fortaleza	11,82%	3,52%	6,15%	4,87%	3,60%
Guaramiranga	37,93%	35,56%	-	-	-
Horizonte	74,31%	-	-	-	-
Iguatu	24,02%	7,80%	13,49%	22,50%	13,50%
Itapipoca	30,77%	66,67%	-	-	-
Jaguaribe	19,04%	5,29%	13,49%	22,50%	13,50%
Jaguaruana	10,17%	84,29%	-	-	-
Juazeiro do Norte	2,19%	2,86%	3,90%	3,98%	-
Limoeiro do Norte	20,28%	11,21%	14,16%	10,66%	12,80%
Maracanaú	8,89%	4,63%	2,19%	4,30%	3,90%
Maranguape	51,46%	-	-	-	-
Morada Nova	19,36%	2,52%	18,35%	8,95%	-
Paracuru	33,47%	-	-	-	-
Pecém	55,02%	-	-	-	-
Quixadá	23,67%	5,19%	10,56%	5,30%	3,00%
Sobral	7,80%	4,98%	5,90%	5,67%	5,10%
	39,30%	30,99%	6,49%	-	-
Tauá	36,20%	6,67%	7,09%	4,44%	-
Tianguá	16,60%	9,65%	15,30%	22,15%	-
Ubajara	3,99%	10,47%	0,00%	-	-
Umirim	27,49%	11,70%	3,54%	-	-

**Fonte:** SISTEC / Plataforma Nilo Peçanha

**Análise Crítica:** Os *Campi* com data de criação mais recente como Boa Viagem, de Guaramiranga, Horizonte, Maranguape e Pecém tiveram os índices mais elevados por terem oferecido em 2017, cursos de Formação Inicial e Continuada que têm curta duração. Dezesete *campi* merecem destaque por terem elevado consideravelmente a taxa de conclusão: Aracati, Baturité, Caucaia, Cedro, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá e Umirim.

### Eficiência Acadêmica de Concluintes

#### Eficiência Acadêmica de Concluintes/Alunos Matriculados – EAC - 2017

**Objetivo:** Quantificar a eficiência acadêmica de concluintes tendo como norteador o percentual de conclusão dos alunos (matrículas), nos cursos com previsão de término compreendido no período de análise.

**Tipo:** Efetividade

**Método de Cálculo:**  $RAC = \frac{\Sigma \text{n}^\circ \text{ de Concluintes}}{\Sigma \text{n}^\circ \text{ de todas as situações finais}} \times 100 \rightarrow 49,90\%$

$\Sigma \text{n}^\circ \text{ de todas as situações finais} = 16.756$

**Fonte:** SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

### Eficiência Acadêmica de Concluintes – por *campus* – Série Histórica

<i>Campi</i>	2017	2016	2015	2014	2013
Acaraú	34,40%	40,72%	47,71%	33,60%	45,07%
Aracati	58,40%	65,52%	28,81%	27,04%	58,36%
Baturité	32,70%	27,30%	7,84%	75,72%	35,76%
Boa Viagem	79,20%	-	-	-	-
Camocim	51,70%	33,44%	69,03%	-	25,89%
Canindé	43,30%	35,09%	46,46%	39,08%	60,00%
Caucaia	39,70%	45,22%	38,86%	75,36%	2,13%
Cedro	47,60%	54,95%	42,62%	74,64%	33,67%
Crateús	44,40%	36,82%	68,75%	40,65%	31,17%
Crato	34,30%	60,61%	94,55%	87,60%	52,86%
Fortaleza	35,7	37,77%	38,29%	35,10%	26,83%
Guaramiranga	71,00%	61,97%	80,00%	-	-
Horizonte	94,40%	-	-	-	-
Iguatu	44,20%	42,67%	38,75%	45,80%	56,27%
Itapipoca	62,40%	58,46%	66,67%	-	-
Jaguaribe	62,90%	49,59%	37,10%	47,27%	27,50%
Jaguaruana	78,90%	35,71%	84,29%	-	-
Juazeiro do Norte	29,40%	52,80%	24,29%	66,39%	26,13%
Limoeiro do Norte	45,20%	45,48%	47,27%	65,89%	39,19%
Maracanaú	31,80%	26,61%	27,46%	22,02%	30,74%
Morada Nova	52,70%	45,64%	100,00%	70,64%	49,12%
Paracuru	87,10%	87,72%	-	-	-
Pecém	59,90%	-	-	-	-
Quixadá	37,70%	30,84%	25,87%	50,00%	33,06%
Sobral	34,60%	24,16%	29,72%	39,82%	21,11%
Tabuleiro do Norte	63,50%	51,21%	78,49%	28,24%	-
Tauá	27,00%	20,87%	40,00%	29,65%	9,92%

Tianguá	46,60%	67,95%	59,68%	54,27%	37,96%
Ubajara	44,10%	34,88%	50,00%	–	–
Umirim	60,10%	62,81%	41,67%	38,24%	–

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Análise Crítica:** Treze *campi* apresentaram o índice de eficiência acadêmica acima de 50%. Destes, sete são *campi* com um período recente de funcionamento (o que faz-se a inferência de que são cursos de curta duração (FIC) e portanto os alunos geralmente não ficam retidos) são eles: Boa Viagem, Guaramiranga, Horizonte, Itapipoca, Jaguaruana, Paracuru e Pecém; os demais são que obtiveram um indicador de eficiência acadêmica mais elevado são: Aracati, Camocim, Jaguaribe, Morada Nova, Tabuleiro do Norte e Umirim. O Instituto busca estabelecer melhores padrões de desempenho acadêmico, para que seus alunos atendam ao período do ciclo escolar e cheguem ao final desse no período estabelecido pelo curso. Assim, abre mais vagas em seus *campi* e garante à sociedade acesso aos seus cursos e qualidade e excelência em seus serviços.

### Retenção do Fluxo Escolar

#### Retenção do Fluxo Escolar – RFE- 2017

**Objetivo:** Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

**Tipo:** Efetividade

**Método de Cálculo:** RAC= N° de Alunos Retidos  $\frac{4.735}{46.992} \times 100 \rightarrow 10,08\%$

Alunos Matriculados 46.992

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

### Retenção do Fluxo Escolar– por *campus* – Série Histórica

Campi	2017	2016	2015	2014	2013
Acaraú	12,92%	23,86%	20,74%	25,67%	14,90%
Acopiara	0,00%	-	-	-	-
Aracati	6,52%	38,38%	25,32%	12,23%	11,20%
Baturité	10,92%	40,29%	41,50%	40,90%	32,46%
Boa Viagem	4,99%	-	-	-	-
Camocim	5,06%	23,87%	51,68%	74,25%	9,14%
Canindé	18,23%	27,27%	22,02%	15,51%	12,32%
Caucaia	21,42%	50,45%	36,80%	29,12%	20,69%
Cedro	8,44%	45,94%	46,30%	41,17%	35,39%
Crateús	17,84%	16,33%	20,84%	13,90%	7,49%
Crato	8,14%	39,57%	38,75%	25,74%	31,12%
Fortaleza	9,24%	37,18%	42,65%	36,13%	41,73%
Guaramiranga	8,62%	0,00%	0,00%	–	–
Horizonte	0,00%	-	-	-	-
Iguatu	4,95%	37,67%	39,82%	40,08%	42,58%
Itapipoca	8,12%	25,07%	0,00%	–	–
Jaguaribe	6,61%	16,67%	24,71%	25,43%	17,05%
Jaguaruana	7,33%	0,00%	0,00%	–	–
Juazeiro do Norte	14,66%	44,26%	32,29%	29,27%	26,86%

Limoeiro do Norte	12,66%	33,90%	33,42%	26,14%	22,54%
Maracanaú	14,45%	34,71%	43,85%	33,05%	27,14%
Morada Nova	9,79%	44,05%	35,07%	42,38%	31,95%
Paracuru	5,74%	25,00%	–	–	–
Pecém	0,00%	-	-	-	-
Quixadá	6,06%	15,59%	17,07%	19,43%	10,77%
Sobral	21,75%	42,43%	48,58%	39,35%	30,53%
Tabuleiro do Norte	1,89%	22,03%	43,71%	16,49%	0,00%
Tauá	6,28%	22,22%	24,67%	27,61%	24,81%
Tianguá	6,41%	48,77%	60,60%	36,99%	15,95%
Ubajara	5,33%	18,87%	20,64%	27,08%	0,00%
Umirim	12,48%	45,52%	27,02%	5,99%	0,00%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

**Análise Crítica:** Os resultados de 2017 mostram uma diferença com os dos anos anteriores da série histórica, em novembro e dezembro de 2017 os centros acadêmicos dos campi para a construção da PNP tiveram a oportunidade de atualizar os dados que se encontravam no SISTEC para que fossem extraídos para a PNP. O que resultou em mudanças na situação de alunos. Verifica-se que os campi mais recentes não apresentaram retenção e que de um modo geral como a atualização da situação dos alunos o percentual de retenção teve uma queda.

#### Relação Aluno/Docente em Tempo Integral

##### Relação Aluno-Equivalente/Docente em Tempo Integral – RAD – 2017

**Objetivo:** Unificar o cálculo da Relação Aluno por Professor e/ou Relação Estudante por Professor, de forma a equiparar os alunos matriculados em cursos de níveis distintos.

**Tipo:** Eficiência

**Método de Cálculo:**  $RAD = \frac{\sum \text{Alunos Equivalente} \times FENC}{\sum \text{Professor Tempo Integral}}$   $\frac{37,552}{1.688} \rightarrow 22,35\%$

Fonte: SISTEC / SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

#### Indicador de Gestão de Pessoas

##### Titulação do Corpo Docente

##### Índice de Titulação do Corpo Docente – TCD - 2017

**Objetivo:** Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente – Efetivo e Substituto.

**Tipo:** Efetividade

**Método de Cálculo:**  $ITCD = \frac{(Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5)}{G + A + E + M + D}$   $\frac{5,630}{1.698} \rightarrow 3,90$

Fonte: SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

### Índice de Titulação do Corpo Docente por *campus* – Série Histórica

<i>Campi</i>	2017	2016	2015	2014	2013
Acaraú	4,00	3,79	3,69	3,58	3,29
Aracati	3,90	3,59	3,86	3,18	2,96
Baturité	3,80	3,60	3,72	3,54	3,16
Boa Viagem	3,40	2,80	–	–	–
Camocim	3,60	3,79	3,95	3,60	4,00
Canindé	3,80	3,76	3,75	3,32	3,41
Caucaia	4,00	3,82	3,58	3,41	2,75
Cedro	3,40	3,18	3,16	2,86	2,65
Crateús	3,80	3,94	3,88	3,53	3,12
Crato	4,10	3,93	3,98	3,84	3,72
Fortaleza	4,10	4,02	3,95	3,87	3,58
Guaramiranga	3,70	4,00	4,00	4,00	–
Horizonte	4,10	4,20	–	–	–
Iguatu	4,00	3,95	3,78	3,69	3,23
Itapipoca	3,60	3,38	–	–	–
Jaguaribe	3,50	3,32	3,27	2,85	2,71
Jaguaruana	3,80	3,43	3,00	3,00	–
Juazeiro do Norte	3,90	3,95	3,86	3,74	3,44
Limoeiro do Norte	3,90	4,11	3,88	3,57	3,49
Maracanaú	4,20	4,16	4,09	3,95	3,68
Morada Nova	3,80	3,89	3,69	3,43	3,09
Paracuru	4,20	3,67	–	–	–
Pecém	4,10	-	-	-	-
Quixadá	4,00	4,13	3,88	3,71	3,45
Sobral	4,00	3,92	3,94	3,70	3,60
Tabuleiro do Norte	3,50	3,17	3,00	3,00	2,73
Tauá	3,50	3,24	3,07	1,95	2,35
Tianguá	4,00	3,88	3,83	3,68	3,00
Ubajara	3,80	3,67	3,53	3,16	2,55
Umirim	3,90	3,92	3,67	3,50	4,50

Fonte: SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

**Análise Crítica:** Observa-se a elevação neste índice em 22 *campi*.

Os *campi* de Acaraú (4,00), Caucaia (4,00), Crato (4,10), Fortaleza (4,10), Horizonte (4,10), Iguatu (4,00), Maracanaú (4,20), Paracuru (4,20), Pecém (4,10) Quixadá (4,00), Sobral (4,00) e Tianguá (4,00) apresentam o índice acima da média do IFCE.

## Indicadores Administrativos

### Gasto Corrente por Aluno

#### **Gastos Correntes por Aluno – GCA - 2017**

<b>Gastos Correntes por Aluno – GCA - 2017</b>	
<b>Objetivo:</b>	Quantificar os Gastos por Aluno, por Região e para o País.
<b>Tipo:</b>	Efetividade
<b>Definição:</b>	
<b>Total de Gastos</b>	– Consideram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas.
<b>Alunos matriculados</b>	– conforme definido anteriormente.
<b>Base de Cálculo:</b>	Total de gastos - Investimentos - Precatórios – Inativos/Pensionista = 470.831.614,64
<b>Alunos Matriculados:</b>	<b>46.992</b>
<b>Método de Cálculo:</b>	$GCA\ 2017 = \frac{541.018.808,00}{46.992} = 11.513,00$

Fonte: SISTEC/SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Observação: Como já foi citado a PNP calcula o indicador total de gastos por matrícula equivalente

### Gastos Com Pessoal

<b>Percentual de Gastos com Pessoal – GCP – 2017</b>	
<b>Objetivo:</b>	Quantificar o Gasto Total com Pessoal em relação aos gastos totais.
<b>Tipo:</b>	Adequação do orçamento atribuído à instituição.
<b>Definição:</b>	
<b>Total de Gastos com Pessoal</b>	– gastos com servidores (ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios).
<b>Gastos Totais</b>	– Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.
<b>Base de Cálculo:</b>	Gastos com Pessoal = $482.159.694,00 / 605.225.489,00 \times 100 = 79,67\%$
<b>Método de Cálculo:</b>	$PGP = \frac{482.159.694,00}{605.225.489,00} \times 100 \rightarrow 79,67\%$

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

## Gastos com Outros custeios

### Percentual de Gastos com outros custeios (inclusive benefícios) – GOC – 2017

**Objetivo:** Quantificar o percentual de Gasto com Outros Custeios Total em relação aos gastos totais.

**Tipo:** Adequação do orçamento à instituição.

**Definição:**

Gastos com outros custeios – Gastos totais de OCC menos (-) benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras.

Gastos Totais – Conforme definido anteriormente.

**Cálculo:**  $PGOC = (\text{Total de gastos com outros custeios} / \text{Gastos totais}) \times 100$

Onde: Total de gastos com outros custeios = Total de gastos com outras despesas correntes – (Assistência pré-escolar + auxílio transporte + auxílio alimentação + assistência médica e odontológica + PASEP)

**Método de Cálculo:**  $PGOC = \frac{88.794.816,00}{605.225.489,00} \times 100 \rightarrow 14,67\%$

**Fonte:** SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

## Gastos com Investimentos em relação aos gastos totais

### Percentual de Gastos com investimentos em relação aos gastos totais – GGI – 2017

**Objetivo:** Quantificar o percentual de Gastos Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos gastos totais.

**Tipo:** Adequação do orçamento atribuído à instituição.

**Definição:**

Investimentos – Despesas destinadas ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários a realização de obras, bem como programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Inversões Financeiras – Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.  
Gastos Totais – Conforme definido anteriormente.

**Cálculo:**  $PGI = (\text{Total de gastos com despesas de investimento} / \text{Gastos totais}) \times 100$

**Base do Cálculo:** Gastos com investimentos e inversões financeiras (R\$ 8.785.229,00 ) e Gastos totais (R\$605.225.489,00)

**Método de Cálculo:**  $PGI = \frac{8.785.229,00}{605.225.489,00} \times 100 \rightarrow 1,45\%$

**Fonte:** SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

## Indicador Socioeconômico

### Número de Alunos Matriculados de acordo com a renda familiar *per capita* – 2017

**Objetivo:** Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

**Cálculo:** Contagem de alunos matriculados em cursos regulares oferecidos no âmbito das instituições, para as quais já tenham sido aplicados questionários socioeconômicos, identificando em qual faixa de renda familiar *per capita* cada aluno se enquadra.

**Pesquisa:** Realizada sob a forma de resposta espontânea, sobre a faixa de renda *per capita* familiar discente.

### Número de Alunos Matriculados de acordo com a renda familiar *per capita* por campus Série Histórica

Faixas de Renda /Ano	0<Renda <=0,5	0,5<Renda <=1,0	1,0<Renda <=1,5	1,5<Renda <=2,5	2,5<Renda <=3,0	Renda >3,0	Não Informado	Total	
<b>Acarauá</b>	<b>2017</b>	<b>216</b>	<b>215</b>	<b>126</b>	<b>62</b>	<b>19</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>648</b>
	2016	187	207	131	44	21	14	0	604
	2015	81	122	81	42	17	11	0	354
	2014	84	133	82	36	20	9	2	366
	2013	75	79	79	52	12	12	0	309
<b>Aracati</b>	<b>2017</b>	<b>153</b>	<b>213</b>	<b>148</b>	<b>72</b>	<b>31</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>639</b>
	2016	132	171	131	65	25	23	0	547
	2015	55	93	88	39	14	18	0	307
	2014	48	89	75	35	14	9	0	270
	2013	90	178	122	55	17	11	1	474
<b>Baturité</b>	<b>2017</b>	<b>128</b>	<b>182</b>	<b>101</b>	<b>52</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>488</b>
	2016	99	165	90	43	19	11	0	427
	2015	26	53	38	25	13	11	0	166
	2014	48	79	35	30	13	13	0	218
	2013	29	64	39	37	15	8	0	192
<b>Boa Viagem</b>	<b>2017</b>	<b>43</b>	<b>55</b>	<b>33</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>144</b>
<b>Camocim</b>	<b>2017</b>	<b>103</b>	<b>136</b>	<b>80</b>	<b>27</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>364</b>
	2016	69	109	67	21	14	8	0	288
	2015	4	17	15	2	4	1	0	43
<b>Canindé</b>	<b>2017</b>	<b>171</b>	<b>236</b>	<b>127</b>	<b>59</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>613</b>
	2016	186	223	123	65	17	12	0	626
	2015	73	104	54	29	15	9	0	284
	2014	89	148	117	60	30	16	0	460
	2013	83	143	121	66	25	23	1	462
<b>Caucaia</b>	<b>2017</b>	<b>73</b>	<b>93</b>	<b>108</b>	<b>66</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>388</b>
	2016	48	102	85	48	16	16	0	315
	2015	30	68	55	33	11	7	0	204
	2014	20	53	64	28	12	5	0	182
	2013	56	100	131	49	29	8	0	373

<b>Cedro</b>	<b>2017</b>	<b>285</b>	<b>281</b>	<b>155</b>	<b>66</b>	<b>30</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>831</b>
	2016	305	315	167	81	19	17	0	904
	2015	12	4	9	4	2	2	0	33
	2013	153	195	120	49	21	11	1	550
	2013	204	219	150	95	27	18	1	714
<b>Crateús</b>	<b>2017</b>	<b>204</b>	<b>232</b>	<b>159</b>	<b>70</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>711</b>
	2016	139	174	135	65	29	15	0	557
	2015	65	83	57	47	18	8	0	278
	2014	80	104	86	40	29	14	0	353
	2013	74	132	117	49	21	20	0	413
<b>Crato</b>	<b>2017</b>	<b>209</b>	<b>266</b>	<b>143</b>	<b>99</b>	<b>51</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>808</b>
	2016	94	123	85	51	19	19	0	391
	2015	45	67	62	39	19	21	0	253
	2014	78	134	128	69	31	21	0	461
	2013	82	177	167	95	31	36	7	595
<b>Fortaleza</b>	<b>2017</b>	<b>985</b>	<b>1582</b>	<b>1553</b>	<b>1022</b>	<b>590</b>	<b>905</b>	<b>0</b>	<b>6637</b>
	2016	849	1302	1576	873	525	874	0	5999
	2015	453	790	964	584	457	538	0	3786
	2014	537	939	1.152	671	472	611	1	4383
	2013	536	1.089	1.452	1.102	660	958	13	5810
<b>Guaramiranga</b>	<b>2017</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>36</b>
	2016	8	13	12	3	0	0	0	36
	2015	1	3	4	0	0	0	0	8
<b>Iguatu</b>	<b>2017</b>	<b>237</b>	<b>382</b>	<b>198</b>	<b>100</b>	<b>37</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>972</b>
	2016	195	303	200	94	32	26	0	850
	2015	90	175	121	76	31	19	0	512
	2014	152	215	133	71	31	19	0	621
	2013	171	250	190	92	53	34	2	792
<b>Itapipoca</b>	<b>2017</b>	<b>53</b>	<b>65</b>	<b>39</b>	<b>27</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>197</b>
	<b>2016</b>	<b>18</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>68</b>
<b>Jaguaribe</b>	<b>2017</b>	<b>76</b>	<b>100</b>	<b>42</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>245</b>
	2016	85	91	40	8	8	4	0	236
	2015	35	42	27	7	2	3	0	116
	2014	40	38	22	14	2	4	0	120
	2013	32	29	18	12	3	3	1	98
<b>Jaguaruana</b>	<b>2017</b>	<b>79</b>	<b>77</b>	<b>35</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>201</b>
	2016	40	41	17	7	4	1	0	110
<b>Juazeiro do Norte</b>	<b>2017</b>	<b>357</b>	<b>514</b>	<b>416</b>	<b>241</b>	<b>123</b>	<b>72</b>	<b>0</b>	<b>1723</b>
	2016	239	343	366	161	67	61	0	1237
	2015	46	106	89	71	35	16	0	363
	2014	162	294	334	205	105	72	0	1172
	2013	226	392	533	271	141	108	1	1672
	<b>2017</b>	<b>283</b>	<b>333</b>	<b>207</b>	<b>99</b>	<b>46</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>995</b>

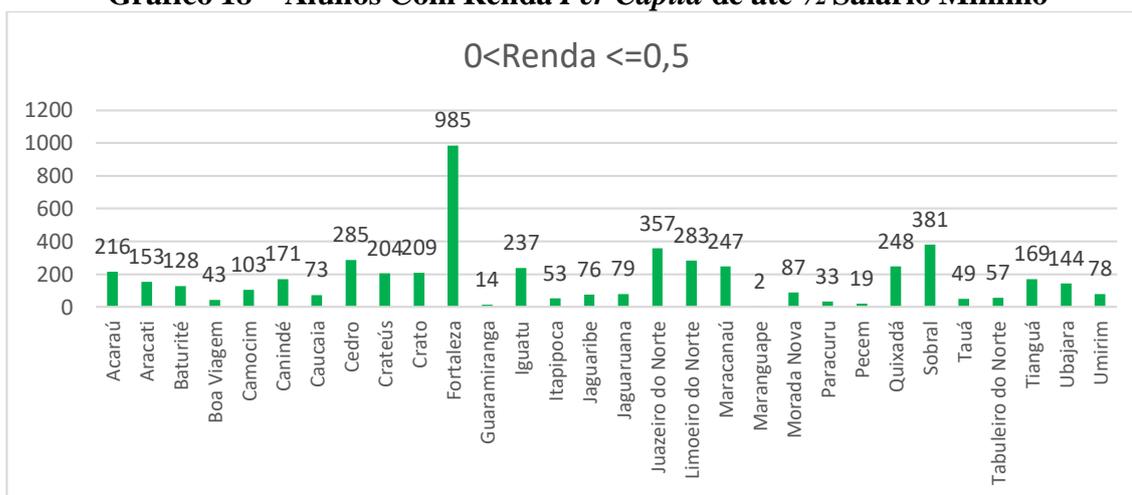
<b>Limoeiro do Norte</b>	2016	278	320	199	101	35	26	0	959
	2015	144	192	136	75	23	23	0	593
	2014	186	266	200	99	46	34	0	831
	2013	192	277	263	111	59	44	1	947
<b>Maracanaú</b>	<b>2017</b>	<b>247</b>	<b>402</b>	<b>453</b>	<b>274</b>	<b>133</b>	<b>153</b>	<b>0</b>	<b>1662</b>
	2016	206	391	459	234	135	153	0	1578
	2015	46	97	108	59	50	53	0	413
	2014	109	268	290	205	144	133	1	1150
	2013	120	245	367	301	161	177	0	1371
<b>Maraguape</b>	<b>2017</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>Morada Nova</b>	<b>2017</b>	<b>87</b>	<b>100</b>	<b>75</b>	<b>31</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>317</b>
	2016	46	97	108	59	50	53	0	413
	2015	27	34	26	8	6	2	0	103
	2014	16	33	24	11	8	3	1	96
	2013	22	61	41	23	15	6	0	168
<b>Paracuru</b>	<b>2017</b>	<b>33</b>	<b>47</b>	<b>38</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>143</b>
	2016	12	12	14	5	1	3	0	47
<b>Pecém</b>	<b>2017</b>	<b>19</b>	<b>26</b>	<b>35</b>	<b>26</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>144</b>
<b>Quixadá</b>	2017	248	298	191	97	44	26	0	904
	2016	272	372	280	125	51	35	0	1135
	2015	103	144	120	78	52	31	0	528
	2014	106	202	174	105	55	41	0	683
	2013	119	221	221	133	58	55	2	809
<b>Sobral</b>	<b>2017</b>	<b>381</b>	<b>536</b>	<b>410</b>	<b>184</b>	<b>95</b>	<b>51</b>	<b>0</b>	<b>1657</b>
	2016	378	517	348	165	68	64	0	1540
	2015	202	256	165	103	43	19	0	788
	2014	172	298	244	138	46	35	0	933
	2013	188	315	315	185	70	55	4	1132
<b>Tauá</b>	<b>2017</b>	<b>49</b>	<b>58</b>	<b>45</b>	<b>20</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>184</b>
	2016	42	61	30	10	5	4	0	152
	2015	28	27	17	12	5	0	0	89
	2014	32	24	13	11	5	1	0	86
	2013	44	31	23	17	4	4	1	124
<b>Tabuleiro do Norte</b>	<b>2017</b>	<b>57</b>	<b>62</b>	<b>50</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>197</b>
	2016	24	29	16	12	4	0	0	85
	2015	10	8	12	10	3	1	0	44
	2014	32	43	40	24	6	4	0	149
	2013	44	51	49	29	14	5	0	192
<b>Tianguá</b>	<b>2017</b>	<b>169</b>	<b>212</b>	<b>90</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>516</b>
	2016	123	141	69	25	5	11	0	374
	2015	41	49	39	15	4	2	0	150
	2014	39	73	45	19	8	6	0	190
	2013	28	59	30	13	2	4	1	137

<b>Ubajara</b>	<b>2017</b>	<b>144</b>	<b>176</b>	<b>62</b>	<b>40</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>443</b>
	2016	89	125	75	25	9	7	0	330
	2015	20	29	16	12	2	2	0	81
	2014	23	42	22	2	4	1	0	94
	2013	19	50	47	12	5	1	1	135
<b>Umirim</b>	<b>2017</b>	<b>78</b>	<b>68</b>	<b>45</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>212</b>
	2016	59	75	29	24	6	1	0	194
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	15	18	17	6	6	2	1	65

Fonte: Q'Acadêmico

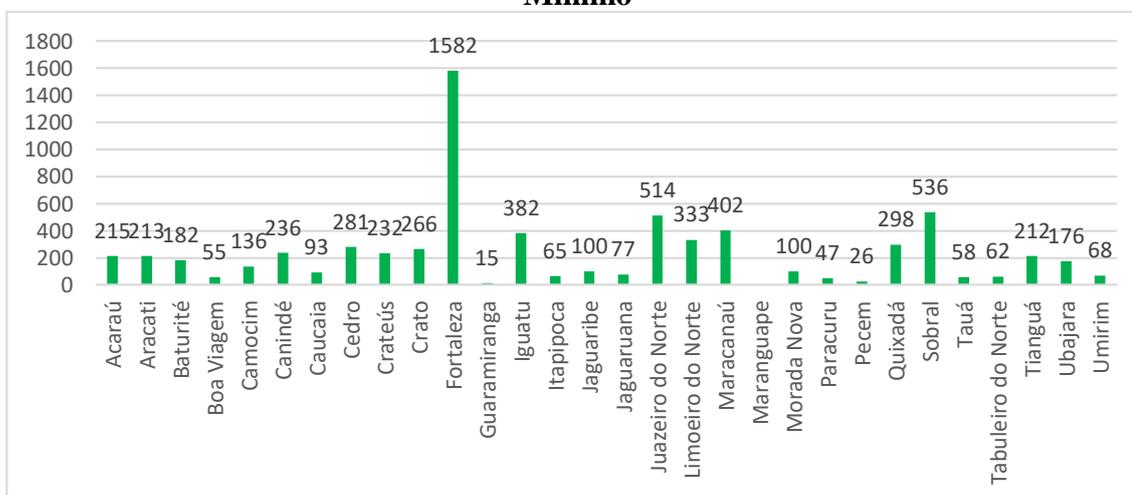
A seguir os gráficos demonstrativo de Renda *Per Capita* por campi:

**Gráfico 18 – Alunos Com Renda *Per Capita* de até ½ Salário Mínimo**



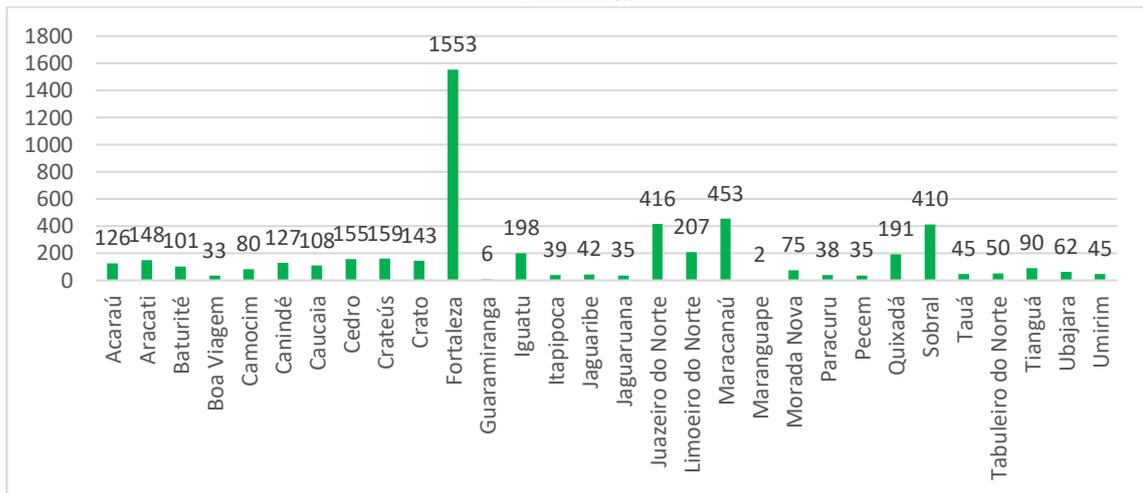
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 19 - Alunos Com Renda *Per Capita* com mais de ½ e Menor/ Igual a 01 Salário Mínimo**



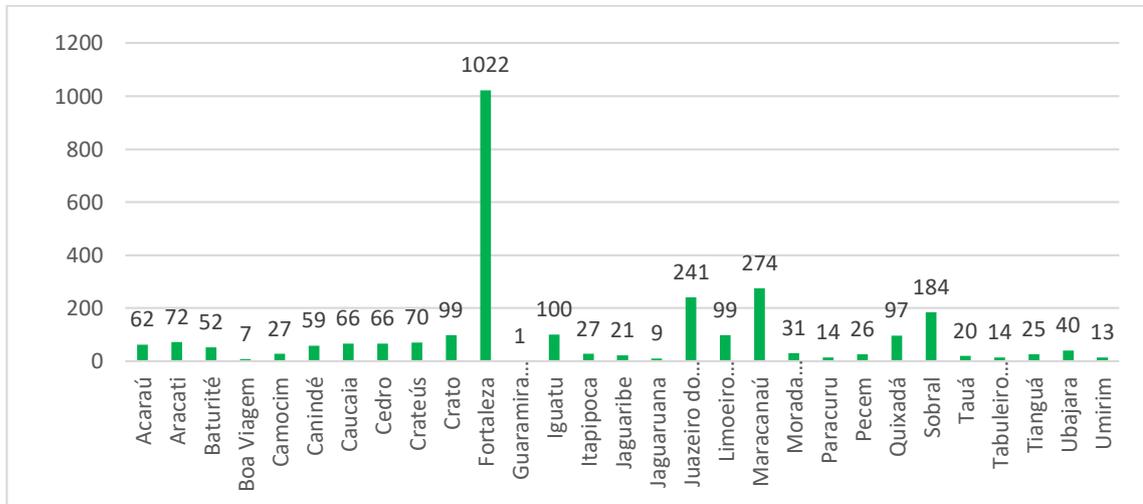
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 20 - Alunos Com Renda *Per Capita* com mais de 1,0 e Menor Igual a 1,5 Salários Mínimos**



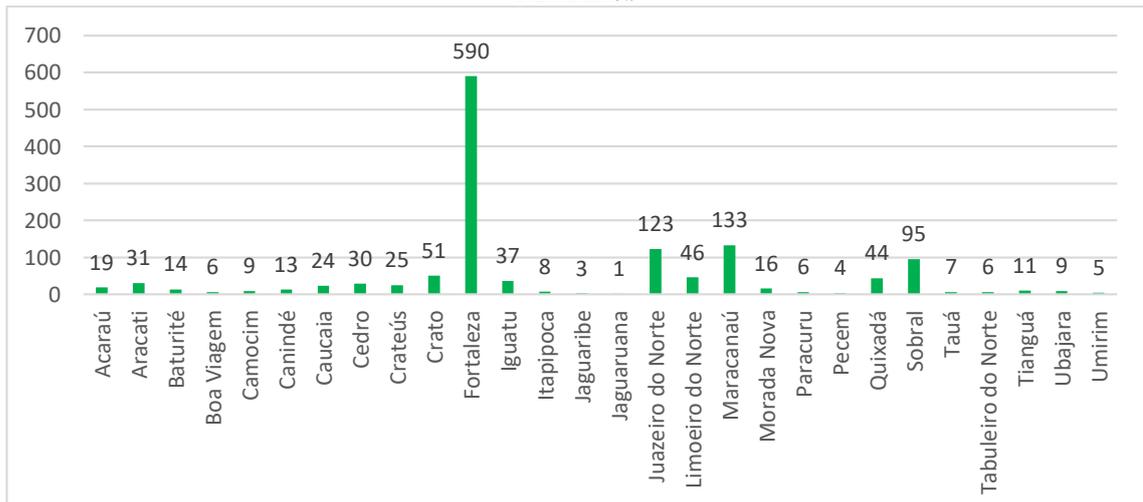
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 21 - Alunos Com Renda *Per Capita* com mais de 1,5 e Menor Igual a 2,5 Salários Mínimos**



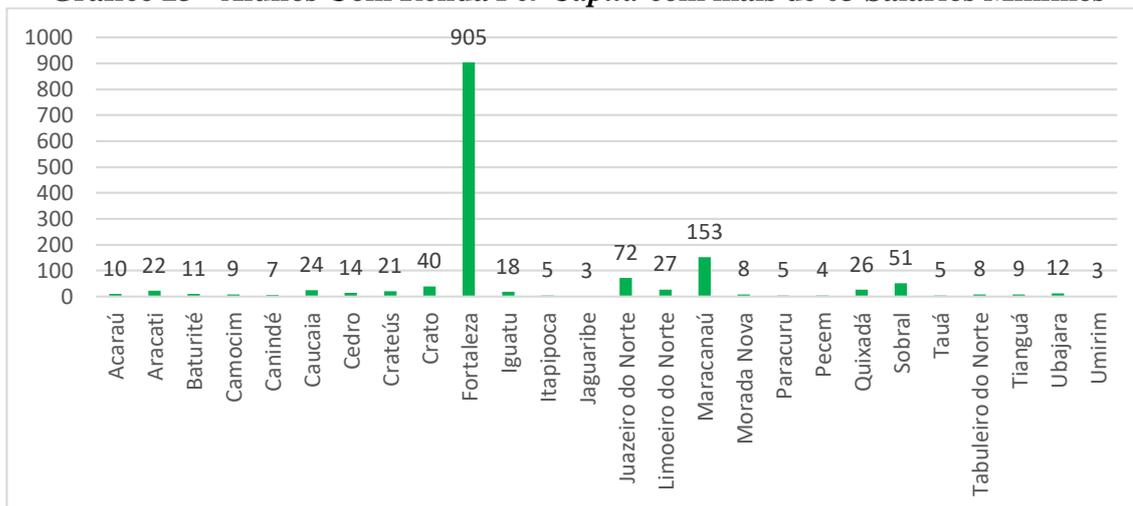
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 22 - Alunos Com Renda *Per Capita* com mais de 2,5 e Menor Igual a 03 Salários Mínimos**



Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 23 - Alunos Com Renda *Per Capita* com mais de 03 Salários Mínimos**



Fonte: Q<sup>3</sup> Acadêmico

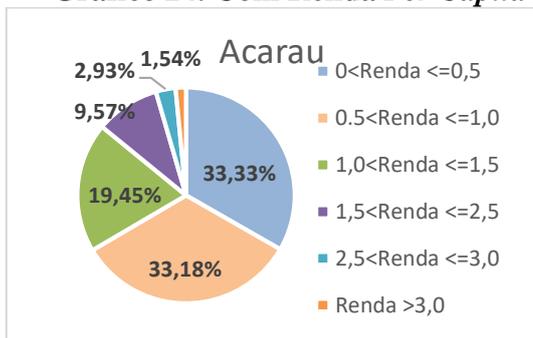
**Tabela com dados percentuais de renda por *campus***

<b>Campi</b>	<b>0&lt;Renda &lt;=0,5</b>	<b>0,5&lt;Renda &lt;=1,0</b>	<b>1,0&lt;Renda &lt;=1,5</b>	<b>1,5&lt;Renda &lt;=2,5</b>	<b>2,5&lt;Renda &lt;=3,0</b>	<b>Renda &gt;3,0</b>	<b>Total</b>
<b>Acarau</b>	33,33%	33,18%	19,45%	9,57%	2,93%	1,54%	100,00%
<b>Aracati</b>	23,94%	33,33%	23,16%	11,28%	4,85%	3,44%	100,00%
<b>Baturité</b>	26,23%	37,30%	20,70%	10,65%	2,87%	2,25%	100,00%
<b>Boa Viagem</b>	29,86%	38,19%	22,92%	4,86%	4,17%	-	100,00%
<b>Camocim</b>	28,30%	37,36%	21,98%	7,42%	2,47%	2,47%	100,00%
<b>Canindé</b>	27,90%	38,50%	20,72%	9,62%	2,12%	1,14%	100,00%
<b>Caucaia</b>	18,81%	23,97%	27,84%	17,00%	6,19%	6,19%	100,00%
<b>Cedro</b>	34,30%	33,81%	18,65%	7,95%	3,61%	1,68%	100,00%
<b>Cratós</b>	28,69%	32,63%	22,36%	9,85%	3,52%	2,95%	100,00%
<b>Crato</b>	25,87%	32,92%	17,70%	12,25%	6,31%	4,95%	100,00%
<b>Fortaleza</b>	14,84%	23,83%	23,40%	15,40%	8,89%	13,64%	100,00%
<b>Guaramiranga</b>	38,89%	41,67%	16,67%	2,77%	0,00%	0,00%	100,00%
<b>Iguatu</b>	24,38%	39,30%	20,37%	10,29%	3,81%	1,85%	100,00%
<b>Itapipoca</b>	26,90%	32,99%	19,80%	13,71%	4,06%	2,54%	100,00%
<b>Jaguaribe</b>	31,02%	40,82%	17,14%	8,58%	1,22%	1,22%	100,00%
<b>Jaguaruana</b>	39,30%	38,31%	17,41%	4,48%	0,50%	0,00%	100,00%
<b>Juazeiro do Norte</b>	20,72%	29,83%	24,14%	13,99%	7,14%	4,18%	100,00%
<b>Limoeiro do Norte</b>	28,99%	33,37%	20,75%	10,53%	3,65%	2,71%	100,00%
<b>Maracanaú</b>	14,86%	24,19%	27,26%	16,49%	8,00%	9,20%	100,00%
<b>Maranguape</b>	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
<b>Morada Nova</b>	27,44%	31,55%	23,66%	9,78%	5,05%	2,52%	100,00%
<b>Paracuru</b>	25,08%	32,87%	26,56%	9,79%	4,20%	3,50%	100,00%
<b>Pecém</b>	16,67%	22,81%	30,70%	22,81%	3,50%	3,51%	100,00%
<b>Quixadá</b>	27,43%	32,96%	21,13%	10,73%	4,87%	2,88%	100,00%
<b>Sobral</b>	22,99%	32,35%	24,74%	11,10%	5,73%	3,08%	100,00%
<b>Tauá</b>	26,63%	31,52%	24,46%	10,87%	3,80%	2,72%	100,00%
<b>Tabuleiro do Norte</b>	28,93%	31,47%	25,38%	7,11%	3,05%	4,06%	100,00%
<b>Tianguá</b>	32,75%	41,090%	17,44%	4,84%	2,14%	1,74%	100,00%
<b>Ubajara</b>	32,51%	39,73%	14,00%	9,02%	2,03%	2,71%	100,00%
<b>Umirim</b>	36,79%	32,08%	21,23%	6,13%	2,35%	1,42%	100,00%

Fonte: Q'Acadêmico

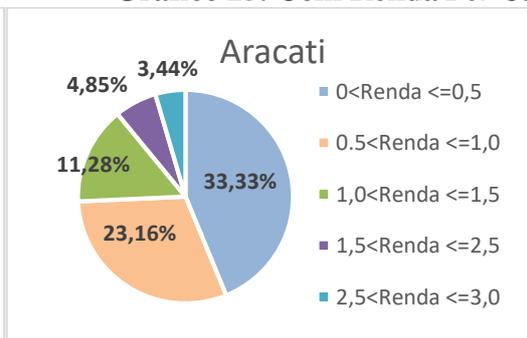
**Gráficos com percentuais de renda por *campus* do Instituto Federal do Ceará no ano de 2017**

**Gráfico 24. Com Renda *Per Capita***



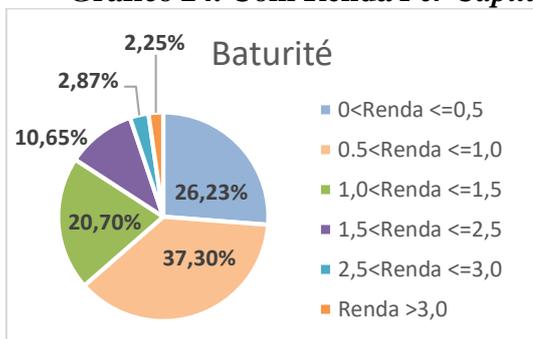
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 25. Com Renda *Per Capita***



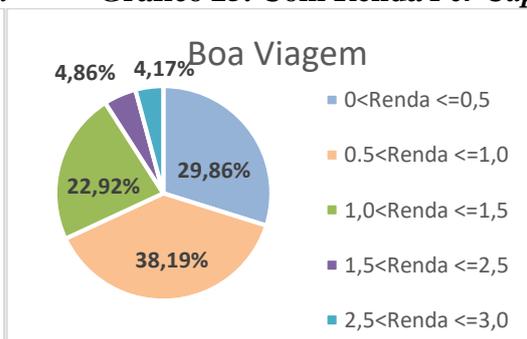
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 24. Com Renda *Per Capita***



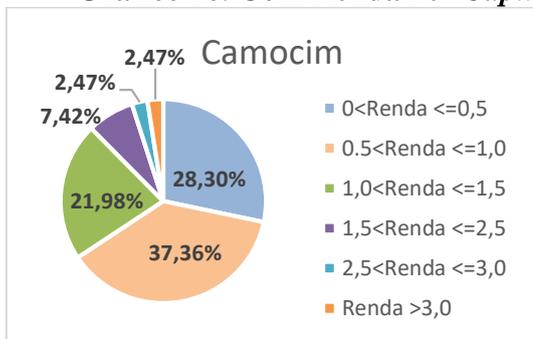
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 25. Com Renda *Per Capita***



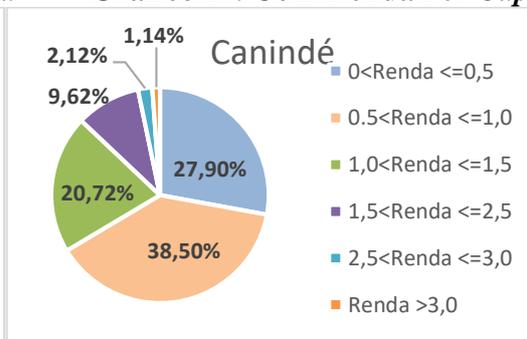
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 26. Com Renda *Per Capita***



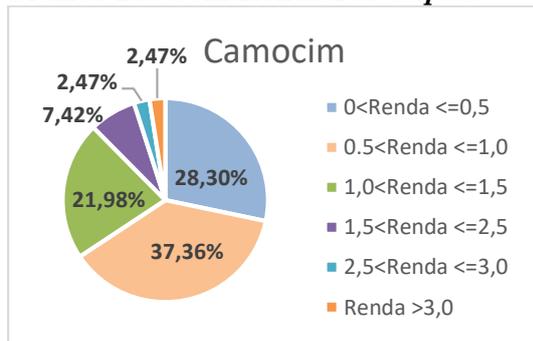
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 27. Com Renda *Per Capita***



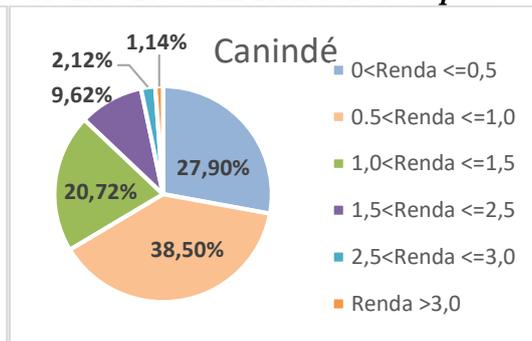
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 26. Com Renda Per Capita**



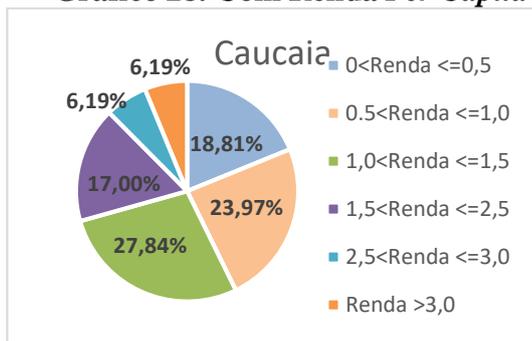
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 27. Com Renda Per Capita**



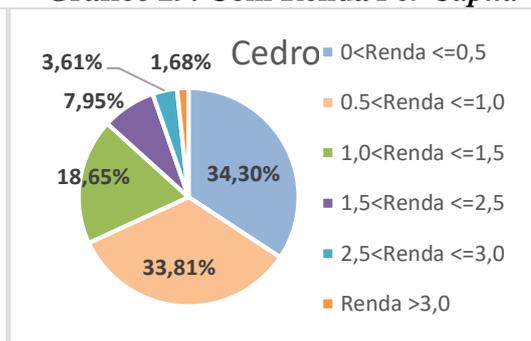
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 28. Com Renda Per Capita**



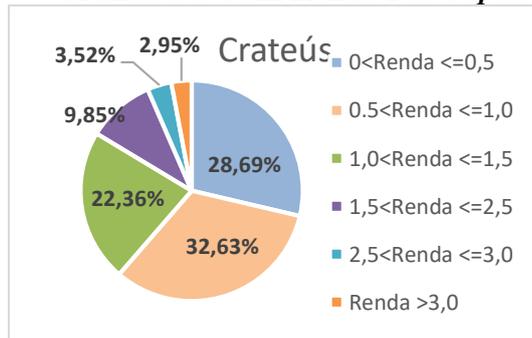
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 29. Com Renda Per Capita**



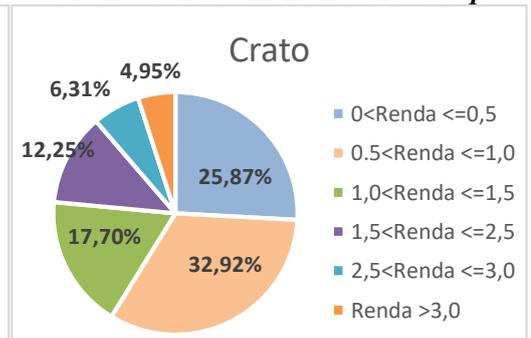
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 30. Com Renda Per Capita**



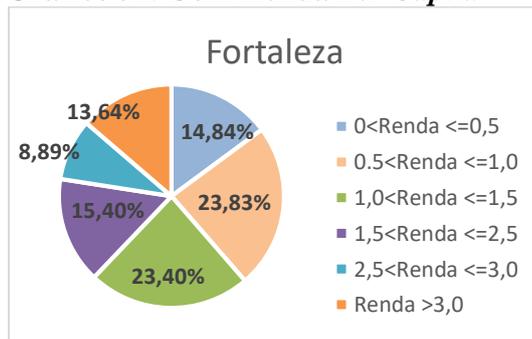
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 31. Com Renda Per Capita**



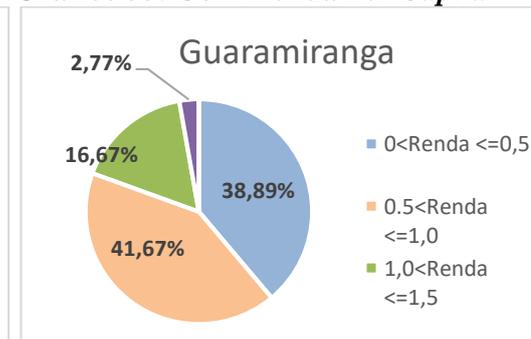
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 32. Com Renda Per Capita**



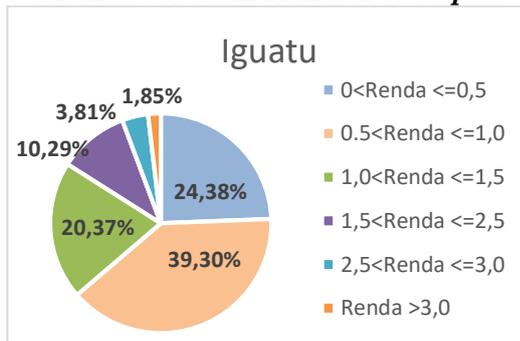
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 33. Com Renda Per Capita**



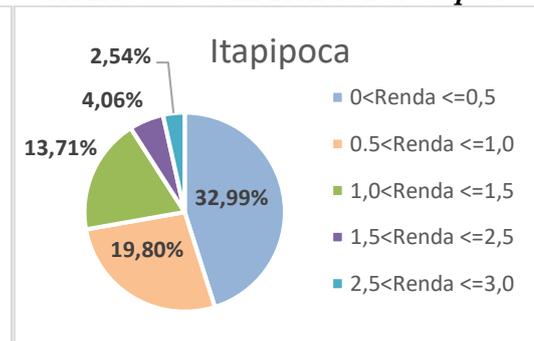
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 34. Com Renda Per Capita**



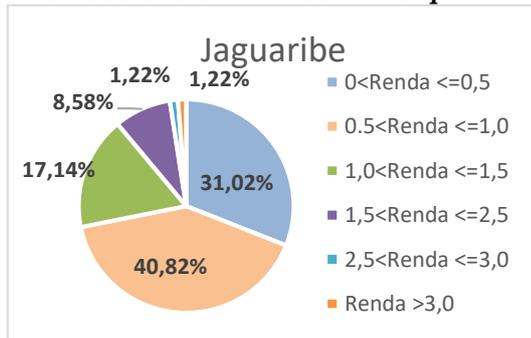
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 35. Com Renda Per Capita**



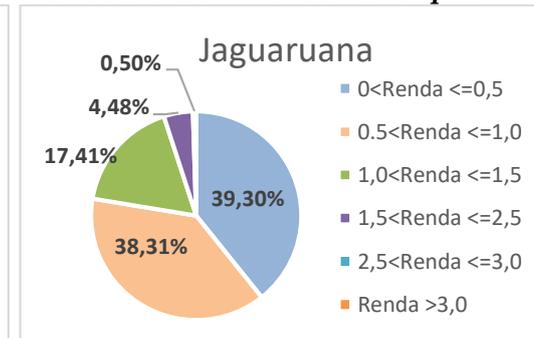
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 36. Com Renda Per Capita**



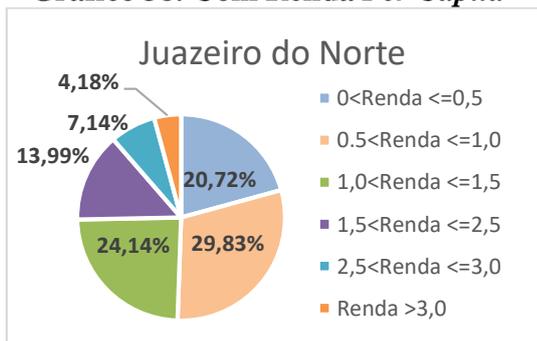
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 37. Com Renda Per Capita**



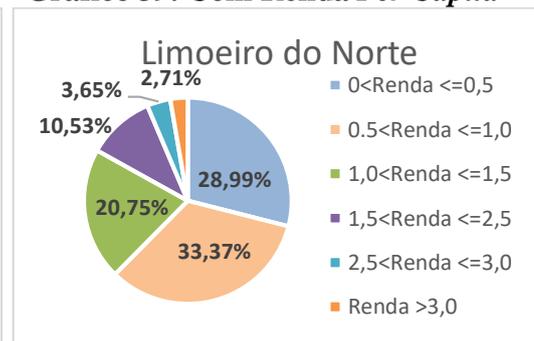
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 38. Com Renda Per Capita**



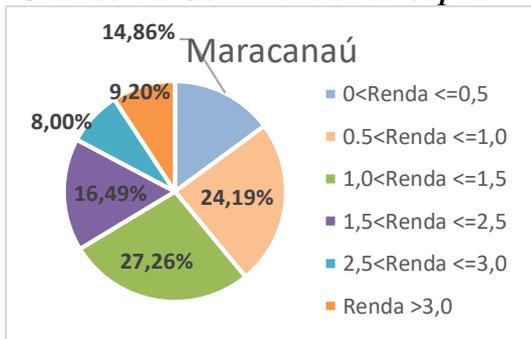
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 39. Com Renda Per Capita**



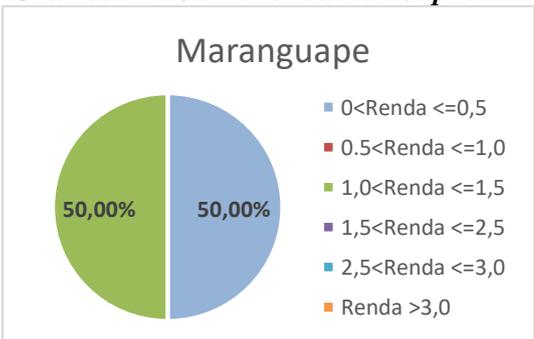
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 40. Com Renda Per Capita**



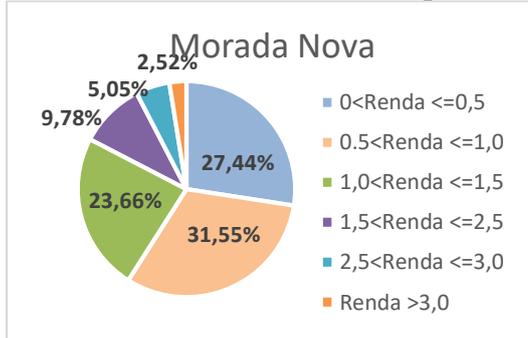
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 41. Com Renda Per Capita**



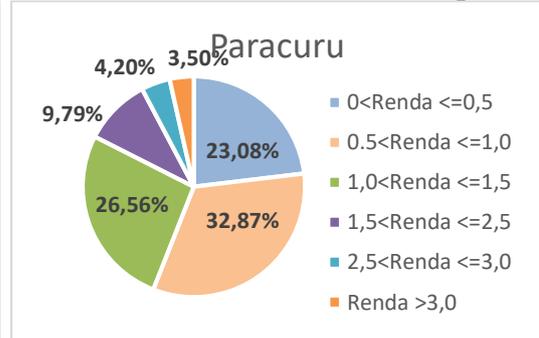
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 42. Com Renda Per Capita**



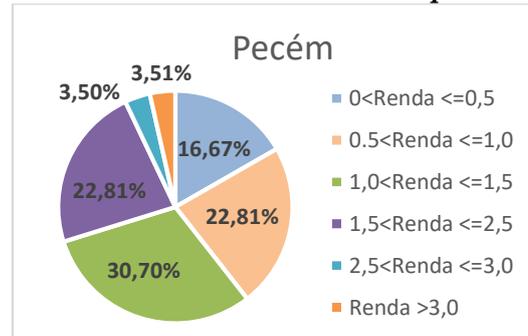
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 43. Com Renda Per Capita**



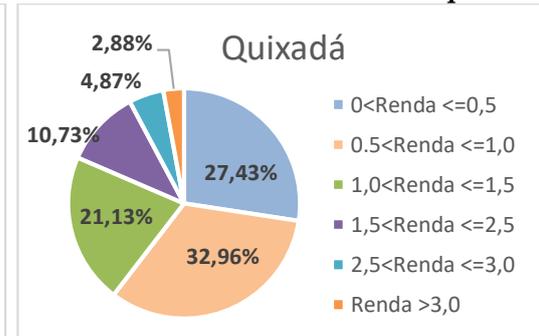
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 44. Com Renda Per Capita**



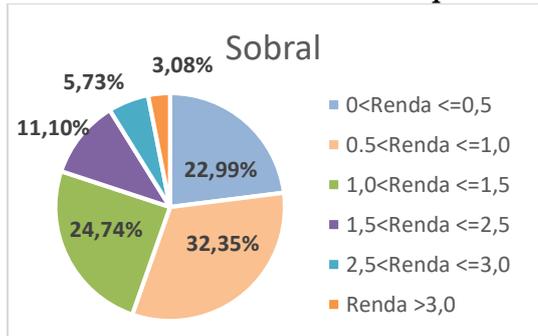
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 45. Com Renda Per Capita**



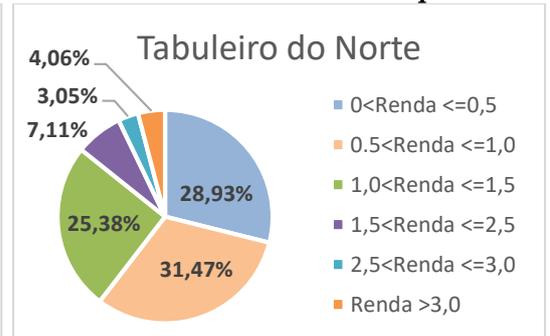
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 46. Com Renda Per Capita**



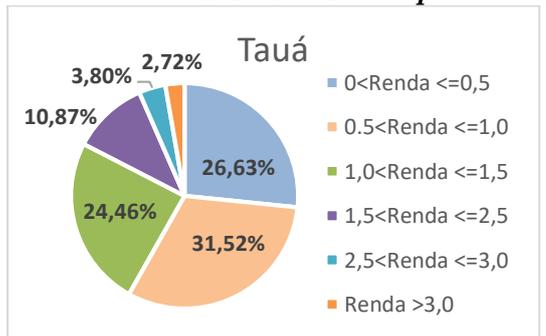
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 47. Com Renda Per Capita**



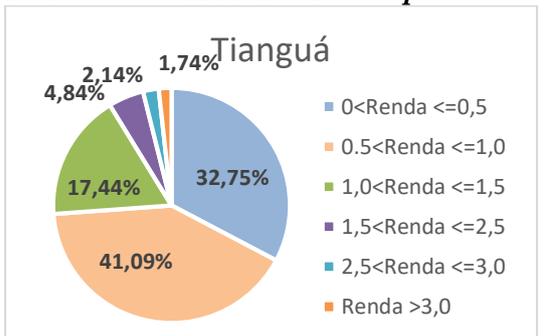
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 48. Com Renda Per Capita**



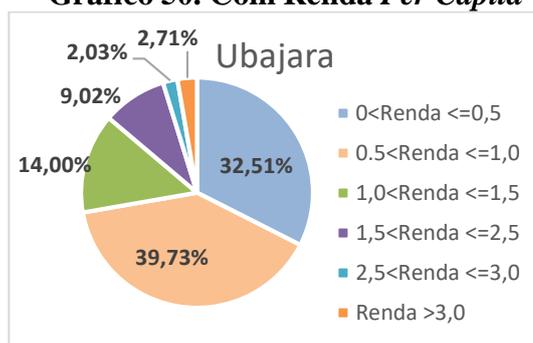
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 49. Com Renda Per Capita**



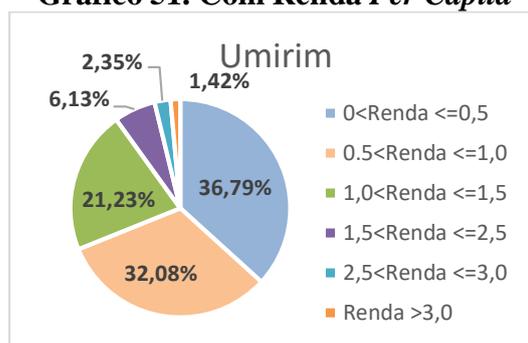
Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 50. Com Renda *Per Capita***



Fonte: Q'Acadêmico

**Gráfico 51. Com Renda *Per Capita***



Fonte: Q'Acadêmico

## 2.5. Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos



PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

### DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), vinculado ao Ministério da Educação, UO 26405, não recebeu recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras, no exercício de 2017.

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2018.

Beatriz Rodrigues Garcia

Diretora de Gestão Orçamentária – DGO/PROAP/Reitoria

Mat. SIAPE 269573

## 3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

### 3.1. Descrição das estruturas de governança

Em linhas gerais, a governança corresponde a um conjunto de boas práticas sobre o modo como a instituição é dirigida e controlada. Nesse sentido, as estruturas de governança visam à transparência da gestão e a redução dos riscos associados aos objetivos e metas institucionais.

Desse modo, apresentamos as estruturas de governança do IFCE, com as principais competências relativas à governança:

#### Conselho Superior

O Conselho Superior – CONSUP é uma instância de caráter consultivo e deliberativo, sendo o órgão máximo do IFCE.

- I. Aprovar as diretrizes para atuação do IFCE e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação, e apreciar a proposta orçamentária anual;
- III. Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- IV. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

### Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna - AUDIN é o órgão técnico de controle, vinculada à Reitoria do IFCE, sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição. Deve cumprir suas atribuições sem elidir a competência ministerial e do Tribunal de Contas da União.

Compete à Auditoria Interna:

- I. Prestar assessoramento técnico aos gestores e orientar os Órgãos e Unidades Administrativas da instituição, buscando agregar valores à gestão, observados os princípios e normas de controle interno;
- II. Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;
- III. Assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo e da realização das metas do Plano Plurianual, no âmbito da entidade, visando a comprovar o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- IV. Verificar o desempenho da gestão da entidade, visando a comprovar a legalidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de recursos humanos, de suprimento de bens e serviços e demais controles de gestão;
- V. Verificar a consistência e a segurança dos instrumentos de controle, de guarda e de conservação dos bens e valores da Instituição ou daqueles pelos quais ela seja responsável;
- VI. Buscar condições para o exercício do controle sobre as ações da entidade, quando couber, bem como a atualização dos mecanismos de controle em funcionamento no âmbito da organização;
- VII. Verificar a fidelidade das informações e a regularidade das contas com base nos registros contábeis e na documentação comprobatória das operações;
- VIII. Verificar se os recursos do IFCE são aplicados com eficiência, eficácia e economicidade;
- IX. Elaborar relatórios, assinalando os pontos merecedores de reparo, para que os dirigentes tenham elementos necessários à tomada de decisões e correções;

### Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes- COLDIR é uma instância de caráter consultivo, sendo o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.

São competências do COLDIR:

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFCE;

- IV. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- V. Apreciar os assuntos de interesse da administração do IFCE a ele submetidos.

### Departamento de Governança de Tecnologia da Informação

O Departamento de Governança de Tecnologia da Informação é responsável pelo planejamento, coordenação e aquisição dos materiais, equipamentos e serviços no âmbito da DGTI e Reitoria.

- I. Sugerir projetos para melhoria de processos internos, utilizando tecnologia disponível no mercado, em conjunto com os demais setores da DGTI;
- II. Gerir os contratos com as empresas prestadoras de serviços de informática e telecomunicações da Reitoria;
- III. Gerir os contratos de aquisição de materiais e equipamentos de informática da Reitoria;
- IV. Orientar a aquisição de materiais, equipamentos e serviços, a fim de atender às demandas da DGTI, da Reitoria e dos campi;
- V. Coordenar o planejamento e elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – (PDTI) do IFCE.

Ressaltamos, por fim, que o IFCE não possui estruturas de governança externas, tais como auditoria independente, conselhos externos, etc.

### **3.2. Atuação da unidade de auditoria interna**

As auditorias internas dos órgãos da Administração Indireta foram instituídas por meio do Decreto Federal nº 3591/2000, da Controladoria Geral da União, que atribui aos órgãos da Administração Indireta organizar a sua respectiva unidade de auditoria com espaço físico, recursos humanos e materiais necessários ao pleno desenvolvimento de suas atividades.

Visando atender ao Decreto Federal, o IFCE criou a sua unidade de auditoria interna por meio da Resolução nº 04 de 02 de abril de 2004, do então Conselho Diretor do extinto CEFET-CE, com a finalidade de fortalecer a gestão, de racionalizar as ações de controle e de prestar apoio ao Sistema Ministerial (ministérios e Controladoria Geral da União) e ao Tribunal de Contas da União.

De acordo com as Disposições Preliminares da referida resolução, a Unidade de Auditoria Interna/IFCE (AUDIN) é órgão técnico de controle vinculado ao Conselho Diretor, atualmente vinculado ao Conselho Superior (CONSUP), mediante Resolução nº 015 de 09/08/2013 do CONSUP e Resolução nº 007 de 04/03/2016, que aprovou o Regimento Geral do IFCE.

O titular da AUDIN é servidor efetivo do Instituto e foi indicado pelo Conselho Diretor do então CEFET/CE, e referendado pela Controladoria-Geral da União (CGU).

A independência da AUDIN é evidenciada pela vinculação da AUDIN ao CONSUP; pelo item 2.7 do Relatório de Auditoria Anual de Contas da CGU/CE nº 201407323, exercício 2013, e pela minuta da versão de 08/07/2016 do Regimento Interno da AUDIN, em anexo, que preza pelo princípio da segregação de funções, principalmente no que tange à realização de atividades típicas de gestão.

A AUDIN atua em trabalhos de avaliação dos controles internos administrativos do IFCE de acordo com as normas de auditoria aplicáveis à Administração Pública Federal, bem como os procedimentos previstos pelos organismos internacionais.

A AUDIN é composta pelo Auditor Titular, e por um Corpo Técnico de seis auditores, um deles na função de assistente da AUDIN. A função da Unidade de Auditoria Interna é analisar os controles internos existentes dos diversos segmentos da Instituição, avaliando se os mesmos são adequados, em termo de segurança e de utilidade e, por outro lado, se estão sendo seguidos, conforme o proposto pelo IFCE, além da aderência às normas que o IFCE está subordinado, à sua missão, à sua visão e aos seus valores, quando então, é possível sugerir a melhoria dos controles para o

fortalecimento da gestão, e correção de falhas, consistindo nessas circunstâncias o papel de assessoramento ao Gestor.

O modelo de atuação da AUDIN é de uma unidade centralizada na Reitoria para atender toda a Instituição. Esse modelo foi apresentado na 25ª Reunião Ordinária do Colégio de Dirigentes realizada em 20/08/2012, quando foi discutido o real papel da Auditoria Interna como controle na Instituição justificando a razão do modelo adotado.

A auditoria interna emite, após a conclusão das ações de auditoria, o Plano de Providências Permanente Interno (PPPI). O documento apresenta todas as recomendações expedidas no Relatório de Auditoria Interna (RAI), após a fase da manifestação do auditado, na fase preliminar, e é encaminhado, junto com o Relatório de Auditoria, ao auditado, como também ao Chefe de Departamento de Correição e Controle do IFCE para que, junto com os responsáveis, em até 30 dias úteis do recebimento do documento, apresente as providências a serem implementadas e o prazo necessário para o alcance do cumprimento das recomendações.

A cada avaliação do PPPI, em ação específica de monitoramento, consignado no PAINT, é expedida uma nota informativa contemplando o status das recomendações, a saber: **Implementadas** – recomendações que foram analisadas no exercício, fazendo distinção em exercício atual e anteriores, que foram consideradas atendidas; **Parcialmente implementadas** – recomendações que foram analisadas no exercício, cuja implementação está em curso, ou quando o auditado declara implementado, mas que não foi confirmado pela AUDIN; **Não implementadas** – recomendações que foram analisadas no exercício e estão pendentes de implementação ou quando não há manifestação do auditado, ou seja, ausência de informação; e **Baixadas** – recomendações que foram analisadas no exercício e foram desconsideradas; ou por repetição; ou por não aplicação, por decurso de prazo, ou quando a recomendação não é cabível, quando o auditor se convence do contraditório do auditado.

As recomendações **vincendas** são as que não foram analisadas, portanto, não constará em nota informativa, mas será informado o quantitativo no RAI. Para o Reitor é encaminhado somente o RAI para avaliação de publicação, em razão da Lei de Acesso à Informação (LAI), e da Recomendação nº 001/OUVIDORIA de 23/06/2016 no tocante à inserção de informações da AUDIN no sítio da Instituição.

Para o CONSUP é enviado a síntese dos RAI, em função da Instrução Normativa CGU 24/2015 (IN 24/2016/CGU). A AUDIN está buscando a criação de uma rotina de apresentação de todas as recomendações oriundas da AUDIN, CGU e TCU ao CONSUP, por meio de um relatório gerencial, que deverá conter as justificativas dos gestores para cada recomendação não implementada ou implementada parcialmente, com indicação de prazo para sua efetivação, conforme estabelece a IN 24/2016/CGU; no entanto em 2017 foi apresentado o Relatório Gerencial nº 01/2017 em reunião do CONSUP.

### 3.2.1. Sobreposição de carga horária - Pronatec

A ação de auditoria no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi realizada em 2016 até a versão preliminar do relatório, concluindo a versão definitiva em fevereiro de 2017. Neste ano não houve turma do PRONATEC.

Foi avaliada a execução dos cursos iniciados em 2015 com término em março de 2016, a saber: Operador de beneficiamento de pescado (Iguatu), Operador de beneficiamento de pescado (Iguatu/Quixelô), Operador de beneficiamento de pescado (Iguatu/ Quixeramobim), Operador de computador (Iguatu/ Quixeramobim), Pizzaiolo (Iguatu) e Preparador de doces e conservas (Iguatu).

Buscou-se verificar a existência dos controles administrativos internos na Pró-reitoria de Extensão (PROEXT), assim como no Campus Iguatu, nos quesitos: divulgação de editais; processo seletivo das equipes; pagamento dos bolsistas; acompanhamento das frequências dos servidores/bolsistas; componentes curriculares e avaliação do Programa.

Houve indícios de sobreposição de carga horária de servidores administrativos que atuam no Pronatec, conforme folhas de frequência em papel. Pela dificuldade de evidenciar a compensação de horário, ficou prejudicada a recomendação inicial do trabalho de se obter o ressarcimento das

importâncias pagas sem a devida contraprestação de serviços, mas a constatação ficou registrada para que fosse fortalecido o controle de frequência, que ainda é em papel.

<b>ACÃO Nº 15/2016: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC</b>
<b>CONSTATAÇÕES:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragilidade nos Controles Internos pela falta de política de controle interno que assegure uma eficiente gestão de risco, que possibilite avançar nos indicadores de resultado do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.</li> <li>• Conflito de Horário de Atividades no Pronatec com Atividades Funcionais no IFCE.</li> <li>• Bolsista do Pronatec Excedendo a Carga Horária Permitida pela Resolução nº04/2012.</li> <li>• Bolsista/Servidor do Instituto Federal do Ceará no Gozo de Licença Saúde Desempenhando Atividades do Pronatec.</li> <li>• Inobservância ao Princípio da Publicidade</li> <li>• Bolsista com Formação Acadêmica Diversa da Exigida em Edital</li> </ul>

### 3.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O IFCE toma conhecimento de irregularidades através de vários canais, tais como representações, denúncias recebidas pela Ouvidoria (através dos sistemas CGU ou por e-mails), achados de auditoria, veiculação de notícias na mídia, et cetera.

Cada unidade do IFCE dispõe de autonomia para apuração dos desvios ocorridos no âmbito de suas competências, contando com o Departamento de Correição e Controle da Reitoria para a supervisão e apoio das atividades disciplinares.

No ano de 2017, o IFCE instaurou 23 (vinte e três) processos administrativos disciplinares lato sensu, dos quais 17 (dezesete) sindicâncias e 06 (sete) processos administrativos disciplinares propriamente ditos, a saber:

<b>Seq</b>	<b>Campus</b>	<b>Tipo de procedimento</b>	<b>Portaria</b>	<b>Fato sob apuração</b>	<b>Resultado</b>
1	Baturité	Sindicância Investigativa	97/2017 de 21/11/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	nenhuma irregularidade verificada
2	Cedro	PAD	54/2017 GDG, de 11/08/2017	Comportamento inadequado de docente do campus	Aguardando parecer jurídico para tomada de decisão
3	Crateús	Sindicância Investigativa	067/GDG, de 22/05/2017	apuração de causa de acidente de trânsito ocorrida com veículo oficial	nenhuma irregularidade verificada
4	Crateús	Sindicância Investigativa	88/GDG, DE 31/07/2017	apuração de faltas injustificadas da servidora Eliane da Silva Nunes	Em andamento
5	Crateús	Sindicância Investigativa	136/GDG, de 16/11/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	Em andamento

<b>Seq</b>	<b>Campus</b>	<b>Tipo de procedimento</b>	<b>Portaria</b>	<b>Fato sob apuração</b>	<b>Resultado</b>
6	Iguatu	Sindicância Investigativa	203/2017, de 01/11/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	nenhuma irregularidade verificada
7	Iguatu	Sindicância Investigativa	143/2017, de 24/08/2017	desvio funcional ref. à multa aplicada por utilização de veículo oficial	nenhuma irregularidade verificada
8	Iguatu	Sindicância Investigativa	65/2017, de 15/05/2017	Apurar desvio de conduta de docente no trato com aluno	nenhuma irregularidade verificada
9	Maracanaú	Sindicância Investigativa	138/GDG, de 06/11/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	nenhuma irregularidade verificada
10	Tianguá	Sindicância Investigativa	083/GDG, de 13/12/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	nenhuma irregularidade verificada
11	Ubajara	Sindicância Investigativa	Portarias 74/GDG e 81/GDG	possível acúmulo ilegal de cargos públicos dos servidores Carlos Eduardo Gonçalves Maia e Nadya Brito Gurgel Correia Dutra	nenhuma irregularidade verificada
12	Morada Nova	Sindicância Investigativa	Portaria 84/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	em andamento
13	Reitoria	PAD - Rito Sumário	Portaria nº201/GR (processo 23255.039 812.2016-24)	apurar acúmulo ilegal de cargos públicos	processo arquivado em decorrência de pronunciamento judicial que concluiu pela inexistência de acumulação ilegal
14	Reitoria	Sindicância Investigativa	Portaria nº 154, de 17/02/2017 (Processo 23255.055 363.2016-61)	apurar fraude em concurso público	Constatados indícios de quebra de sigilo em concurso. Recomendação para abertura de processo administrativo disciplinar.
15	Fortaleza	Sindicância Investigativa	048/GDG	compras de passagens aéreas para fins particulares com cartão corporativo	constatadas irregularidades e determinado instauração de PAD
16	Fortaleza	PAD	115/GDG	assédio sexual praticado por docente	em andamento
17	Fortaleza	PAD	224/GDG	denúncias referentes a atos irregulares em concurso público, Edital nº 10/GR-IFCE/2016.	em andamento

<b>Seq</b>	<b>Campus</b>	<b>Tipo de procedimento</b>	<b>Portaria</b>	<b>Fato sob apuração</b>	<b>Resultado</b>
18	Fortaleza	PAD	261/GDG	compras de passagens aéreas para fins particulares com o cartão corporativo	em andamento
19	Reitoria	Sindicância Investigativa	Portaria 034/GR	apurar furto de netbook nas dependências do campus Quixadá. O equipamento estava sob a guarda do Diretor-Geral do campus Quixadá	Decisão acata relatório final reconhecendo a inexistência de dolo ou culpa do servidor no extravio do bem, mas determinando a recomposição do erário (conforme art.60,§2º e art. 70 do Manual de Gestão de Materiais do IFCE). O servidor realizou a recomposição do erário conforme GRU nº de referência 2013800165 (competência 10/2017)
20	Itapipoca	Sindicância Investigativa	01/GDG	apurar os fatos do processo 23255.014117.2017-31	determinada a instauração de PAD
21	Itapipoca	PAD - Rito Ordinário	06/GDG	apurar os fatos do processo 23255.014117.2017-31	Em andamento
22	Itapipoca	Sindicância Investigativa	62/GDG	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	Em andamento
23	Crato	Sindicância Investigativa	162/DG	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	Em andamento

Os procedimentos disciplinares objetivaram a apuração de ilícitos administrativos de natureza diversa. Todavia, nenhum deles capaz de impactar o desempenho do IFCE.

O IFCE registra as informações relativas às atividades disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria Geral da União (CGUPAD). No entanto, considerando a autonomia dos campi para a instauração dos procedimentos disciplinares, além da estrutura deficitária do Departamento de Correição e Controle que conta com apenas 1 (um) servidor para todo o trabalho da pasta, a movimentação do sistema não é feita no prazo de 30 dias contados da ocorrência do fato ou do ato de que tratam.

### **3.4. Gestão de riscos e controles internos**

Entende-se como risco a probabilidade da ocorrência de fatos com implicações positivas ou negativas sobre os resultados esperados. Assim, a gestão de risco pode ser entendida como o processo de identificar, mensurar e controlar a ocorrência desses fatos.

Nesse sentido, o Instituto Federal do Ceará tem trabalhado no fortalecimento de seus controles internos na tentativa de reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos negativos inerentes às suas atividades. Entre as iniciativas adotadas, podemos citar as mais relevantes:

#### Acompanhamento sistemático das metas traçadas

Realiza-se trimestralmente um acompanhamento do andamento das metas definidas no plano estratégico da instituição, bem como das ações planejadas no início de cada exercício.

Os períodos de monitoramento ocorrem no final dos meses de março, junho, setembro e dezembro. Nesses períodos, a Reitoria solicita aos Diretores de campi, um relatório sobre a execução de suas ações nas áreas do ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, tecnologia da informação, relações internacionais, gestão de pessoas e administração em geral com o intuito de assegurar que os resultados das ações e metas traçadas para o exercício sejam alcançados satisfatoriamente.

Esse controle sistemático permite identificar os fatos que estão impactando negativamente nos resultados e, a partir de então, a instituição adota medidas capazes de minimizar os efeitos desses fatos.

#### Não conformidade dos registros contábeis

Objetivando minimizar os riscos de inconsistências contábeis no âmbito da rede IFCE, a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento - PROAP implantou no exercício de 2015 a Coordenadoria de Controladoria e Suporte Tributário, visando à identificação, orientação e acompanhamento da conformidade contábil da Reitoria e dos campi, assim como a regularização de inconsistências. As ações desenvolvidas para minimizar esses riscos são:

- I. Realização de consultas aos desequilíbrios de equação de auditor contábil – SIAFI da rede;
- II. Identificação das inconsistências e sua regularização;
- III. Repasse e reforço, aos campi, de orientações da Setorial Contábil do MEC, enviadas via SIAFI;
- IV. Divulgação das instruções e demais informações, disponibilizadas pelo Repositório de Arquivos do MEC-RAMEC;
- V. Realização de treinamentos in-company, voltados para os servidores da área contábil, como “Tesouro Gerencial” e “Encontro do Encerramento do Exercício”, estes realizados em 2015;

Estas ações preventivas e corretivas têm gerado implicações positivas na gestão e controle dos riscos contábeis.

#### Acompanhamento das obras em andamento

Destaca-se que os riscos que implicam negativamente na execução das obras em andamento referem-se às falhas e/ou omissões de projetos, prazo das emissões das licenças, atrasos na execução por culpa das construtoras, qualidade dos serviços entregues e restrições orçamentárias e financeiras do governo federal.

**Falhas e/ou omissões de projetos:** Incompatibilidade de projetos e omissões em orçamentos eleva o risco na execução por conta da necessidade de formalização de acréscimos contratuais (aditivos) para a entrega da obra. A gestão desses riscos consiste na análise/revisão prévia, pelo Departamento de Infraestrutura, dos projetos e orçamentos com intuito de evitar acréscimos ou alterações das condições inicialmente contratadas. No caso de falhas que por algum motivo só sejam detectadas na execução,

o Departamento de Infraestrutura, juntamente com a fiscalização e apoio técnico, avaliam a real necessidade da alteração em consonância com os normativos que disciplinam os contratos administrativos e orçamentos de obras públicas, sem prejuízo de apuração da responsabilidade do projetista.

**Prazo de Emissão das Licenças:** Existe descompasso temporal entre o processo licitatório e contratação da obra com emissão das licenças de instalação (LI) e alvará de construção. Mesmo que os projetos sejam avaliados previamente pelos órgãos competentes para emissão das licenças prévias, o risco de finalizar a contratação e não ser possível o início da obra é grande. A gestão desse risco busca a elaboração e submissão dos projetos com prazo considerável ao início do processo licitatório, além de condicionar a ordem de serviço à emissão de todas as licenças que autorizam a execução do empreendimento. Destaca-se que a Instituição não tem gerência nos prazos dos órgãos competentes, existindo o risco na decorrência de tempo até o início da obra.

**Atraso na execução e qualidade:** O atraso na execução das obras na maioria dos casos tem causa na desorganização operacional das empresas ou morosidade na condução dos serviços. A gestão desse risco consiste no acompanhamento mais efetivo da fiscalização com registros dos fatos e notificações tempestivas. Tal atuação da fiscalização evoluiu para aplicações das sanções previstas em contrato além de desonerar financeiramente os efeitos dos atrasos. Contudo a postura da fiscalização tem por objetivo a entrega do objeto nas condições pactuadas. Registra-se que a ampliação do quadro técnico do Departamento de Administração objetiva atender à necessidade de fiscalização frente ao número de obras em execução, garantindo as condições pactuadas, destacando-se a qualidade.

**Restrições orçamentárias e financeiras:** A principal dificuldade encontrada foi a limitação orçamentária, tendo em vista que a cota limite de empenho não acompanhou o orçamento liberado para o IFCE. Outro agravante foi a inconstância do repasse financeiro, gerando atrasos nos pagamentos e incerteza nos fornecedores, interferindo na normalidade da execução. A gestão desses riscos consiste no acompanhamento da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento junto ao MEC na complementação das dotações além dos repasses de numerário referente às despesas tempestivamente liquidadas.

### Plano de Providências Permanente

Todas as Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas, campi e demais setores do IFCE são auditados pela Auditoria Interna (AUDIN) em conformidade com o PAINT, em seus processos e, mediante os resultados, são implementadas ações pelas diversas unidades para o respectivo ajuste, acaso apontado no relatório de auditoria.

Os compromissos de ajuste dos procedimentos da administração são apostos no Plano de Providências Interno e no Plano de Providências Permanente que são a referência para a elaboração de Manuais, Sistemas e normas internas que direcionam os processos do IFCE na direção da eficiência com a consequente mitigação dos riscos.

Além dessas iniciativas, a elaboração de manuais técnicos que regulamentam e padronizam a execução de atividades comuns entre Reitoria e campi, contribuem para a minimização dos riscos inerentes aos processos internos da instituição. São exemplos de manuais técnicos: Manual de Gestão de Frotas, Manual de Patrimônio, Manual de Contratos e Convênios, Manual de Gestão Orçamentária, Manual de Planejamento Estratégico, Sistema de Gerenciamento de Ações de Extensão – SIGPROEXT, Manual de Extensão, Elaboração da Política de Assistência Estudantil do IFCE, Revisão do Regulamento de Auxílios aos estudantes, Elaboração do Guia de Auxílios aos estudantes, Criação do Sistema Informatizado da Assistência Estudantil, Elaboração do Regulamento do Programa Bolsa Permanência, Elaboração do Regulamento de Moradias Estudantis, Instituição da comissão de diagnósticos de restaurantes acadêmicos, Nota técnica de orientação para execução da alimentação escolar, entre outros.

Todas as iniciativas citadas são voltadas para o fortalecimento do controle interno de áreas consideradas chaves para a boa gestão da instituição. Porém, cabe ressaltar que, em um futuro

próximo, os controles internos relativos às iniciativas apresentadas deverão ser formalizados para atender o disposto na Política de Gestão de Riscos do IFCE.

## 4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 4.1. Gestão de pessoas

A partir do modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), este Instituto Federal identifica as necessidades de pessoal, considerando as especificidades de cada campus e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Em seguida, realiza-se o processo seletivo de remoção interna de modo a contemplar os servidores que desejem mudar de campus da atual lotação. O processo de remoção é realizado por meio de edital próprio, com critérios pré-estabelecidos em Resolução Própria (RESOLUÇÃO CONSUP Nº 015, DE 15/03/2016, alterada pela RESOLUÇÃO CONSUP Nº 067, DE 25/11/2016). Após a homologação do referido processo de remoção, as vagas são destinadas para provimento efetivo por candidatos concursados. Eventualmente, considerando as necessidades e urgências dos campi, caso não existam classificados em concurso vigente no IFCE, os cargos vagos podem ser utilizados como contrapartida de redistribuição ou ainda serem providos por meio de aproveitamento de concurso de outras instituições federais de ensino, observado nesse caso, a previsão do edital, a carreira dos servidores e ainda as orientações e acórdãos sobre a matéria.

Dessa forma, em observância às atividades finalísticas do IFCE e, ainda, ao modelo pactuado entre o MEC/CONIF, promove-se a distribuição dos cargos seguindo a estrutura mínima de funcionamento de cada campus.

Quanto à relação entre servidores efetivos e temporários é importante frisar que no âmbito do IFCE não temos servidores temporários em substituição aos servidores efetivos da carreira dos técnico-administrativos em educação. Entretanto, para a carreira docente, é possível a contratação de professores substitutos para suprir necessidades imediatas nos campi. Esse tipo de contratação está previsto na Lei Nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Ressalta-se, entretanto, que para a contratação de professor substituto, observa-se estritamente ao que determina o art. 2º, inciso IV, § 1º da Lei Nº 8.745/93, a saber:

*Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:*

*(...)*

*IV - admissão de professor substituto e professor visitante;*

*(...)*

*§ 1º A contratação de professor substituto de que trata o inciso IV do caput poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de: (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)*

*I - vacância do cargo; (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)*

*II - afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)*

*III - nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus. (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)*

É oportuno observar que para o ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativo, é exigida a qualificação mínima para o exercício de cada cargo, aspectos estabelecidos em edital. Após a posse, os novos servidores participam do seminário de iniciação ao serviço público cujo objetivo é apresentar a estrutura organizacional da instituição bem como apresentar os direitos e deveres do servidor público.

Destaque-se, ainda, que os cargos cujas atribuições são específicas, as vagas são preenchidas por candidatos habilitados na área. Ex: psicólogo, assistente social, contador, administrador, técnico de laboratório/área, dentre outros.

Todavia, os servidores cujos cargos exigem apenas ensino médio para ingresso são lotados nos diversos departamentos da instituição causando, algumas vezes, dificuldades entre a habilidade do servidor e as atividades inerentes ao setor no qual está lotado.

Para minimizar essa situação os servidores são estimulados a participarem de cursos de capacitação, seminários, workshops com assuntos referentes à área de atuação. Além disso, os servidores são estimulados a buscarem qualificação tanto em nível de graduação como pós-graduação, visto que essa é uma das situações que valorizam o servidor em termos de remuneração e em contrapartida passam a desenvolver melhor as atividades relacionadas ao cargo.

Em relação às despesas com manutenção de pessoal, destaca-se que estão de acordo com a legislação vigente e estão dispostas na tabela constante do item 6.1.2 (Demonstrativo das despesas com pessoal)

A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas tem atuado, ainda, a título preventivo, de forma a evitar a configuração de situações de acumulação indevida de cargos públicos, exigindo, quando da concessão do regime de Dedicção Exclusiva, a prévia assinatura de termo de responsabilidade e declaração de inexistência de outros vínculos.

Referido instrumento de controle é utilizado sempre que é promovida a alteração do regime de trabalho do servidor docente para o regime de Dedicção Exclusiva. No entanto, a inexistência de acesso ao CNIS, apesar de já formalmente solicitado pelo IFCE, ou a outros sistemas capazes de facilitar a identificação e controle continuado dos casos de acumulação indevida, compromete a efetividade das ações adotadas pela PROGEP.

Outra medida preventiva é a exigência de apresentação de declarações de órgãos públicos certificando a inexistência de vínculo empregatício no momento da investidura de novos servidores.

Todavia, a medida que a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas toma ciência de indícios de casos de acumulação de cargos, promove a apuração por meio de processo administrativo no qual os servidores são notificados para que apresentem justificativas e documentos comprobatórios de regularização da possível acumulação.

No ano de 2017, foram identificados 85 indícios de acumulação de cargos. Para essas situações, os servidores foram notificados para apresentarem a defesa. Dos casos notificados, 40 foram constatados que não havia acumulação indevida, encerrando-se, assim, o processo; 45 foram identificadas na defesa a acumulação indevida. Para esses casos, notificou-se os servidores para regularização da referida acumulação. Após a manifestação dos servidores, os processos foram encaminhados para análise e parecer da Procuradoria Federal junto ao IFCE.

Em relação aos riscos que comprometem a atuação da Administração, verificamos a existência de algumas situações que impactam negativamente nas atividades finalísticas do IFCE:

- a rotatividade de servidores em razão de vacância por posse em cargo inacumulável e exoneração, bem como a ocorrência de pedidos de rescisão de contrato de professor substituto antes do fim previsto;
- a grande mobilidade dos servidores entre os *campi*;
- a falta de infraestrutura das cidades do interior, onde se localizam grande parte dos *campi*, resultando da não adaptação dos servidores;
- servidores ocupantes de cargos de nível intermediário e que possuem, já no ato de admissão, formação superior àquela exigida por ocasião do provimento do cargo;
- baixo valor da bolsa de estagiário.
- Para as situações apresentadas, além dos fatores externos à instituição, temos que cumprir os dispositivos legais quanto à legislação de pessoal, não sendo possível, portanto, realizar intervenção efetiva para minimizar as consequências dos riscos.

Destacamos, outrossim, que a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas segue as metas e indicadores gerenciais de gestão de pessoas que estão dispostos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente. A partir das metas e indicadores, realiza-se o Plano Anual de Ações a ser cumprido durante o ano. Em 2017, as metas propostas foram parcialmente cumpridas, uma vez que a meta para a

realização de exames periódicos ainda não foi concretizada.

#### 4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

##### Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>3.886</b>	<b>3.244</b>	<b>445</b>	<b>42</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	3.244	445	42
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	3.223	443	41
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	4	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	16	2	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>118</b>	<b>27</b>	<b>25</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>3.886</b>	<b>3.367</b>	<b>474</b>	<b>68</b>

Fonte: SIAPE.

##### Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>1.551</b>	<b>1.693</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.551	1.693
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.530	1693
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	16	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>118</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>1.556</b>	<b>1.811</b>

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>162</b>	<b>161</b>	<b>82</b>	<b>93</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	162	161	82	93
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	155	154	82	90
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	5	5	0	3
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>710</b>	<b>641</b>	<b>378</b>	<b>290</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	709	641	378	290
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>872</b>	<b>802</b>	<b>460</b>	<b>383</b>

**Fonte: DCP/PROGEP**

A partir do modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), este Instituto Federal identifica as necessidades de pessoal, considerando as especificidades de cada campus e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Em seguida, realiza-se o processo seletivo de remoção interna de modo a contemplar os servidores que desejem mudar de campus da atual lotação. O processo de remoção é realizado por meio de edital próprio, com critérios pré-estabelecidos em Resolução Própria (RESOLUÇÃO CONSUP Nº 015, DE 15/03/2016, alterada pela RESOLUÇÃO CONSUP Nº 067, DE 25/11/2016). Após a homologação do referido processo de remoção, as vagas são destinadas para provimento efetivo por candidatos concursados. Eventualmente, considerando as necessidades e urgências dos campi, caso não existam classificados em concurso vigente no IFCE, os cargos vagos podem ser utilizados como contrapartida de redistribuição ou ainda serem providos por meio de aproveitamento de concurso de outras instituições federais de ensino, observado nesse caso, a previsão do edital, a carreira dos servidores e ainda as orientações e acordos sobre a matéria.

Dessa forma, em observância às atividades finalísticas do IFCE e, ainda, ao modelo pactuado entre o MEC/CONIF, promove-se a distribuição dos cargos seguindo a estrutura mínima de funcionamento de cada campus.

É oportuno observar que para o ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativo, é exigida a qualificação mínima para o exercício de cada cargo, aspectos estabelecidos em edital. Após a posse, os novos servidores participam do seminário de iniciação ao serviço público cujo objetivo é apresentar a estrutura organizacional da instituição bem como apresentar os direitos e deveres do servidor público.

Destaque-se, ainda, que os cargos cujas atribuições são específicas, as vagas são preenchidas por candidatos habilitados na área. Ex: psicólogo, assistente social, contador, administrador, técnico de laboratório/área, dentre outros.

Todavia, os servidores cujos cargos exigem apenas ensino médio para ingresso são lotados nos diversos departamentos da instituição causando, algumas vezes, dificuldades entre a habilidade do servidor e as atividades inerentes ao setor no qual está lotado.

Para minimizar essa situação os servidores são estimulados a participarem de cursos de capacitação, seminários, workshops com assuntos referentes à área de atuação. Além disso, os servidores são estimulados a buscarem qualificação tanto em nível de graduação como pós-graduação, visto que essa é uma das situações que valorizam o servidor em termos de remuneração e em contrapartida passam a desenvolver melhor as atividades relacionadas ao cargo.

É oportuno destacar que com os provimentos ocorridos a partir dos concursos públicos realizados em 2016, para os cargos das carreiras docente e técnico-administrativos obteve-se um crescimento considerável em relação à força de trabalho no Instituto Federal do Ceará, no entanto, em virtude da abertura de novos campi, ainda não atingimos o quantitativo ideal para o desenvolvimento das atividades na Instituição.

Assim, para que os campi tivessem a possibilidade de desenvolver as atividades, distribuiu-se, a partir do quantitativo de cargos a serem providos, uma estrutura mínima de pessoal, para cada campus. Contemplando, assim, os servidores docentes e técnicos administrativos de modo que atender às áreas meio e fim da instituição. Destaque-se, ainda, que a partir do organograma de cada campus, é realizada a distribuição dos cargos em comissão, de modo que cada setor possa desenvolver as atividades adequadamente.

Em relação à aposentadoria, ainda não se observa um impacto sobre a força de trabalho nos campi novos, visto que a maioria dos servidores estão no início da carreira. Contudo, já podemos verificar esse impacto nos campi mais antigos. Embora, alguns cargos, a partir da publicação da Portaria de aposentadoria no DOU, já tenham sido supridos, por meio de provimentos de concursos públicos vigentes, outros que foram publicados no segundo semestre de 2017, ainda não foram providos e não temos previsão orçamentária para provimento em 2018.

Em relação aos afastamentos, embora seja um direito do servidor, muitas vezes impacta na força de trabalho, principalmente no que diz respeito à área fim (ensino), visto que a contratação de professor substituto se dá por meio de processo seletivo de provas e títulos. Assim, o tempo de realização do certame e a contratação do professor gera um certo prejuízo à atividade fim da Instituição.

Ressalta-se, ainda, que no âmbito do IFCE não temos servidores temporários em substituição aos servidores efetivos da carreira dos técnico-administrativos em educação. Entretanto, para a carreira docente, é possível a contratação de professores substitutos para suprir necessidades imediatas nos campi. Esse tipo de contratação está previsto na Lei Nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Ressalta-se, entretanto, que para a contratação de professor substituto, observa-se estritamente ao que determina o art. 2º, inciso IV, § 1º da Lei Nº 8.745/93, a saber:

*Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:*

*(...)*

*IV - admissão de professor substituto e professor visitante;*

*(...)*

*§ 1º A contratação de professor substituto de que trata o inciso IV do caput poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de: (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)*

*I - vacância do cargo; (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)*

*II - afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)*

*III - nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus. (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)*

No tocante ao afastamento de servidor técnico-administrativo é visível o impacto na força de trabalho, uma vez que não temos previsão legal para contratação de substitutos para a carreira dos servidores Técnico-Administrativos em Educação. Nesse caso, as atividades que são de

responsabilidade de servidor afastado são distribuídas entre os colegas de trabalho, afetando, em algumas situações, a celeridade na resolução de problemas.

Destaque-se, porém, que para minimizar esse impacto, os servidores técnico-administrativos em educação, estão com a possibilidade de afastamento parcial, cujo amparo encontra-se na Nota Técnica SEI 6197/2015/MP. A partir dessa Nota Técnica, o IFCE publicou a Portaria nº 2171, de 24/11/2016 na qual estabelece os critérios para a concessão de Afastamento Parcial. Além dos documentos mencionados, o IFCE lançou em 29/01/2018, por meio da Resolução CONSUP nº 03/2018, a Política de Desenvolvimento de Pessoal do IFCE.

#### 4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Os Demonstrativos das despesas de pessoal, no âmbito do IFCE, estão dispostos na tabela abaixo e dizem respeito ao cenário de 31 de dezembro de 2017. Os dados foram extraídas a partir das informações Siape e DW.

Demonstrativo das Despesas com Pessoal – 31 de dezembro de 2017

Tipologia/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Em R\$ 1,00											
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017	291.256.558,45	13.253.737,37	28.440.561,25	14.633.253,56	24.181.645,55	2.106.573,09	800.466,99	584.035,97	1.482.592,77	376.739.425,00
	2016	239.615.395,06	11.598.975,58	22.309.877,65	14.633.253,56	22.781.981,98	1.956.884,57	668.411,61	49.343,20	1.301.143,37	314.915.266,58
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017	0,00	116.816,82	19.927,80	15.239,98	0,00	0,00	10.453,10	7.146,34	0,00	169.584,04
	2016	0,00	136.407,40	9.995,55	7.574,96	0,00	0,00	6.544,27	366,84	0,00	160.889,02
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2017	0,00	450.558,82	26.084,96	4.498,42	25.897,81	0,00	0,00	0,00	0,00	507.040,01
	2016	0,00	358.046,45	30.773,04	22.244,43	22.324,00	0,00	0,00	0,00	0,00	433.387,92
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2017	1.350.703,94	0,00	106.534,10	30.684,04	63.197,34	14.418,98	0,00	0,00	13.219,32	1.578.757,72
	2016	1.240.635,39	0,00	155.632,05	61.514,27	68.136,67	42.238,43	0,00	4.898,18	12.603,32	1.585.658,31
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2017	4.518.938,95	0,00	305.660,03	359.338,59	582.645,23	0,00	0,00	0,00	0,00	5.766.582,80
	2016	4.099.467,75	0,00	288.632,43	281.483,33	599.941,05	0,00	0,00	0,00	0,00	5.269.524,56

Fonte: SIAPE/DW

### **4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

Os riscos identificados na Gestão de Pessoas no âmbito do IFCE, diz respeito, principalmente, as situações abaixo relacionadas.

- A rotatividade de servidores em razão de vacância por posse em cargo inacumulável e exoneração, bem como a ocorrência de pedidos de rescisão de contrato de professor substituto antes do fim previsto;
- A grande mobilidade do servidores entre os campi;
- A falta de infraestrutura das cidades do interior, onde se localizam grande parte dos campi, resultando na não adaptação dos servidores;
- Servidores ocupantes de cargos de nível intermediário e que possuem, já no ato de admissão, formação superior àquela exigida por ocasião do provimento do cargo;
- Não reposição da força de trabalho nos termos dos Decretos nº 7.311 e 7.312/2010, em razão das contingências orçamentaria do governo federal;
- Perfil de adoecimento do servidor;
- Baixo valor da bolsa de estagiário;
- Demora na contratação de professor substituto, quando necessário;
- A impossibilidade de contratação de substitutos para vacâncias e afastamentos de servidores técnico administrativos em educação.

Para as situações apresentadas, além dos fatores externos à instituição, temos que cumprir os dispositivos legais quanto à legislação de pessoal, não sendo possível, portanto, realizar intervenção efetiva para minimizar as consequências dos riscos.

#### 4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante							
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Unidade Contratante	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
				Início	Fim		
2017	Acaraú	Vigilância	14.292.203/0001-03	23/06/2017	23/06/2018	Ensino médio completo	A
2014	Acaraú	Motorista	06.888.220/0001-80	26/11/2014	26/11/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Acaraú	Eletricista	05.485.352/0001-06	26/03/2014	26/03/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Acaraú	Pedreiro	10.491.127/0001-04	01/04/2017	31/03/2018	Ensino fundamental completo	A
2017	Acaraú	Piscineiro	10.491.127/0001-04	01/04/2017	31/03/2018	Ensino fundamental completo	A
2015	Acaraú	Jardineiro	10.398.550/0001-64	14/12/2015	13/12/2017	Ensino fundamental completo	P
2016	Acaraú	Limpeza	08.666.310/0001-51	01/03/2016	28/02/2019	Ensino fundamental completo	P
2013	Acaraú	Recepcionista	05.485.352/0001-06	16/05/2013	16/05/2018	Ensino médio completo	P
2014	Aracati	Manut. Predial	00.274.215/0001-09	20/10/2014	19/10/2018	Sem exigência	P
2017	Aracati	Vigilância	17.551.327/0001-54	09/08/2017	08/08/2018	Ensino médio completo	A
2014	Aracati	Manut. Predial	05.374.975/0001-01	20/10/2014	19/10/2018	Sem exigência	P
2014	Aracati	Motorista	06.888.220/0001-80	05/05/2014	04/05/2018	Ensino médio completo	P
2016	Aracati	Vigilância	04.393.639/0001-35	01/08/2016	31/07/2017	Ensino médio completo	E
2014	Aracati	Copeiragem	06.234.467/0001-82	28/05/2014	28/05/2018	Ensino médio completo	P
2014	Aracati	Recepcionista	06.234.467/0001-82	28/05/2014	28/05/2018	Ensino médio completo	P
2016	Guaramiranga	Limpeza	03.340.389/0001-02	31/05/2016	31/05/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Guaramiranga	Vigilância	17.036.171/0001-73	03/07/2014	03/07/2018	Ensino médio completo	P
2015	Jaguaruana	Motorista	09.172.237/0001-24	02/12/2015	02/12/2018	Ensino médio completo	P
2014	Pecém	Limpeza	11.553.714/0001-43	23/10/2014	22/10/2018	Sem exigência	P
2016	Pecém	Recepcionista	05.487.219/0001-80	04/07/2016	04/07/2018	Ensino médio completo	P
2016	Pecém	Eletricista	05.487.219/0001-80	04/07/2016	04/07/2018	Ensino médio completo	P

2014	Baturité	Limpeza	05.333.566/0001-59	16/09/2014	16/09/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Baturité	Jardinagem	05.333.566/0001-59	16/09/2014	16/09/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Baturité	Merendeira	09.172.237/0001-24	16/09/2014	16/09/2018	Ensino médio completo	P
2014	Baturité	Vigilância	04.808.914/0001-34	16/09/2014	16/09/2018	Ensino médio completo	P
2016	Boa Viagem	Vigilância	17.036.171/0001-73	18/07/2016	18/07/2018	Sem exigência	P
2017	Boa Viagem	Limpeza	13.737.597/0001-01	25/07/2017	20/01/2018	Sem exigência	E
2017	Boa Viagem	Portaria	15.150.504/0001-65	01/02/2017	01/02/2019	Sem exigência	P
2016	Camocim	Porteiro	09.172.237/0001-24	03/03/2016	02/03/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Camocim	Vigilância	17.036.171/0001-73	01/06/2016	01/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Camocim	Jardineiro	08.766.411/0001-02	17/04/2017	16/04/2018	Ensino fundamental completo	A
2017	Camocim	Eletricista	09.019.150/0001-11	03/05/2017	02/05/2018	Ensino médio completo	A
2017	Camocim	Limpeza	11.010.165/0001-60	17/04/2017	16/04/2018	Ensino fundamental incompleto	A
2017	Camocim	Pedreiro	15.150.504/0001-65	18/04/2017	17/04/2018	Ensino médio completo	A
2017	Camocim	Motorista	41.305.228/0001-77	17/04/2017	16/04/2018	Ensino médio completo	A
2014	Canindé	Eletricista	05.485.352/0001-06	01/11/2014	31/10/2018	Ensino médio completo	P
2014	Canindé	Recepcionista	06.234.467/0001-82	07/07/2014	06/07/2018	Ensino médio completo	P
2014	Canindé	Bombeiro hidráulico	11.399.787/0001-22	02/10/2014	01/10/2018	Ensino médio completo	P
2014	Canindé	Vigilância	17.036.171/0001-73	15/06/2014	14/06/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2016	Canindé	Limpeza	08.666.310/0001-51	09/09/2016	08/08/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Canindé	Piscineiro	10.491.127/0001-04	02/08/2016	01/08/2017	Ensino médio completo	E
2014	Caucaia	Eletricista	05.485.352/0001-06	15/07/2014	15/07/2018	Curso técnico completo	P
2014	Caucaia	Recepcionista	06.234.467/0001-82	04/06/2014	04/06/2018	Sem exigência	P
2014	Caucaia	Merendeira	11.399.787/0001-22	25/11/2014	24/11/2017	Sem exigência	E
2014	Caucaia	Copeira	11.399.787/0001-22	25/11/2014	24/11/2017	Sem exigência	E
2014	Caucaia	Limpeza	11.553.714/0001-43	23/10/2014	22/10/2018	Sem exigência	P
2015	Caucaia	Bombeiro hidráulico	06.234.467/0001-82	09/11/2015	08/11/2018	Curso técnico completo	P
2015	Caucaia	Pedreiro	09.019.150/0001-11	10/11/2015	09/11/2018	Sem exigência	P
2016	Caucaia	Motorista	06.234.467/0001-82	01/08/2016	31/07/2018	Sem exigência	P

2017	Caucaia	Vigilância	14.292.203/0001-03	27/09/2017	27/09/2018	Ensino médio completo	A
2013	Cedro	Vigilância	17.036.171/0001-73	03/06/2013	03/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Cedro	Copeiragem	06.234.467/0001-82	31/12/2014	30/12/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Cedro	Recepcionista	06.234.467/0001-82	31/12/2014	30/12/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Cedro	Motorista	04.393.639/0001-35	01/09/2016	31/08/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Cedro	Recepcionista	04.393.639/0001-35	19/06/2017	19/06/2018	Ensino Fundamental completo	A
2017	Cedro	Merendeira	04.393.639/0001-35	19/06/2017	19/06/2018	Ensino Fundamental completo	A
2017	Cedro	Cozinheiro	04.393.639/0001-35	19/06/2017	19/06/2018	Ensino Fundamental completo	A
2017	Cedro	Limpeza	04.393.639/0001-35	19/06/2017	19/06/2018	Ensino Fundamental completo	A
2014	Crateús	Vigilância	17.036.171/0001-73	15/09/2014	14/09/2015	Ensino médio incompleto	E
2015	Crateús	Motorista	05.487.219/0001-80	02/12/2015	01/12/2018	Ensino médio incompleto	P
2015	Crateús	Porteiro	05.487.219/0001-80	02/12/2015	01/12/2018	Ensino médio incompleto	P
2015	Crateús	Pedreiro	07.188.842/0001-68	02/12/2015	01/12/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Crateús	Recepcionista	05.487.219/0001-80	03/05/2016	02/05/2018	Ensino médio incompleto	P
2016	Crateús	Copeiragem	05.487.219/0001-80	03/05/2016	02/05/2018	Ensino médio incompleto	P
2015	Crato	Pedreiro	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Servente de obra	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Eletricista	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Bombeiro hidráulico	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Encarregado de turma	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Cozinheiro	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Aux. Saúde bucal	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Limpeza	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Lavanderia	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Motorista	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Manut. predial	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Crato	Vigilância	17.036.171/0001-73	10/01/2015	10/01/2019	Ensino Fundamental completo	P

2012	Fortaleza	Vigilância	03.983.016/0001-50	01/11/2012	01/05/2018	Ensino fundamental completo	P
2012	Fortaleza	Aux. Serviço de som	09.019.150/0001-11	03/12/2012	02/12/2017	Ensino médio completo	E
2012	Fortaleza	Recepcionista	09.172.237/0001-24	05/11/2012	05/02/2018	Ensino médio completo	P
2014	Fortaleza	Bombeiro hidráulico	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Pedreiro	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Pintor	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Servente de obra	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Copeiragem	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Manut. predial	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Limpeza	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Marceneiro	06.888.220/0001-80	28/11/2014	28/11/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Motorista	06.888.220/0001-80	19/08/2014	18/08/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Fortaleza	Merendeira	06.234.467/0001-82	03/01/2017	03/01/2019	Sem exigência	P
2017	Fortaleza	Limpeza	07.618.334/0001-72	01/08/2017	01/08/2018	Sem exigência	A
2017	Fortaleza	Aux. Saúde bucal	07.742.333/0001-35	10/04/2017	09/04/2018	Sem exigência	A
2016	Horizonte	Vigilância	17.036.171/0001-73	05/09/2016	05/09/2018	Sem exigência	P
2016	Horizonte	Vigilância	17.036.171/0001-73	14/12/2016	14/12/2018	Sem exigência	P
2017	Horizonte	Limpeza	13.737.597/0001-01	13/09/2017	11/12/2017	Sem exigência	E
2014	Iguatu	Limpeza	00.274.215/0001-09	12/08/2014	11/08/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Aux. informática	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Bombeiro hidráulico	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Cozinheiro	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Encarregado de turma	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Marceneiro	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P

2014	Iguatu	Porteiro	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Recepcionista	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Tratorista	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Aux. De padeiro	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Aux. De cozinha	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Limpeza	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Manut. predial	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Coord. Serviços terceirizados	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Eletricista	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Operador de computador	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Pedreiro	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Pintor	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Vigilância	17.036.171/0001-73	01/05/2014	30/04/2018	Ensino médio completo	P
2015	Iguatu	Motorista	09.172.237/0001-24	01/12/2015	30/11/2018	Ensino médio completo	P
2016	Itapipoca	Vigilância	03.983.016/0001-50	20/02/2016	20/02/2019	Ensino fundamental completo	P
2016	Itapipoca	Limpeza	41.309.022/0001-15	04/04/2016	04/04/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Itapipoca	Limpeza	03.340.389/0001-02	01/02/2017	01/02/2019	Ensino fundamental completo	P
2017	Itapipoca	Portaria	15.150.504/0001-65	01/02/2017	31/01/2019	Ensino médio completo	P
2014	Jaguaribe	Eletricista	05.485.352/0001-06	30/07/2014	29/07/2017	Ensino médio completo	E
2014	Jaguaribe	Vigilância	14.292.203/0001-03	20/05/2014	20/05/2018	Ensino médio completo	P
2016	Jaguaribe	Limpeza	08.666.310/0001-51	10/06/2016	10/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Jaguaribe	Recepcionista	15.150.504/0001-65	18/07/2016	18/07/2018	Ensino médio completo	P
2013	Juazeiro Norte	do Eletricista	06.806.814/0001-02	13/11/2013	12/11/2017	Ensino médio completo	E
2014	Juazeiro Norte	do Cozinheiro	06.806.814/0001-02	01/08/2014	28/07/2018	Ensino fundamental completo	P

2014	Juazeiro Norte	do	Aux. De cozinha	06.806.814/0001-02	01/08/2014	28/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Juazeiro Norte	do	Operador de caixa	06.806.814/0001-02	01/08/2014	28/07/2018	Ensino médio completo	P
2014	Juazeiro Norte	do	Pedreiro	06.806.814/0001-02	21/02/2014	20/02/2018	Ensino fundamental completo	P
2013	Juazeiro Norte	do	Recepcionista	11.399.787/0001-22	05/08/2013	05/08/2018	Ensino médio completo	P
2014	Juazeiro Norte	do	Copeiragem	06.234.467/0001-82	08/07/2014	07/07/2018	Sem exigência	P
2014	Juazeiro Norte	do	Motorista	06.888.220/0001-80	08/07/2014	08/07/2018	Ensino médio completo	P
2014	Juazeiro Norte	do	Vigilância	17.036.171/0001-73	24/09/2014	15/08/2018	Ensino médio completo	P
2015	Juazeiro Norte	do	Cozinheiro	14.828.536/0001-04	28/05/2015	28/05/2018	Ensino médio completo	P
2017	Juazeiro Norte	do	Almoxarife	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Ensino médio completo	A
2017	Juazeiro Norte	do	Jardineiro	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Sem exigência	A
2017	Juazeiro Norte	do	Eletricista	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Sem exigência	A
2017	Juazeiro Norte	do	Manut. predial	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Sem exigência	A
2017	Juazeiro Norte	do	Limpeza	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Sem exigência	A
2017	Juazeiro Norte	do	Piscineiro	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Sem exigência	A
2014	Limoeiro Norte	do	Recepcionista	11.399.787/0001-22	03/02/2014	02/02/2019	Ensino médio completo	P
2014	Limoeiro Norte	do	Vigilância	14.292.203/0001-03	30/06/2014	30/06/2018	Ensino médio completo	P

2015	Limoeiro do Norte	Motorista	09.172.237/0001-24	02/12/2015	02/12/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Limpeza	03.340.389/0001-02	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Eletricista	09.355.979/0001-95	15/06/2016	15/06/2018	Ensino médio completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Jardineiro	09.355.979/0001-95	15/06/2016	15/06/2018	Ensino médio completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Aux. Manut. mecânica	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Aux. reprografia	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Aux. Saúde bucal	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Aux. Serviços rurais	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Pedreiro	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Portaria	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Merendeira	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2013	Maracanaú	Eletricista	05.485.352/0001-06	25/11/2013	24/11/2018	Ensino médio completo	P
2014	Maracanaú	Vigilância	17.036.171/0001-73	18/09/2014	18/09/2018	Ensino médio completo	P
2016	Maracanaú	Motorista	04.393.639/0001-35	31/08/2016	30/08/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Maracanaú	Recepcionista	04.393.639/0001-35	11/04/2017	10/04/2018	Ensino médio completo	A
2016	Maracanaú	Jardineiro	09.019.150/0001-11	15/09/2016	15/09/2018	Sem exigência	P
2016	Maracanaú	Piscineiro	10.491.127/0001-04	01/09/2016	31/08/2018	Sem exigência	P
2016	Maracanaú	Aux. operacional	15.150.504/0001-65	01/03/2016	28/02/2018	Sem exigência	P
2016	Maracanaú	Limpeza	15.150.504/0001-65	28/12/2016	28/12/2018	Sem exigência	P

2017	Maracanaú	Bombeiro hidráulico	15.150.504/0001-65	01/08/2017	01/08/2018	Sem exigência	P
2017	Maracanaú	Pedreiro	15.150.504/0001-65	01/08/2017	01/08/2018	Sem exigência	A
2017	Maracanaú	Servente de pedreiro	15.150.504/0001-65	01/08/2017	01/08/2018	Sem exigência	A
2017	Maracanaú	Copeiragem	03.171.959/0001-88	01/09/2017	31/08/2018	Sem exigência	A
2014	Morada Nova	Copeiragem	06.234.467/0001-82	07/05/2014	07/05/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Morada Nova	Recepcionista	06.234.467/0001-82	07/05/2014	07/05/2018	Ensino médio completo	P
2014	Morada Nova	Jardineiro	06.806.814/0001-02	15/07/2014	15/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Morada Nova	Bombeiro hidráulico	06.806.814/0001-02	15/07/2014	15/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Morada Nova	Limpeza	06.806.814/0001-02	15/07/2014	15/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Morada Nova	Vigilância	14.292.203/0001-03	21/02/2014	20/02/2018	Ensino médio completo	P
2015	Morada Nova	Motorista	05.487.219/0001-80	02/12/2015	01/12/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Morada Nova	Jardineiro	05.487.219/0001-80	02/02/2016	01/02/2019	Ensino médio completo	P
2016	Paracuru	Vigilância	17.036.171/0001-73	01/08/2016	01/08/2018	Ensino médio completo	P
2016	Paracuru	Limpeza	41.309.022/0001-15	01/08/2016	01/08/2017	Sem exigência	E
2012	Quixadá	Servente de pedreiro	07.783.832/0001-70	01/11/2012	31/10/2017	Sem exigência	E
2012	Quixadá	Jardineiro	07.783.832/0001-70	01/11/2012	31/10/2017	Sem exigência	E
2012	Quixadá	Aux. Saúde bucal	07.783.832/0001-70	01/11/2012	31/10/2017	Ensino médio completo	E
2013	Quixadá	Motorista	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P
2013	Quixadá	Recepcionista	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Ensino médio completo	P
2013	Quixadá	Encarregado de turma	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Ensino médio completo	P
2013	Quixadá	Portaria	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P
2013	Quixadá	Eletricista	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P
2013	Quixadá	Pedreiro	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P
2013	Quixadá	Limpeza	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P
2013	Quixadá	Copeiragem	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P

2013	Quixadá	Vigilância	14.292.203/0001-03	01/10/2013	01/10/2018	Ensino médio completo	P
2014	Quixadá	Manut. predial	00.274.215/0001-09	17/09/2014	17/09/2018	Sem exigência	P
2012	Sobral	Vigilância	04.808.914/0001-34	18/09/2012	17/09/2017	Ensino médio completo	E
2012	Sobral	Aux. reprografia	07.188.842/0001-68	02/01/2013	01/01/2018	Ensino médio completo	E
2012	Sobral	Aux. Saúde bucal	07.783.832/0001-70	02/01/2013	01/01/2018	Ensino médio completo	E
2014	Sobral	Copeiragem	06.234.467/0001-82	02/07/2014	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Sobral	Recepcionista	06.234.467/0001-82	02/07/2014	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Sobral	Limpeza	00.274.215/0001-09	07/07/2015	07/07/2018	Sem exigência	P
2016	Sobral	Pedreiro	11.399.787/0001-22	30/06/2016	30/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Sobral	Servente de Pedreiro	11.399.787/0001-22	30/06/2016	30/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Sobral	Encarregado de turma	11.399.787/0001-22	30/06/2016	30/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Sobral	Eletricista	11.399.787/0001-22	30/06/2016	30/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Sobral	Jardineiro	11.399.787/0001-22	30/06/2016	30/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Tabuleiro do Norte	Vigilância	14.292.203/0001-03	26/03/2014	25/03/2018	Ensino médio completo	P
2016	Tabuleiro do Norte	Motorista	09.019.150/0001-11	06/06/2016	08/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Tabuleiro do Norte	Pedreiro	09.019.150/0001-11	10/06/2016	10/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Tabuleiro do Norte	Limpeza	09.019.150/0001-11	14/06/2016	14/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Tabuleiro do Norte	Recepcionista	09.019.150/0001-11	17/06/2016	17/06/2018	Ensino médio completo	P
2016	Tabuleiro do Norte	Cozinheiro	09.019.150/0001-11	17/06/2016	17/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Tauá	Manut. predial	00.274.215/0001-09	08/09/2014	06/09/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Tauá	Vigilância	17.036.171/0001-73	15/09/2014	31/12/2017	Ensino fundamental incompleto	E
2015	Tauá	Recepcionista	09.172.237/0001-24	16/09/2015	15/09/2018	Ensino médio completo	P

2015	Tauá	Eletricista	09.172.237/0001-24	16/09/2015	15/09/2018	Ensino médio completo	P
2014	Tianguá	Recepcionista	06.234.467/0001-82	26/05/2014	26/05/2018	Sem exigência	P
2014	Tianguá	Motorista	06.888.220/0001-80	19/05/2014	19/05/2018	Sem exigência	P
2015	Tianguá	Limpeza	03.340.389/0001-02	08/09/2015	08/09/2018	Sem exigência	P
2015	Tianguá	Vigilância	11.206.453/0001-95	19/08/2015	19/08/2018	Sem exigência	P
2016	Tianguá	Jardineiro	10.398.550/0001-64	23/02/2016	22/02/2018	Sem exigência	P
2014	Ubajara	Limpeza	14.828.536/0001-04	17/07/2014	17/07/2018	Sem exigência	P
2014	Ubajara	Vigilância	17.036.171/0001-73	08/09/2014	08/09/2018	Sem exigência	P
2016	Ubajara	Motorista	14.828.536/0001-04	29/01/2016	28/01/2018	Sem exigência	P
2014	Reitoria	Recepcionista	06.234.467/0001-82	03/02/2014	03/02/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Reitoria	Copeiragem	06.234.467/0001-82	03/02/2014	03/02/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Reitoria	Motorista	06.888.220/0001-80	01/08/2014	01/08/2018	Ensino médio completo	P
2014	Reitoria	Vigilância	17.036.171/0001-73	03/07/2014	03/07/2018	Ensino médio completo	P
2015	Reitoria	Limpeza	13.940.738/0001-80	02/12/2015	01/12/2017	Ensino fundamental completo	P
2017	Reitoria	Manut. Predial	10.297.311/0001-18	04/09/2017	04/09/2018	Ensino fundamental completo	A

Fonte: SUAP Prestadores de Serviços/Sítio Compras Governamentais

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

### Unidade Contratante

**Nome:** Nome atribuído à unidade contratante, que pode ser a própria UPC ou unidade no seu contexto.

### Informações sobre os Contratos

**Ano do contrato:** Ano em que foi celebrado o contrato de prestação de serviços pela unidade contratante.

**Objeto:** Objeto da contratação

**Empresa Contratada (CNPJ):** Código no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil da empresa contratada para o fornecimento de mão de obra terceirizada.

**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas:** Datas de início e fim do contrato.

**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados:** Indicação do grau de escolaridade mínimo exigido para o cargo contratado.

**Sit.:** Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

A contratação de estagiários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE - é realizada conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e suas atualizações.

Destaque-se que para viabilizar o processo, há a participação do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), empresa selecionada pelo IFCE, por meio de Licitação. Assim, o processo de contratação de estagiários ocorre obedecendo as condições estabelecidas no contrato (CONTRATO Nº 51/2014).

Os requisitos observados para a concessão de estágio são aqueles estabelecidos no Art. 3º da Lei 11.788/2008, a saber:

- I. Matrícula e frequência regular do educando público-alvo da lei;
- II. Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso.

O agente de integração (CIEE) tem como atribuições na contratação:

- I. selecionar e encaminhar ao contrante os estudantes inscritos no banco de dados para as vagas solicitadas pelos campi observados o perfil e exigências estabelecidas na solicitação.
- II. fornecer o termo de compromisso de estágio com texto aprovado pela procuradoria do IFCE e os demais formulários necessários ao bom desempenho dos estagiários.

Cada estagiário, após selecionado, deve trazer a documentação necessária para inclusão no sistema SIAPE, a saber:

- I. 1ª via do termo de compromisso devidamente assinado pelas partes
- II. resumo funcional
- III. cópias CPF/RG
- IV. cópia Reservista
- V. cópia Título de Eleitor
- VI. cópia comprovante de endereço
- VII. cópia comprovante da conta bancária - titular
- VIII. declaração de matrícula atualizada e original

É importante destacar, ainda, as seguintes situações:

- I. **Quem pode ser estagiário:** estudantes que estiverem frequentando o ensino regular, em instituição de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (ART. 1º DA LEI Nº 11.788/2008)
- II. **Duração permitida para a jornada diária de estágio:**
  - a) - 4h diárias e 20h semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

- b) - 6h diárias e 30h semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e de ensino médio regular.

**III. Prazo de duração do estágio:**

- a) - Até dois anos, para a mesma concedente, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência (ART. 11 LEI N° 11.788/2008)

Em relação ao exercício de 2017, apresentamos abaixo planilhas e gráficos com os demonstrativos referentes à contratação de estagiários no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

**Visão gerencial da quantidade de estagiários contratados em 2017**

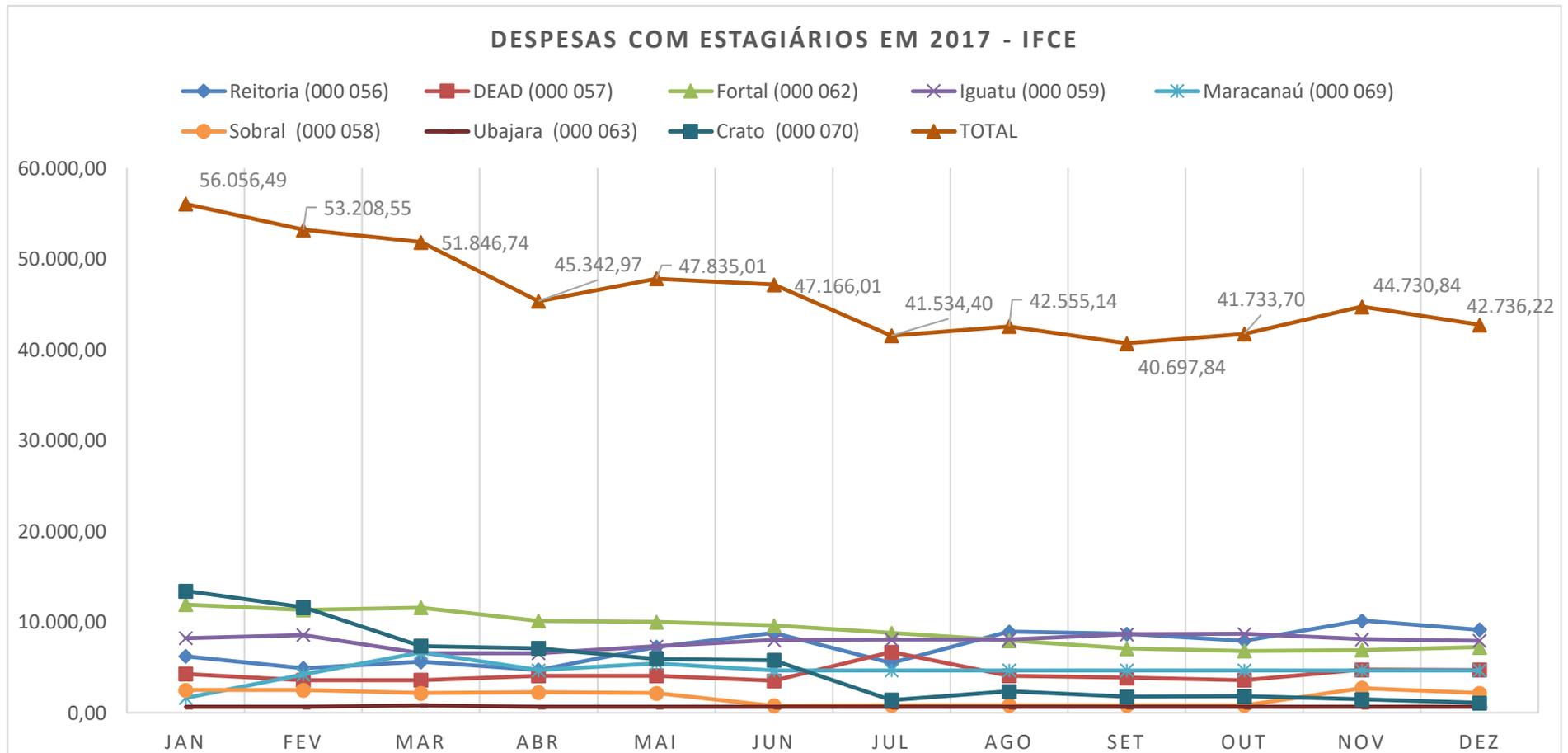
CONTRATAÇÕES DE ESTAGIÁRIOS CAMPUS/MÊS - EXERCÍCIO 2017													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
<b>Reitoria</b>		1	1	6	1	2	2	3			1	1	18
<b>Sobral</b>										4			4
<b>Iguatu</b>	1				3	1		1	1		1	1	9
<b>Cedro</b>	1	2								1			4
<b>Juazeiro</b>													
<b>Acarau</b>								1					1
<b>Fortaleza</b>					1				1	1		3	6
<b>Caucaia</b>													
<b>Maracanau</b>	8	1	1										10
<b>Ubajara</b>													
<b>Crato</b>													
<b>TOTAL</b>													<b>52</b>

## Despesas com contratações

<b>DESPESAS COM ESTAGIÁRIOS EM 2017 - IFCE</b>													
	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>	<b>MAI</b>	<b>JUN</b>	<b>JUL</b>	<b>AGO</b>	<b>SET</b>	<b>OUT</b>	<b>NOV</b>	<b>DEZ</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Reitoria (000 056)</b>	6.232,00	4.909,67	5.618,87	4.714,63	7.245,27	8.817,49	5.473,53	8.939,74	8.682,06	7.942,47	10.154,33	9.143,48	<b>87.873,54</b>
<b>DEAD (000 057)</b>	4.283,21	3.600,00	3.600,00	4.096,00	4.096,00	3.525,33	6.683,47	4.096,00	3.877,60	3.600,00	4.748,00	4.711,60	<b>50.917,21</b>
<b>Fortal (000 062)</b>	11.940,28	11.355,27	11.594,07	10.131,20	10.003,00	9.608,06	8.796,00	7.968,84	7.089,00	6.817,00	6.914,07	7.241,47	<b>109.458,26</b>
<b>Iguatu (000 059)</b>	8.241,00	8.576,00	6.566,00	6.566,00	7.320,64	8.018,47	8.067,00	8.075,90	8.651,60	8.703,43	8.103,27	7.929,00	<b>94.818,31</b>
<b>Maracanaú (000 069)</b>	1.662,00	4.231,61	6.640,02	4.704,93	5.449,90	4.677,00	4.677,00	4.677,00	4.677,00	4.677,00	4.677,00	4.677,00	<b>55.427,46</b>
<b>Sobral (000 058)</b>	2.506,00	2.506,00	2.171,00	2.261,67	2.171,00	789,13	831,00	831,00	831,00	831,00	2.730,57	2.171,00	<b>20.630,37</b>
<b>Cedro (000 060)</b>	1.488,00	1.488,00	3.206,00	2.480,00	2.480,00	2.480,00	2.480,00	2.480,00	1.984,00	2.431,47	2.152,40	1.984,00	<b>27.133,87</b>
<b>Ubajara (000 063)</b>	652,00	652,00	821,17	652,00	652,00	652,00	652,00	652,00	652,00	652,00	652,00	652,00	<b>7.993,17</b>
<b>Acaraú (000 061)</b>	3.461,67	2.291,00	2.291,00	648,34	987,00	1.507,00	987,00	987,00	987,00	2.768,33	1.639,00	1.639,00	<b>20.193,34</b>
<b>Juazeiro (000 068)</b>	2.185,33	1.984,00	1.984,00	1.984,00	1.488,00	1.300,53	1.488,00	1.488,00	1.488,00	1.488,00	1.488,00	1.488,00	<b>19.853,86</b>
<b>Crato (000 070)</b>	13.405,00	11.615,00	7.354,61	7.104,20	5.942,20	5.791,00	1.399,40	2.359,66	1.778,58	1.823,00	1.472,20	1.099,67	<b>61.144,52</b>
<b>TOTAL</b>	<b>56.056,49</b>	<b>53.208,55</b>	<b>51.846,74</b>	<b>45.342,97</b>	<b>47.835,01</b>	<b>47.166,01</b>	<b>41.534,40</b>	<b>42.555,14</b>	<b>40.697,84</b>	<b>41.733,70</b>	<b>44.730,84</b>	<b>42.736,22</b>	<b>555.443,91</b>

<b>VALORES DAS BOLSAS DE ESTÁGIOS REMUNERADO</b>		
<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>NÍVEL MÉDIO</b>	<b>NÍVEL SUPERIOR</b>
20H	<b>R\$ 203,00</b>	<b>R\$ 364,00</b>
30H	<b>R\$ 290,00</b>	<b>R\$ 520,00</b>
AUXÍLIO TRANSPORTE: R\$ 132,00		
VALOR PAGO POR CADA ESTAGIÁRIO AO AGENTE DE INTEGRAÇÃO (CIEE): R\$ 9,75		

## Gráfico de despesas com estagiários nos anos de 2016 e 2017





#### 4.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

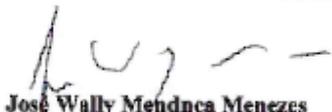


TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo  
Diretoria de Normas e Gestão de Contas

#### DECLARAÇÃO

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que NÃO houve a contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

Fortaleza, 09 de fevereiro de 2018

  
José Wally Mendonça Menezes

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará  
Port. N° 209/GR, de 08 de março de 2017

#### 4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

A gestão patrimonial da UPC é realizada de forma descentralizada pelos campi que agregam a UPC. Esta particularidade é fruto da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, onde mostra que o perfil da UPC favorece este tipo de descentralização das atividades táticas e operacionais, com o fito de promover maior eficiência na gestão como um todo.

Todavia, as atividades de gestão patrimonial ocorridas na UPC não são realizadas de modo aleatório. A Reitoria, pela sua personificação gerencial de rede, rege de forma sistêmica as principais ações de patrimônio, com o fito de uniformizar os procedimentos e consolidar os dados referentes ao patrimônio institucional. A atuação sistêmica com o olhar operacional é promovido pela Coordenadoria de Patrimônio.

A estrutura Organizacional da Coordenadoria de Patrimônio está definida no Regimento Interno do IFCE, com definição de autoridade e subordinação e é de conhecimento de todos os envolvidos, visto que está disponível no site oficial do IFCE e é de livre consulta, bem como os servidores atuantes conhecem sua estrutura. Formalmente, o setor está delineado por meio do Regimento Geral do IFCE, documento disponível por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais>.

Os procedimentos relativos às atribuições operacionais estão formalizados no Manual de Gestão de Materiais do IFCE, e nos normativos correlatos. O manual está disponível no sítio do IFCE na web por meio do link: <http://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-de-gestao-de-materiais.pdf>.

Aliado aos normativos, a UPC dispõe de uma ferramenta on line para gestão patrimonial: trata-se da plataforma SUAP Patrimônio. Este programa possui como função principal registrar os

materiais permanentes da Instituição, proporcionando controle sobre a localização, movimentação e ajustes contábeis sofridos pelos bens. Além disso, o sistema trás como benefícios: (a) atendimento aos ditames legais relacionados à Gestão de Patrimônio; (b) processos padronizados; (c) base de dados consolidada, propiciando a emissão de relatórios precisos; (d) atualização periódica do sistema; (e) segurança de acesso aos dados através de perfis de acesso para cada servidor e; (f) backup diário dos dados.

Desde o ano de 2017, a UPC realiza junto às suas unidades, processo de migração dos inventários para a plataforma SUAP Patrimônio. Conforme cronograma estipulado pela Gestão, o prazo para conclusão dos trabalhos ocorrerá em agosto deste ano.

A gestão da infraestrutura, bem como dos bens imóveis do IFCE, é de responsabilidade das coordenadorias de infraestrutura dos campi, sob a supervisão técnica do Departamento de Infraestrutura (DINFRA), sediado na Reitoria, ligado à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento.

O DINFRA é responsável pelo acompanhamento técnico na elaboração de projetos, manutenção, segurança do trabalho, além da fiscalização das obras e serviços de engenharia.

Considerando os objetivos consignados no Plano Desenvolvimento Institucional (PDI 2013-2018) no que tange à infraestrutura, quais sejam a expansão e modernização das instalações além da reestruturação física dos campi existentes, o DINFRA executou, no exercício de 2017, 48 (quarenta e oito) estudos e projetos para obras e serviços de engenharia além da fiscalização de 12 (doze) contratos, dentre os quais os de construção dos novos campi de Horizonte e Acopiara.

Ainda no exercício de 2017 foi atualizado o cadastro dos imóveis do IFCE no sistema SPIUnet do Ministério do Planejamento. O levantamento dos imóveis, bem como suas benfeitorias e avaliações, foi fruto do trabalho de comissão especialmente constituída, composta por servidores do DINFRA.

A gestão da infraestrutura conta com auxílio do sistema SIMEC, do Ministério da Educação, no cadastro e controle da execução das obras e serviços de engenharia. Cabe informar que o IFCE desenvolveu o Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SIGEBI) que auxiliará a gestão da infraestrutura, abrigando as informações de todos os imóveis (documentação de propriedade, licenças, alvarás), benfeitorias realizadas, obras e serviços em andamento e concluídas, além das manutenções executadas nas edificações e sistemas. O SIGEBI encontra-se em fase de teste para utilização pelas unidades definitivamente.

As unidades do IFCE contam com estrutura física capaz de proporcionar o funcionamento das atividades didáticas e administrativas objetivando a formação científica e tecnológica alinhada aos anseios do mercado, principalmente quanto à infraestrutura de salas de aula e laboratórios. Destacam-se os novos campi (Itapipoca, Boa Viagem, Paracuru) além dos demais em construção (Horizonte e Acopiara) que contam com estrutura para atender 1.200 alunos, com 10 salas de aula e 10 laboratórios, além de biblioteca, auditório e ambientes administrativos.

As unidades existentes vêm passando por reestruturação da infraestrutura física, com a ampliação de salas de aula, adequação de laboratórios e ambientes de apoio ao ensino. Porém há necessidade de ampliação para instalação de bibliotecas, parques esportivos além de intervenções voltadas à acessibilidade, principalmente das unidades mais antigas. Tais obras estão consignadas no planejamento da instituição, havendo necessidade de disponibilidade orçamentária de capital para a entrega dos equipamentos.

#### **4.2.1. Gestão da frota de veículos**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE teve no decorrer do ano de 2017, uma frota oficial que contabilizava aproximadamente 168 (cento e sessenta e oito) veículos em pleno uso. Desse montante, apenas 1 (um) veículo é de uso exclusivamente institucional, ou seja, para utilização exclusiva da Autoridade Máxima da Instituição. Os demais são considerados de Serviços Comuns ou de Transporte Coletivo e possuem a finalidade de transporte de materiais,

alunos e servidores do IFCE para o alcance das atividades finalísticas da Autarquia. Toda a frota veicular do IFCE é própria, tendo sido adquirida por meio de licitação. Alguns veículos, contudo, foram frutos de doações de outros Órgãos Públicos, a exemplo da Receita Federal que já realizou a doação de veículos apreendidos para alguns campi da rede.

A frota para Serviços Comuns tem uma idade média de 8 (oito) anos e para Transporte Coletivo, 9 (nove) anos. Em termos de quilometragem, a frota para Serviços Comuns conta com uma rodagem média anual de 30.000 (trinta mil) quilômetros e para os automóveis destinados ao Transporte Coletivo, 24.000 (vinte e quatro mil) quilômetros.

Cada campus é responsável por gerenciar sua frota, o que repercute numa gestão descentralizada de uso dos veículos. Contudo, todas as Unidades devem obedecer à legislação que atende ao tema de uso da frota e para consolidar e uniformizar as ações de gerenciamento deste nicho patrimonial, o Instituto publicou em Maio de 2014, o Manual de Gestão de Frotas. Este regulamento, com base no Decreto nº 6.403, de 17/3/2008, estabelece princípios e condutas para utilização de veículos oficiais da UPC, observados os preceitos legais relativos à administração, utilização, conservação da frota, e define deveres e obrigações dos condutores, dos usuários e gestores de transportes, visando obter maior controle e melhor preservação do bem público. O documento pode ser encontrado por meio do seguinte link: <http://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-gestao-de-frotas-1.pdf>.

O IFCE está capilarizado em 33 (trinta e três) municípios do Estado do Ceará. Deste modo, a frota atualmente mantida serve para o transporte de pessoas, bens e materiais de consumo. É importante esclarecer que no tocante ao transporte de pessoas, os alunos da Instituição são beneficiados com o fornecimento de transporte para fins didáticos, a exemplo das aulas de campo. Em 2017, 40.462 (quarenta mil quatrocentos e sessenta e dois) alunos foram potenciais beneficiários da frota disponível da UPC.

As contratações pertinentes aos serviços terceirizados de motoristas, de abastecimento e manutenção veicular são obrigações dos campi. Quanto ao serviço de seguro, a Reitoria promove anualmente uma licitação sistêmica para a realização do seguro de toda a frota. Em 2017, quase toda a frota ficou coberta com o serviço de seguro contratado pela Reitoria e Campus de Tianguá. Cabe ressaltar que os veículos que não obtiveram seguro para o ano em comento foram aqueles que pelo tempo de uso ou pela finalidade de uso – a exemplo de tratores -, não foram escopo de proposta das empresas participantes dos certames.

Desde o ano de 2016, o IFCE não realiza novas aquisições de veículos, considerando as orientações do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). A exceção ocorreu no ano de 2017, quando o Campus Camocim promoveu a compra de um ônibus para suas ações didáticas. De modo geral, a gestão do Instituto Federal do Ceará realiza de forma sistemática a avaliação de uso da sua frota, de modo a redistribuir os veículos entre os campi, com o objetivo de fazer com que a frequência de utilização dos carros seja realizada de forma uniforme.

Quanto às razões que levaram a Administração a adotar prioritariamente a aquisição em detrimento da locação de frota, elenca-se que: (1) a frota possui uma idade média que ainda satisfaz às demandas de locomoção e que não demanda custos maiores com manutenções; (2) os custos de locação veicular são maiores nas cidades do interior, o que não permite a permanência dos veículos alugados nos campi situados no interior do Ceará e; (3) que desde 2015, o Ministério do Planejamento e Gestão Orçamentária (MPOG) não autoriza a realização de novos contratos de locações de veículos

#### **4.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

Para os procedimentos concernentes à destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, a UPC adota o seguinte: (a) quando o veículo é constatado como um bem antieconômico – para tanto, é feita a comparação, mês a mês, de custos relativos à manutenção do bem –, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará realiza a transferência do veículo para o campus que possui no seu rol de cursos, aqueles cujas áreas estejam voltadas à formação em mecânica, mecatrônica e

afins. Assim, o bem passa a ter seu uso voltado às técnicas de ensino, sendo então utilizado nos laboratórios como peças de aprendizado prático. A adoção dessa solução é feita respeitando os trâmites que a gestão de patrimônio delimita; (b) quando o bem é constatado como inservível para todos os fins propostos, é feita a baixa patrimonial sob a forma doação, observados os procedimentos indicados pelo Manual de Gestão de Materiais, publicado pelo Instituto Federal do Ceará e disponível em: <http://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-de-gestao-de-materiais.pdf>. Cabe informar que no caso de doação, os custos inerentes ao transporte do bem ficam a cargo do órgão ou entidade receptor do bem.

#### 4.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

##### a) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicional.

O IFCE conta com um setor/coordenadoria de Infraestrutura, em todos os campi, responsável pelas ações de manutenção/intervenção com apoio técnico e supervisão do Departamento de Infraestrutura lotado na Reitoria do IFCE.

O Departamento de Infraestrutura conta com um corpo técnico que planeja as ações de manutenção, coordena as ampliações da infraestrutura física além de apoiar as unidades na elaboração de projetos de engenharia e pareceres técnicos destinados a subsidiar as tomadas de decisão de intervenções e contratações de obras e serviços de engenharia, bem como coordenar as avaliações e intervenções quanto à segurança do trabalho.

O Departamento de infraestrutura também coordena a avaliação dos imóveis e levantamento das especificações dos seus elementos construtivos para os devidos registros do patrimônio da Instituição.

Com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura tecnológica, informa-se que já está em fase de aperfeiçoamento e teste o Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SIGEBI). Tal ferramenta foi desenvolvida pelo IFCE e tem por objetivo concentrar todas as informações dos imóveis quanto ao cadastro, condições de conservação, manutenção, reformas e ampliações, bem como informações sobre avaliação e documentos referentes à dominialidade. O SIGEBI além de ser um banco de dados dos imóveis do IFCE será utilizado no planejamento sistêmico referente à gestão de imóveis quando da tomada de decisão de manutenção e ampliação da estrutura física.

##### b) Distribuição geográfica dos imóveis da união

O IFCE possui 85 imóveis sob sua responsabilidade, entre Reitoria, campi, Centros de Inclusão Digital-CID, Núcleos de Inovação Tecnológica-NIT e Polo de Inovação, distribuídos geograficamente da seguinte forma:

UF	MUNICÍPIOS	campus	CID	NIT	REITORIA	Polo de Inovação	Terrenos/galpões /garagens/anexo
CE	Acará	1					
	Acopiara						1
	Aracati	1					1
	Baturité	1					
	Boa Viagem	1					
	Camocim	1					
	Canindé	1					
	Caucaia	1					
	Cedro	1					
	Crateús	1					

Crato	1						
Fortaleza	1	1		1	1		3
Guaramiranga	1						
Horizonte	1						
Iguatu	2						
Itapipoca	1						1
Jaguaribe	1						
Jaguaruana	1						
Juazeiro do Norte	1						
Limoeiro do Norte	2						1
Maracanau	1	3					
Morada Nova	1						
Maranguape							1
Paracuru	1						
Quixadá	1						
Sobral	1						
Tabuleiro do Norte	1	3					
Tauá	1						
Tianguá	1						
Ubajara	1						1
Umirim	1						
Itarema		3					
Beberibe		4					
Aracoiaba		4					
Orós		1					
Cascavel		1					
Pentecoste		1					
Piquet Carneiro		3					
Itapipoca		5					
Brejo Santo		1					
Missão Velha		1					
Quixeré		3					
Russas		5					
São João do Jaguaribe			1				
Alto Santo			1				
Mombaça		2					
	31	41	2	1	1		9

**c) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet**

As informações dos imóveis estão parcialmente registradas no sistema SPIUnet, considerando o trabalho da Comissão Especial para Avaliação de Bens Imóveis do IFCE (CEABI), instituída através da Portaria nº. 057/PROAP, de 24 de novembro de 2015, que concluiu as avaliações dos imóveis em 2016.

Com a construção das novas unidades (campi Boa Viagem, Horizonte e Reitoria), além dos novos campi em construção (Horizonte e Maranguape), bem como as demais benfeitorias nas unidades existentes, a nova Comissão Especial de Avaliação a ser constituída, para o biênio (2019-2020), levantará tais imóveis para o devido registro no SPIUnet, complementando as informações no referido sistema.

**d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação.**

As cessões realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE realizadas em 2017 tiveram o intuito de: (1) trazer maior variedade na prestação de serviços de fornecimento de alimentação aos alunos, (2) instalação de caixas eletrônicas para operações bancárias e (3) permitir o uso profissional de espaço gastronômico reservado no Campus Avançado de Guaramiranga, Unidade da UPC que possui um Hotel para vivência prática dos cursos das áreas de turismo e gastronomia. Os tópicos seguintes trazem maiores detalhes quanto à oferta, pela Administração, dos espaços ora cedidos em contrato de cessão de uso:

**I. Identificação dos imóveis objeto de cessão parcial:**

Os espaços que foram objeto de cessão em 2017 ficam inseridos nos prédios que compõem os campi localizados nos campi de Fortaleza, Cedro, Crateús, Guaramiranga, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Sobral, Tianguá e Reitoria.

**II. Identificação dos cessionários:**

<b>Campus</b>	<b>Tipos de imóveis</b>	<b>Nº do Contrato</b>	<b>Cessionário</b>	<b>Valor mensal (R\$)</b>
Fortaleza	Cantina	029/2015	Antônio Valentim de Oliveira	3.493,52
Cedro	Cantina	002/2017	Francisca Amorim da Silva	601,96
Maracanaú	Cantina	013/2015	S. S. Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda - ME	540,00
Maracanaú	Restaurante Acadêmico	008/2017	Wladya Araújo Goumert EIRELI - ME	68.542,50
Crateús	Cantina	007/2017	Paulo Ricardo Martins do Vale	430,03
Tianguá	Cantina	001/2016	Gerlan Nunes	50,00
Guaramiranga	Restaurante Comum	005/2017	Elixandre da Silveira ME	4.353,54

Limoeiro do Norte	Cantina	12/2016	Andreza Marta Pereira Alves	1.016,72
Sobral	Restaurante Acadêmico	008/2016	Geórgia Yngrid Gomes Fontenele	2.411,73
Reitoria	Nicho para caixa eletrônico	004/2017	Caixa Econômica Federal	207,82

III. Caracterização da cessão:

- i. Forma de seleção do cessionário: Em todos os casos, por meio de licitação;
- ii. Finalidade do uso do espaço cedido: Para instalação de caixa eletrônico bancário, cantinas, restaurantes acadêmicos e restaurante comum ao público nos *campi* localizados nos municípios de Fortaleza, Cedro, Crateús, Guaramiranga, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Sobral e Tianguá;
- iii. Prazo da cessão: Nos contratos celebrados, o prazo da cessão é de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, limitados a 60 (sessenta) meses;
- iv. Caracterização do espaço cedido: Os espaços são parte integrante das edificações;
- v. Benefícios recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: Nos contratos celebrados, os valores relativos à cessão são pecuniários, pagos mensalmente pelos cessionários por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;
- vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Nossa UPC emite Guia de Recolhimento da União que após ser recolhida pelo ente cessionário junto ao Banco do Brasil, alimenta a conta contábil 111122001 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS na conta corrente F 0250026405 400;
- vii. Rateio dos gastos: Nos contratos celebrados, não há rateio dos gastos, sendo pago pelo cessionário apenas o valor equivalente à cessão precária do espaço físico;
- viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão: Os valores recebidos são utilizados nas ações de custeio dos *campi*.

e) **despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.**

<b>DESPESAS DE MANUTENÇÃO E A QUALIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS</b>	
<b>DESPESAS DE MANUTENÇÃO</b> (despesas liquidadas e pagas em 2017)	<b>VALOR R\$</b> 179.009,60
<b>QUALIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS</b>	
Classificação em conformidade com o Plano de Contas do Governo Federal (Natureza despesa detalhada 33.9039.16)	

**f) riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.**

Consideram-se riscos relacionados à gestão dos imóveis a dispersão geográfica do IFCE, bem como a gestão descentralizada multicampi definida na Lei nº. 11.982/2008. Os 31 (trinta e um) campi do IFCE estão localizados em todas as regiões do estado, dificultando, principalmente, a gestão da manutenção e a atualização das informações quanto às benfeitorias. A gestão descentralizada (característica da Rede Federal) também se apresenta como risco, uma vez que ações (coordenação e controle) são realizadas localmente pela gestão do campus.

Destacam-se as medidas adotadas pela gestão central do IFCE (Reitoria) para mitigar os riscos apontados:

- 1) Supervisão Técnica junto aos campi por meio do Departamento de Infraestrutura;
- 2) Elaboração do Manual de Manutenção de Bens Imóveis pelo Departamento de Infraestrutura para uniformizar as ações nos campi;
- 3) Disponibilização do Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SIGEBI) com objetivo de centralizar as informações dos imóveis e controle das benfeitorias e manutenções realizadas;
- 4) Contratações compartilhadas entre as unidades do IFCE para serviços e materiais de manutenção predial com objetivo da padronização e economia de escala.

**4.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas**

As cessões realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE realizadas em 2017 tiveram o intuito de: (1) trazer maior variedade na prestação de serviços de fornecimento de alimentação aos alunos, (2) instalação de caixas eletrônicas para operações bancárias e (3) permitir o uso profissional de espaço gastronômico reservado no Campus Avançado de Guaramiranga, Unidade da UPC que possui um Hotel para vivência prática dos cursos das áreas de turismo e gastronomia. Os tópicos seguintes trazem maiores detalhes quanto à oferta, pela Administração, dos espaços ora cedidos em contrato de cessão de uso:

**I. Identificação dos imóveis objeto de cessão parcial:**

Os espaços que foram objeto de cessão em 2017 ficam inseridos nos prédios que compõem os campi localizados nos campi de Fortaleza, Cedro, Crateús, Guaramiranga, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Sobral, Tianguá e Reitoria.

**II. Identificação dos cessionários:**

<b>Campus</b>	<b>Tipos de imóveis</b>	<b>Nº do Contrato</b>	<b>Cessionário</b>	<b>Valor mensal (R\$)</b>
Fortaleza	Cantina	029/2015	Antônio Valentim de Oliveira	3.493,52
Cedro	Cantina	002/2017	Francisca Amorim da Silva	601,96
Maracanaú	Cantina	013/2015	S. S. Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda - ME	540,00
Maracanaú	Restaurante Acadêmico	008/2017	Wladya Araújo Goumert EIRELI - ME	68.542,50
Crateús	Cantina	007/2017	Paulo Ricardo Martins do Vale	430,03

Tianguá	Cantina	001/2016	Gerlan Nunes	50,00
Guaramiranga	Restaurante Comum	005/2017	Elixandre da Silveira ME	4.353,54
Limoeiro do Norte	Cantina	12/2016	Andreza Marta Pereira Alves	1.016,72
Sobral	Restaurante Acadêmico	008/2016	Geórgia Yngrid Gomes Fontenele	2.411,73
Reitoria	Nicho para caixa eletrônico	004/2017	Caixa Econômica Federal	207,82

### III. Caracterização da cessão:

- i. Forma de seleção do cessionário: Em todos os casos, por meio de licitação.
- ii. Finalidade do uso do espaço cedido: Para instalação de caixa eletrônico bancário, cantinas, restaurantes acadêmicos e restaurante comum ao público nos *campi* localizados nos municípios de Fortaleza, Cedro, Crateús, Guaramiranga, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Sobral e Tianguá.
- iii. Prazo da cessão: Nos contratos celebrados, o prazo da cessão é de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, limitados a 60 (sessenta) meses.
- iv. Caracterização do espaço cedido: Os espaços são parte integrante das edificações.
- v. Benefícios recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: Nos contratos celebrados, os valores relativos à cessão são pecuniários, pagos mensalmente pelos cessionários por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.
- vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Nossa UPC emite Guia de Recolhimento da União que após ser recolhida pelo ente cessionário junto ao Banco do Brasil, alimenta a conta contábil 111122001 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS na conta corrente F 0250026405 400.
- vii. Rateio dos gastos: Nos contratos celebrados, não há rateio dos gastos, sendo pago pelo cessionário apenas o valor equivalente à cessão precária do espaço físico.
- viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão: Os valores recebidos são utilizados nas ações de custeio dos *campi*.

#### 4.2.5. Informações sobre imóveis locados de terceiros

A UPC não manteve ou realizou despesa pertinente a locações de imóveis de terceiros para uso da Reitoria ou dos *campi* do Instituto Federal do Ceará.

#### 4.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia realizados durante a gestão e que estejam diretamente relacionadas aos macroprocessos finalísticos da unidade, indicando as respectivas despesas, fornecedores, vigência dos contratos e seu estágio de execução.

<b>OBRA/SERVIÇO</b>	<b>CONTRATO</b>	<b>VIGÊNCIA CONTRATO</b>	<b>FORNECEDOR</b>	<b>VALOR ATUAL CONTRATO R\$</b>	<b>VALOR LIQUIDADO 2017 R\$</b>	<b>ESTÁGIO EXECUÇÃO</b>
Construção do <i>campus</i> Horizonte	078/2013	25/04/2018	JMD Construções LTDA	7.607.848,22	2.476.827,93	Em execução (96%)
Construção do <i>campus</i> Acopiara	099/2014	06/05/2018	EMA Construções LTDA	9.488.374,48	4.899.698,98	Em execução (92%)
Construção do Bloco Didático do <i>campus</i> Canindé	001/2015	10/11/2017	TARCON Engenharia LTDA	2.516.111,10	536.274,74	Concluída
Construção do Bloco Didático do <i>campus</i> Crateús (1)	011/2013	14/07/2016	TARCON Engenharia LTDA	4.713.353,25	273.643,14	Em execução (92%)
Construção do Bloco Didático do <i>campus</i> Iguatú	010/2013	24/09/2016	TARCON Engenharia LTDA	3.078.523,20	358.676,64	Concluída
Construção de Salas de Aula <i>campus</i> Jaguaribe	005/2016	28/01/2018	ELYON Engenharia e Comércio LTDA	217.233,10	217.233,10	Concluída
Construção de Salas de Aula <i>campus</i> Morada Nova	016/2016	11/06/2017	JB2 Engenharia LTDA - EPP	164.886,43	164.886,43	Concluída
Construção do Refeitório e outros serviços no âmbito da Reitoria	021/2017	21/02/2018	E&L SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI - ME	464.553,69	394.056,15	Concluída

1) Informa-se que a Administração do campus Crateús formalizou e encaminhou aditivo Contrato nº. 11/2013 objetivando a prorrogação do prazo de vigência da obra de Construção do Bloco Didático do campus Crateús, porém a Procuradoria Federal no IFCE apontou a impossibilidade de parecer jurídico a favor da dilatação do prazo, uma vez que a empresa encontrava-se impedida de licitar por 02 (dois) anos de acordo com Lei nº 8.666/93, art. 87, inc. III, através de processo de penalização impetrado pelo campus Quixadá do IFCE. Considerando que a obra de conclusão do bloco de ensino estava em vias de conclusão. Ponderado, também, o fato de que o objeto possuía na ocasião orçamento com finalidade exclusiva para sua execução e de que a paralisação da obra com fim do contrato acarretaria na perda do orçamento já empenhado, onerando mais os custos, além da demora do recebimento do objeto com um novo processo licitatório. Tendo em vista a inexecução parcial por parte da contratada, considerando que a construtora não concluiu a obra apesar das diversas notificações da Administração para o retorno dos serviços e, ainda, considerando o parecer jurídico da AGU, que recomenda a extinção da relação com a empresa com aplicação das sanções, a gestão do campus decidiu por encerrar a relação contratual que por ventura viesse a existir, não prejudicando a aplicação das sanções previstas em contrato pelo não cumprimento do objeto, de acordo com processo administrativo punitivo devidamente instruído.

Cabe destacar que o prédio conta com 92% dos serviços concluídos, necessitando apenas da conclusão de parte das instalações elétricas e rede estruturada para funcionamento pleno do equipamento. Tais serviços serão executados por meio de nova contratação realizada pelo campus.

### 4.3. Gestão da tecnologia da informação

#### a) **Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.**

O Plano Estratégico de TI (PETI) foi dividido em 3(três) eixos de maneira a aderir com o Plano Estratégico Institucional (PEI): Prover soluções tecnológicas em TI, Prover acessibilidade às soluções de TI, Aprimorar a comunicação com a comunidade, sendo cada um desses eixos alinhados às perspectivas do PEI. Vale destacar que o PETI foi inserido dentro do PEI, tendo assim sido aprovado pelo conselho superior no que tange ao alinhamento institucional.

Contextualizando as perspectivas do PEI são:

- a) Em relação a sociedade e ao aluno, buscar o desenvolvimento das regiões em que a instituição está inserida e aumentar o valor percebido pelos alunos em relação a pesquisa, ensino e extensão. Nesse sentido o PETI busca aprimorar a comunicação com a sociedade, provendo recursos de TI que permitam esse desenvolvimento. Assim são disponibilizadas soluções acessíveis a comunidade, como a reformulação do site, implantação de links de internet de alta velocidade em todos os campi fortalecendo a pesquisa local e democratizando o acesso dos alunos e da comunidade local a internet e criação de momentos de conversação entre os alunos participantes do ciências sem fronteiras e seus pais que ficaram na região via chat. Além são feitas pesquisas interativas com a comunidade para embasar as ações da instituição.
- b) Em relação aos processos internos e da responsabilidade orçamentária e financeira, a instituição tem implantado novos sistemas que tem simplificado o trâmite interno, como o Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP), além de outros como o sistema de assistência ao educando, que permite ao aluno fragilizado o cadastro online, e que se depare com muitas filas, já implementa regras que torna muito mais ágil a avaliação e acompanhamento das demandas (além de melhorar a visão da instituição pela sociedade e pelo aluno). Está em processo a implantação do SEI (sistema eletrônico de Informações) e os assentamentos digitais, que digitalizarão documentos instituições e trâmites de processos, diminuindo o tempo de avaliação dos mesmos e redução de custos com o transporte dos processos físicos. Em curso também encontra-se o sistema de folha digital da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que na fase de testes reduziu em 60% o tempo para fechamento da folha. A utilização de recursos de videoconferência tem diminuídos os custos com transporte e a implantação, em alguns campi, de recursos de VoIP (voz sobre IP) reduzido custos de ligações telefônicas.
- c) Em relação a perspectiva de aprendizagem e crescimento: A utilização de plataformas de ensino virtuais (Moodle) tem dado flexibilidade a alunos e a servidores realizarem cursos não presenciais o que colabora com a capacitação contínua do pessoal e oportunização àqueles que desejam estudar, mas possuem limitações de tempo.

O PDTI (Plano Diretor de TI) apresenta ações a serem realizadas para que as metas estratégicas da TI sejam alcançadas, determinando responsáveis, prazos e custos. É importante destacar que ambos os documentos estão sendo revisados como parte da prática anual de revisão, a qual sofreu um pouco de atraso devido a greve do último ano.

**b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.**

O Comitê de Tecnologia e Informação (CTI) é órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva e que tem atuado na criação de políticas internas relacionadas a tecnologia da informação e no direcionamento dos investimentos em TI. O Comitê composto por um representante de cada campus do IFCE, um representante de cada Pro-Reitoria e Diretoria Sistêmica, além do presidente (atualmente diretor de TI) e secretário executivo (representante do setor de tecnologia da informação).

Ocorreram 3 (três) reuniões no ano de 2014, 3(três) reuniões no ano de 2015, no ano de 2016 ocorreu 5(cinco), 3(três) reuniões no ano de 2017.

As principais decisões do CTI, foi a criação e aprovação da Política de Segurança da Informação, realização do primeiro processo de aquisições compartilhadas de TI.

**c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.**

Sistema de Tecnologia da Informação	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Criticidade
SUAP (vários módulos)	É um ERP que gerencia todos os aspectos da instituição (protocolo, almofarifado, patrimônio, frota, recursos humanos, contratos, convênios, entre outros)	Makelli Jucá	Caio Felipe	Alta
Q-Acadêmico	Controle de notas, frequência e vida acadêmica dos alunos	Kamilla Karen	Reuber Saraiva	Muito Alta
Sophia	Controle de Acervo e empréstimo de livros	Marcelo Lima	Etelvina	Alta
SisDoc	Controle de documentos institucionais	Caio Teixeira	Diana Azin	Média
SisProc	Controle de Processos administrativos	Caio Teixeira	Diana Azin	Média
SiRem	Controle de vagas para remoção interna	Robson Siqueira	Ivam Holanda	Alta
SCPO	Gestão e captação da proposta orçamentária	Marcelo Almeida	Beatriz Garcia	Média
SisAE	Gerenciamento de auxílios aos estudantes	Neila Matos	Elenilce Gomes	Alta
SEI	Sistema de Processo Eletrônico	Inácio de Loiola	Mauricio Dourado	Alta

**d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.**

Foi colocado como pauta no comitê de TI a criação de 4(quatro) eixos de capacitação em TI: desenvolvimento de sistemas, governança corporativa, infraestrutura e suporte ao usuário, sendo cada um desses eixos compostos por uma linha de cursos a ser seguida, tendo como meta a realização de

pelo menos 1(um) curso por servidor no primeiro ano, aumentando para 2(dois) no segundo. Apesar do esboço inicial a linha dos cursos não foi desenvolvida pelo comitê, ficando a finalização deste plano para 2017. A diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação para não deixar o vácuo, montou uma linha baseada na definição feita pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e devido a questões orçamentárias esses cursos foram os que impulsionaram a capacitação do pessoal de TI, porém foram destinadas poucas vagas por questões de orçamento da RNP e da instituição.

Mesmo assim foram realizados cursos de Sistema Operacional Linux, Redes de computadores, Administração de Banco de Dados, IPv6, Redes sem fios, Firewall (Pfsens), Monitoramento (Zabbix), Docker e ambientes virtuais acessíveis com um total de 63 (sessenta e três) capacitações no último ano (2017).

**e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.**

#### 1. BOLSISTAS

<b>Curso</b>	<b>Nome</b>	<b>Turno da Bolsa</b>
Tec. Informática	Leonardo Lima Calcante	Manhã
Tec. Informática	Rodrigo Lima Marques	Manhã
Tec. Informática	Wallisson Silva Teles	Manhã
Tec. Telecomunicações	Ricardo Serafim Silva	Tarde
Tec. Telecomunicações	Sarah Ingrid de Oliveira Feitosa	Tarde
Tec. Telecomunicações	Danuzia Inara Leorne da Cunha	Tarde
Telemática	Carlos Eduardo Carneiro Alves	Tarde
Telemática	Francisco Vanderson C. Assis	Tarde
Tec. Telecomunicações	Talia Andreza Barboza Rios	Tarde
Eng. De Telecomunicações	Ghislain Gnimavo	Tarde
Tec. Informática	Alexia Jamile Ferreira de Lima	Manhã

#### 2. ANALISTAS

<b>Nome</b>	<b>Setor de Exercício SIAPE</b>
Alexandre Magno Cavalcante Sucupira	DG/FORTAL
Antonio Rodrigo dos Santos Silva	DGTI
Augusto Flavio Albuquerque Arraes Freire	DGTI
Caio Fellipe Cavalcante Teixeira	DGTI
Daniele Miguel da Silva	REITORIA
Edwilson de Sousa Carvalho	REITORIA
Fabio Arruda Magalhaes	DG/TIANGUA
Inacio de Loiola Souza Silva	DGTI

Jessyca Alencar Leao e Silva	DGTI
Jose Carvalho Filho	DGCRATO
Kamilla Karen Sousa da Silva	PROEN
Makelli Araujo Juca	DGTI
Marcelo Lima de Almeida	DGTI
Mario Jorge Limeira dos Santos	DG/LN
Neila Temoteo de Matos Bastos	DGTI
Paulo Jose Teixeira dos Santos	DG/JUAZ
Raimundo Mendes de Freitas Neto	DIREN/FORT
Valber Jones de Castro	REITORIA

### 3. TÉCNICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

<b>Nome</b>	<b>Setor de Exercício SIAPE</b>
Adriana Mara de Almeida de Souza	DG/QUIXADA
Anderson Wagner Alves	DG/CAUCAIA
Antonio Alexandre Barboza de Paula	DG/ARACATI
Antonio Carlos Queiroz Junior	DG/MARAC
Antonio Michael Farias Soares	DG/CRATEUS
Bernardo Jose de Carvalho Filho	DG/CAMOCIM
Bruno Riccelli dos Santos Silva	DG/MORADAN
Carlos Alberto Castelo Elias Filho	DG/CANINDE
Cicero Jose Sousa da Silva	DG/CAMOCIM
Claudio Ferreira Oliveira	DGTI
Dackson Pereira	DGCRATO
Elianderson de Lima Silva	PRPPI
Elias Fernandes Costa Junior	DGCEDRO
Emerson Henrique Oliveira de Araujo	DG/MARAC
Emerson Rodrigo Guirra de Brito	DG/UBAJARA
Erloney Marcio Araujo da Costa	DG/LN
Francisco Douglas Ferreira da Silva	DG/TIANGUA
Francisco Eudes Gomes Filho	DG/BATURIT
Francisco Gilliery Araujo de Oliveira	DG/TABULEI
Francisco Jorge Costa Ribeiro	DG/CAMOCIM
Francisco Leonardo Silveira Correia	DG/BATURIT
Francisco Pinheiro Filho	DG/IGUATU
Geila Maria Martins Azevedo	Nenhum
Germano Jose Barros Pinheiro	DGCEDRO
Glauber Ferreira de Castro	DCAJAGUARU
Higor Rafael Paiva Diogenes	DG/JAGUARI
Ian do Carmo Marques	DG/ACARAU
Isaac Brigido Rodrigues do Santos	DG/JUAZ
Jeova Chagas Lino	DGTI
Joab Costa Rodrigues Lima	DG/SOBRAL
Joao Nunes Feitosa	DG/LN
Joao Paulo Braga Abreu	DG/CANINDE
Joao Paulo Oliveira	DCRACOP
Joao Victor Ribeiro Galvino	DGTI

Jose Adeilson Bezerra Cruz	GUARAMIRAN
Jose Jhonnatas Aires da Silva Alencar	DG/JUAZ
Jose Valdenicio Ferreira Cruz	DG/ARACATI
Leandro Caldeira Pereira Rodrigues	DG/CAUCAIA
Marcio Pereira Goncalves	DG/CEDRO
Marcos Antonio Gondim Santos	DGTI
Marcos Sampaio Ferreira	DG/FORTAL
Mario Cesar de Oliveira Luz	DG/QUIXADA
Paraguassu Furtado Cavalcante	DG/FORTAL
Patricio Ribeiro de Almeida	DG/TABULEI
Paulo Ericson Valentim Silva	DG/SOBRAL
Rafael Cajazeiras Macambira	REITORIA
Renato Euclides Patricio	DG/FORTAL
Ricardo Honorato de Araujo	ITAPIPOCA
Romulo Ribeiro Franco de Carvalho	DG/CRATEUS
Samir Coutinho Costa	DG/TAUA
Thiago Carneiro Feitosa	DGTI
Thiago Meira Maciel	DG/UMIRIM
Thyago Rocha de Oliveira	DCAPECEM
Valdo Ribeiro Coelho Neto	DG/LN
Vicente de Paulo Batista	DG/IGUATU
Willamys Gomes Fonseca Araujo	DG/TIANGUA
Willys Sampaio Jorge	DG/IGUATU
Ygor Ramon Rodrigues Magalhaes	DG/UBAJARA

#### 4. SERVIDORES DO IFCE COLABORANDO COM A TI

<b>Nome</b>	<b>Setor Lotação SIAPE</b>
Carlos Mauricio J de M Dourado Jr (professor)	Reitoria
Demtetrius Setubal (Assistente em Administração)	Reitoria

#### **f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.**

O IFCE conta com serviço de monitoramento (Zabbix), que monitora os links de todas as unidades, registrando falhas de conexão. Além disso contamos com monitoramento dos serviços alocados no dataCenter, o qual é composto por um sistema de Blade (com 9 lâminas de processamento, cada uma com 8 núcleos e 256GB de RAM). O sistema blade é gerenciado por uma camada do software VMWare que faz o balanceamento da carga e garante a alta disponibilidade dos sistemas, caso uma lâmina falhe sua carga computacional é distribuída automaticamente para as demais.

O sistema conta ainda dois storages (dispositivos de armazenamento) com espaço bruto de 90TB cada um, compostos vários disco SAS de 15K RPM em RAID-10 e alguns discos de estados sólido (SSD), os quais são utilizados para os sistemas de maior demanda de I/O.

Diariamente são efetuadas cópias de seguranças.

**g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.**

Abaixo seguem os principais projetos realizados pela tecnologia da informação no último ano.

<b>Projeto</b>	<b>Resultados</b>	<b>Alinhamento</b>	<b>Valores</b>	<b>Prazo</b>
SiSAE – Sistema destinado ao cadastro de alunos para concessão e acompanhamento de benefícios	Melhora no atendimento aos alunos e otimização no trabalho do setor de assistência ao educando	Alinhado aos 3(três) eixos do Plano Estratégico: Prover soluções tecnológicas em TI, Prover acessibilidade às soluções de TI, Aprimorar a comunicação com a comunidade	Os salários dos analistas destinados	8 meses – estão sendo feito ajuste das fichas dos discentes
SCPO – Sistema de Captação do Planejamento Orçamentário Anual	Gerar transparência e agilidade no planejamento da proposta orçamentária anual	Prover soluções tecnológicas em TI, Prover acessibilidade às soluções de TI	Os salários dos analistas destinados	6 meses – atualmente estão sendo realizados ajustes para a nova proposta orçamentária
Sistema de Bens Imóveis - Gerenciar as obras e imóveis do IFCE	Facilitar o acompanhamento das obras civis do IFCE, garantindo mais facilidade no acompanhamento e evitando atrasos.	Prover soluções tecnológicas em TI	Os salários dos analistas destinados	12 meses (em andamento) – houve atraso em função de solicitação do setor demandante
Implantação do sistema de patrimônio e almoxarifado	Aumentar a qualidade do gerenciamento dos bens do IFCE. Dificuldade devido a necessidade de levantamento patrimonial	Prover soluções tecnológicas em TI	Os salários dos analistas destinados	8 meses – realização do processo de importação do dados legados
Implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações	Evitar uso de papel nos processos administrativos, tornar mais rápidos os processos administrativos	Prover soluções tecnológicas em TI	Os salários dos analistas destinados e R\$ 1.200.000,00 na compra de equipamentos (Servidores, soluções de backup,	10 meses – finalizado na reitoria, faltando ajustes de infraestrutura local para funcionamento

			expansão de equipamentos de armazenamento)	pleno nos campi
Assentamentos Funcionais Digitais – Digitalização das fichas funcionais dos servidores	Facilitar o acesso aos documentos dos servidores da instituição	Prover soluções tecnológicas em TI, Prover acessibilidade às soluções de TI	Os salários dos analistas destinados e R\$ 50.000,00 na compra de equipamentos (Servidores, soluções de backup, expansão de equipamentos	9 meses – em processos de digitalização das pastas funcionais. Pendentes 12 Campi de 32.

Outros Projetos podem ser encontrados em

<http://docs.dgti.ifce.edu.br/doku.php?id=sistemas:gerenciamento>

#### **h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.**

Atualmente contamos com a terceirização do sistema acadêmico e o sistema de bibliotecas. Em relação ao sistema acadêmico estamos analisando outras soluções, mais especificamente o “@edu” desenvolvido pelo IFRN e cedido gratuitamente aos outros institutos federais inclusive com o código-fonte, o que nos dá liberdade e tranquilidade nesse ponto. Em relação ao sistema de bibliotecas analisamos soluções gratuitas e livres como o gnuteca. Essa porém não foi aprovada pelas bibliotecárias, porém em um eventual problema com a empresa, poderia ser customizado e utilizado, porém teríamos um prazo para a implantação.

#### **4.3.1. Principais sistemas de informações**

Sistema	Descrição	Manutenção	Prazo	Orçamento	Avaliação de Riscos
SUAP (vários módulos)	É um ERP que gerencia todos os aspectos da instituição (protocolo, almofarifado, patrimônio, frota, recursos humanos, contratos, convênios, entre outros)	Própria	Concluído, porém em constante atualização.	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados com a parceria com outros institutos que utilizam o mesmo sistema.
Q-Acadêmico	Controle de notas, frequência e vida acadêmica dos alunos	Terceirizada	Concluído	R\$156.000,00/ano	Análise de outros sistemas para possível substituição.
Sophia	Controle de Acervo e empréstimo de livros	Terceirizada	Concluído	Aproximadamente	Análise de outros sistemas para possível substituição.

				R\$20.000,00/ano	
SisDoc	Controle de documentos institucionais	Própria	Concluído	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados através de documentação do sistema e constante repasse de conhecimento a outros membros da equipe.
SisProc	Controle de Processos administrativos	Própria	Concluído	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados através de documentação do sistema e constante repasse de conhecimento a outros membros da equipe.
SiRem	Controle de vagas para remoção interna	Própria	Concluído	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados através de documentação do sistema e constante repasse de conhecimento a outros membros da equipe.
SCPO	Gestão e captação da proposta orçamentária	Própria	Concluído, porém em constante atualização.	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados através de documentação do sistema e constante repasse de conhecimento a outros membros da equipe.
SisAE	Gerenciamento de auxílios aos estudantes	Própria	Concluído, porém em constante atualização.	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados através de documentação do sistema e constante repasse de conhecimento a outros membros da equipe.

SEI	Sistema Eletrônico de Informações	Própria	Concluído na Reitoria e em implantação prevista para os demais Campi a partir de abril de 2018.	Os salários dos analistas destinados e a compra de equipament os (Servidores , soluções de backup, expansão de equipament os de armazenam ento)	Apesar de ser desenvolvido pelo TRF-4 a equipe interna cuida da manutenção e atualização, assim os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados com a parceria com outros institutos que utilizam o mesmo sistema.
-----	-----------------------------------	---------	---	---	--

#### 4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE vem realizando junto aos seus respectivos *campi*, ações sistêmicas que visam ao Desenvolvimento Nacional Sustentável. Nesta seara, importa citar as mais recentes intervenções da Gestão:

##### **I - Realização de licitações para aquisição de materiais e bens possuidores de características sustentáveis.**

A UPC quando da elaboração de seus editais e contratos, utiliza-se dos modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União – AGU. Nestes modelos, há a previsão de cumprimento, pelos licitantes e fornecedores, das obrigações de preservação ambiental e de boas práticas de sustentabilidade. No âmbito prático, o Instituto Federal do Ceará vem promovendo a aquisição de equipamentos de ar condicionados com tecnologia inverter (máquinas 40% mais eficientes que as tradicionais) e de tonners e cartuchos recarregáveis.

##### **II - Comissões de resíduos sólidos.**

Em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006, algumas Unidades Gestoras do IFCE desenvolvem projetos para separação e descarte dos resíduos sólidos.

##### **III – Divulgação de experiências exitosas desenvolvidas nas unidades da rede IFCE**

Anualmente, durante o Fórum de Administração e Planejamento, realizado pela Pró-reitoria de Administração e Planejamento (PROAP), os campi do IFCE são convidados a compartilhar suas experiências exitosas desenvolvidas por professores e técnicos administrativos, no âmbito de suas unidades. As ações englobam a área de gestão ambiental e de infraestrutura e tem como principal objetivo disseminar as boas práticas em toda rede.

##### **IV - Inclusão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE**

Inclusão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE, de metas cujo objetivo estabelece o atendimento de práticas de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas institucionais.

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE será incluído o objetivo de adoção de práticas de desenvolvimento sustentável e que terá como base as seguintes estratégias:

- I. Realizar estudo de mercado sobre os fornecedores do objeto da licitação, antes da publicação do edital;
- II. Realizar *benchmarking* com outros Órgãos Públicos que já fazem editais com objetos similares ao objeto que se deseja adquirir;
- III. Realizar preferencialmente as aquisições sustentáveis na forma de licitações compartilhadas.
- IV. Elaboração do Plano de Logística Sustentável.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

#### **4.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras**

A UPC quando da elaboração de seus editais e contratos, utiliza-se dos modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União – AGU. Nestes modelos, há a previsão de cumprimento, pelos licitantes e fornecedores, das obrigações de preservação ambiental e de boas práticas de sustentabilidade. No âmbito prático, o Instituto Federal do Ceará vem promovendo a aquisição de equipamentos de ar condicionados com tecnologia inverter (máquinas 40% mais eficientes que as tradicionais) e de tonners e cartuchos recarregáveis.

## **5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **5.1. Canais de acesso do cidadão**

O cidadão poderá ter acesso às informações pertinentes ao IFCE por meio do sítio eletrônico institucional ([www.ifce.edu.br](http://www.ifce.edu.br)) que reúne as principais informações sobre a IFE, além de servir de caminho para acesso aos demais canais de comunicação com a sociedade.

Para solicitar informações institucionais do IFCE, em cumprimento ao disposto na Lei 12.527/2011, o cidadão dispõe de Serviços de Informação ao Cidadão (SICs) instalados nas recepções centrais dos campi e da Reitoria. Poderá utilizar, também, em meio eletrônico, o sistema que gerencia as demandas do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria Geral da União (e-SIC/CGU) por meio dos endereços: [www.lai.gov.br](http://www.lai.gov.br) ou [www.acessoainformacao.gov.br](http://www.acessoainformacao.gov.br).

Para encaminhamento de manifestações (elogio, sugestão, solicitação, reclamação, ou denúncia) sobre o atendimento ou serviço prestado por setor ou agente do IFCE, o cidadão pode utilizar o Sistema de Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal (e-OUV) disponível no endereço: [www.ouvidorias.gov.br](http://www.ouvidorias.gov.br).

O cidadão poderá dispor, também, da intermediação da Ouvidoria, que está instalada na Reitoria, mediante agendamento, por meio do telefone (85) 3401.2333, ou pelo endereço eletrônico: [ouvidoria@ifce.edu.br](mailto:ouvidoria@ifce.edu.br).

Na página da Ouvidoria no sítio eletrônico institucional (<http://ifce.edu.br/ouvidoria>) há *links* de acesso para cada um dos canais supramencionados.

Além disto, o cidadão dispõe dos seguintes canais de comunicação:

- I. Ferramenta “Fale Conosco” disponível na página principal do sítio eletrônico ([www.ifce.edu.br](http://www.ifce.edu.br));
- II. Carta de Serviços ao Cidadão disponível na página principal do sítio eletrônico do IFCE e no rol das informações da aba “Acesso à Informação” disponível no link: <http://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/arquivos/carta-de-servicos-ao-cidadao-2017.pdf>.

Para assuntos relacionados à gestão de pessoas, o IFCE também dispõe de Carta de Serviços específica, disponível no link: <http://ifce.edu.br/progep/arquivos/carta-de-servicos-da-progep-ao-cidadao.pdf>

- III. Ainda sobre assuntos referentes à Gestão de Pessoas, há link na página principal do sítio eletrônico do IFCE para a “Central de Atendimento” (<http://ifce.edu.br/centraldeatendimento>) iniciativa da Progep para facilitar o atendimento aos servidores e candidatos concorrentes aos concursos públicos realizados pelo IFCE;
- IV. Perfis institucionais nas mídias sociais Twitter ([https://twitter.com/IFCE\\_](https://twitter.com/IFCE_)), Facebook ([www.facebook.com/pages/Instituto-Federal-de-Educação-Ciência-eTecnologia-do-Ceará - IFCE/471223182903300](http://www.facebook.com/pages/Instituto-Federal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%AAncia-e-Tecnologia-do-Cear%C3%A1-IFCE/471223182903300)) e Instagram (<https://instagram.com/ifceoficial/>) administrados pelo Departamento de Comunicação Social;
- V. Possibilidade de envio de sugestões, reclamações e denúncias ao programa de rádio "IFCE no Ar" pelos telefones (85) 3401.2517 (DCS), 3366.7474 (Universitária FM, às quintas-feiras, das 14h às 15h) e pelo e-mail [ifcenoar@ifce.edu.br](mailto:ifcenoar@ifce.edu.br);
- VI. Possibilidade de envio de sugestões, reclamações e denúncias para os demais canais de comunicação do IFCE (informativos impressos, vídeos do "VC no IFCE" no canal do IFCE no Youtube, portal [www.ifce.edu.br](http://www.ifce.edu.br), Revista IFCE e listas eletrônicas de e-mail) pelo e-mail [comunicacao.reitoria@ifce.edu.br](mailto:comunicacao.reitoria@ifce.edu.br) ou pelos endereços constantes nas páginas dos produtos sob a responsabilidade do Diretoria de Comunicação Social do IFCE.

### Dados estatísticos referentes às manifestações recebidas

A Ouvidoria não dispõe de sistema eletrônico para administração e controle de trâmite interno de manifestações recebidas pelos sistemas da CGU. Aguarda-se a integração dos referidos sistemas com o recém-implantado Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no IFCE na expectativa facilitar o controle e elaboração de estatísticas de atendimento de demandas.

Manifestações por tipo:

Sobre as demandas administradas pela Ouvidoria Geral do IFCE em 2017, destacam-se 905 manifestações, assim distribuídas, por tipo:

#### Quadro - Quantitativo de manifestações recebidas em 2017, por tipo

Tipo de Manifestação	Quantidade
Elogio	6
Sugestão	4
Solicitação	58
Reclamação	143
Denúncia	74
Informação	418
<b>TOTAL</b>	<b>905</b>

Fonte: Gerenciador de *e-mails* do IFCE e Sistemas e-SIC e e-OUV da CGU - 2017

Manifestações por tipo e canal de acesso

Apesar do direcionamento sugerido na página da Ouvidoria no sítio eletrônico institucional, orientando que as solicitações de informação sejam encaminhadas para o sistema e-SIC e as manifestações para o sistema e-OUV, o IFCE ainda recebeu, em 2017, 202 manifestações pelos e-mails [ouvidoria@ifce.edu.br](mailto:ouvidoria@ifce.edu.br) e pelo endereço eletrônico da ouvidora. No quadro seguinte apresenta-se a quantidade de manifestações por canais de acesso:

**Quadro - Quantitativo de manifestações recebidas em 2017, por tipo e canal de acesso**

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	CANAL DE ACESSO			
	E-OUV	E-SIC	E-MAIL	SUB-TOTAL
Elogio	6	-	-	<b>6</b>
Sugestão	4	-	-	<b>4</b>
Solicitação	58	-	77	<b>135</b>
Reclamação	143	-	44	<b>187</b>
Denúncia	74	-	5	<b>79</b>
Informação	-	418	76	<b>494</b>
<b>Sub-total</b>	<b>285</b>	<b>418</b>	<b>202</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>905</b>			

Fonte: Gerenciador de *e-mails* do IFCE e Sistemas e-SIC e e-OUV da CGU - 2017

Em consequência da adesão ao Sistema de Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal, a Ouvidoria do IFCE trata as manifestações recebidas em conformidade com a orientação dada pela Instrução Normativa nº 01/2014/OGU CGU, de 05/11/2014, que regula o funcionamento das ouvidorias públicas, classifica as manifestações e orienta sobre o tratamento a ser adotado.

Assim, as solicitações de informação e de outra natureza, foram atendidas, na medida das possibilidades institucionais e legais; as reclamações e denúncias foram encaminhadas para apuração. Ressalte-se que todas as denúncias, inclusive as anônimas, foram encaminhadas para apuração, em consonância com a Instrução Normativa Conjunta Nº 01 CRG/OGU, 24/06/2014, exarada pela Corregedoria Geral da União e Ouvidoria Geral da União.

### **Procedimentos adotados decorrentes das manifestações**

A Ouvidoria mantém contato frequente com as Unidades Estratégicas demandadas, sugerindo ações de transparência ativa a fim de disponibilizar as informações solicitadas pelos canais de acesso.

No que se refere às reclamações recebidas, todas são encaminhadas e acompanhadas, para que se dê tratamento e solução de mérito, possível, a cada caso.

Em razão do número de demandas recebidas, em 2017 não houve possibilidade de exarar Recomendações, documento de que se serve a Ouvidoria para dar os encaminhamentos das alterações de procedimentos; todavia, as Unidades Estratégicas acionadas costumam agilizar a prestação de informação solicitadas, como, também, divulgar as informações solicitadas no sítio institucional, em atitude de transparência ativa.

Com base nas informações do quadro que se segue, a Ouvidoria emitirá Recomendações com vistas a atacar os assuntos mais recorrentes nas manifestações recebidas em 2017, endereçando-as às Unidades Estratégicas responsáveis.

**Quadro - Quantitativo mais expressivo de assuntos presentes nas manifestações, recebidas em 2017**

ASSUNTO	QUANTIDADE
Cargos (Vagos/ocupados)	214
Comportamento Docente (Atitude/Frequência)	62
Seleção (Cursos técnicos/ Diplomados/ Transferidos/ Mestrado etc.)	40
Concurso Docente	33
Aproveitamento	30
Concurso TAE	30
Comportamento servidor (Atitude/Frequência)	29
Pagamento (Avaliador RSC/ Fiscais/ Fornecedor / Alunos etc.)	21
Redistribuição	19
Informação sobre servidores (Quantidade/ Formação/ ingresso/ nível/ RSC/FG/ Aposentadoria etc.)	17
Informações sobre cursos	17
Processo (Cópia/ andamento)	16
Quadro de referência dos servidores	12
Infraestrutura	11
Remoção	9
Diploma	9
Assistência estudantil	7
Outros Assuntos (Soma de assuntos com menor recorrência)	329

Fonte: Gerenciador de *e-mails* do IFCE e Sistemas e-SIC e e-OUV da CGU – 2017

A Ouvidoria do IFCE foi instituída em 2013 e nos dois anos iniciais as atividades principais voltaram-se para a instalação do setor; neste período observa-se o registro de poucas manifestações, na maioria solicitações de informações, recebidas pelo Sistema e-SIC/CGU. Em 2015, com a adesão do IFCE ao Sistema de Ouvidorias Públicas do Poder Executivo, o número de manifestações de natureza diversa à solicitação de informações, aumentou. Nos anos seguintes, 2016 e 2017 a ouvidoria já se consolida como canal de atendimento, triplicando o número de acessos, o que pode ser observado na séria histórica que se segue:

**Quadro - Manifestações recebidas pelo IFCE de 2013 a 2017**

MANIFESTAÇÃO	2013-2014	2015	2016	2017
Elogio	-	1	4	6
Sugestão	-	1	10	4
Solicitação	-	32	62	135
Reclamação	10	44	321	187
Denúncia	6	26	47	79

Informação	254	198	534	494
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>302</b>	<b>978</b>	<b>905</b>

Fonte: Gerenciadores de *e-mails* do IFCE, Sistemas e-SIC e e-OUV da CGU – 2013 a 2017

## 5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Nova versão da Carta de Serviços ao Cidadão, atualizada pela Diretoria de Comunicação Social, está disponível no sítio eletrônico institucional, e pode ser acessada pelo link:

<http://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/arquivos/carta-de-servicos-ao-cidadao-2017.pdf>

Para assuntos relacionados à gestão de pessoas, o IFCE também dispõe de Carta de Serviços específica, disponível no link:

<http://ifce.edu.br/progep/arquivos/carta-de-servicos-da-progep-ao-cidadao.pdf/view>.

## 5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Cumprindo as determinações legais do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que determina às instituições de ensino superior do Brasil, a constituição formal e legítima da Comissão Própria de Avaliação (CPA), como parte da estrutura organizacional, o IFCE realiza por meio dessa comissão, a sua Avaliação Institucional anual a fim de aferir o nível de satisfação da comunidade acadêmica em suas ações e seus respectivos serviços.

Representando o mecanismo principal de pesquisa de satisfação, a Avaliação Institucional anual é operacionalizada através de questionários disponibilizados de forma online para os três segmentos da comunidade, quais sejam alunos, professores e técnico-administrativos. Atualmente o IFCE realiza dois tipos de avaliações: a global, que adota os cinco eixos que articulam as dez dimensões formuladas pelo SINAES; e a de curso, que adota as três dimensões formuladas também pelo SINAES.

Para a avaliação global, é aplicado um questionário com 56 questões formuladas sobre os respectivos eixos: Eixo 01 - Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 02 - Desenvolvimento Institucional; Eixo 03 - Políticas Acadêmicas; Eixo 04 - Políticas de Gestão; Eixo 05 - Infraestrutura.

Para a avaliação de curso, é aplicado um questionário de 22 questões, onde 21 são objetivas e uma questão é aberta. Esse instrumento tem o propósito de avaliar os serviços das atividades fins da instituição, que são: ensino, pesquisa e extensão. Por meio dele, podemos aferir o grau de satisfação da comunidade interna em relação aos cursos e os desdobramentos da execução dos serviços educacionais oferecidos pelo IFCE. Aspectos como infraestrutura, corpo docente, laboratórios, acervo bibliográfico, metodologias pedagógicas, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, articulação entre teoria e prática, iniciação científica, entre outros, são o alvos dessa avaliação.

Os resultados obtidos através de uma série histórica têm apontado para a satisfação da comunidade acadêmica quanto a esses serviços embora sejam identificados alguns aspectos, que são identificados com a necessidade de melhorias e correções.

## 5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Estão disponíveis no sítio eletrônico institucional as informações referentes à sua atuação, abrangendo, entre outros, os seguintes assuntos:

- Sobre o IFCE (Apresentação, Competências, Missão-Visão-Valores, Estrutura Organizacional e Histórico)

<http://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/Institucional>

- Sobre o acesso aos serviços prestados pelo IFCE (Ingresso aos cursos, Cursos por tipo e *campus*, Editais de seleção)

<http://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/formas-de-ingresso>

<http://ifce.edu.br/menu-de-relevancia/nossos-cursos1>

<http://www.ifce.edu.br/acesso-rapido/concursos-publicos/>

- Sobre as principais Unidades Estratégicas IFCE:  
Reitoria  
<http://ifce.edu.br/instituto/gabinete-do-reitor>  
Pró-reitorias:  
<http://ifce.edu.br/instituto/pro-reitorias>  
Diretorias Sistêmicas  
<http://ifce.edu.br/instituto/diretorias-sistemicas>  
Conselho e Órgãos Colegiados  
<http://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados>  
Unidade de Auditoria Interna:  
<http://ifce.edu.br/instituto/unidade-de-auditoria-interna>  
Avaliação Institucional  
<http://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/cpa>  
Principais Normativos e Documentos Institucionais  
<http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais>

Além disto, na página principal do *site* do IFCE na aba “Acesso à Informação”( <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao>) pode-se encontrar o rol das informações determinadas pela Lei de Acesso à Informação.

Neste link, no item “Auditorias”, há acesso aos Relatórios de Auditoria e de Gestão.

- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/auditorias>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/convenios>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/despesas>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/servidores>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes-1>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/sobre-a-lei-de-aceso-a-informacao>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/informacoes-classificadas>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/arquivos/carta-de-servicos-ao-cidadao-2017.pdf>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/processos-de-contas-anuais>

## 5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Instituto Federal do Ceará, através da Coordenadoria de Projetos Especiais, vem realizando ações de assessoramento aos campi sobre as temáticas da acessibilidade e diversidade em nossa instituição. Pensar em acessibilidade e diversidade significa mudanças de atitudes e criação de estratégias que viabilizem a inserção de pessoas com deficiência, negros, indígenas, quilombolas, dentre outros públicos em situação histórica de negação de direitos.

Referente a temática da acessibilidade existe na instituição a preocupação com a garantia da autonomia das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida além de um esforço na realização de trabalhos que promovam a quebra de barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais dentro de nossa instituição.

As ações iniciais em acessibilidade do IFCE, datadas em Abril/2005, oficializadas através da portaria nº 44/2005, de 20 de abril de 2005, da então Escola Agrotécnica Federal de Iguatu-CE, atual unidade componente do IFCE. O Núcleo desde sua origem tinha como proposta realizar ações de pesquisa necessárias nessa área e o atendimento às pessoas com deficiência dentro da instituição.

Nesse contexto, em 2013, foi institucionalizada uma Comissão Técnica para as Políticas de Acessibilidade no IFCE, como forma de melhor integrar e gerenciar ações na linha de Acessibilidade e Inclusão, consolidando-as e impulsionando a instituição a ser um Centro de Referência e Inovação

em Tecnologias Assistivas, sendo este considerado o 1º Encontro sobre acessibilidade no IFCE, realizado no campus Fortaleza.

No ano de 2014 foi realizado no campus de Acaraú o II Encontro dos Napnes com o objetivo de conscientizar os participantes sobre os principais tipos de deficiência, além de capacitá-los e orientá-los sobre o trabalho com os alunos com necessidades educacionais específicas.

Em 2015 foi aprovada a resolução 050.2015 que aprovou o Regulamento dos NAPNEs no IFCE e a portaria 509/ GR que instituiu a Comissão Técnica de Acessibilidade do IFCE para realizar diagnóstico sobre a acessibilidade dos campi e número de discentes com deficiência.

Os NAPNEs – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas objetivam criar uma cultura da “educação para convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais.

Dando seguimentos, as ações de qualificação dos trabalhos voltados para a acessibilidade no IFCE em 2016 foi realizado o III Encontro dos Napnes no campus de Canindé tendo como temática: Diversidade de saberes sobre Acessibilidade e os desafios para a inclusão. As palestras e as mesas redondas versaram sobre: a escola bilíngue para surdos; normatizações locais e nacionais sobre acessibilidade; estratégias metodológicas de ensino e avaliação da aprendizagem das pessoas com deficiência no ensino superior; altas habilidades e superdotação e as estratégias de inclusão; qualificação profissional e inclusão social; e relatos de experiência sobre as ações desenvolvidas pelos Napnes no IFCE. Ainda tivemos minicursos, apresentações culturais, vivências em salas temáticas e sensoriais e práticas de esportes adaptados.

Em 2017, o IV Encontro dos Napnes foi realizado no campus de Juazeiro do Norte com o tema Educação Inclusiva, Direitos, Saberes e Vivências elucidou-se a evolução em nossas apreensões sobre acessibilidade e os desafios para a consolidação do trabalho que vem sendo aprimorado ano a ano. As mesas redondas e as oficinas versaram sobre Direitos, Métodos de Avaliação para PCDs, Audiodescrição, Transtornos Psicológicos na aprendizagem, Adaptação Curricular, Lei de Cotas e Diretrizes para atuação dos Napnes, ademais de reflexão sobre instrumentais de trabalho nos Napnes e o regimento dos Núcleos.

Destaco que os relatórios de cada encontro estão disponíveis na página do IFCE no endereço <http://ifce.edu.br/proext/acessibilidade>, sendo, assim, documento público e de fácil acesso a quem interessar.

Para além destes encontros, a Coordenadoria de Projetos Especiais vem realizando um trabalho de assessoria aos *campi* em relação à implantação de Núcleos de modo que estes desenvolvam ações para a promoção do acesso, êxito e permanência de discentes com deficiência nos *campi*.

Hoje, a instituição possui 21 NAPNEs em funcionamento distribuídos em seus 32 Campi, além de um Centro de Equoterapia (Iguatu), um Centro de Formação de Instrutores e Treinadores de Cães-Guia (Limoeiro do Norte - Em implantação), um Núcleo de Tecnologia Assistiva e um grupo de pesquisa em Acessibilidade Virtual (Fortaleza), além de outras ações com visibilidade e impactos no âmbito institucional, local e nacional. Atualmente, tem-se 09 profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras que garantem a acessibilidade comunicacionais de pessoas surdas em nossos campus.

Vale destacar, sob dados do Q'acadêmico, que no semestre 2017.1 tivemos matriculados nos *campi* do IFCE 339 discentes que se autodeclararam com deficiência. Porém, é válido destacar que tal número precisa ser investigado para validação das informações considerando que algumas informações não observam as conceituações do que seria deficiência (principalmente deficiência visual). Assim, a Coordenadoria de Projetos Especial e a Comissão Técnica de Acessibilidade iniciaram em 2017 um trabalho de diagnóstico em cada campus para validação destas informações em relação ao número de discentes com deficiência, além de realizar um diagnóstico de acessibilidade nos *campi*.

Referente a temática da diversidade, desde o ano de 2015 que os *campi* do IFCE, sob orientação e assessoria da PROEXT, vem realizando ações de estudos e levantamento de dados populacionais para mapeamento de atividades e grupos ligados a povos afrobrasileiros e indígenas no Estado do Ceará através dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs)

Neste mesmo ano, com o objetivo de fomentar a criação dos Neabis nos *campi* do IFCE e assim possibilitar aos pretos, pardos, indígenas e quilombolas condições de acesso e permanência na instituição, bem como iniciar a aproximação com as comunidades desse público, foi realizado pela Pró-reitoria de Extensão, em parceria com os *campi* de Baturité e Caucaia e a Diretoria de Assuntos Estudantis do IFCE, o I Encontro para Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no IFCE-Campus Baturité em Junho/2015. As mesas redondas apresentaram discussões sobre os seguintes assuntos: identidade e diferenças étnicas, culturais, territoriais e suas estratégias de abordagem social; resistências, desafios e perspectivas no cenário indígena e quilombola no Ceará. O evento ainda promoveu apresentações culturais, troca de experiências entre os *campi*, trilha histórica na comunidade indígena Kanindé Aratuba e visita às comunidades quilombolas da Serra do Evaristo - Maciço de Baturité.

Dando seguimento, em novembro de 2016, o II Encontro foi realizado no IFCE - campus Caucaia objetivando fortalecer as ações dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) nos *campi* do IFCE e elaborar o Regimento para sua implementação institucional. As mesas redondas apresentaram discussões sobre cultura e educação indígena e quilombola e pertencimento étnico. Foram realizadas quatro oficinas com as seguintes temáticas: árvore dos afrosaberes, pintura corporal indígena, culinária e sustentabilidade, pano de pente e oficina de turbantes. Neste encontro, tivemos também vivência na comunidade indígena, momentos culturais, lançamento de livro e discussão de encaminhamentos do regimento dos Neabis.

Durante o ano de 2017, a coordenadoria trabalhou em cima dos encaminhamentos gerados em relação ao regimento, sendo este aprovado pelo Conselho Superior (CONSUP) do IFCE em 31 de julho de 2017. No referido ano, no mês de novembro, foi realizado o III Encontro no IFCE - campus Jaguaribe, apresentando mesa redonda sobre as Relações étnico-raciais e ações afirmativas: avanços e desafios para a educação. Tivemos Grupos de Discussão (GDs) com os temas: Cultura Juvenil Negra; Produção do conhecimento sobre relações étnico raciais; Gênero e Raça; Religiões de matrizes africanas; Práticas pedagógicas para atuação educacional com os povos indígenas. Além de, oficinas de Autoestima e Valorização da beleza negra; A arte de contar lendas e histórias Afro-brasileiras e Indígenas; Bonecas Abayomi; África e africanidades: sentidos e produção das máscaras africanas; Danças Africanas. Paralelo aos Grupos de Discussões houve um momento de diálogo entre coordenadores e gestores sobre o regimento e aprovação de instrumentais. As novas discussões e deliberações do regimento deverão passar pelo CONSUP agora em 2018, com vistas ao aprimoramento das ações, pautada em discussões coletivas com o público envolvido.

Destaco que os relatórios da cada encontro estão disponíveis na página do IFCE no endereço <http://ifce.edu.br/proext/acessibilidade>, sendo, assim, documento público e de fácil acesso a quem interessar.

Para além destes encontros, a Coordenadoria de Projetos Especiais vem realizando um trabalho de assessoria aos *campi* em relação à implantação de Núcleos de modo que estes desenvolvam ações para a promoção do acesso, êxito e permanência de discentes nos *campi*, assim como promoção de ações afirmativas sobre africanidade, Cultura Negra e História do Negro no Brasil, pautado na Lei no 10.639/2003 e nas questões indígenas, Lei nº 11.645/2008, e diretrizes curriculares que normatizam a inclusão das temáticas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão.

Vale destacar, sob dados do Q'acadêmico, que no semestre 2017.1 tivemos matriculados nos *campi* do IFCE 13.214 discentes que se autodeclararam como pretos, pardos e indígenas.

Atualmente, o IFCE possui 09 Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), com portaria aprovada, estando estes nos *campi* de Acaraú, Baturité, Boa Viagem, Fortaleza, Itapipoca, Jaguaribe, Maracanaú, Quixadá e Umirim. Na fase de implantação tem-se mais 06 *campi*, sendo estes Camocim, Cedro, Crateús, Juazeiro, Sobral e Tabuleiro do Norte.

Vale destacar que anualmente o PROEXT promove o lançamento do Edital PAPEX, que contempla as linhas de Educação e Direitos Humanos sendo possível os profissionais do *campi*, que trabalham com a temática da acessibilidade e diversidade, enviar projetos que ao ser aprovado é contemplado com um recurso de 7.000,00 (sete mil reais) para pagamento de bolsistas.

Em relação as políticas afirmativas de direitos, atualmente o IFCE trabalha de acordo com a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece que em cada instituição federal de ensino

superior ou ensino técnico de nível médio as vagas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

## **6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **6.1. Desempenho financeiro no exercício**

Foi evidenciado uma melhora de repasses de recursos financeiros durante o exercício 2017, em relação ao ano de 2016, para liquidações do orçamento próprio do IFCE.

Os repasses da conta de limite de saque com vinculação de pagamento, conta 111122001, nas fontes 0112000000 e 0100000000, vinculação 400, por parte da Secretaria de Planejamento e Orçamento, aconteceram, em sua maioria, duas vezes por mês, abrangendo a média de 75% (setenta e cinco por cento) das liquidações da rede IFCE. Em alguns momentos, foram repassados 100% (cem por cento) da fonte 0100000000 – assistência estudantil.

Em 2017, as dificuldades maiores, continuaram sendo nos repasses relacionados as fontes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) - fonte 0112915082 – oriundos dos Termos de Descentralização de Créditos (TEDs) cadastrados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação. Também ficou evidente problemas nos repasses de Emendas Parlamentares - vinculação 405.

Os repasses de Emendas Parlamentares ocorreram em maio, julho, novembro e dezembro de 2017, mas em nenhum momento foi atendido na totalidade das liquidações. Em dezembro foi enviado apenas de uma Emenda do Deputado Ariosto Holanda, deixando pendências em outras Emendas, citando como exemplo as do Deputado Danilo Forte, no valor de R\$ 52.800,00 para o Campus Caucaia e no valor de R\$ 8.754,75 para o Campus Umirim.

As transferências descentralizadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES são sempre muito constantes em relação aos repasses financeiros. O mesmo acontece com os repasses do FNDE – Merenda Escolar – fonte 0118033907 – vinculação 499, sempre houve um fiel cumprimento aos pagamentos das notas fiscais na data de seu vencimento.

### **6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

a) se está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

Essa UPC está aplicando parcialmente os dispositivos contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

b) justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

A apropriação de valor dos ativos é complexa, necessitando de tempo, recursos humanos e tecnológicos. Com a implantação da macrofunção SIAFI 020330 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, nosso sistema de controle patrimonial tornou-se defasado, criando um grande desafio para a gestão: desenvolver um novo sistema que atendesse às novas exigências. A falta de programas patrimoniais, disponíveis no mercado para nossa referência, a escassez de força de trabalho para capacitar tanto em TI, como na área de patrimônio e a alta rotatividade de servidores nos campi, complicou as atividades. Além disso, a nossa UPC passou por um processo de expansão. Entre 2013 e 2016 foram criados 20 novos campi, alocando a força do nosso corpo funcional na abertura dessas novas UPC.

A Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação da Reitoria implantou o módulo de gestão patrimonial, no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), inclusive com as funcionalidade de Depreciação dos bens registrados. Todavia, a plataforma ainda passa por ajustes em outras funcionalidades. Foram criadas comissões de inventário e reavaliação/redução dos bens móveis e imóveis, a fim de que o Setor de Contabilidade em conjunto com o Setor de Patrimônio, tenham uma fiel referência para que os ajustes e registros necessários evidenciem exatamente o real patrimônio da instituição. Passando essas etapas, será aplicada a depreciação e amortização dos ativos adquiridos, seguindo as orientações contidas no Manual SIAFI, sob o código 020330.

No exercício de 2018, estimamos que os inventários de todos os campi sejam concluídos e que até o final do exercício possamos contabilizar as depreciações e amortizações.

c) metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

Será utilizada a metodologia que está definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

d) metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

Será utilizada a metodologia que está definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

e) taxas utilizadas para os cálculos;

Serão utilizadas as taxas a seguir:

<b>CÓD. CONTA</b>	<b>DESCRIÇÃO DA CONTA</b>	<b>Vida Útil (anos)</b>	<b>Valor Residual</b>
12311.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	20%
12311.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	10	10%
12311.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12311.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
12311.01.10	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	10%
12311.01.11	EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS	10	10%
12311.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10%
12311.01.13	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15	10%
12311.01.14	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30	10%
12311.01.15	EQUIPAM PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	30	10%
12311.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
12311.01.17	EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA		
12311.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
12311.01.19	EQUIPAMENT DE PROTECAO E VIGILANCIA AMBIENTAL	10	10%

12311.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	10	10%
12311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
12311.01.23	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS CONSTRUCAO CIVIL	20	10%
12311.01.24	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	10	10%
12311.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12311.01.99	OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12311.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.03.04	UTENSILIOS EM GERAL	10	10%
12311.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
12311.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
12311.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10%
12311.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO		
12311.04.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDATICOS	10	10%
12311.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN	10	10%
12311.05.01	VEICULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.02	VEICULOS FERROVIARIOS	30	10%
12311.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10%
12311.05.04	CARROS DE COMBATE	30	10%
12311.05.05	AERONAVES		
12311.05.06	EMBARCACOES		
12311.09.00	ARMAMENTOS	20	15%
12311.10.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
12311.99.04	ARMAZENS ESTRUTURAIS- COBERTURAS DE LONA	10	10%
12311.99.09	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%

f) metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Os critérios e procedimentos aplicados estão definidos a seguir:

- Disponibilidades - São mensuradas ou avaliadas pelo valor original.
- Créditos em Circulação - Os direitos referentes a Créditos em Circulação são mensurados ou avaliados pelo valor original.
- Bens e Valores em Circulação - São mensurados ou avaliados pelo valor original.

- Estoques - Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques foi o método PEPS (Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai), considerando o custo histórico dos materiais. A partir de outubro de 2016 passamos a utilizar o método Custo Médio Ponderado.
- Depósitos e Créditos Realizáveis a Longo Prazo - São mensurados ou avaliados pelo valor original.
- Imobilizado - O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.
- Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito é considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.
- Intangível - Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.
- Qualquer outro gasto é reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.
- Depósitos e Obrigações em Circulação - Os Depósitos e Obrigações em Circulação são mensurados ou avaliados pelo valor original. Não é realizada a Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.

Visto que houve apenas o registro parcial da depreciação e amortização do Ativo, ocasionou-se a apuração de um resultado superestimado no exercício em 2017.

### **6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

Nossa UPC não dispõe de sistema próprio de apuração de custos no âmbito da unidade. Nossas consultas relacionadas à geração de informação de custos são realizadas através de relatórios criados pelo Tesouro Gerencial.

Sendo assim, este órgão não se enquadra nas orientações constante na Portaria STN 157, de 09 de março de 2011 e Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011.

Alem disso, segundo consulta realizada no site:

[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Sistema\\_Informacao\\_custos/como\\_acessar.asp](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Sistema_Informacao_custos/como_acessar.asp),

*“o acesso ao SIC está restrito a servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da administração pública federal, ou indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal. Portanto, não engloba a nossa UPC.”*

### **6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

Percebemos que não há necessidade de publicação na internet das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP do nosso Órgão por entendermos que são demonstrativos de

conteúdo meramente técnico e de difícil entendimento por parte das pessoas que não tem o conhecimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Acreditamos ser mais eficiente e didático, que nos casos de consulta pública da execução orçamentaria, financeira e patrimonial, deve-se utilizar o Portal da Transparência ou a utilização da Lei de Acesso a Informação – LAI para que seja dada uma resposta customizada ao agente demandante da informação.

Outrossim, segue-as em anexo, em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as nossas DCASP obrigatórias referente ao exercício de 2017. As eventuais ressalvas constarão na Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI, item 15.5 deste Relatório de Gestão.

## 7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Os acórdãos do TCU são recebidos pelo Magnífico Reitor, o qual, a depender da natureza das determinações contidas na decisão, determina pessoalmente as providências que reputa convenientes e encaminha aos setores envolvidos para a execução da decisão.

No ano de 2017, dos 84 (oitenta e quatro) acórdãos proferidos pelo TCU, 02 (dois) deles registraram recomendações (em fase de atendimento), a saber:

1) ACÓRDÃO Nº 8357/2017 - TCU – 1ª Câmara determinando que o IFCE, relativamente às interessadas Antonia Noemi da Silva Pinto (360.872.463-04); Elisabete Pinheiro da Silva (315.123.053-91);

1.1 cessasse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados e comunicasse ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU, 8º, **caput**, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, **caput**, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.2. emitisse novos atos, livres da irregularidades, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.3. informasse às interessadas o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhes que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, enviasse ao TCU documento comprobatório de que as interessadas cujos atos foram impugnados estão cientes da presente deliberação;

2) ACÓRDÃO Nº 11128/2017 - TCU – 1ª Câmara dando ciência ao IFCE sobre a importância de estipular nos futuros editais de pregões, a fim de garantir maior clareza em suas regras, cláusulas restritivas à apresentação de propostas sem detalhamento do objeto ou que utilizem, em sua descrição, expressões como “conforme as especificações do edital” ou outras semelhantes, que não permitam identificar as características do produto cotado, bem como inclua cláusulas restritivas à inclusão das informações de Marca, Fabricante e Modelo/Versão em campo inadequado, prevendo expressamente que propostas nessas condições serão recusadas pelo proleitor.

O primeiro foi encaminhado para a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) para execução das determinações do Tribunal e o segundo foi encaminhado à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP) para que cada uma das pró-reitorias executassem os encaminhamentos de suas respectivas esferas de competência.

Os quadros a seguir contêm informações sobre as determinações e recomendações feitas em processo de contas ainda não atendidas com as respectivas justificativas.

### Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 027.089/2016-9	3712/2017 2ª Câmara	1.7.1		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ./ Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP)				
Descrição da determinação/recomendação				
Adotar as providências indicadas nos incisos I, II e III do art. 15 da Instrução Normativa/TCU n. 71/2012				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>O processo foi enviado à AGU, Procuradoria Federal junto ao IFCE para inscrição na dívida ativa da União em 24/07/2017. Em 20/12/2017, a AGU, Procuradoria Federal junto ao IFCE, encaminha o processo à PROAP/DIRAD solicitando a atualização dos créditos para continuação do feito. Considerando a proximidade do fim do exercício de 2017, a Diretoria de Administração/PROAP adotou providências de atualização da dívida no início do exercício de 2018, assim como aguarda a inscrição na dívida ativa da união para, somente após, executar as providências indicadas nos incisos I, II e III do art. 15 da Instrução Normativa/TCU n. 71/2012.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
<b>TC-022.456/2017-1</b>	8357/2017	1.7		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ./ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.1. Interessados: Antonia Noemi da Silva Pinto; Elisabete Pinheiro da Silva.  1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.  1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.  1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.  1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) .  1.6. Representação legal: não há.  1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará que:  1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, <b>caput</b>, do Regimento Interno do TCU, 8º, <b>caput</b>, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, <b>caput</b>, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;  1.7.2. emita novos atos, livres da irregularidade apontada, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias,</p>				

nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.3. informe às interessadas o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhes que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que as interessadas cujos atos foram impugnados estão cientes da presente deliberação;

**Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas**

Ofício enviado por e-mail e SEDEX para cientificar as pensionistas. Aguarda-se parecer de força executória para cadastramento dos processos no Sistema SIGAC e prosseguimento do feito.

**Caracterização da determinação/recomendação do TCU**

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 018.946/2009-2	5954/2012-1ª Câmara	9.8.13	Ofício nº2116/2012-TCU/SECEX-CE de 20/11/2012	

**Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ./ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

**Descrição da determinação/recomendação**

Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE que, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa quando cabíveis adote medidas com vistas à avaliar a correção do valor restituído pela servidora [...] (matrícula 426375) referente ao recebimento a maior de substituição de função no período de janeiro a dezembro/03, efetuando, nos termos do art.46 da Lei 8.112/1990, os ajustes eventualmente necessários.

**Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas**

O IFCE promove análise da situação com o setor competente e encaminhou ao setor de pagamento para verificação dos cálculos.

**Caracterização da determinação/recomendação do TCU**

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida
TC 018.946/2009-2	5954/2012-1ª Câmara	9.8.15	Ofício nº 2116/2012-TCU/SECEX-CE de 20/11/2012

**Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ./ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

**Descrição da determinação/recomendação**

Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE que, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa quando cabíveis, adote medidas com vistas à regularização e integral reposição ao erário dos valores indevidamente recebidos pelos professores referenciados no item 9.4.16 do acórdão 46/2008-TCU-2ª Câmara, relativos à diferença entre a remuneração do cargo de professor em regime de dedicação exclusiva e a do mesmo cargo em regime de tempo integral.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas	
Servidor	Situação
Antônio Themoteo Varela	Foi implantada devolução ao erário no mês de dezembro de 2008, suspensão em fevereiro de 2009 por força de liminar concedida pela Justiça Federal do Ceará. Suspensão mantida em sede de Acórdão proferido pelo TRF 5ª Região, Ação nº 2009.81.00.000046-1/01.
Anáxagoras Maia Girão	Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em abril de 2009 (vide anexo) Obs: planilha com valores a ser descontados foi refeita, sendo feito o cálculo pela diferença 40 h x DE, resultado em valor final a menor.
João Batista Bezerra Frota	Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em abril de 2009 (vide anexo) Obs: planilha com valores a ser descontados foi refeita, sendo feito o cálculo pela diferença 40 h x DE, resultado em valor final a menor.
Joacillo Luz Dantas	Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em dezembro de 2008 (vide anexo)
Evaldo Correia Mota	Retorno da devolução ao erário em julho de 2010, concluído em outubro de 2010, tendo por base Acórdão TRF 5ª Região (vide anexo) Ação nº 2009.81.00.000055-2.
Gilmar Lopes Ribeiro	Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em abril de 2009 (vide anexo)
José Luciano Pimentel Edson da Silva Almeida Iza de Fátima Albuquerque Francisco Edmar V. Pereira	Devolução iniciada em agosto de 2008, concluída em dezembro de 2009, valores incidentes sobre a pensão da Sra. Aldemize Oliveira Pimental. Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em agosto de 2009 (vide anexo) Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em maio de 2008 (vide anexo) Devolução ao erário iniciada em outubro de 2008 e concluída em junho de 2009; o servidor impetrou MS nº 2008.81.00.015464-2, entretanto, até a data final da devolução, e mesmo desta, não fomos notificados de qualquer

	liminar, sentença que venha determinar a devolução do total que foi recolhido.
--	--

**PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS OBTIDOS**

PROCESSO	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	RESSARCIMENTO AO ERÁRIO	SITUAÇÃO
23045.001700/2008-66	-	R\$ 7.316,38 (valor devido em nova planilha de cálculos)	Servidor ressarciu R\$ 2.488,67 (nos meses dezembro de 2008 e janeiro de 2009 R\$ 784,02 e no mês de fevereiro de 2009 R\$ 920,63). Ressarcimento suspenso por decisão judicial. Último movimento conforme sitio TRF 5º Região: Em 27/11/2014 13:33 Remetidos os Autos (processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ). Mantendo suspensa a devolução ao erário no valor de R\$ 5.748,34 9 (cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro reais);
23255.054793/2016	R\$ 317,40	-	Encaminhado

-66 Anexado ao processo n° 23045.001702/2008 -55			para instrução do processo de Exercício Anterior
23255.054774/2016 -30 Anexado ao processo n° 23045.001701/2008 -19	R\$ 195,91	-	Encaminhado para instrução do processo de reconhecimento de dívida.
23255.054819.2016 -76 Anexado ao processo n°23045.001703/20 08-08	-	R\$ 1.421,70	Ressarcimento do valor de R\$ 1.421,70 implantado na folha de março 2017.
23255.054804.2016 -16	R\$ 1.281,88	-	Servidor ressarcuiu o valor de R\$8.500, mas só era devido o valor de R\$ 7.218,12. Servidor notificado de processo de reconhecimento de dívida. Processo judicial (0000306- 25.2009.4.05.81 00/01) Transitado em julgado. Processo arquivado no assentamento funcional do servidor.
23255.054813/2016 -07	R\$ 1.592,79	-	Encaminhado para instrução do processo de Exercício Anterior
23045.001699/2008 -70		R\$ 3.091,46	Ressarcimento dos valores de

			R\$ 786,19 (nos meses de julho, agosto e setembro de 2010) e de R\$ 732,89 (no mês de outubro de 2010) totalizando R\$ 3.091,46. Processo arquivado na pasta funcional do servidor.
23045.003028/2008-43	-	R\$ 5.779,29 (valor devido em nova planilha de cálculo)	Valor Ressarcido R\$ 5.600 (nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2008 e janeiro de 2009 R\$ 625,34, fevereiro a maio de 2009 R\$ 714,72 e junho de 2009 R\$ 237,52). Último movimento conforme sitio TRF 5º Transitado em julgado. Processo arquivado no assentamento funcional do servidor.
23045.003029/2008-98	-	R\$ 479,63	Ressarcimento do valor de R\$ 479,63 no mês de janeiro de 2017. Processo arquivado na pasta funcional do servidor.
			Servidor ressarciu o valor de R\$ 5.669,85 (referente a diferença de DE

			x 40hs no período de 31 de janeiro a 03 de setembro de 2002) implantado a partir da folha de janeiro de 2006	
--	--	--	--	--

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 018.946/2009-2	5954/2012-1ª Câmara	9.9.1	Ofício nº 2116/2012-TCU/SECEX-CE, de 20/11/2012	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ./ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE da necessidade de observar o prazo estabelecido no §2º do art.12 da IN/TCU55/2007, para o cumprimento das diligências efetuadas pelo Controle Interno.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Ocorreram dificuldades durante o ano de 2015 e 2016 que atrapalharam o cumprimento da IN e regularização dos passivos, uma vez que tem crescido o número de aposentadorias, procura pelos aposentados e pensionistas para regularização de cadastro. Para sanear as pendências foi alterado os fluxos e acrescentada uma servidora para os atendimentos dos aposentados e ou em via de aposentadoria.				

## 7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Ao longo dos anos, o IFCE tem acolhido os órgãos de controle interno, CGU e externo, TCU, em seus misteres, quer seja auditando as ações da gestão, recomendando ou solicitando informações.

Todas as demandas têm recebido tratamento, muitas delas, com atendimento imediato às recomendações, outras, pela natureza da ação exigida, necessitam de lapso mais extenso para o atendimento pleno; mas, todas recebem manifestação, ora explicando-se o que de fato ocorreu, ora mostrando-se o que iria ser implementado para a correção ou modificação da ação gestora.

Desde o exercício passado (2016), o IFCE, mediante entendimentos com seus órgãos internos, realinhou seus métodos de trabalho para que o registro das manifestações de resposta às demandas do controle fosse efetivo, diretamente no sítio da CGU.

A dinâmica do tratamento das recomendações, antes suportada apenas pelo Departamento de Correição e Controle do IFCE, que conta com apenas 1 (um) servidor e que gerou a movimentação deficiente do sistema e das recomendações, passa por alteração de fluxo no exercício de 2018, para que cada área envolvida fique responsável pelo recebimento e tratamento direto às recomendações do órgão de controle interno, o que minimizará, senão impossibilitará, a defasagem na movimentação do Sistema CGU-MONITOR e, conseqüentemente, diminuirá o tempo para o atendimento às recomendações da OCI. A proposta para a adoção do novo fluxo, de iniciativa do Departamento de Correição e Controle em conjunto com a Auditoria Interna, foi acolhida por quase todas as áreas envolvidas na governança do IFCE, à exceção apenas da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP) que resiste ao novo modelo até a data da elaboração deste relatório, sem declinar os motivos de sua recusa para o envolvimento direto nas movimentações no Sistema CGU-MONITOR e no tratamento às recomendações do órgão de controle interno.

Até o final do exercício de 2017, a CGU não havia enviado nenhuma nova recomendação. O IFCE contabiliza 151 (cento e cinquenta e uma) recomendações em monitoramento, das quais 42 (quarenta e duas) aguardam análise da CGU quanto à declaração de seu atendimento.

As demais recomendações estão em fase de atendimento e/ou em análise das providências a serem implementadas, conforme planilhas extraídas do Sistema CGU-Monitor abaixo.

Finalizando o quesito 2 deste formulário, destaca-se que, em geral, todas as recomendações atendidas indicam impactos positivos porque contribuem para o gerenciamento de riscos da entidade.

<b>Unidade Gestora</b>	<b>Recomendações Atendidas</b>	<b>Recomendações Em Monitoramento</b>	<b>Recomendações Em Outras Situações</b>	<b>Recomendações Em Monitoramento e Em Análise CGU</b>	<b>Recomendações Em Monitoramento e Aguardando Providências Gestor</b>
158133 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	124	151	5	42	109

Dados da Recomendação				Situação da Recomendação ao Final do Período de Referência
ID	Unidade Gestora	Categorias	Data de Envio	
9125	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	27/09/2013	Monitorando
9126	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	27/09/2013	Monitorando
16343	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	14/05/2012	Monitorando
19121	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	01/09/2010	Monitorando
19125	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	01/09/2010	Monitorando
19355	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	01/09/2010	Monitorando
20028	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações - Atuação junto a outros Órgãos	05/12/2011	Monitorando
20029	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações - Atuação junto a outros Órgãos	05/12/2011	Monitorando
33083	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/12/2011	Monitorando
33084	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/12/2011	Monitorando
33085	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/12/2011	Monitorando
53139	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
53589	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
60847	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
60850	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
60866	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
60867	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
60868	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
61196	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
61197	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
61198	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
62497	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando



113036	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	14/05/2012	Monitorando
118227	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118231	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118247	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118251	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118264	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118271	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118400	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118401	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118405	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118408	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118409	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
130702	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130703	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130704	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130705	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130706	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130707	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130708	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130709	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130710	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130711	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130712	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130713	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130714	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando



130742	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130743	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130744	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130745	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130746	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130747	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130748	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130749	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130750	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130751	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
132089	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	03/11/2014	Monitorando
132091	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	03/11/2014	Monitorando
132095	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	26/10/2010	Monitorando
132108	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	03/11/2014	Monitorando
132180	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132181	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132183	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132184	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações - Atuação junto a outros Órgãos	03/11/2014	Monitorando
132185	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132186	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132190	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132191	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132286	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
161799	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161800	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando



166706	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando
166707	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando
166708	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações - Atuação junto a outros Órgãos	06/10/2016	Monitorando
166709	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando
166710	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando
166711	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando

### 7.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No exercício de 2017, não houve no IFCE, nenhum processo de ressarcimento de danos ao erário, porém, o TCU proferiu o ACÓRDÃO 10244/2017 - PRIMEIRA CÂMARA, referente à TCE Processo nº 022.430/2016-4 determinando o arquivamento dos autos, em razão da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI e 212 do Regimento Interno do TCU.

O IFCE adota sistema descentralizado para a apuração de ilícitos administrativos de modo que cada unidade (*campus*) detém autonomia para apurar os desvios administrativos cometidos por seus servidores. O Departamento de Correição e Controle, órgão de assessoramento da Reitoria, presta suporte e auxílio na condução das atividades disciplinares. Todavia, a estrutura permanece com composição deficitária, contando com apenas um servidor para a execução de todos os trabalhos da pasta.

### 7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A UPC, quando da elaboração de seus instrumentos convocatórios, projetos básicos e contratos, sempre observou o disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993. Neste ponto específico, cabe frisar que os documentos pertinentes à realização de compras e contratações são baseados nos modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União – AGU. Portanto, os textos destes documentos, ao tratar sobre a forma como a Administração realizará o pagamento de suas despesas, sempre teve o zelo de informar que o período máximo para a liquidação e pagamento das obrigações contratadas é de até 30 (trinta) dias – com exceção ao que regra o art. 5º-A da referida Lei –, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal ao setor responsável pela gestão financeira da UPC. Frisa-se que o período anteriormente informado vai ao encontro do que é estabelecido na alínea “a”, inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/1993.

Entretanto, cumpre destacar que o repasse de financeiro tem ocorrido apenas uma vez por mês, após o pagamento da folha de pessoal, de forma parcial ao total solicitado e considerando somente as despesas liquidadas até o dia 20 do mês anterior. A gestão da UPC tem adotado o critério de pagar as notas fiscais mais antigas, mas, como estes repasses não ultrapassam, em média, 30% do total de despesas liquidadas, tem-se realizado solicitações emergenciais, mensalmente, com o intuito de reduzir o volume de despesas a pagar, buscando cumprir o cronograma de pagamentos.

### 7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Em 2017 não foram realizadas desonerações em contratos, sendo que essas iniciativas foram tomadas em anos anteriores. Portanto, segue abaixo o quadro sintético com os contratos que sofreram alterações em virtude da desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012:

<b>Contrato nº</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Objeto</b>	<b>Vigência</b>	<b>Situação contratual à época da desoneração</b>	<b>Medida adotada</b>	<b>Redução do valor contratual</b>
077/2013	10.485.488/0001-48	Execução de Obra de Engenharia para Construção do anexo do campus Aracati	07/10/2013 a 10/01/2016	Vigente à época da desoneração	Aditivo de supressão contratual	227.809,66
078/2013	05.017.281/0001-09	Execução de Obra de Engenharia para Construção do campus Horizonte	07/10/2013 a 20/03/2018	Vigente à época da desoneração	Aditivo de supressão contratual	215.387,20
079/2013	35.246.560/0001-05	Execução de Obra de Engenharia para Construção do campus Paracuru	07/10/2013 a 25/11/2016	Vigente à época da desoneração	Aditivo de supressão contratual	234.590,42
080/2013	04.306.670/0001-91	Execução de Obra de Engenharia para Construção do campus Maranguape	07/10/2013 a 05/08/2016	Vigente à época da desoneração	Aditivo de supressão contratual	228.241,18

083/2013	03.465.537/0001-15	Execução de Obra de Engenharia para Construção do campus Boa Viagem	11/10/2013 a 25/02/2016	Vigente à época da desoneração	Aditivo de supressão contratual	227.917,91
----------	--------------------	---	-------------------------	--------------------------------	---------------------------------	------------

## 7.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

<b>Quadro – Despesas com Publicidade</b>			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	12.363.2080.20RL.0023	41.360,00	0,00
Legal		591.119,68	499.347,52
Mercadológica		-	-
Utilidade pública		10.125,90	10.125,90
<b>Fonte: SIAFI , dados extraídos em 16/01/2018</b>			



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**  
**REITORIA**  
**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **DECLARAÇÃO**

Instados a fazer uma **análise circunstanciada sobre os principais resultados de suas ações de publicidade e propaganda**, o Departamento de Comunicação Social da Reitoria (DCS), em parceria com os *campi*, na qualidade de utilizador do campo **utilidade pública**, que visa divulgar, principalmente, os serviços e cursos prestados pelo IFCE, a fim de dar visibilidade às ações institucionais perante a sociedade, **declara que essas ações atendem aos fins estabelecidos.**

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2018.

  
**ANTONIO JOSÉ PESSOA DE ALENCAR**  
Chefe do Departamento de Comunicação Social  
SIAPE Nº 1954100 - IFCE

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a Publicidade Institucional inerente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) faz-se mediante contrato com a Imprensa Nacional, em caráter exclusivo, imprescindível para que, na qualidade de órgão público, possamos dar transparência aos atos administrativos, observando fielmente os princípios da publicidade e da moralidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Destacamos que, no ano de 2017, o IFCE empenhou o valor de R\$ 591.119,68 (quinhentos e noventa e um mil, cento e dezenove reais e sessenta e oito centavos) para custear este serviço, entretanto o valor efetivamente pago ficou na ordem de R\$ 499.347,52 (quatrocentos e noventa e nove mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) cujas ações resultantes atenderam aos fins pretendidos.

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2018.



Lidiane Freitas da Costa  
**Coordenadora de Documentos e Arquivos**

Lidiane Freitas da Costa  
Coordenadora de Documentos e Arquivos  
Mat. SIAPE nº 1794815



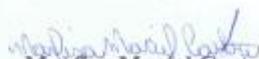
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins, que a publicidade legal inerente as atividades do Instituto Federal do Ceará - Reitoria, faz-se mediante contrato 012/2017 junto a Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, com o objetivo de atender a determinação constante no Inciso VII, Artº 8 da Lei Nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Através deste instrumento contratual, este Instituto aplica a publicidade legal prevista no Artº 17 da Lei 5.450/2005, bem como no Artº 21 da Lei 8.666/1993, procedendo com a publicação de avisos e editais de licitação em jornais de grande circulação.

No exercício de 2017, todo o IFCE empenhou o valor de R\$ 629.857,57 (seiscentos e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), tendo efetivamente despendido o valor R\$ 531.560,50 (quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta centavos) as publicações legais suportadas pela Imprensa Nacional e Empresa Brasileira de Comunicação.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2018.

  
**Marfisa Maciel Castro**

Administradora – CRA nº 11.743  
Diretora de Administração  
DIRAD/PROAP/IFCE

**7.7. Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005**

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação	Afixação em local visível junto à Secretaria de alunos das informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1128029	Acaraú	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/acarau/menu/cursos/superiores/licenciatura/biologia/pdf/ppc-ciencias-biologicas-acarau.pdf/view">http://ifce.edu.br/acarau/menu/cursos/superiores/licenciatura/biologia/pdf/ppc-ciencias-biologicas-acarau.pdf/view</a>	Sim
FÍSICA	5000136	Acaraú	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/acarau/menu/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/curso-superior-de-licenciatura-em-fisica-c-nova-matriz-p-pedag-ifce-acara.pdf/view">http://ifce.edu.br/acarau/menu/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/curso-superior-de-licenciatura-em-fisica-c-nova-matriz-p-pedag-ifce-acara.pdf/view</a>	Sim
QUÍMICA	1399536	Aracati	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/aracati/menu/cursos-em-aracati-2/licenciatura-em-quimica">http://ifce.edu.br/aracati/menu/cursos-em-aracati-2/licenciatura-em-quimica</a>	Sim
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	1335739	Baturité	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/baturite/menu/cursos/superiores/licenciatura/licenciatura-em-letras/pdf/projeto-pedagogico-do-curso-de-letras.pdf/view">http://ifce.edu.br/baturite/menu/cursos/superiores/licenciatura/licenciatura-em-letras/pdf/projeto-pedagogico-do-curso-de-letras.pdf/view</a>	Sim
QUÍMICA	1403609	Boa Viagem	Sim	<b>Página em implantação</b>	Sim
QUÍMICA	1335623	Camocim	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/camocim/menu/cursos/superiores/licenciatura/quimica/pdf/ppc_quimica.pdf">http://ifce.edu.br/camocim/menu/cursos/superiores/licenciatura/quimica/pdf/ppc_quimica.pdf</a>	Sim
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	1335611	Camocim	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/camocim/menu/cursos/superiores/licenciatura/letras/pdf/ppc-letras-camocim-ok.pdf">http://ifce.edu.br/camocim/menu/cursos/superiores/licenciatura/letras/pdf/ppc-letras-camocim-ok.pdf</a>	Sim
MATEMÁTICA	1160182	EAD/Não se aplica	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/ead/menu/cursos/graduacoes/matematica/pdf/projeto-pedagogico-matematica-uab-2012-1.pdf/view">http://ifce.edu.br/ead/menu/cursos/graduacoes/matematica/pdf/projeto-pedagogico-matematica-uab-2012-1.pdf/view</a>	Sim

MATEMÁTICA	1160979	Canindé	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/caninde/menu/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/ppc_matematica_caninde.pdf/view">http://ifce.edu.br/caninde/menu/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/ppc_matematica_caninde.pdf/view</a>	Sim
EDUCAÇÃO FÍSICA	5000139	Canindé	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/caninde/menu/cursos/superiores/licenciatura/edfisica/menu-lateral/pdf/projeto-politico-pedagogico-educacao-fisica-jan-2016.pdf">http://ifce.edu.br/caninde/menu/cursos/superiores/licenciatura/edfisica/menu-lateral/pdf/projeto-politico-pedagogico-educacao-fisica-jan-2016.pdf</a>	Sim
FÍSICA	1399546	Cedro	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/cedro/campus_cedro/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/ppc-lic-de-fisica-cedro-dez2016.pdf/view">http://ifce.edu.br/cedro/campus_cedro/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/ppc-lic-de-fisica-cedro-dez2016.pdf/view</a>	Sim
MATEMÁTICA	85320	Cedro	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/cedro/campus_cedro/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/ppc-matematica">http://ifce.edu.br/cedro/campus_cedro/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/ppc-matematica</a>	Sim
MATEMÁTICA	5000138	Crateús	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/crateus/menu/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/ppc_licenciatura-em-matematica.pdf/view">http://ifce.edu.br/crateus/menu/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/ppc_licenciatura-em-matematica.pdf/view</a>	Sim
LETRAS	1180209	Crateús	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/crateus/menu/cursos/superiores/licenciatura/letras/pdf/projeto_pedagogico_de_letras____2015_pdf.pdf/view">http://ifce.edu.br/crateus/menu/cursos/superiores/licenciatura/letras/pdf/projeto_pedagogico_de_letras____2015_pdf.pdf/view</a>	Sim
FÍSICA	1292731	Crateús	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/crateus/menu/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/ppc_licenciatura-em-fisica_2014.pdf/view">http://ifce.edu.br/crateus/menu/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/ppc_licenciatura-em-fisica_2014.pdf/view</a>	Sim
GEOGRAFIA	419776	Crateús	Sim	<b>Página em implantação</b>	Sim
TEATRO	120082	Fortaleza	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/teatro/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-teatro.pdf/view">http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/teatro/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-teatro.pdf/view</a>	Sim
MATEMÁTICA	63383	Fortaleza	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-matematica.pdf/view">http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-matematica.pdf/view</a>	Sim
ARTES VISUAIS	120080	Fortaleza	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/artes-visuais/pdf/projeto-pedagogico-artes-visuais.pdf/view">http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/artes-visuais/pdf/projeto-pedagogico-artes-visuais.pdf/view</a>	Sim

FÍSICA	63381	Fortaleza	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/projeto-da-licenciatura-em-fisica-revisado-em-2012.pdf/view">http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/projeto-da-licenciatura-em-fisica-revisado-em-2012.pdf/view</a>	Sim
GEOGRAFIA	419627	Iguatu	Sim	<b>Página em implantação</b>	Sim
QUÍMICA	5000146	Iguatu	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/iguatu/campus_iguatu/cursos/superiores/licenciatura/licenciatura-em-quimica/pdf/projeto-pedagogico-quimica-campus-iguatu.pdf/">http://ifce.edu.br/iguatu/campus_iguatu/cursos/superiores/licenciatura/licenciatura-em-quimica/pdf/projeto-pedagogico-quimica-campus-iguatu.pdf/</a>	Sim
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1126104	Jaguaribe	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/jaguaribe/menu/cursos/superiores/licenciatura/biologia/pdf/projeto-pedagogico-biologia.pdf/view">http://ifce.edu.br/jaguaribe/menu/cursos/superiores/licenciatura/biologia/pdf/projeto-pedagogico-biologia.pdf/view</a>	Sim
EDUCAÇÃO FÍSICA	89472	Juazeiro do Norte	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/cursos/superiores/licenciatura/educacaofisica/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-educacao-fisica.pdf/view">http://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/cursos/superiores/licenciatura/educacaofisica/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-educacao-fisica.pdf/view</a>	Sim
MATEMÁTICA	84374	Juazeiro do Norte	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-matematica.pdf/view">http://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-matematica.pdf/view</a>	Sim
EDUCAÇÃO FÍSICA	5000802	Limoeiro do Norte	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/limoeirodonorte/campus_limoeiro/cursos/licenciatura-em-educacao-fisica">http://ifce.edu.br/limoeirodonorte/campus_limoeiro/cursos/licenciatura-em-educacao-fisica</a>	Sim
QUÍMICA	120084	Maracanaú	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/maracanau/menu/cursos/superiores/licenciatura/Quimica/pdf/projet_oficial_c_1_quimica.pdf/view">http://ifce.edu.br/maracanau/menu/cursos/superiores/licenciatura/Quimica/pdf/projet_oficial_c_1_quimica.pdf/view</a>	Sim
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1403536	Paracuru	Sim	<b>Página em implantação</b>	Sim
GEOGRAFIA	1364469	Quixadá	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/quixada/campus_quixada/cursos/superiores/licenciatura/geografia/copy_of_menu-lateral/projeto-pedagogico">http://ifce.edu.br/quixada/campus_quixada/cursos/superiores/licenciatura/geografia/copy_of_menu-lateral/projeto-pedagogico</a>	Sim
QUÍMICA	120078	Quixadá	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/quixada/campus_quixada/cursos/superiores/licenciatura/licenciatura-quimica/pdf/ppc_quimica.pdf/view">http://ifce.edu.br/quixada/campus_quixada/cursos/superiores/licenciatura/licenciatura-quimica/pdf/ppc_quimica.pdf/view</a>	Sim
FÍSICA	1128229	Sobral	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/sobral/arquivos/ppc-fisica-revisado-e-aprovado_janeiro-2016.pdf/view">http://ifce.edu.br/sobral/arquivos/ppc-fisica-revisado-e-aprovado_janeiro-2016.pdf/view</a>	Sim

FÍSICA	1127582	Tianguá	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/tiangua/campus_tiangua/cursos/superiores/licenciatura/Fisica/pdf/projeto_-curso-de-fisica-25_para_sit-1.pdf/view">http://ifce.edu.br/tiangua/campus_tiangua/cursos/superiores/licenciatura/Fisica/pdf/projeto_-curso-de-fisica-25_para_sit-1.pdf/view</a>	Sim
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	1377547	Tianguá	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/tiangua/campus_tiangua/cursos/superiores/licenciatura/Letras/pdf/ppc-letras-portugues-ingles-tiangua-21-02-2017-revisado-ph-1.pdf/view">http://ifce.edu.br/tiangua/campus_tiangua/cursos/superiores/licenciatura/Letras/pdf/ppc-letras-portugues-ingles-tiangua-21-02-2017-revisado-ph-1.pdf/view</a>	Sim
QUÍMICA	1364464	Ubajara	Sim	<a href="http://ifce.edu.br/ubajara/campus_ubajara/cursos/superiores/licenciatura/quimica/pdf/ppc-quimica-ubj-envio-consup.pdf/view">http://ifce.edu.br/ubajara/campus_ubajara/cursos/superiores/licenciatura/quimica/pdf/ppc-quimica-ubj-envio-consup.pdf/view</a>	Sim
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	405659	Umirim	Sim	<b>Página em implantação</b>	Sim

## 8. ANEXOS E APÊNDICES

### Anexo 1 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 05/03/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>2.231.302,70</b>	<b>9.260.344,83</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>629.336.526,99</b>	<b>553.669.015,49</b>
Ordinárias	424.776,10	1.466.851,89	Ordinárias	194.515.327,26	147.581.584,75
Vinculadas	1.830.664,08	7.794.463,62	Vinculadas	434.821.199,73	406.087.430,74
Educação	461.083,98	54.767,68	Educação	423.662.479,55	361.710.284,96
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.369.580,10	7.739.695,94	Seguridade Social (Exceto RGPS)	727.799,95	41.238.982,07
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-24.137,48	-970,68	Operação de Crédito	1.047.891,28	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.183.121,74	3.098.047,07
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	8.199.907,21	40.116,64
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>703.100.926,70</b>	<b>666.070.975,96</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>86.162.990,49</b>	<b>104.288.067,60</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	653.776.128,54	588.024.336,92	Resultantes da Execução Orçamentária	66.214.187,90	74.277.568,70
Repasse Recebido	587.731.719,94	513.831.258,22	Repasse Concedido	169.779,30	84.490,00
Sub-repasse Recebido	66.044.408,60	74.193.078,70	Sub-repasse Concedido	66.044.408,60	74.193.078,70
Independentes da Execução Orçamentária	49.324.798,16	78.046.639,04	Independentes da Execução Orçamentária	19.948.802,59	30.010.498,90
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	48.356.437,57	75.796.985,13	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	18.773.916,67	28.488.879,33
Demais Transferências Recebidas	289.022,84	-	Demais Transferências Concedidas	289.022,84	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	679.337,75	2.249.653,91	Movimento de Saldos Patrimoniais	885.863,08	1.521.619,57
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>40.024.074,44</b>	<b>39.322.483,04</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>30.706.391,42</b>	<b>49.760.781,51</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.237.092,37	2.948.864,27	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.006.653,90	11.003.456,25
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	37.340.300,73	35.580.606,64	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	27.248.845,71	37.940.730,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	440.300,14	792.716,70	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	450.891,81	776.926,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.381,20	295,43	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	39.668,83
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	192,13	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	39.668,83
Demais Recebimentos	6.381,20	103,30			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>9.073.484,93</b>	<b>2.137.545,70</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>8.223.879,87</b>	<b>9.073.484,93</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.073.484,93	2.137.545,70	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.223.879,87	9.073.484,93
<b>TOTAL</b>	<b>754.429.788,77</b>	<b>716.791.349,53</b>	<b>TOTAL</b>	<b>754.429.788,77</b>	<b>716.791.349,53</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>699.683,00</b>	<b>699.683,00</b>	<b>2.231.302,70</b>	<b>1.531.619,70</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Recetta Patrimonial</b>	<b>98.831,00</b>	<b>98.831,00</b>	<b>220.474,62</b>	<b>121.643,62</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	98.831,00	98.831,00	220.474,62	121.643,62
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Recetta Agropecuária</b>	<b>278.287,00</b>	<b>278.287,00</b>	<b>151.712,72</b>	<b>-126.574,28</b>
<b>Recetta Industrial</b>	-	-	<b>26.406,00</b>	<b>26.406,00</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>307.414,00</b>	<b>307.414,00</b>	<b>822.369,76</b>	<b>514.955,76</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	307.414,00	307.414,00	822.369,76	514.955,76
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>15.151,00</b>	<b>15.151,00</b>	<b>1.010.339,60</b>	<b>395.188,60</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	15.151,00	15.151,00	4.544,91	-10.606,09
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	1.005.779,62	1.005.779,62
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	15,07	15,07
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/03/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>699.683,00</b>	<b>699.683,00</b>	<b>2.231.302,70</b>	<b>1.531.619,70</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>699.683,00</b>	<b>699.683,00</b>	<b>2.231.302,70</b>	<b>1.531.619,70</b>
<b>DEFICIT</b>	-	-	<b>627.105.224,29</b>	<b>627.105.224,29</b>
<b>TOTAL</b>	<b>699.683,00</b>	<b>699.683,00</b>	<b>629.336.526,99</b>	<b>628.636.843,99</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>540.638.186,00</b>	<b>604.049.143,00</b>	<b>606.019.126,33</b>	<b>583.986.013,49</b>	<b>583.313.666,12</b>	<b>-1.969.983,33</b>
Pessoal e Encargos Sociais	419.576.405,00	482.735.127,00	482.324.563,63	482.324.563,63	482.324.563,63	410.563,37
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	121.061.781,00	121.314.016,00	123.694.562,70	101.661.449,86	100.989.102,49	-2.380.546,70
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>9.839.883,00</b>	<b>11.439.883,00</b>	<b>23.317.400,66</b>	<b>8.010.212,77</b>	<b>6.445.467,77</b>	<b>-11.877.517,66</b>
Investimentos	9.839.883,00	11.439.883,00	23.317.400,66	8.010.212,77	6.445.467,77	-11.877.517,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>550.478.069,00</b>	<b>615.489.026,00</b>	<b>629.336.526,99</b>	<b>591.996.226,26</b>	<b>589.759.133,89</b>	<b>-13.847.500,99</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/03/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESPEGA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>550.478.069,00</b>	<b>615.489.026,00</b>	<b>629.336.526,99</b>	<b>591.996.226,26</b>	<b>589.759.133,89</b>	<b>-13.847.500,99</b>
<b>TOTAL</b>	<b>550.478.069,00</b>	<b>615.489.026,00</b>	<b>629.336.526,99</b>	<b>591.996.226,26</b>	<b>589.759.133,89</b>	<b>-13.847.500,99</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPEAS CORRENTES</b>	<b>3.432.398,15</b>	<b>23.331.293,67</b>	<b>15.878.372,21</b>	<b>15.817.763,36</b>	<b>2.526.591,07</b>	<b>8.419.337,39</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.432.398,15	23.331.293,67	15.878.372,21	15.817.763,36	2.526.591,07	8.419.337,39
<b>DESPEAS DE CAPITAL</b>	<b>6.008.592,34</b>	<b>12.249.312,97</b>	<b>11.871.864,71</b>	<b>11.431.082,35</b>	<b>3.280.149,95</b>	<b>3.546.673,01</b>
Investimentos	6.008.592,34	12.249.312,97	11.871.864,71	11.431.082,35	3.280.149,95	3.546.673,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.440.990,49</b>	<b>35.580.606,64</b>	<b>27.750.236,92</b>	<b>27.248.845,71</b>	<b>5.806.741,02</b>	<b>11.966.010,40</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPEAS CORRENTES</b>	<b>180.768,64</b>	<b>1.748.877,52</b>	<b>1.702.754,11</b>	<b>102.459,25</b>	<b>124.432,80</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	180.768,64	1.748.877,52	1.702.754,11	102.459,25	124.432,80
<b>DESPEAS DE CAPITAL</b>	<b>137.601,69</b>	<b>1.303.899,81</b>	<b>1.303.899,79</b>	<b>0,04</b>	<b>137.601,67</b>
Investimentos	137.601,69	1.303.899,81	1.303.899,79	0,04	137.601,67
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>318.370,33</b>	<b>3.052.777,33</b>	<b>3.006.653,90</b>	<b>102.459,29</b>	<b>262.034,47</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO  
05/03/2018

PAGINA  
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	27.504,23	9.410,23			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	27.504,23	9.410,23			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	57.017,00			
Direitos de Uso de Imóveis	-	57.017,00			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>646.562.184,18</b>	<b>584.575.926,98</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>646.562.184,18</b>	<b>584.575.926,98</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	8.247.836,46	9.097.441,52	PASSIVO FINANCEIRO	51.866.588,81	48.463.201,99
ATIVO PERMANENTE	638.314.347,72	575.478.485,46	PASSIVO PERMANENTE	154.126,30	174.413,87
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>594.541.469,07</b>	<b>535.938.311,12</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>60.302.297,62</b>	<b>47.199.742,12</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>108.323.470,73</b>	<b>117.251.856,90</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	60.302.297,62	47.199.742,12	Execução dos Atos Potenciais Passivos	108.323.470,73	117.251.856,90
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	60.036.778,17	46.942.214,67	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	3.773.806,10	3.183.585,40
Direitos Contratuais a Executar	265.519,45	257.527,45	Obrigações Contratuais a Executar	104.549.664,63	114.068.271,50
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>60.302.297,62</b>	<b>47.199.742,12</b>	<b>TOTAL</b>	<b>108.323.470,73</b>	<b>117.251.856,90</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.378.244,90
Recursos Vinculados	-39.240.507,45
Educação	-38.442.459,18
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-477.324,32
Operação de Crédito	-1.047.891,28
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.810.339,10
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-6.043.588,84
Demais Recursos	-39.582,93
<b>TOTAL</b>	<b>-43.618.752,35</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 05/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>18.322.750,85</b>	<b>55.633.081,27</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>705.778.910,74</b>	<b>676.124.332,92</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>2.231.302,70</b>	<b>9.260.344,83</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	220.474,62	128.564,79
Receita Agropecuária	151.712,72	199.524,91
Receita Industrial	26.406,00	38.251,16
Receita de Serviços	822.369,76	7.150.708,15
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.010.339,60	1.743.295,82
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>703.547.608,04</b>	<b>666.863.988,09</b>
Ingressos Extraorçamentários	440.300,14	792.716,70
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	192,13
Transferências Financeiras Recebidas	703.100.926,70	666.070.975,96
Demais Recebimentos	6.381,20	103,30
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-687.456.159,89</b>	<b>-620.491.251,65</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-533.263.489,63</b>	<b>-457.939.526,64</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-55.425.199,50	-43.865.193,14
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-477.054.167,39	-413.303.971,45
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-229.342,07	-115.676,82
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-458.480,67	-467.726,21
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/03/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2017	2016
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-50.200,00	-47.000,00
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-46.100,00	-100.290,19
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-39.668,83
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-67.578.787,96</b>	<b>-57.486.731,35</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-67.411.471,96	-57.486.731,35
Outras Transferências Concedidas	-167.316,00	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-86.613.882,30</b>	<b>-105.064.993,66</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-450.891,81	-776.926,06
Transferências Financeiras Concedidas	-86.162.990,49	-104.288.067,60
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-19.172.355,91</b>	<b>-48.697.142,04</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-19.172.355,91</b>	<b>-48.697.142,04</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-18.997.432,13	-48.405.064,76
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-174.863,78	-292.077,28
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO  
05/03/2018

PÁGINA  
3

SUBTÍTULO 26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-849.605,06	6.335.939,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	9.073.484,93	2.137.545,70
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.223.879,87	9.073.484,93



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO  
05/03/2018

PAGINA  
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>730.964.717,55</b>	<b>725.942.680,36</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.220.670,77	7.516.601,03
Venda de Mercadorias	151.712,72	199.524,91
Vendas de Produtos	26.406,00	38.251,16
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.042.552,05	7.278.824,96
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	404,90	155,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	404,90	155,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	720.809.846,57	669.292.536,25
Transferências Intragovernamentais	703.100.926,70	666.070.975,96
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	17.708.919,87	3.221.560,29
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	7.923.159,66	46.937.411,57
Reavaliação de Ativos	2.941.794,92	36.461.187,32
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.850.463,53	9.470.605,68
Ganhos com Desincorporação de Passivos	130.901,21	1.005.618,57
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.010.635,65	2.195.976,51
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 05/03/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.010.635,65	2.195.976,51
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>659.740.701,48</b>	<b>690.827.831,83</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>412.042.513,36</b>	<b>427.924.144,43</b>
Remuneração a Pessoal	319.040.668,15	347.618.228,79
Encargos Patronais	67.479.190,93	57.228.773,37
Benefícios a Pessoal	25.522.654,28	23.077.142,27
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>55.556.394,58</b>	<b>44.450.744,44</b>
Aposentadorias e Reformas	44.036.129,33	33.972.487,98
Pensões	11.422.322,35	10.370.351,28
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	97.942,90	107.905,18
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>77.223.127,70</b>	<b>73.689.852,64</b>
Uso de Material de Consumo	9.185.246,97	8.730.909,85
Serviços	66.897.828,05	64.223.559,10
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.140.052,68	735.383,69
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>65.378,63</b>	<b>384,54</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	65.881,13	384,50
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	97,50	0,04
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>99.554.545,95</b>	<b>110.050.906,64</b>
Transferências Intragovernamentais	86.162.990,49	104.288.067,60
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	167.316,00	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	13.224.239,46	5.762.839,04
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>902.788,16</b>	<b>18.893.222,51</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	36.954,02	12.588.747,38
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	780,56	10.014,10
Incorporação de Passivos	2.940,12	15.552,16
Desincorporação de Ativos	862.113,46	6.278.908,87



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO  
05/03/2018

PÁGINA  
3

SUBTÍTULO 26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>Tributárias</b>	<b>62.028,66</b>	<b>99.507,78</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.215,47	19.415,15
Contribuições	46.813,19	80.092,63
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>14.333.324,44</b>	<b>15.719.068,85</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	13.665.380,14	15.117.070,85
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	667.944,30	601.998,00
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>71.224.016,07</b>	<b>35.114.848,53</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016